



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

## **Estratégias e Trajetórias Políticas de Mobilização da Juventude**

Um estudo sobre participação no Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/PB

**GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA**

**João Pessoa – PB  
2017**

GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**Estratégias e Trajetórias Políticas de Mobilização da Juventude**

Um estudo sobre participação no Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Rogério de Souza Medeiros

**João Pessoa – PB**  
**2017**

*Catálogo na publicação*  
*Setor de Catalogação e Classificação*

O48e Oliveira, Geziane do Nascimento.  
Estratégias e trajetórias políticas de mobilização da juventude: um estudo sobre participação no Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/PB / Geziane do Nascimento Oliveira. – João Pessoa, 2017.  
196 f.

Orientador: Rogério de Souza Medeiros.  
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Sociologia. 2. Conselho municipal de juventude - João Pessoa/PB.  
3. Participação e mobilização da juventude. 4. Protagonismo Juvenil.  
5. Mobilizações Juvenis. I. Título.

UFPB/BC

CDU-

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

## **Estratégias e Trajetórias Políticas de Mobilização da Juventude**

Um estudo sobre participação no Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/PB

**GEZIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA**

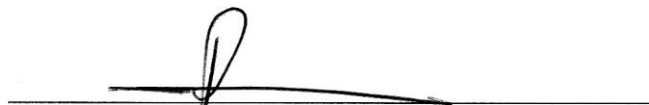
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Sociais.

Aprovada em 29/09/2017

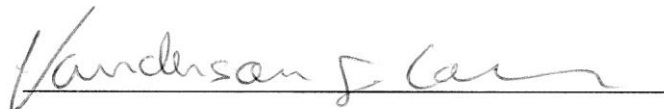
**BANCA EXAMINADORA**



Dr. Rogério de Souza Medeiros (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba



Dr. Roberto Veras de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade Federal de Paraíba



Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro  
Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional  
Universidade Federal da Paraíba

**João Pessoa – PB**  
**Setembro/2017**

Dedico este trabalho aos movimentos sociais juvenis que lutam e acreditam que um mundo melhor é possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de devolver ao universo tudo que temos conquistado. E nesse momento eu agradeço imensamente por tudo que almejei e conseguir conquistar até aqui e por tudo que aprendi e que contribuiu para a pessoa que sou hoje. Agradecer nos traz alegria, nos inspira bons sentimentos, nos possibilita o encontro e a solidariedade.

Agradeço à Luz e Energia criadora de todas as coisas, a Espiritualidade amiga e benfeitora, as Energias da natureza, do céu e da terra que nos trazem paz, equilíbrio e sabedoria nos direcionando ao bem e ao belo.

Agradeço as pessoas que passaram, outras que ficaram, outras que nunca me deixaram e outras que chegaram de mansinho e me cativaram e que foram/são e que ainda serão luzes na minha vida, é para algumas delas que agora agradeço.

Agradeço a minha mãe, Sueli Maria, mulher corajosa e de grande sabedoria que é meu porto seguro e minha alegria. Sempre me ensinou gestos nobres de generosidade e humildade. Agradeço pela compreensão nos momentos mais tortuosos e por toda sua dedicação e confiança depositadas em mim, pelo seu incentivo que me impulsiona a sempre seguir em frente. Muito Obrigada!

Agradeço amorosamente ao meu namorado, João Batista, meu companheiro, meu amigo e confidente. Um ser iluminado que entrou na minha vida para me fortalecer e me inspirar sentimentos nobres de empatia e solidariedade. Que me incentiva a trilhar novos caminhos e a buscar sempre o melhor. A você, meu bem, agradeço por toda paciência, companheirismo, incentivo e força em todos os momentos que já compartilhamos juntos. Agradeço pela revisão atenta e dedicada de parte deste trabalho. A vida segue e contigo ao meu lado o caminho é mais florido. Te amo!

Agradeço àqueles/àquelas que sempre serão meus/minhas mestres/mestras que muito contribuíram para minha formação humana e cidadã, me mostrando um caminho de ação, luta e sabedoria; Pe. Josenildo Francisco (*In Memoriam*), Renildo Lúcio, Rejane Ribeiro, Carmem Dolores, Rosemary Marinho, Valdir Lima, todo o meu carinho e agradecimento.

Meus sinceros agradecimentos carinhosos às escolas que foram os movimentos sociais em minha vida, aos quais fiz parte, o extinto Fórum de Juventude de Santa Rita e àqueles movimentos que me ensinaram a acreditar que um mundo melhor é possível, a extinta ASTEIAS (Associação de trabalho em educação, intervenções e ações solidárias), a RJNE (Rede de Jovens do Nordeste), ao CPJ (Conselho Paroquial de Juventude), às CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) e ao CEDHOR (Centro Dom Oscar Romero de Direitos Humanos). Aos quais agradeço por todo aprendizado de luta e respeito a toda diversidade de

povos e culturas.

Agradeço pela oportunidade do curso de Ciências Sociais que me direciona na minha atuação profissional de forma apaixonada, com muita garra e entusiasmo, aos professores aos quais tive o prazer e a honra de estabelecer alguma proximidade, por afinidade e admiração ou realizando alguns trabalhos pontuais, enfim, aos professores que contribuíram direta ou indiretamente a minha formação, meus agradecimentos.

Agradeço imensamente ao professor, bi-orientador (Rs!) e também amigo Rogério Medeiros pela oportunidade de participar dos seus projetos, por ter me proporcionado a chance de ter a experiência de um trabalho de pesquisa e de um trabalho de extensão, as melhores experiências acadêmicas, lhe devo o crédito por tê-las vivenciado; por ter aceitado me orientar, por duas vezes (ainda terá uma terceira... Rs!) por sempre acreditar na minha capacidade e potencialidade, por toda paciência, apoio e pelo muito incentivo à conclusão deste e de outros trabalhos. Carinhosamente, Muito Obrigada!

Aos professores convidados a esta banca avaliadora, Roberto Véras e Vanderson Carneiro, que já contribuíram enormemente nas bancas de projeto e de qualificação e que com toda certeza contribuirão para finalização deste trabalho e que irá proporcionar ao aprimoramento deste estudo. Espero corresponder às expectativas propostas de desenvolvimento deste trabalho. Obrigada!

À Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) da cidade de João Pessoa, especialmente aos representantes do Conselho Municipal de Juventude por terem colaborado às entrevistas, que cederam seu tempo, atenção e paciência e me proporcionaram colher importantes informações sobre a dinâmica do Conselho. Porque sem as vossas preciosas contribuições, este trabalho não seria possível. Assim como, agradeço as representantes dos movimentos sociais juvenis da cidade de João Pessoa entrevistadas para crescimento e desenvolvimento deste trabalho, por vossos valiosos depoimentos e opiniões. Meu muito obrigada!

Agradeço aos amigos que cativei durante o curso na universidade e que me acompanham para além dos muros da academia: a Edilma, Marinalda, Ulliana, Aldenize, Aline, Serge e Karla Maria, por compartilharem os anseios, os medos, os sonhos e aprendizados, agradeço todo carinho e amizade. Às queridas Francly (*In Memoriam*) e Helma, muitas vezes contar com a amizade de vocês foi um bálsamo em meio às dificuldades, agradeço toda presença, apoio e partilha de vidas, obrigada minhas queridas. À Mohana Ellen, por todo apoio, pela dedicação e atenção com que corrigiu parte deste trabalho. Pelo incentivo e encorajamento nos momentos que mais precisei, com quem sempre posso contar e partilhar

das minhas ansiedades dentro e fora da academia é uma alegria ter te cativado, minha querida amiga, muito Obrigada! Enfim, àqueles e àqueles que contribuíram direta e indiretamente no meu caminho de aprendizado acadêmico e crescimento individual.

Aos meus amigos e minhas amigas da vida, da luta e dos sonhos por um mundo melhor que sempre me incentivaram na busca do conhecimento, companheiros de luta e militância. A querida Maria José, um anjo que iluminou minha vida. A minha querida e amada amiga Elisabete, ou simplesmente, Bete, te agradeço por todo carinho, colo e puxadas de orelhas, pela gentileza e amorosidade que tens dado a minha pessoa... Agradeço-te estes vinte anos de amizade, carinho e amor, somos almas irmãs que se sustentam em todos os momentos de glória, conquistas e também de tristezas. Agradeço-te por tua existência, presença e constância em minha vida.

Ainda agradeço ao desafio que tem sido atuar como Socióloga no Centro Pop (Centro de Referência Especializado a População em Situação de Rua) por todos os percalços e aprendizados que tem sido essa rica oportunidade de experiência em minha vida. Agradeço a mais recente amizade da minha querida coordenadora Adriana Souza, tem sido um prazer, uma honra e um grande aprendizado trabalhar ao lado dessa profissional, uma pessoa humana, solidária e divertida. Agradeço muito por sua compreensão e amizade, sem sua cooperação e cumplicidade, me cobrindo em minhas faltas no trabalho à conclusão deste trabalho não teria sido possível. Obrigada!

Por fim, agradeço a minha querida e linda felina Lisbela por sua preciosa companhia nas madrugadas de escrita solitária, a me dar seu afago e sua silenciosa presença. Enfim, agradeço a vida, a natureza e ao universo por ter me escolhido para ter tantas pessoas queridas ao meu redor para hoje eu poder agradecer e celebrar a benção da amizade e da generosidade entre as pessoas que quero tão bem.



### **Carta à República**

*Sim é verdade, a vida é mais livre  
o medo já não convive nas casas, nos bares, nas ruas  
com o povo daqui  
e até dá pra pensar no futuro e ver nossos filhos crescendo e sorrindo  
mas eu não posso esconder a armagura  
ao ver que o sonho anda pra trás  
e a mentira voltou  
ou será mesmo que não nos deixara?  
a esperança que a gente carrega é um sorvete em pleno sol  
o que fizeram da nossa fé?*

*Eu briguei, apanhei, eu sofri, aprendi,  
eu cantei, eu berrei, eu chorei, eu sorri,  
eu saí pra sonhar meu País  
e foi tão bom, não estava sozinho  
a praça era alegria sadia  
o povo era senhor  
e só uma voz, numa só canção*

*e foi por ter posto a mão no futuro  
que no presente preciso ser duro  
que eu não posso me acomodar  
quero um País melhor*

**(Composição: Milton Nascimento/Fernando Brandt)**

## RESUMO

Este trabalho de dissertação apresenta reflexões e análises quanto à participação da juventude no Conselho Municipal de Juventude da Cidade de João Pessoa/PB. O Conselho de Juventude se configura como um espaço estratégico de participação e controle social da juventude sobre as políticas públicas voltadas a este segmento. Tenciono aqui a ideia de que incide sobre a participação da juventude no Conselho um entrave que se relaciona ao contexto sociopolítico local e ao desenho institucional que estrutura esse espaço e visa um ordenamento social e político, sendo a participação juvenil um importante instrumento de ação política a dispor nesse espaço a garantia de uma efetiva implementação das políticas públicas a este segmento no município. O objetivo deste estudo foi buscar ampliar a ideia de que a participação desta juventude prescinde o Conselho de Juventude configurando-se em outras instâncias participativas. E que a juventude que não se insere no Conselho se utiliza de outros canais e mecanismos participacionistas na luta por uma ação política de/para/com as juventudes. A metodologia apreendida se deu a partir de reflexões teóricas, entrevistas, observações e análises de documentos oficiais. O que conseguimos por inferir foi que o Conselho Municipal de Juventude exige um ordenamento político e social, tendo em vista os recursos que deriva a partir desta institucionalidade, contudo, a juventude que dele faz parte legítima um discurso participacionista, mas que não se realiza em termos de ação política. E as juventudes que desenham sua trajetória nos movimentos sociais, além de não perceberem a ação do Conselho, superam todas as barreiras da ação política desenvolvendo estratégias protagonistas de lutas e reivindicações pela garantia de direitos das diversas juventudes em outros espaços, sobretudo, religiosos. Esses jovens atores protagonizam e coordenam novas atuações e novas formas societárias de mobilizações juvenis.

**Palavras-Chave:** Participação, Conselho de Juventude, Protagonismo Juvenil, Mobilizações Juvenis.

## ABSTRACT

This dissertation presents reflections and analyzes about youth participation in the Municipal Youth Council of the City of João Pessoa / PB. The Youth Council is configured as a strategic space for youth participation and social control over the public policies focused on this segment. I intend here to focus on the participation of youth in the Council an obstacle that relates to the local socio-political context and the institutional design that structures this space and aims at a social and political order, and youth participation is an important instrument of political action to to provide in this space the guarantee of an effective implementation of the public policies to this segment in the municipality. The objective of this study was to broaden the idea that the participation of these youth disregards the Youth Council is configured in other participatory instances. And that the youth that is not included in the Council uses other channels and participatory mechanisms in the fight for a political action of / towards / with the youths. The methodology learned was based on theoretical reflections, interviews, observations and analyzes of official documents. What we manage to infer was that the Municipal Youth Council requires a political and social order, given the resources derived from this institutionality, however, the youth of which it is part legitimates a participatory discourse, but that is not done in terms of political action. And the youths who draw their trajectory in social movements, besides not realizing the action of the Council, overcome all barriers of political action developing strategies protagonists of struggles and demands for the guarantee of direct of the diverse youths in other spaces, mainly, religious. These young actors lead and coordinate new actions and new forms of youth mobilizations.

**Key words:** Participation, Youth Council, Youth Leadership, Youth Mobilization.

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

**AJA** – Associação Juventude em Ação

**AMAZONA** – Associação de Prevenção à AIDS

**ASDEF** – Associação de Deficientes e Familiares

**ASTEIAS** – Associação de Trabalho em Educação, Intervenções e Ações Solidárias

**BAMIDELÊ** – Organização de Mulheres Negras da Paraíba

**CAM** – Centro Administrativo Municipal

**CEBS** - Comunidades Eclesiais de Base

**CEDHOR** – Centro Dom Oscar Romero de Direitos Humanos

**CEJUP** – Conselho Estadual de Juventude

**CEJUVENT** – Comissão Especial de Juventude

**CEPAL** – Comissão Econmica para América Latina e o Caribe

**CEPPJ** – Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude

**CGJuv** – Comitê Gestor Federal da Juventude Viva

**CMDCA** – Conselho Municipal da Criana e do Adolescente

**CMJ** – Conselho Municipal de Juventude

**CNBB** – Conferncia Nacional de Bispos do Brasil

**CNJ** – Conselho Nacional de Juventude

**CNPD** - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

**COIJUV** – Comitê Interministerial da Política de Juventude

**CONJUVE** – Conselho Nacional de Juventude

**CPJ** – Conselho Paroquial de Juventude

**CRJ** – Centro de Referncia da Juventude

**Diest** – Diretoria de Estudos e Política do Estado

**ECA** – Estatuto da Criana e do Adolescente

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**FOMPI** – Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva

**Fórum DCA** – Fórum da Criana e do Adolescente

**FUNJOPE** – Fundação Cultural de João Pessoa

**HAF** – Homicídios por armas de fogo

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDJ** – Índice de Desenvolvimento da Juventude

**IF** – Instituto Federal de Educação

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPs** – Instâncias Participativas

**IVJ-Violência e Desigualdade Social** – Índice de Vulnerabilidade da Juventude-Violência e Desigualdade Social

**JOCB** – Juventude Operária Católica do Brasil

**JOC** – Juventude Operária Católica

**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MMA** – Movimento das Mulheres Agricultoras

**MOVIBI** – Movimento de Visibilidade Bissexual

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MST** – Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra

**ONGs** – Organizações Não governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OIJ** – Organização Internacional para Juventude da América Latina

**PAMJ** – Programa de Ação Mundial para Jovens

**PAMEN** – Pastoral do Menor

**PEC** – Proposta de Emenda Constitucional

**PJ** – Pastoral da Juventude

**PJMP** – Pastoral da Juventude do Meio Popular

**PL** – Proposta de Lei

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PNJ** – Plano Nacional da Juventude

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPJ** – Políticas Públicas de Juventude

**PROCASE** – Programa de Desenvolvimento do Cariri e do Seridó

**PROJOVEM** – Programa de Inclusão de Jovens

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RECID** – Rede de Educação Cidadã

**REJ** – Reunião Especializada da Juventude

**REJUMA** – Rede de Juventude pelo Meio Ambiente

**RENAJU** – Rede Nacional de Juventude

**RJNE** – Rede de Jovens do Nordeste

**SECITEC** – Secretaria de Ciência e Tecnologia

**SEDEC** – Secretaria de Educação e Cultura

**SEDES** – Secretaria de Desenvolvimento Social

**SEDESP** – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Produção

**SEJEL** – Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer

**SEJER** – Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação

**SETRANSP** – Secretaria de Transparência Pública

**SINAJUVE** – Sistema Nacional de Juventude

**SMS** – Secretaria Municipal de Saúde

**SNJ** – Secretaria Nacional de Juventude

**SNJUV** – Secretaria-Geral da Presidência da República

**UFMG** – Universidade Federal de Campina Grande

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b> – Linha do tempo .....	<b>107</b>
<b>Quadro II</b> – Linha do tempo (Cont.) .....	<b>110</b>
<b>Quadro III</b> – Fluxograma da SEJER .....	<b>118</b>
<b>Quadro IV</b> – Composição do Conselho Municipal de Juventude .....	<b>140</b>
<b>Quadro V</b> – Perfil dos Entrevistados dos Movimentos Sociais Juvenis .....	<b>141</b>
<b>Quadro VI</b> – Perfil dos Entrevistados do Poder Público .....	<b>186</b>
<b>Quadro VII</b> – Perfil dos Entrevistados da Sociedade Civil .....	<b>186</b>

## SUMÁRIO

Introdução .....	18
As implicações do campo de pesquisa .....	19
A Metodologia .....	22
A Organização da escrita .....	23
1. Políticas Públicas, Juventude, Movimentos Sociais e Conselho: conceitos e paradigmas.....	25
1.1. Políticas Públicas: analisando conceitos .....	26
1.1.1 O Panorama de alguns modelos .....	30
1.1.2 Uma discussão a partir do modelo do Ciclo da Política .....	33
1.1.3 A literatura Neo-institucionalista sobre as políticas públicas .....	54
1.2. Conversando sobre Juventudes: concepções .....	58
1.2.1 Concepções Sociológicas da Juventude .....	63
1.2.1.1 As teorias tradicionais, críticas e pós-críticas da juventude .....	65
1.2.1.2 A condição juvenil e as mobilizações contemporâneas .....	78
1.3. Concepção e teoria sobre os conselhos .....	81
1.3.1 O desenho institucional dos Conselhos Gestores .....	83
1.3.2 A questão da efetividade dos conselhos gestores .....	85
1.4. O protagonismo juvenil: as faces jovens .....	87
2. Histórico e Contexto: o desenho da situação .....	99
2.1. Um pouco do processo histórico das Políticas Públicas no Brasil .....	100
2.1.1 A trajetória das políticas públicas de/para/com as juventudes no Brasil .....	104
2.1.2 O percurso das políticas públicas de juventude na Paraíba e em João Pessoa: debates e embates .....	112
2.2. O contexto histórico-analítico da juventude no Brasil e na Paraíba .....	120
2.2.1 O retrato sócio-econômico da Juventude Pessoaense .....	126
2.3. O cenário dos conselhos de juventude e o debate com as políticas públicas .....	130
2.4. O panorama dos movimentos sociais no Brasil .....	133
3. O Conselho e a Juventude: entre a participação e a mobilização .....	137
3.1. As juventudes e a relação com o conselho: entre a participação e a organização .....	137
3.2. As trajetórias e mobilizações da Juventude Pessoaense .....	141
3.3. Os conselhos como mecanismos de participação: os desafios do Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa/PB .....	159
Considerações Finais .....	168
Referências .....	173
Entrevistas .....	179
Leis .....	180
Sites .....	180



APÊNDICES .....	<b>182</b>
1. Roteiro de entrevista dos representantes da sociedade civil no conselho	
2. Roteiro de entrevista do poder público	
3. Roteiro de entrevista das organizações de juventude	
4. Perfil dos representantes da Sociedade Civil e Poder Público no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa/PB	
 ANEXOS .....	 <b>188</b>
1. Lei de Criação do Conselho Municipal de Juventude da Cidade de João Pessoa/ PB	
2. Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude	

## INTRODUÇÃO

*"Porque há o direito ao grito.  
Então eu grito".  
(Clarice Lispector)*

O presente estudo consiste em uma análise sobre a participação no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa buscando perceber a influência do contexto sociopolítico local e do desenho institucional que estrutura esse espaço e visa um ordenamento social e político que busca se apresentar como uma política participativa e democrática, assim como, analisar o papel do conselho frente a outras interfaces socioestatais e perceber as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais juvenis em suas trajetórias participacionistas na cidade de João Pessoa/PB.

O meu interesse pela temática teve início durante a experiência no Estágio Supervisionado, como parte das disciplinas do curso de Ciências Sociais, que se realizou junto à Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação de João Pessoa. Deste interesse inicial resultou o meu trabalho de conclusão de curso, intitulado *Participação e Juventude: Um estudo sobre o Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/ PB*, defendido e aprovado no ano de 2013. O estudo realizado pretendeu analisar as relações estabelecidas entre a sociedade civil e o poder público na formação, implementação e constituição do Conselho Municipal de Juventude, percebendo, sobretudo, como se configurava a participação da sociedade civil com destaque para as organizações e movimentos juvenis, em todo o processo de elaboração e construção do conselho.

Nesse período, a Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação de João Pessoa (SEJER), junto com alguns representantes da sociedade civil, se organizavam para a formação do conselho. O momento de realização da plenária de fundação do conselho foi marcado por algumas divergências de posicionamento político, as organizações/atores da sociedade civil participantes alegavam que o poder público não havia realizado a mobilização necessária para que os jovens se fizessem presentes naquele evento, não havendo mobilizado nesta ocasião um número considerável de jovens que ocupassem todas as vagas dos representantes da sociedade civil. Decidiu-se posteriormente realizar uma nova plenária para recompor as vagas da sociedade civil. Nessa nova plenária, agora de recomposição do conselho de juventude, também não compareceu um número expressivo de jovens, impossibilitando novamente o preenchimento total das vagas da sociedade civil no conselho. Contudo, mesmo com a fraca participação, o Conselho foi institucionalizado, enquanto um espaço deliberativo das políticas

públicas de juventude da cidade.

Os conselhos são espaços de co-gestão, onde se articulam poder público e sociedade civil no encaminhamento de demandas por políticas públicas específicas e têm um importante papel político de exercício do controle social e público sobre essas mesmas políticas. Em se tratando do Conselho Municipal de Juventude da Cidade de João Pessoa, o estudo pretende realizar uma análise sobre as relações entre o poder público e a sociedade civil enfocando, principalmente, os aspectos contextuais, a saber, políticos, sociais e culturais, sobre a efetividade participativa dos diversos espaços, assim como, analisar o desenho institucional do conselho.

Dessa forma, nos propomos a identificar os aspectos especificamente relacionados ao desenho institucional e ao contexto sociopolítico que influenciam na dinâmica do Conselho Municipal de Juventude, e mais especificamente, na sua efetividade participativa. O estudo que resultou na monografia tratou de perceber de forma mais clara a complexidade das relações estabelecidas no âmbito do Conselho Municipal de Juventude entre a sociedade civil e o poder público, bem como as potencialidades e fragilidades da participação da sociedade civil nesses espaços, evidenciando importantes aspectos quanto às formas participativas institucionalizadas que se apresentam no conselho e apontam desafios pertinentes à sociedade civil organizada, como o desafio a organizar-se e comprometer-se nos espaços deliberativos a fim de garantir políticas públicas intersetoriais para a juventude no município.

Já no mestrado a ideia foi ampliar o foco, aprofundar elementos que não foram diretamente abordados na monografia, pois esta apontou indícios de que havia fortes influências do contexto sociopolítico local na formação do conselho, chegando talvez a configurar um desenho institucional que implicava dificuldades de participação dos membros da sociedade civil no referido espaço institucional. A partir disto, levanto algumas questões centrais de pesquisa: quais os aspectos que podem ser identificados no contexto local que afetam a participação e de que forma o contexto político local influencia a efetividade de uma política participativa como o Conselho Municipal de Juventude? E ainda, de forma complementar, quais os entraves que o desenho institucional do Conselho de Juventude, resultante da sua interação com o contexto sociopolítico local, apresenta para a efetividade participativa desse espaço?

## AS IMPLICAÇÕES DO CAMPO DE PESQUISA

Inicialmente, a pesquisa girava em torno da ideia de estudar especificamente o Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa, suas demandas e desafios, levando em consideração as imbricações do desenho institucional do conselho e do contexto sociopolítico em torno das relações entre Estado e sociedade civil. Contudo, a partir de mais estudos, leituras e observações do campo de pesquisa identificamos a importância de buscar refletir sobre as organizações juvenis que se inserem em outras instâncias participativas que não seja no conselho, ampliando ainda mais o caminho de investigação, que antes não estávamos percebendo. Pois, diferentes instituições participativas podem de alguma maneira, influenciar diferentes participações políticas.

A partir de leituras e análises de uma pesquisa elaborada por Pires e Vaz (2014) onde foram elencadas variadas formas de interfaces socioestatais através do banco de dados do Ipea e com base no SigPlan<sup>1</sup>, foram identificadas sete formas de interface socioestatal, sendo uma delas os conselhos gestores, tudo isto sendo realizado em pesquisa de abrangência nacional. A partir desta análise nossa proposta é identificar em nível municipal como isso se delineia na área temática da juventude, como um dos caminhos para identificar a ausência de participação no Conselho Municipal de Juventude, principal interface dessa investigação. Levantando questões tais como: Além do conselho, existem outras formas de interfaces utilizadas pelos jovens junto ao Estado como ferramenta de diálogo, proposição e deliberação de políticas juvenis no município?

Tendo em vista que na pesquisa iniciada na monografia sobre o Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa foram identificados alguns limites e problemas quanto à sua efetiva participação e institucionalização no que se refere às demandas de juventude no município, através desse debate sobre interface socioestatal temos a proposta de identificar se esta área temática de políticas públicas apresenta outras formas de interface socioestatal que não foram identificadas ou privilegiadas e que demandam debates, discussões e deliberações das políticas de juventude no município.

Entretanto, a fim de contribuir no andamento das pesquisas antes que ela fosse a campo, o Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB instituiu a realização de uma pré-banca de projeto. O que nos possibilitou pensar e refletir criticamente sobre o projeto ao qual adentramos no curso de pós-graduação. E, foi quando ocorreu a primeira mudança

---

<sup>1</sup> SigPlan - Sistema de acesso restrito, mantido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG).

exposta acima. Para nossa grata surpresa, a banca de projeto nos possibilitou um novo olhar sobre o projeto e o andamento da pesquisa.

E com a extremosa presença do professor Vanderson Gonçalves Carneiro o trabalho foi questionado e refletido sobre o campo e as implicações da pesquisa. Desta vez, a possibilidade de pesquisa se ampliava não apenas empiricamente, mas, sobretudo, teoricamente. Pois, nos foi questionado se o estudo se tratava apenas do conselho ou se não poderia estar também na política de juventude, especificamente na Paraíba e em João Pessoa. Uma vez que o próprio modelo institucional participativo está muito envolvido com a própria política pública que está relacionada.

Dessa forma, seria interessante perceber as nuances da política específica de juventude, por isso, o arcabouço teórico foi ampliado para pensar e refletir de forma crítica e analítica sobre a temática de políticas públicas em suas especificidades, para depois passar a categoria juventude, uma vez que este é o sujeito de nossa pesquisa, buscando perceber qual o olhar pertinente que se tem desse indivíduo e a partir daí perceber como as políticas públicas foram pensadas e construídas para este segmento em particular. Para daí entendermos as relações e imbricações pertinentes do Conselho Municipal de Juventude, tudo isso levando em conta a questão da participação, que é o elo de nossas premissas e debates.

E no decorrer da pesquisa identificamos esta nova necessidade e demanda da pesquisa. E mais uma vez o campo nos redireciona no caminho da pesquisa; uma vez realizando as entrevistas, investigações e observações próprias da pesquisa, comecei a identificar o discurso delineado e arrumado de indivíduos do poder público e a partilha, muitas vezes, cúmplice da sociedade civil em seus discursos. E me questionava; o que está por trás desse discurso pronto? Como as outras juventudes, que não tem assento no Conselho, percebem a política de juventude no município? E se não participam do conselho, qual o motivo? É sentida a institucionalização das políticas de juventude no município por esses jovens de fora? Eles conhecem o conselho? Sabem da sua existência?

E motivada por estes questionamentos, já tendo sido provocada na banca de projeto pelo avaliador sobre os demais movimentos juvenis da cidade, em conversa com o orientador, decidimos ir à busca de organizações juvenis do município que não fazem parte do Conselho Municipal de Juventude para saber como se organizam, como pautam suas demandas, como se estabelece a relação destes com o poder público local e até estadual. Quais são as interfaces estatais presentes no cotidiano dessas organizações? Como também questionar onde acontecem as reivindicações, já que o Conselho não parece ser o local principal para onde se

dirigem esses jovens. E, diante de tudo isso, saber a real importância de um Conselho de Juventude no município.

Para uma análise mais apropriada de como esses movimentos sociais juvenis se organizam vamos destacar a trajetória e estratégias políticas de dois grupos juvenis tratam-se da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP e a Juventude Operária Católica – JOC.

Dessa forma, o trabalho foi sendo remodelado e organizado conforme o andamento da pesquisa empírica e teórica e, segundo as motivações e inquietações da pesquisadora. Portanto, o enfoque deste trabalho, se desenha a partir de uma análise sobre a participação no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa e suas relações internas, a saber, entre o poder público e a sociedade civil, com foco na relação entre o contexto sociopolítico local e o desenho institucional do Conselho, buscando analisar a política pública de juventude e compreender os principais aspectos que incidem sobre a efetividade participativa dessa política no município, identificando e ampliando o enfoque participativo em outras instâncias socioestatais e percebendo a forma reivindicatória de outros movimentos que estão fora do conselho. Destaco, contudo, que a participação da juventude deve ser pensada levando em consideração os aspectos aqui analisados, a saber, a própria juventude, as políticas públicas de juventude, o conselho e as organizações e movimentos juvenis do município.

## **METODOLOGIA**

A metodologia incidiu a partir de um levantamento bibliográfico, que buscou identificar aspectos específicos centrais que apontam para esses elementos da pesquisa na literatura, que tratam a questão da efetividade participativa e institucional nos espaços destinados à discussão e deliberação das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à população jovem. Além disso, ainda tivemos acesso a alguns documentos produzidos pela prefeitura relacionados ao Conselho Municipal de Juventude, tais como, atas, relatórios, regimentos, que são as fontes de registro escrito.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com os membros do Conselho Municipal de Juventude, tanto com representantes das organizações e movimentos juvenis que correspondem a 09 (nove) integrantes, contudo entrevistamos 08 (oito) desses, pois um segmento está em vacância; como com representantes do poder público que também corresponde a 09 (nove) integrantes, entretanto, entrevistamos os representantes ligados a Secretaria de Juventude e mais 03 (três) outros integrantes, que diretamente ou indiretamente estão implicados no processo participativo promovido pelo conselho, a fim de perceber a

dinâmica interna do conselho, desafios e dificuldades que estão presentes nas demandas políticas que incidem na implementação das políticas públicas, bem como na participação dos diversos atores. Não tivemos a oportunidade de acompanhar as reuniões, pois não nos foi comunicado a realização de nenhuma no tempo em curso da pesquisa. Ainda entrevistamos 03 (três) jovens integrantes de organizações juvenis que atuam na cidade, mas que não se inserem no Conselho Municipal de Juventude com destaque para apresentação da trajetória e do movimento social ao qual faz parte.

A pesquisa delinea-se no espaço geográfico do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. O período temporal da pesquisa inicia em 2011 e vai até os dias atuais, este período corresponde ao início das estratégias de construção, implementação e efetivação do Conselho de Juventude no Município. Dessa forma, o estudo se debruça sobre uma literatura que tem a preocupação de perceber se há uma efetividade de participação nos diversos espaços institucionais, provocando um amplo diálogo sobre a qualidade democrática dessas instituições, visando, sobretudo, perceber a efetividade das formas deliberativas presentes nos espaços participativos. É nessa perspectiva que a revisão preliminar envolve autores como Avritzer (2003; 2007; 2011), Tatagiba (2005), Pires (2011) e Dagnino (2002), para citar apenas alguns, a fim de refletir e analisar os avanços que se apresentam na participação e as formas de efetividade dessa participação nas Instâncias Participativas (IPs) no Brasil.

Com base nessas leituras e discussões de autores pertinentes a esta temática, vamos identificar quais os principais desafios que o Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa enfrenta para que se efetive uma verdadeira participação e realização das demandas de políticas públicas específicas para este segmento da sociedade pessoense.

## **A ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA**

Dessa forma, partiremos da apresentação dos capítulos que compõem a discussão desta pesquisa. No primeiro capítulo temos uma discussão teórica sobre as principais categorias analíticas deste trabalho, a saber, as políticas públicas, numa discussão sobre as principais vertentes analíticas e enfoques sobre as políticas públicas que mais se aproximam de nosso campo de pesquisa; temos uma análise teórica da categoria juventude e suas especificações; um debate acerca das concepções analíticas dos conselhos, suas principais discussões teóricas em torno desse estudo e a questão da efetividade desses conselhos gestores. E, por fim, um debate no campo dos movimentos sociais, com enfoque no termo protagonismo juvenil, versando sobre as diversas juventudes e suas várias facetas.

No segundo capítulo há um debate sobre os processos históricos e os diversos contextos que estão presentes no processo das políticas públicas, especialmente de juventude no Brasil e na Paraíba, com destaque para o município de João Pessoa; na concepção histórica da categoria juventude e o retrato dessa juventude pessoense com uma caracterização sobre a juventude na Paraíba com dados populacionais e de desenvolvimento humano e social; nos setores de educação, renda e níveis de violência juvenil; e, por fim, a trajetória dos conselhos gestores no Brasil, principalmente os conselhos de juventude. Finalizando esta seção há destaque para as trajetórias da pauta jovem nas mobilizações entre as organizações juvenis na Paraíba e em João Pessoa.

No terceiro capítulo, há uma apresentação do caminho histórico do Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa. Em seguida, enfatizaremos uma discussão sobre as questões centrais da pesquisa, a saber, o contexto sociopolítico, o desenho institucional e a efetividade do Conselho Municipal de Juventude, além de tentar perceber como se apresenta as ações de juventude no município daquelas organizações que não estão inseridas no Conselho Municipal de Juventude, com uma análise de trajetória de dois grupos de movimento juvenis no município de João Pessoa, a saber, o grupo da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP e a Juventude Operária Católica – JOC



## **1. POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE, CONSELHO E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E PARADIGMAS**

Neste primeiro capítulo abordaremos quatro grandes temas da nossa pesquisa, a saber, a temática das políticas públicas, da juventude, dos conselhos e dos movimentos sociais. Para fins de direcionamento teórico, antes de aprofundarmos a discussão sobre as vertentes analíticas das políticas públicas e antecipando um pouco o debate, adotaremos como conceito principal de políticas públicas, que norteará todo o trabalho de pesquisa as seguintes premissas. Inicialmente, o entendimento de políticas públicas que adotamos gira em torno da ideia de que sendo as políticas públicas um campo de variados estudos, se busca inserir ações nos diversos governos com direcionamentos analíticos, a fim de intervir positivamente na transformação dessas ações junto ao público que se quer atingir.

Nesta formulação devemos levar em consideração os aspectos interdisciplinares, especialmente no campo das políticas públicas de juventude, assim como a construção da sua identidade e a atuação dos diversos atores no âmbito social e institucional. Mesmo considerando a importância do enfoque institucional sobre a formulação das políticas públicas no que se refere à padronização de comportamentos de indivíduos e organizações, bem como de processos institucionais, há que considerar a reflexividade dos indivíduos, para parafrasear Giddens.

Sobre o debate em torno da temática de juventude, de todas as discussões elencadas no âmbito da academia devemos concordar de que não se trata de um debate recente, como vamos perceber, tanto à sociologia quanto as demais ciências humanas e sociais já tiveram como enfoque a preocupação com o tema da juventude.

O intuito destas discussões é de buscar dar conta de um entendimento sobre a temática da juventude, definido-a como uma categoria social em construção que pode ser determinada por fatores diferenciados de acordo com a sociedade onde estes jovens estejam inseridos. Levando em consideração que quando se trata de discussões de faixa etária específica a juventude pode até se compreender homogênea, contudo, em sua construção se configura em suas diversidades e especificidades, constituindo-se não apenas uma única juventude, mas, sobretudo, várias juventudes. Desta forma, para compreender a importância do significado deste conceito, temos que enfatizar e ampliar o olhar para um conceito que abarca não apenas uma perspectiva geracional, fisiológica e temporal, mas, trata-se de um conceito construído social e culturalmente e, portanto, compreendendo-a numa perspectiva sociológica.

Outras duas temáticas importantes deste primeiro capítulo são os conselhos e os

movimentos sociais. Quanto aos conselhos a configuração abordada no trabalho gira em torno da ideia de que os conselhos são espaços de co-gestão em que se encontram representantes do poder público e da sociedade civil com definições legais tem o objetivo de incidir sobre demandas específicas de uma variedade de políticas públicas.

E quanto aos movimentos sociais, destacamos o debate em torno da concepção do termo de protagonismo juvenil como um conceito muito utilizado pelos movimentos sociais juvenis, como também órgãos institucionais. Desta forma, vamos adentrar nas teorias que versam essas quatro importantes temáticas que compõem a base teórica desta pesquisa.

### **1.1 Políticas Públicas: analisando conceitos**

Para início de conversa vamos entender um pouco da origem de estudo na área de políticas públicas. Segundo Souza (2007, p.67), na Europa essa área surge como análises “sobre o papel do Estado e [...] sobre a produção dos governos”. Já nos Estados Unidos, onde a área de políticas públicas está mais presente no mundo acadêmico, seus estudos se concentram na análise sobre o Estado e suas instituições, seus estudos enfocam a atuação dos governos. E como consolidação dos estudos sobre políticas públicas, Souza (2007, p.67) apresenta o intento de que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. Ainda destaca quatro figuras fundadoras da área de políticas públicas, a saber;

H. Laswell (1936) [que introduziu] a expressão *policy analysis* (análise de política pública) [...]; H. Simon (1957) que introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores políticos (*policy makers*) e essa limitação poderia ser minimizada pelo conhecimento racional [...]; C. Lindblom (1959; 1979) propôs a incorporação de outras variáveis [...], tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório [...]; D. Easton (1965) [definiu] a política pública como um sistema, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. (SOUZA, 2007, p.67-68)

Prosseguindo na discussão sobre a origem da área de estudo da política pública, destacamos o entendimento de Souza (2007) sobre o que seria política pública; compreendida “[...] como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Idem, 2007, p.69). A política pública é um campo de estudo para várias disciplinas que partilham pesquisas e enriquecem os trabalhos teóricos e empíricos nesta área.

Sobre o papel dos governos na definição e implementação das políticas públicas, Souza (2007, p.72) defende que sociedade e Estado se aproximam da perspectiva teórica de que há uma “autonomia relativa do Estado” que, apesar de possibilitar um mínimo espaço de atuação, não deixa de receber as influências, sejam externas ou internas. Contudo, “a margem desta autonomia e o desenvolvimento dessas capacidades dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país” (SOUZA, 2007, p. 72). Ou seja, apesar do Estado ter que gerir muitas influências, tais como dos grupos de interesse e dos movimentos sociais, entretanto, esses atores não impedem a capacidade dos governos de governarem as sociedades.

Entretanto, se olharmos, por exemplo, para as políticas públicas específicas presentes em nosso país podemos identificar fortes influências externas na implementação e desenho dessas políticas, como as políticas de juventude, que sendo desencadeadas por uma série de acontecimentos externos levaram os gestores públicos a incluírem na agenda as demandas e desafios das políticas voltadas a este segmento, propondo as mudanças no curso das ações voltadas a este público, destacando o entendimento sobre política pública apontada mais acima.

É neste debate sobre a literatura e estudos na área de implementação de políticas públicas, que Souza (2003, p.17) propõe a superação da chamada “primeira geração de estudos nessa área”, pois essa geração preocupa-se pouco com as questões políticas e se concentra nos seus fracassos. Partindo para segunda geração de estudos, onde seu direcionamento tem um viés analítico, pois busca “concentrar esforços no sentido de identificar as variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas” (SOUZA, 2003, p.17). Dessa forma, possibilitam um estudo complexo das variáveis que compõem a área de estudo das políticas públicas.

A partir dessas análises podemos identificar as contribuições para os estudos em políticas públicas integrando quatro elementos principais, que são: “a própria política pública (*policy*), a política (*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições que regem as decisões [...]” (SOUZA, 2007, p.83) e todo o processo que integra a política pública. Sobre estes aspectos Frey (2000) destaca esses elementos como fazendo parte da abordagem analítica da ‘*policy analysis*’ em que esta “pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política” (Windhoff-Héritier, 1987 *apud* FREY, 2000, p. 214). Há três dimensões que fazem parte dessa abordagem que foi discutida e analisada por Frey (2000), a saber, a ‘*policy*’; ‘*politics*’; e ‘*polity*’.

Uma vez configurando-se “a ‘*policy*’ para os conteúdos da política; a ‘*politics*’ para os processos políticos e a ‘*polity*’ para instituições políticas” (FREY, 2000, p. 216-7), essas dimensões se encadeiam e se influenciam de algum modo de forma mútua, especialmente, no que se refere a casos sobre as políticas setoriais. Contudo, para análises no sentido de identificar as interdependências Frey (2000) chama a atenção de que essas dimensões “são indispensáveis ‘representações modelares sobre possíveis concatenações explicativas (Knoepfel, 1987)’ que são obtidas por meio de estudos empíricos” (FREY, 2000, p. 217) para se obter uma abordagem mais segura. Para nossa pesquisa vale considerar um dos vários estudos de casos sobre as políticas setoriais, analisando para o nosso caso o enfoque na política juvenil.

[...] se o interesse do estudo visa a conhecer as concatenações de efeito reais entre as três dimensões, [...] diante do desafio de considerar a dimensão temporal das políticas públicas. A pergunta pelo grau de influência das estruturas políticas (‘*polity*’) e dos processos de negociação política (‘*politics*’) sobre o resultado material concreto (‘*policy*’) [...] parte, do pressuposto de concatenações de efeitos lineares. (FREY, 2000, p. 219)

Como um dos campos de estudo de nossa pesquisa gira em torno das políticas públicas de juventude é interessante perceber o debate aqui presente no que se refere às influências que a política de juventude sofre e que se reflete nos efeitos e resultados das ações implementadas para esta política setorial em particular, sobretudo, refletindo-se na motivação de participação da juventude na instância do Conselho de Juventude, identificando como essas dimensões são importantes no estudo sobre o resultado da política e os processos de embates e sucessos que isso acarreta. Pois, assim como afirma Frey (2000, p.219) “[...] as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados”. Contudo, este ainda é um debate centrado no histórico das políticas de juventude que será exposto um pouco mais na frente, nos interessa enfocar a importância desses estudos sobre políticas públicas para nossa pesquisa em questão.

Neste debate sobre as políticas públicas há que ressaltar o papel do cientista social no estudo dessa área. Pois esta área é responsável “pelo imperativo da relevância na prática das ciências sociais” como afirma Reis (2003, p.11) e cabe ao cientista social na análise teórica sobre políticas públicas, “ter clareza tanto em relação à perspectiva teórica em que está inserido seu trabalho, quanto em relação às discussões que confrontam essa perspectiva com outras, alternativas a ela” (REIS, 2003, p.12). Reis (2003) ainda ressalta que se deve levar em conta tanto seus aspectos teóricos e analíticos quanto as questões morais e técnicas. Dessa forma, nos beneficiaremos grandemente dos estudos teóricos e analíticos de trabalhos que

tenham o cuidado de estar atentos a esses parâmetros teóricos tanto quanto nossas pesquisas empíricas sobre esta temática.

Cortes (2012, p.37) distingue duas vertentes de colaboração teórica da sociologia para análise de políticas públicas; primeira a das identidades sociais. Constitui-se por “grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas públicas”; os estudos sobre esta temática se acentuam através de um “caráter relacional de construção de identidades sociais”. E essa construção da identidade se vincula, especialmente, “ao compartilhamento de uma matriz cognitiva e normativa que é fonte de coesão grupal e do estabelecimento de fronteiras com outros grupos identitários” (Muller e Sural, 2002 *apud* CORTES, 2012, p.37). Há outras teorias que procuram responder a questões voltadas a construção das identidades, trata-se das teorias do reconhecimento. E em segundo lugar, a colaboração teórica dos atores; estatais quando abarca atores das três esferas de governo e societais, podendo ser sociais e de mercado, o primeiro associa-se ao conceito de sociedade civil diferenciando-se do Estado e do mercado; e o segundo se relaciona com a ideia de economia.

É importante frisar, porém, a característica interdisciplinadora da área de políticas públicas que compreende significantes abordagens analíticas, que ao longo do tempo, “trajetórias históricas particulares, em ambientes acadêmicos e políticos nacionalmente diferentes, conformaram diversas institucionalidades e padrões de proximidade com outras disciplinas acadêmicas” (CORTES, 2012, p. 34). A grande expansão de estudos nesta área, especialmente no Brasil, se deve ao fato de, além da ampliação das políticas sociais, em um dado momento, também houve uma enorme entrada de atores novos na administração pública e grupos sociais de organizações não-governamentais e privadas, além do crescente estudo acadêmico nesta área específica.

Dando continuidade a este debate vamos identificar algumas aproximações e distanciamentos de importantes contribuições quanto aos principais modelos de formulação e análise de políticas públicas que direciona o entendimento sobre as ações dos governos, dialogando com nosso campo de pesquisa, a saber, as políticas públicas de juventude. A partir destes modelos que versam em torno da área de políticas públicas podemos perceber alguns importantes elementos, pois através do seu estudo podemos identificar as ações realizadas pelo governo; a atuação de atores em todos os níveis decisórios que gira em torno de uma política; a abrangência e a intencionalidade de uma política; a demanda de outros importantes aspectos para além do ciclo da política, que vai da implementação, passando pela execução até a avaliação. Esse entendimento permite ao pesquisador a compreensão do desenho da

política pública, nos seus objetivos e metas, os conflitos que se apresentam em sua trajetória, o papel dos atores e instituições no envolvimento da política e que são afetados nesse processo.

### 1.1.1 O Panorama de Alguns Modelos

No que tange aos modelos de formulação e análise de políticas públicas iniciamos com o primeiro modelo *O tipo da política pública* desenvolvida por Theodor Lowi (1964; 1972 *apud* SOUZA, 2007) que tem em sua máxima “a política pública faz a política” (SOUZA, 2007, p.72). Sua ideia sobre as políticas públicas gira em torno do argumento de que “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas” (Idem, 2007, p.72). Lowi distingue quatro formatos de políticas públicas que se caracterizam por *políticas distributivas*, que são alocados bens e/ou serviços a parcelas específicas da sociedade com ações pontuais, tais como construção de escolas e hospitais, programas de renda mínima dentre outros; *políticas regulatórias*, mais visíveis por se tratar de interdições e condições simples ou mais complexas, como o Código de Trânsito e Leis Trabalhistas etc.; *políticas redistributivas*, distribuem bens e/ou serviços a um determinado número de pessoas e gera muitas vezes alguns conflitos, como a política tributária e previdenciária; e as *políticas constitutivas*, que são as normas e procedimentos que regem a implementação das outras políticas públicas. Este modelo serviu de base para muitos estudos das políticas públicas, destaque para Froman (1967 *apud* SOUZA, 2010) e Froman Jr. (1968 *apud* SOUZA, 2010) que para nosso intento vinculam essas divisões aos conselhos de gestão, pois

Diferenciam o que chamam (no original em inglês) de políticas areal (afetam o total da população, tendem a ser associadas com comunidades homogêneas, exemplificadas com o plano de administração da cidade, eleições não partidárias etc.) e as políticas segmentais (afetam pequenos segmentos da população em distintos tempos, tendem a ser associadas com comunidades heterogêneas e exemplificadas com o bem-estar e renovação urbana) (SOUZA, 2010, p.169).

E nesta distinção as políticas públicas de juventude se encaixam nas chamadas políticas segmentais uma vez que se trata de um segmento da sociedade, neste caso em particular, a juventude. Ainda sobre a influência dos estudos de Lowi, destacamos Salisbury (1968 *apud* SOUZA, 2010) que enfatiza a percepção dos atores na tipologia das políticas, acrescenta o que chama de políticas autorregulatórias e afirma que

[...] os padrões de demandas integradas ou fragmentadas (organização partidária, grupos de interesses, lideranças políticas etc.) e as decisões do

sistema (regras do jogo e estruturas de autoridade) mudariam em função dos recursos do sistema (riqueza, saúde, urbanização, industrialização, perspectiva de valores etc.) e, repercutiriam, diríamos, nos resultados políticos ou *outputs* (SOUZA, 2010, p.170).

Importante salientar que nesta distinção novamente se percebe a dinâmica da política de juventude, pois se destaca uma mudança das políticas de acordo com a integração das demandas e do sistema de decisões. Assim, podemos afirmar que uma política segmentar, como a política de juventude, pode-se caracterizar como autorregulatória, uma vez que a integração das demandas e das decisões do sistema pode mudar em função dos recursos que lhe são disponíveis e repercutir em seus resultados.

Todavia, houve também autores no Brasil que se basearam nos estudos de Lowi para diferenciações das políticas públicas. Como Teixeira (2002) que para classificação das políticas públicas destaca três critérios importantes que se diferenciam quanto à natureza ou grau de intervenção; quanto à abrangência dos possíveis benefícios e quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais. Dessas divisões nos interessa a segunda diferenciação em que Teixeira (2002) apresenta três divisões; as políticas universais que são para todos os cidadãos; as políticas segmentais destinada a um determinado grupo da população que se caracteriza por idade, condição física, gênero etc.; e as políticas fragmentadas destinadas a grupos específicos dentro de cada segmento. E é nesta área das políticas segmentais que nosso campo se debruça, tendo como principal direcionamento o público jovem.

Outra classificação utilizada por Souza (2010) que se assemelham as políticas segmentais são as chamadas políticas setoriais apresentando como principais teóricos dessa classificação Jobert e Muller (1987 *apud* SOUZA, 2010) e Muller (1990 *apud* SOUZA, 2010), essas políticas estão compreendidas num determinado território ou “por setor sócio-econômico correspondente às divisões ministeriais do Estado e à crescente divisão do trabalho” (SOUZA, 2010, p.182). E este recorte direcionou a “estudos nas esferas industriais, sociais, culturais etc.” (Idem, 2010, p.182). Daí a semelhança quanto às políticas segmentais por se tratar de um recorte de uma subdivisão das ações do Estado e direcionar a estudos com recortes específicos, contudo sua especificidade se direciona a questões mais pontuais e a políticas sociais, como o setor da educação, da saúde dentre outros. Por este motivo esta classificação é importante, mas não corresponde diretamente ao nosso estudo.

Há dois modelos de políticas públicas que são importantes de serem retratados, trata-se primeiro, do modelo de *Arenas Sociais* que se percebe a política pública a partir das lentes

dos empreendedores políticos ou de políticas públicas. Deste modelo destacamos os mecanismos utilizados para chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas para que determinadas demandas entrem na agenda pública; estamos falando da “(a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos que se repetem, como desastres; (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres” (SOUZA, 2007, p.76). Podemos afirmar que a atenção dada ao público jovem e conseqüentemente as suas políticas seguiu este processo da divulgação de indicadores que demonstravam certa preocupação com este segmento da população, ligados a questões sociais e culturais, assim como, houve destaque para determinados eventos que os movimentos sociais e grupos aproveitaram para chamar a atenção do poder público para as demandas juvenis e, por fim, as informações na íntegra do quanto havia de falhas na atuação de direcionamentos de políticas públicas a este segmento da sociedade. No que se refere à política pública de juventude podemos identificar que não houve apenas um empreender de políticas que tenha se empenhado na formação das políticas públicas de juventude em todo o país, mas, sobretudo, e especialmente, vários, como a mídia, acadêmicos e algumas lideranças que barganharam prestígio e privilégio junto a setores da burocracia estatal.

Neste modelo muitos desses empreendedores constituem-se em redes sociais, estes envolvem contatos, relações, vínculos, conexões e trocas entre entidades e indivíduos, sendo estes o foco principal. Souza (2007) ainda ressalta a importância desse referencial teórico para o estudo de situações concretas, pois as “redes constroem as ações e as estratégias, mas também as constroem e reconstróem continuamente. A força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos” (Idem, 2007, p.76-77). E esta relação é muito importante para nosso estudo, uma vez que nosso enfoque também se apresenta numa relação estreita entre indivíduos e grupos, grupos e sociedade, sociedade e Estado. Contudo, este enfoque sobre as redes será mais bem explorado um pouco mais à frente.

Outro modelo, se destaca pelo contraste com nosso campo de pesquisa, sendo influenciado pelo *Gerencialismo Público* e pelo *Ajuste fiscal (public management)* que se voltam à busca da eficiência. Neste modelo prevalece a impossibilidade de ações coletivas e a análise racional em que “[...] a eficiência e racionalidade política seriam alcançados por novas políticas voltadas a desregulamentação, privatização e para reformas no sistema social” (SOUZA, 2007, p.78-79). Contrapondo, portanto, com nosso modelo de políticas públicas que favorece e privilegia seu elemento concorrente, a saber, o caráter participativo nas políticas



públicas.

Um modelo importante para o nosso estudo é o *Ciclo da política pública*, trata-se de um “ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado” (SOUZA, 2007, p.74). Os estágios são: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Segundo Graça Rua (2009) essas etapas não devem ser compreendidas como um processo linear, pois essas etapas podem se apresentar de variadas formas.

Uma compreensão deste modelo pode favorecer ao gestor a clareza do andamento das políticas e indicar caminhos ao seu aperfeiçoamento, uma vez que a política pública é uma “resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político” (RUA, 2009, p.37); com enfoque maior na definição da agenda (*agenda setting*), a sua questão gira em torno de porque determinadas questões entram na agenda e outras são ignoradas. E a esta questão são apresentadas três respostas (SOUZA, 2007): a. focaliza os problemas; b. focaliza a política propriamente dita e c. focaliza os participantes.

A partir dessas respostas identificamos alguns autores que trabalharam de forma mais aprofundada sobre essas etapas do ciclo da política, mais especificamente o momento de tomada de decisão ou identificação das alternativas. Destacamos três trabalhos para nossa discussão, o primeiro enfatiza o papel da racionalidade e/ou do incrementalismo na tomada de decisão, tem como um de seus expoentes Lindblom; os outros dois tecem uma crítica ao modelo do incrementalismo, trata-se de Kingdon e Sabatier e Jenkins-Smith; suas premissas são discutidas e analisadas por autores como Rua (2009), Capella (2007), Viana (1996) dentre outros.

### **1.1.2 Uma discussão a partir do modelo do *Ciclo da política***

Sobre as questões que permeiam uma agenda de políticas públicas podemos destacar como um espaço competitivo onde atores políticos e sociais listam as principais preocupações e demandas com o direcionamento de questões pertinentes de sua área de atuação. Graça Rua (2009) destaca que “uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse” (Idem, 2009, p.66). Graça Rua (2009) ainda ressalta a coexistência de vários tipos de agendas que acabam por incorporar questões diversas; dentre estas se destaca a “agenda do Estado” ou a “agenda da sociedade” quando se referem a questões que preocupam a sociedade como um

todo; a “agenda sistêmica” que consiste em questões importantes, tais como a desigualdade social ou a violência.

Podemos identificar vários processos que direcionam e afetam o processo de formulação de políticas públicas e a formação da agenda é um processo importante a se considerar, mas também há outros estágios e/ou etapas que também influenciam bastante na formulação de políticas, como a formulação de alternativas. Desta forma, vamos debater alguns teóricos que se preocuparam com esses processos. Tomando como base a trajetória de formulação de políticas públicas de juventude podemos identificar que tanto a agenda quanto a formulação de alternativas estão presentes na disputa política entre atores estatais e da sociedade e que essas características interferem sobremaneira na implementação de ações voltadas a juventude. Mas, vamos aos debates.

Vamos iniciar com Lindblom (1979 *apud* RUA, 2009) que percebe a política pública como um processo incremental, onde a solução de problemas é gradual, não há grandes modificações ou rupturas de qualquer natureza. As alternativas são comparadas e são postas em ação aquelas que apresentam menos restrições e poderão apresentar os melhores resultados esperados, não há uma preocupação em avaliar quais decisões podem atender melhor os objetivos apresentados; “assim, a melhor decisão não é aquela que maximiza os valores e objetivos dos tomadores de decisão, mas aquela que oferece menos dificuldade e assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos” (RUA, 2009, p.90). Neste modelo Lindblom e seus expoentes enfocam que as decisões que podem ser tomadas hoje são condicionadas e limitadas por decisões que foram tomadas no passado, é por isso que há a afirmação de que “decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter a rota das políticas atuais” (SOUZA, 2007, p.73). Sendo que, com esta limitação, o curso de ação só permite mudanças marginais, melhor dizendo, incrementais.

É justamente na limitação de recursos, que dando origem a decisões marginais, que se produz a característica de gradualidade. Graça RUA (2009) apresenta este modelo como “uma importante estratégia para a adoção de políticas com alto potencial de conflito, ou políticas que implicam limitação de recursos ou de conhecimentos, de maneira a garantir melhores condições para sua implementação” (Idem, 2009, p.91). Contudo, até mesmo a implementação de uma política pode ser prejudicada na adoção dessa estratégia. Esse modelo não leva em consideração outras características de formulação de políticas públicas e deixa sua execução atrelada a questões do passado, limitando sua efetivação e desempenho;

portanto, não vamos direcioná-lo às políticas públicas de juventude, pois esta se trata de uma política que requer novas estratégias, já que essa e outras políticas, que estamos chamando de segmentais, requerem parâmetros novos, ainda não executados. Deste modelo nos interessa perceber os contrapontos com os próximos dois modelos que serão apresentados a seguir.

Prosseguindo, vamos enfocar outros dois modelos que se estabelecem como uma crítica a esta forma de estratégia de formulação de políticas. Trata-se das formulações de John W. Kingdon e de Sabatier e Jenkins-Smith. Iniciemos com Kingdon, que desenvolveu o modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*). A principal indagação que deveria ser feita, segundo Kingdon, era se perguntar por que algumas questões entram na agenda e outras são ignoradas e quais as melhores alternativas a serem escolhidas. Sua preocupação girava em torno dos chamados estágios pré-decisórios: a formação da agenda (*agenda-setting*) e as alternativas para a formulação das políticas (*policy formulation*).

Segundo Viana (1996), Kingdon destaca três tipos de agendas: primeiro, a agenda sistêmica ou não governamental, que já foi citada acima por Graça Rua (2009) – sem maiores aprofundamentos – esta agenda se compõe das questões que são preocupação do governo há muito tempo, sem, contudo, merecer a atenção do governo; a segunda agenda é a governamental que trata de questões importantes privilegiadas pela atenção do governo; e, por fim, a terceira agenda que é a de decisão ou decisional, como ressalta Capella (2007) são as questões que aguardam uma decisão dos formuladores de políticas e estão a um passo de se efetivarem em políticas. Dessas agendas, observando a trajetória das políticas de juventude podemos identificar que a discussão juvenil saiu da agenda sistêmica para a agenda governamental devido aos processos realizados por atores fora do âmbito governamental, mas que fizeram com que as questões pertinentes a este público fossem levadas em consideração pelo governo, questões estas que serão abordadas numa discussão mais adiante sobre a trajetória da política de juventude.

Capella (2007) considera essas duas últimas formas de agenda no modelo de Kingdon e acrescenta a agenda especializada que se destaca por áreas específicas da política, ou seja, contempla as políticas setoriais. Graça Rua (2009) também destaca essas duas agendas, onde a agenda governamental é composta por demandas que determinados governos resolvem adotar e a agenda de decisão que não se direciona a formulação de políticas públicas, mas se restringem a “completar processos decisórios já iniciados ou a corrigir rumos de políticas já decididas, ou a dirimir questões em torno de políticas já em fase de implementação” (RUA, 2009, p.67). Essa diferenciação é destaque para Kingdon, segundo Capella (2007), pelo fato

de que cada agenda recebe interferências de variados processos.

A fim de entender como determinadas questões recebem a atenção dos formuladores de políticas, Kingdon se utiliza, segundo Viana (1996), da teoria das organizações e do modelo elaborado por James March e Johan Olson (1972 *apud* Viana, 1996) denominada de “modelo da lata do lixo” (*garbage can model*) e define as instituições do Executivo como uma “anarquia organizada” onde há a convergência de três fluxos decisórios (*streams*) que permeiam a organização do governo federal norte-americano, segundo Capella (2007), e promovem as mudanças na agenda. Estas instituições se caracterizam por “preferências problemáticas, tecnologias não claramente especificadas e participação fluida” (VIANA, 2007, p.09) e o efeito último de suas atividades é “um *mix* de *garbage* (fluxos entre problemas e soluções, a partir de um número limitado de participantes com recursos específicos)” (Idem, 2007, p.09). Os três fluxos citados anteriormente é o cerne do modelo de Kingdon e, segundo este, é a convergência entre esses três fluxos que promovem as mudanças na agenda, são eles: problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e política (*politics*).

O primeiro fluxo é dos problemas e “busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental” (CAPELLA, 2007, p.89). Contudo, Kingdon faz uma diferenciação entre problemas e questões (*conditions*); as questões seriam “uma situação social percebida, mas que não desperta necessariamente uma ação em contrapartida” (Idem, 2007, p.89), ou seja, as questões precisam ser percebidas pelos formuladores de políticas para se transformarem em problemas, o autor destaca três mecanismos básicos para realização dessa transformação (CAPELLA, 2007): indicadores – quando demonstra uma situação que precisa de atenção as questões se tornam problemas; evento, crises e símbolos – apesar de reforçarem a percepção de um problema, as questões, ligadas a esse mecanismo, raramente chegam a ser um assunto de agenda; e *feedback* das ações governamentais – refere-se ao retorno de monitoramento, acompanhamento e avaliações dos programas de governo.

Como podemos perceber apesar desses elementos sinalizarem questões importantes, essas questões não, necessariamente, são transformadas em problemas. Diante de tudo isso, Capella (2007) chama a atenção para o fato de que os problemas “são construções sociais, envolvendo interpretação” (Idem, 2007, p.90), ou seja, uma vez que as questões são percebidas como problemas, só posteriormente podem ser incluídos na agenda governamental. Trazendo essas discussões para nossa pesquisa podemos identificar que as demandas ligadas à juventude, inicialmente, foram percebidas como questões e a partir da

visualização já esboçada acima de que atores não-governamentais já discutiam a política de juventude numa agenda sistêmica, após alguns acontecimentos a temática de juventude recebeu indicadores de importantes órgãos institucionais demonstrando que este público merecia atenção, a partir de então, a problemática juvenil foi inserida na discussão e vieram à tona as reivindicações políticas, desta maneira, podemos afirmar que a política de juventude foi articulada a partir de problemas que foram construídas socialmente, advindas dos processos exteriores a agenda governamental.

O segundo fluxo se caracteriza pelas soluções e alternativas (*policy alternatives*) que são apresentadas aos problemas. Contudo, Capella (2007) ressalta que para Kingdon as questões não são elencadas aos pares, ou seja, com problemas e soluções. Muitas vezes as soluções são criadas e, posteriormente, se procuram os problemas para daí se realizar a escolha das soluções que melhor se encaixam. Este fluxo tem uma explicação semelhante ao processo biológico de seleção natural, apresentada sucintamente por Viana (1996).

[...] ocorreria um processo anterior de formação de idéias, que o autor denomina de *policy primaveral soup*, quando inúmeras idéias são formuladas (e confrontadas entre si) pelas *policy communities*, sendo que só algumas sobrevivem ao processo natural de seleção e satisfazem aos critérios estabelecidos pelos grupos de especialistas. A sobrevivência de uma idéia ou um assunto dependeria, então, de sua factibilidade técnica; de sua aceitação pelos grupos de especialistas e pelo público; e da força de consenso que mobilizam. (VIANA, 1996, p.09)

Neste fluxo, Kingdon destaca a centralidade e importância das ideias, dos argumentos e das interpretações, pois, são cruciais na escolha de uma alternativa no processo de formulação das políticas públicas. E Capella (2007) ainda ressalta que as análises que se debruçam a partir deste fluxo se configuram como um desafio às análises de cunho mais tradicional, pois, se destacam a produção de ideias para viabilização de alternativas. Em se tratando da política de juventude, muitos foram os estudos, índices e interpretações para produção de indicadores que possibilitassem a entrada da temática juvenil nas demandas da agenda pública. Apesar deste fluxo não se sobressair como crucial ao modelo, mas na nossa pesquisa, em particular, este fluxo obteve importante papel na promoção da temática de juventude enquanto segmento relevante.

E, por fim, o terceiro fluxo, denominado como fluxo político (*politics streams*) tem suas coalizões construídas a partir de processos de barganhas e negociações políticas. Há três elementos importantes a considerar quando se refere à agenda governamental, a saber, o clima ou humor nacional (*national mood*) que se caracteriza por situações que são compartilhadas

por um tempo determinado, podendo criar motivações para algumas questões e desestímulo para outras ideias. As forças políticas organizadas que se configuram pelos grupos de pressão, as ações de mobilização política e o comportamento das elites políticas. E o terceiro elemento são as mudanças que ocorrem dentro do próprio governo (*turnover*) a partir de eleições para o Executivo e o Legislativo. Tanto Capella (2007) quanto Viana (1996) destacam que para Kingdon as mudanças no clima nacional e as eleições ou mudanças administrativas possibilitam maiores transformações na agenda governamental.

Direcionado à política de juventude este terceiro fluxo é muito importante, considerando seus principais elementos, a saber, as mudanças no clima nacional e as eleições ou mudanças administrativas de governo, pois foi a partir de um acontecimento específico que a temática de juventude passou a ser discutida e podemos vislumbrar em anos subsequentes a inserção da juventude no debate político e governamental. Assim como, as eleições seguintes possibilitaram o arranjo institucional deste campo.

Segundo Kingdon (2003 *apud* Capella, 2007, p.95), a convergência dos três fluxos é denominada de *policy windows* e é influenciada, especialmente, pelo fluxo de problemas (*problems streams*) e pelo fluxo político (*politics streams*), além dos eventos que acontecem no interior desses processos. Embora não haja significativa influência do fluxo de soluções (*policy streams*), este fluxo é importante para que uma questão ascenda à agenda decisional. Todavia, a mudança na agenda acontece com a junção dos três fluxos (*coupling*) que ocorre em momentos que as janelas (*policy windows*) se encontram abertas, a partir do fluxo de problemas e do fluxo político e a oportunidade de mudança pode acontecer tanto de forma programada como pode ser imprevisível. Nem tampouco essas oportunidades duram por muito tempo, pois essas janelas se fecham quando há desarticulação de um dos fluxos.

Para Kingdon, os fluxos presentes neste modelo não se apresentam de forma linear primeiro o fluxo de problemas, seguido do fluxo de soluções e, por fim, o fluxo político. É preciso deixar claro que não há uma ordem estabelecida que os fluxos devam seguir; segundo ele, os fluxos são independentes e seguem uma dinâmica própria, pois depende muito quando uma demanda chegue a determinado fluxo, essa questão pode ter mais ou menos chances de convergir. Como por exemplo, “[...] uma oportunidade pode surgir enquanto uma solução não está disponível na *policy stream* e, neste caso, a janela (*policy window*) se fecha sem a junção dos três fluxos” (CAPELLA, 2007, p.107). Dessa forma, as possibilidades de mudança ficam limitadas. Contudo, tomando a imprevisibilidade na formulação de políticas, destacada por Kingdon no modelo, precisamos compreender que ele está mais preocupado com o caminho

das questões até a agenda e com as alternativas que se destacam do que com a questão da mudança na agenda. Contudo, destacamos e concordamos com Mucciaroni (1992 *apud* Capella, 2007) no sentido de que haja, sim, uma interdependência desses fluxos e que não apenas no momento de convergência dos fluxos, eles se conectem e haja uma certa influência no percurso dos fluxos.

Como já frisado acima e vislumbrando nossa pesquisa neste modelo, percebemos que a junção destes três fluxos contribuiu para que a concepção da temática de juventude fosse percebida como uma problemática importante, possibilitando a inserção da temática juvenil no debate e privilegiando elaborar demandas direcionadas a este segmento da sociedade. Assim, podemos identificar que este modelo possibilita entrever o desenho da política pública de juventude em sua construção e ascensão como problemática importante a ser considerada na agenda pública. Uma vez que o problema foi identificado, as ideias e interpretações foram construídas e o cenário político apresentou uma abertura positiva de receber as demandas do segmento juvenil iniciou-se a construção, discussão e viabilização de fomentar políticas públicas direcionadas a este público. Mesmo que Kingdon não considere a conexão entre os fluxos, estamos concordando com Zahariadis (1999 *apud* Capella, 2007) que em seu argumento destaca que apesar da independência entre os fluxos, ainda assim, eles parecem se conectar e mesmo o próprio Kingdon numa revisão de seus escritos concorda que haja uma conexão entre eles e é esta conexão que destacamos que tenha acontecido na formulação e construção da política de juventude.

Outro componente fundamental, destacado por Kingdon, para promover mudanças na agenda é a atuação dos *policy entrepreneurs* (empreendedores de políticas) que dispostos a conferir importância à determinada ideia podem estar no governo ou fora dele. Trata-se de um “especialista em uma determinada questão ou desfruta de uma posição de autoridade dentro do processo decisório; [...] são negociadores hábeis e mantêm conexões políticas; são persistentes na defesa de suas ideias” (CAPELLA, 2007, p.96-97) conseguem levar suas propostas a variados espaços, além disso, são responsáveis pela junção dos três fluxos, a convergência pode nem acontecer sem um empreendedor de políticas; “[...] desempenham um papel fundamental, unindo soluções e problemas; propostas a momentos políticos e eventos políticos a problemas” (Idem, 2007, p.97). Enfim, são pessoas que conseguem atuar seja qual for a fase da política e provoca importantes alterações no curso de formulação de políticas, esses empreendedores podem ser burocratas, acadêmicos, jornalistas ou políticos.

Como empreendedores de políticas no campo do desenvolvimento da política de

juventude, como já frisado na discussão sobre o modelo das *arenas sociais*, podemos destacar a academia na produção de estudos, pesquisas e indicadores sobre as vulnerabilidades da juventude brasileira e os jornalistas ou a imprensa com um todo na visibilidade das reivindicações juvenis, o que contribuiu para que a temática de juventude não saísse do foco da agenda pública.

Até este momento observamos dois processos examinados e explicados por Kingdon, segundo Capella (2007) e Viana (1996), respondendo a duas indagações, primeiro, como determinadas questões chegam até a agenda governamental, a resposta se dar através da junção do fluxo de problemas (*problem streams*) e o fluxo de políticas (*political stream*); a segunda indagação gira em torno de saber como determinadas alternativas recebem uma maior atenção do que outras, a resposta desta está na dinâmica do fluxo de soluções e alternativas (*policy stream*) que se dá “por meio do processo de difusão e ‘amaciamento’ (*soffen up*) das ideias junto às comunidades de políticas (*policy communities*) e ao público em geral” (CAPELLA, 2007, p.98). Contudo, Capella (2007) destaca um terceiro ponto que pode contribuir tanto para que alguma questão chegue até a agenda quanto para constituição de alternativas, trata-se, sobretudo, dos atores envolvidos no processo.

A configuração desses atores muda conforme sua classificação. Levando em conta as etapas de formulação das políticas públicas que estamos discutindo, Kingdon (2003, *apud* Capella, 2007) diferencia esses atores em dois grupos, o primeiro dos atores “visíveis” que tem maior influência sobre a formação da agenda, pois recebe maior visibilidade na imprensa e com o grande público e o segundo grupo é dos atores “invisíveis” que exerce maior influência sobre a construção de soluções e alternativas.

No primeiro grupo de participantes, os chamados “atores visíveis” têm a figura do presidente, de indivíduos nomeados pelo presidente, de atores do poder legislativo; acrescentando, segundo Graça Rua (2009), os atores públicos na categoria de políticos, os parlamentares, governadores, prefeitos, e na categoria atores governamentais, os diplomatas, membros do judiciário e organizações governamentais e de empresas públicas. Nesse primeiro grupo, segundo Capella (2007) ainda há os grupos de interesse e participantes do processo eleitoral, especialmente os partidos políticos e *campaigners*. Na definição de Graça Rua (2009) os partidos políticos estariam na categoria de não governamentais e ainda como atores visíveis há destaque para os movimentos sociais, entidades e organizações civis de grande visibilidade.

E, por fim, tanto Graça Rua (2009) quanto Capella (2007) destacam o papel da mídia



como um ator visível. Apesar de Kingdon não confirmar que a mídia tenha influência na formulação da agenda, porém, “a focalização de uma questão pela mídia impressa e televisiva pode auxiliar na canalização da atenção de diversos atores em relação a ela; [...] [exercendo] um efeito, mesmo que indireto, sobre os participantes do processo decisório” (CAPELLA, 2007, p.102-103), organizando e estruturando uma opinião pública consistente a respeito de um assunto. Dessa forma, Kingdon não assegura que a mídia construa questões como pauta de agenda governamental, contudo, pode auxiliar e impulsionar a visibilidade de uma determinada questão. É neste contexto que Graça Rua (2009) destaca que “a mídia será um ator quando seus interesses estiverem em jogo em uma política pública” (Idem, 2009, p.43). Ou seja, a mídia pode se utilizar dos meios de comunicação como um mecanismo influente, mobilizando a opinião popular de acordo com seus interesses.

No segundo grupo de participantes, denominado de “atores invisíveis” se apresentam os servidores públicos, que estão presentes, segundo Graça Rua (2009), entre os atores governamentais, são os chamados burocratas, que além dos servidores públicos em geral, há os altos burocratas e chefias intermediárias. Apesar de não aparecem entre os debates, quando tem interesse em uma determinada política “podem influenciar fortemente o seu curso porque contam com recursos de poder, como informação, conhecimento do processo administrativo e autoridade” (Idem, 2009, p.40). Sendo capazes de influenciar na formulação de alternativas à implementação de determinada política pública.

Neste grupo ainda há os acadêmicos, pesquisadores e consultores, sendo estes indivíduos que compõem os atores não governamentais, segundo Graça Rua (2009). E, por fim, têm os analistas de grupos e assessores parlamentares e da presidência; esses grupos geram soluções e, muitas vezes, aguardam uma oportunidade política para apresentá-las. Graça Rua (2009) também destaca do grupo de atores não governamentais, os grupos de pressão, organismos internacionais, sindicatos e associações civis, organizações privadas e não governamentais; como também as empresas e os empresários políticos.

Sobre os atores envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, destacamos uma afirmação de Zahariadis, crítico do modelo de Kingdon, que afirma que o modelo pode apresentar previsões de mudança na agenda através dos eventos que podem aparecer na formação de cada fluxo, bem como, a participação dos atores tem grande influência nesta ação. “O modelo teórico prevê, por exemplo, que a ideologia dos partidos políticos será um fator importante na elevação de questões para o topo da agenda de governo” (ZAHARIADIS, 1999 *apud* Capella, 2007, p.108). Dessa forma, concordamos com

Zahariadis quanto a esta posição dada aos atores neste processo de formulação de política, uma vez que o modelo enfatiza a presença dos atores e suas redes de influências também enfocamos o destaque concedido a estes e nossa pesquisa também privilegia a atuação e direcionamento das políticas segundo estes atores, tendo em vista que sua presença ora influencia a formação da agenda ora influencia a construção de alternativas e soluções, como discutidas acima.

Todavia, dando continuidade às discussões de autores que trabalha a partir do modelo de ciclo da política e apresentando posições críticas quanto às ideias debatidas acima, vamos nos deter sobre os escritos de Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (1993) que tecem uma crítica e discordam do modelo do ciclo da política e do *garbage can*. Trata-se do Modelo de Coalizões de Defesa ou *Advocacy Coalition Framework – ACF* que parte da premissa de que a política pública se insere em espaços dinâmicos, onde busca destacar os processos de mudança pelos quais elas passam. Souza (2007) afirma que a Coalizão de Defesa defende elementos que não são destacados nos modelos anteriores, como as “crenças, valores e ideias [sendo estes] importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas” (Idem, 2007, p.75). É um modelo que amplia a noção de “triângulo de ferro”, pois esta é uma visão tradicional que delimita a participação governamental entre os órgãos administrativos, comissões legislativas e grupos de interesse ligados ao âmbito de governo.

No modelo aqui apresentado, podemos observar uma gama de outros participantes que o compõe, trata-se de “atores em vários níveis de governo na formulação e implementação de políticas, assim como jornalistas, pesquisadores e analistas políticos que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação das ideias políticas” (SABATIER, 1988 *apud* Alves e Soares, 2015, p.65). Importante salientar que esses atores precisam se especializar para que possam, de alguma maneira, influenciar na formulação e implementação das políticas, especialização esta que se direciona a sua atuação junto a formulação de determinada política pública, ou seja, para atuar na avaliação da política de juventude é preciso conhecer como funciona a dinâmica da política em seus meandros técnicos e burocráticos.

Em seus escritos Sabatier (1986; 1988 *apud* Alves e Soares, 2015) foge da sistematização do modelo do ciclo de política, especialmente do modelo de Múltiplos Fluxos que se concentra na agenda, ele tece críticas contra a abordagem sistêmica e contempla todas as fases de ciclo de políticas, não se limita a apenas uma delas. Pois, uma de suas preocupações é “compreender o papel que as informações técnicas desempenham no processo

da política” (Idem, 2015, p.68). Além disso, a partir do primeiro trabalho feito em 1988, suas teorias foram sendo aprimoradas por outras análises pelos próprios autores e por críticos de seus estudos.

Para início de conversa precisamos apreender a percepção do que Sabatier chama de “Coalizões de Defesa”; Alves e Soares (2015) apresentam o significado do termo para Sabatier, que se caracteriza como “o meio mais útil para agregar atores, a fim de compreender a mudança política em longos períodos de tempo, [isso acontece] por meio de *coalizões de defesa*” (SABATIER, 1988 *apud* Alves e Soares, 2015, p.67). No entanto, estas coalizões se formam a partir de uma variedade de atores, independente de sua posição, como por exemplo, de pesquisadores, líderes de grupos de interesse, pessoas eleitas, dentre outros e que “compartilham de um sistema de crenças em particular [...] e que apresentam um grau de atividades coordenadas ao longo do tempo” (ALVES E SOARES, 2015, p.67), sendo estas crenças, os valores e percepções comuns sobre determinado tema.

Além disso, Vicente (2015) acrescenta o fato de que essas coalizões apresentam diferentes ações em longo prazo e que, deste modo, “a *cola* que mantém uma coalizão de defesa unida é o compartilhamento de crenças dos seus membros sobre assuntos políticos fundamentais” (WEIBLE; SABATIER; MCQUEEN, 2009 *apud* Vicente, 2015, p.78). Ainda que esses membros discordem de determinada questão, essa dissensão não direciona a coalizões estimuladas por interesses pessoais, essas discordâncias têm um impacto duradouro sobre as ações que direcionam a produção das políticas públicas. Contudo, Araújo *et al* (2014) discorda desta premissa, pois entende que essas divergências ou as crenças dos atores podem “dificultar o processo de negociação e mudança nas políticas públicas” (Idem, 2014, p.06) e que devido as percepções variadas dos atores, em diferentes coalizões, sendo estes conflitos muito complexos, pode atrapalhar todo o processo de construção das políticas públicas. Assim sendo, “os níveis de conflito, que variam de acordo com o subsistema e o tempo, serão proporcionais ao grau de incompatibilidade entre as principais crenças das coalizões concorrentes” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.06). Ou seja, os conflitos que se apresentam podem ser diferentes conforme o tempo e o lugar, bem como se diferenciam as divergências de acordo com a coalizão formada.

A premissa principal do modelo de Coalizões de Defesa é a preocupação de Sabatier em “entender como as coalizões são formadas, como adquirem recursos e desenvolvem crenças políticas, e como elas tentam influenciar as decisões de autoridades soberanas” (ZAHARIADIS, 1998, *apud* Capella e Brasil, 2005, p.68). Assim, a partir das coalizões

formadas por diversos atores que emitem suas opiniões, ideias e sugestões na construção de uma política pública que são efetivados os objetivos e interesses desses atores em determinadas políticas, sendo esta formatação uma das responsáveis pelas determinações de quais atores podem participar desse processo político.

Diante do exposto podemos apreender importantes apontamentos para nossa pesquisa. Primeiramente identificamos os grupos juvenis, com os quais realizamos contato nesta pesquisa, como coalizões que se formaram a partir de crenças, ideias e valores que giram em torno dos direitos da juventude, assim como, os grupos institucionais que se articulam em torno da temática e conjuntamente fazem o Conselho Municipal de Juventude, sendo este identificado como um subsistema, como segue a explicação a seguir.

Segundo Araújo *et al* (2014), o estudo da formulação deste modelo tem como base o subsistema, sendo este uma “unidade de análise mais adequada para compreender as formulações ou mudanças nas políticas públicas” (SABATIER; WEIBLE, 2007 *apud* Araújo *et al*, p.06). Já para Souza (2007), cada subsistema “íntegra uma política pública [que] é composto por um número de coalizões de defesa que se distinguem pelos seus valores, crenças e ideias e pelos recursos de que dispõem” (Idem, 2007, p.75). Compreende-se, dessa forma, que este subsistema é composto por atores que têm a pretensão de influenciar as decisões direcionadas a determinado campo de políticas públicas, podendo compor-se por indivíduos ou grupos, sendo estes de organizações públicas ou privadas e as coalizões se apresentam como elementos importantes que compõem o subsistema.

Assim como, Capella e Brasil (2005) também destacam sobre o modelo de Sabatier que “o conceito de subsistemas se refere às nossas instituições sociais e à forma como elas interagem umas com as outras e com entidades e atores não governamentais, tais como grupos de interesse, a mídia e especialistas em política” (Idem, 2005, p.73). Estes subsistemas são compostos por várias coalizões que se formam por diversos atores e se configura como um espaço “onde ocorrem discussões e debates de múltiplos atores motivados pela defesa de suas crenças” (Idem, 2005, p.68), esses atores atuam de forma a defender suas ideias e posicionamentos frente à construção de programas e políticas de governo. Deste modo, podemos identificar nosso campo de pesquisa do Conselho institucional da Juventude como um subsistema que comporta várias coalizões de entidades e grupos públicos e privados e onde acontecem as discussões e deliberações acerca da política de juventude no município de João Pessoa.

No modelo de Sabatier e Weible (2007 *apud* Alves e Soares, 2015) há três bases que

conformam o modelo, são eles: o nível macro; o nível meso e o nível micro. Para fins de nossa pesquisa vamos considerar o nível macro, pois apesar dos processos políticos se configurarem entre especialistas dentro de um sistema de política, porém, há outros fatores socioeconômicos que afetam esse sistema, assim o macrosistema não se limita ao subsistema que está inserido, pois outros fatores de outros campos interferem na sua prática. É assim que se configura o subsistema que comporta a política de juventude, num nível macro onde há outros fatores que interferem na sua eficácia. Tendo por definição de que as coalizões se formam a partir da variedade de atores, contando com recursos e crenças diversas, podemos também destacar o nível meso como fazendo parte de nossa análise, uma vez que considera o acréscimo das coalizões para poder lidar com a multiplicidade de atores que integram um subsistema. E percebemos que no subsistema do conselho, por exemplo, configuram-se diversas coalizões que se integram a fim coordenar e viabilizar a política de juventude no município.

Recordamos que dentro de cada subsistema existem muitas coalizões que se formam com diversos atores nas mais variadas posições e espaços, indivíduos pertencentes às organizações públicas e privadas que compartilham determinadas crenças, valores e ideias (Alves e Soares, 2015), como já destacado acima. Há, porém, um sistema de crenças que, segundo Vicente (2015), tem “a função dupla de moldar uma perspectiva normativa para fundamentar a interpretação e o discernimento de soluções (diagnóstico) em relação a certos fenômenos percebidos” (Idem, 2015, p.82). Sendo organizado a partir de uma estrutura hierárquica em três níveis ou tripartite, esse sistema de crenças que é a base que mantém os indivíduos ligados às suas coalizões, se apresentam conforme o grau decrescente de resistência às mudanças. Estes níveis são: o núcleo duro (*deep core*); o núcleo político ou de políticas públicas (*policy core*) e os aspectos instrumentais ou secundários (*secondary aspects*).

No primeiro nível apresenta-se o núcleo duro (*deep core*) que se destacam as crenças baseadas em máximas normativas e ontológicas ligadas a questões sobre a natureza humana, a liberdade, segurança e poder, além de questões em torno da identidade cultural e de preservação ambiental. As premissas deste núcleo são muito resistentes a mudanças, Araújo *et al* (2014) destaca que compõe crenças neste núcleo as questões sobre a “relação ética homem-natureza, conhecimento como valor, visão do Estado e visão sobre recursos naturais” (Idem, 2014, p.06). E Vicente (2015) assemelha essas crenças a uma “conversão religiosa” devido a suas características fundamentais. Podemos perceber que para conseguir viabilizar a política

de juventude foi necessário que houvesse mudanças no núcleo duro, pois a categoria juventude teve que ganhar visibilidade para que entrasse na pauta política do país e foi necessário mais que uma década e muitos eventos/acontecimentos importantes para que acontecesse tal mudança, veremos mais detalhes dessa trajetória no próximo capítulo deste trabalho.

O segundo núcleo se destaca pelas disposições estratégicas das políticas públicas no que concerne a adaptação ao subsistema é o chamado núcleo político ou de políticas públicas (*policy core*). Com relação a esses posicionamentos Araújo *et al* (2007) destaca que eles servem para reafirmar os valores do núcleo anterior, definindo aquilo que os autores chamam de *coalizões de advocacia*, ou seja, quem é a favor ou contrário dentro do subsistema. Além disso, “os posicionamentos normalmente fazem referência às causas básicas dos problemas, distribuição adequada de autoridades entre o governo e o mercado, e preferências e prioridades entre os instrumentos de política pública mais relevante” (ARAÚJO *et al.* 2014, p.07). Assim como, o bem-estar é um item importante que deve ser considerado nas prioridades dos valores e na identificação de grupos ou entidades.

Vicente (2015) destaca que as crenças neste núcleo são também difíceis de serem modificadas, pois as crenças do núcleo político se “constituem o principal elo interno de ligação das coalizões” (Idem, 2015, p.82) e quando acontecem tais mudanças, essas são decorrentes de fatores não-cognitivos, ou seja, externos ao subsistema. Assim como, Alves e Soares (2015) asseguram o lugar dessas crenças em todo o subsistema, sendo elas “a base para a formação de coalizões, pois estabelecem alianças e coordenam as atividades entre os membros do subsistema” (Idem, 2015, p.69). Alguns dos exemplos de crenças presentes neste núcleo são apontados por Araújo *et al* (2014), com destaque para os principais itens: “posições sobre tipos prioritários de instrumentos de políticas públicas, controle do desmatamento, criação de unidades de conservação, direitos das populações tradicionais e participação do setor privado na solução dos problemas ambientais” (Idem, 2014, p.06-07), sendo estes elementos componentes da política do meio ambiente. No destaque das políticas públicas de juventude, novamente enfatizamos que esta política precisou passar por um processo de visibilização até ser percebida como uma prioridade na agenda política do estado. Houve muitos posicionamentos divergentes, assim como, destacamos a necessidade da mudança no núcleo duro, com acontecimentos externos para que a política de juventude chegasse ao patamar preferencial da agenda e pauta política.

E, por fim, as crenças instrumentais ou secundárias (*secondary aspects*) que se refere

“a aspectos específicos de uma determinada política pública”, segundo Araújo *et al* (2014, p.06). Sendo estas crenças mais fáceis de apresentar mudanças, Vicente (2015) destaca que essas mudanças acontecem, em grande medida, devido ao “*policy-oriented learning* ou aprendizado orientado à política pública (fatores cognitivos) dentro e entre coalizões de defesa” (Idem, 2015, 83). Alves e Soares (2015) enfatizam que o núcleo das crenças instrumentais se faz necessário à viabilização do núcleo político e também direcionam a reestruturação dos valores do núcleo duro. Sendo que é neste nível das crenças instrumentais ou secundárias “[...] que são tomadas as medidas e as decisões necessárias para implementar a *policy core*; é também nesse nível que são utilizadas estratégias que buscam atingir os valores do *deep core* no âmbito do subsistema” (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1999 *apud* Alves e Soares, 2015, p.69). Por serem menos arraigadas que os outros dois núcleos, as crenças instrumentais se detêm ao manejo da política, distribuição e alocação de recursos, interpretação das normativas, dentre outros aspectos. E é neste núcleo também que a política pública tem seu viés mais ligado a *práxis*, pois apresenta as decisões e estratégias que são necessárias a implementação de uma política, sendo necessária a viabilização de praticamente todas as políticas públicas.

Antes de discutirmos sobre a aprendizagem orientada a política pública, destacada acima e que integra algumas das hipóteses do modelo, vamos nos deter no primeiro grupo das hipóteses que se direcionam as coalizões de defesa. Neste sentido, Alves e Soares (2015) enfatizam que, de acordo com o modelo de Sabatier, uma coalizão se define no âmbito material por uma determinada política pública, tendo por base nossa pesquisa destacamos a política de juventude; ou na definição territorial, nesta definição se destaca um determinado local de análise da política, podemos identificar o local de deliberações da política como o Conselho Municipal de Juventude; ou pela esfera político-administrativa, seja esta federal, estadual ou municipal, a partir da análise de nossa pesquisa, enfatizamos a esfera municipal da cidade de João Pessoa. E, segundo Vicente (2015), o aspecto que faz com que as coalizões se formem está na “concordância sobre crenças do núcleo político” (Idem, 2015, p.83). Ou seja, são grupos e/ou indivíduos que se unem por um compartilhamento de crenças, ideias e opiniões de mesma ordem, aspectos já discutidos e analisados acima.

Passando a aprendizagem orientada às políticas públicas ou *policy-oriented learning*, onde se apresenta as mudanças que podem ocorrer nas políticas públicas, esta aprendizagem redireciona as políticas públicas na medida em que há um acúmulo de produção técnica e científica de elementos fundamentais da política pública. Ou seja, o *policy-oriented learning*

“é entendido como a permanente alteração de pensamentos e de comportamentos resultantes da experiência prática apoiada pela evolução do conhecimento técnico/científico do problema, o que permite revisões nos objetivos da política pública” (SABATIER, 1998 *apud* Vicente, 2015, p.78). A partir desses novos estudos e conhecimentos é possível que novos argumentos sejam gerados, possibilitando, assim, uma ampliação das discussões no sistema de crenças de uma coalizão, fortalecendo, dessa forma, essa mesma coalizão. É também onde ocorre todo esse processo político de aprendizagem direcionado à política pública, que é chamado de subsistema de política pública.

Já discutimos sobre a questão do subsistema, mas só para enfatizar que Sabatier identifica um subsistema de políticas públicas

[...] como um conjunto de atores individuais ou coletivos de uma variedade de organizações públicas, privadas e da sociedade civil (ONGs), num determinado escopo geográfico, que está ativamente preocupado com determinada questão de política pública e que sistematicamente tenta influenciar as decisões naquele domínio (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1988 *apud* Vicente, 2015, p.78).

Neste trecho das premissas de Sabatier e Jenkins-Smith (1988 *apud* Vicente, 2015) identificamos claramente a definição da pesquisa que realizamos. Pois, o subsistema Conselho de Juventude que trata da política pública direcionada aos jovens comporta atores e grupos de organizações públicas, como das secretarias e autarquias, como também de espaços privados e da sociedade civil, como os grupos juvenis identificados e destacados ao longo deste trabalho; concentram-se e atuam no município de João Pessoa, acompanhando e intervindo na implementação da política de juventude na cidade. E constantemente a política pode ser redirecionada segundo cresce e se aprofundam as aprendizagens das ditas políticas públicas deste segmento, até porque há um constante acúmulo de pesquisas e estudos acerca da efetivação da política no município. Contudo, assim como pode haver elementos externos que favorecem a mudança de escopo da política para sua efetivação também há eventos que impedem uma atuação eficaz da política, com destaque para eventos e acontecimentos históricos, veremos este enfoque no capítulo seguinte.

Nas hipóteses de aprendizagem política as mudanças só acontecem por meio de “evidências empíricas bastante sólidas [que] podem conduzi-las a rever pontos de vista” (ARAÚJO, 2007; SABATIER, 1987 *apud* Vicente, 2015, p.84), essas mudanças são bastante duradouras uma vez que podem “motivar revisões nos objetivos políticos do subsistema” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.08), essa motivação é impulsionada pela experiência e o surgimento de novas informações, muitas vezes, trazidas por estudos científicos e técnicos. E quanto à



questão da suscetibilidade das aprendizagens, segundo Alves e Soares (2015), as crenças secundárias estão nesse patamar, enquanto que o núcleo duro e o núcleo de políticas públicas resistem a mudanças advindas de informações.

Seguindo as mudanças eventuais das políticas, temos as perturbações externas que se configuram a partir das “mudanças em condições socioeconômicas, mudanças de regime, impacto de outros subsistemas ou desastres” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.09) o que favorece alguns importantes efeitos, tais como: “as redistribuições de recursos entre as coalizões, a abertura ou encerramento de subsistemas nos eventos de maior impacto, a alteração das crenças da coalizão dominante e a substituição da coalizão dominante por uma minoritária” (Idem, 2015, p.09). Como podemos perceber são mudanças decorrentes de eventos externos que podem alterar, especialmente, o lugar de uma coalizão minoritária que se destaque em demandas, tornando-a prioritária nas discussões. Um importante aspecto dessa mudança política pelas perturbações externas é a mudança de regime que pode facilitar ou impedir um avanço em alguma política pública, destacando a política de juventude, há uma década e meia essa mudança favoreceu crescentemente a viabilização da política no país.

As mudanças políticas acontecem por meio da aprendizagem política, e pelas perturbações externas, mudanças já explanada acima, e mais recentemente os autores revisaram o modelo e adicionaram outras duas variáveis de mudança política, que são o choque interno e o acordo negociado. E são esses aspectos de mudança que incide sobre as oportunidades e dificuldades dos atores presentes no subsistema de políticas a elencar mudanças nas políticas públicas, segundo Alves e Soares (2015).

Em se tratando dos choques internos, uma vez que há um destaque sobre determinado problema, pode acontecer uma redistribuição ou uma nova captação dos recursos direcionada a uma política pública, gerando, sobretudo, mudanças nas políticas públicas, diferentemente dos choques externos. Muitas vezes o destaque dos eventos dos choques internos é ocasionado através da publicização da opinião pública, pois “ressaltam vulnerabilidades, falhas, negligências e trazem novas informações para dentro do processo político” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.08), com isso há um desequilíbrio de forças entre os atores que fazem parte dos subsistemas e as crenças do núcleo político são colocadas em cheque, daí ocorrem as mudanças. Isso pode gerar duas condições:

[...] a distribuição de recursos, argumentando que tais choques causam a redistribuição de recursos relevantes como os suportes público e financeiro; e a confirmação de crenças de coalizões minoritárias, ao mesmo tempo em que são colocadas em dúvida as crenças das coalizões dominantes (ARAÚJO *et al*, 2014, p.08).

Muitas políticas públicas direcionadas a grupos minoritários se utilizam do destaque da mídia, embasados em estudos aprofundados para viabilização de tal ou tal política pública e com a política de juventude não foi diferente, aliás, no modelo de Múltiplos este enfoque já foi mencionado. Uma vez que esta política foi efetivada legalmente já havia uma discussão e estudo quanto ao lugar dessa juventude na sociedade brasileira e o que poderia realizar de direcionamento positivo para favorecer este segmento de indivíduos.

Quanto aos acordos negociados, eles explicam a ausência de variáveis externas ou internas, são as coalizões que tendo passado por um período de conflito fazem um acordo e geram mudanças de grande porte (ARAÚJO *et al*, 2014). Para acontecer às negociações há importantes condições básicas que devem ser levadas em consideração, segundo Araújo *et al* (2014), a principal delas indica que para que se mantenham o seu *status quo* ambas as partes compreendem que estão encurralados e que é preciso realizar a negociação entre representantes das diversas coalizões e segundo algumas regras confirmadas consensualmente, os atores comprometem-se às negociações, com ênfase em questões mais práticas baseando-se na experiência.

Além das crenças, no interior dos subsistemas também se destaca os recursos das coalizões formadas e os diversos atores destas coalizões, sendo estes aspectos que influenciam fortemente o comportamento desses atores, assim como, a formulação e construção das políticas públicas. Esses recursos já foram ressaltados nas possibilidades de mudanças elencadas acima, tais como; a opinião pública, a junção de informações e estudos acerca de determinado tema; alguns elementos que não foram citados (ALVES E SOARES, 2015), como; a questão financeira e a liderança hábil; como também as participações de indivíduos em atividades políticas, deste último aspecto percebem-se muito presente entre organizações da sociedade civil que se engajam em passeatas e protestos por melhorias nos serviços públicos, sendo este um recurso muito utilizado entre as organizações juvenis ao longo do tempo de reivindicações pelas políticas de juventude, não só no município de João Pessoa/PB, mas em todo o país.

Ainda no modelo de coalizão de defesa destacamos elementos que afetam o comportamento dos participantes políticos, ou seja, dos atores que estão inseridos nos subsistemas das coalizões, e são dois conjuntos de fatores externos ao subsistema, são eles: um estável e outro dinâmico, segundo Alves e Soares (2015). Entretanto, Araújo *et al*. (2014) ainda ressalta as estruturas de oportunidades e as perturbações externas, esta já explanada acima.

Sobre os fatores estáveis, se inserem “os atributos básicos do problema; a distribuição básica de recursos naturais; valores socioculturais fundamentais e estrutura social e a estrutura constitucional básica (regras)” (ALVES E SOARES, 2015, p.71). Suas mudanças são pequenas não acarretam grandes modificações seja no subsistema ou nos comportamentos dos atores. Asseguram importância “para estabelecer os recursos e as limitações nas quais os atores do subsistema devem operar” (ARAÚJO *et al*, 2014, p. 08), apesar de suas difíceis alterações no período de tempo de uma década. No conjunto dinâmico se configuram as “condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, mudanças nas coalizões governamentais e impacto de decisões políticas de outros subsistemas” (ARAÚJO *et al*, 2014, p.08), sua influência é mais sentida sobre os comportamentos dos atores e acontecem mudanças antes do período de uma década.

Os outros dois elementos que afetam o comportamento dos atores no interior dos subsistemas, segundo Araújo *et al* (2014, p.08-09) são; primeiro as estruturas de oportunidades, que a partir do grau de consenso que viabiliza condições de mudanças significativas, se eleva o grau de inclusão dos diversos atores que fazem acordos e compartilham informações; segundo, com relação à abertura do sistema político, onde Sabatier e Weibler (2007 *apud* Araújo *et al*, 2014) destacam a ampliação plural do regime para que o sistema de decisões seja mais acessível e plural. Esses elementos são importantes quando consideradas para modificação nos comportamentos dos atores, contudo, são complementares aos elementos elencados sobre as possíveis mudanças que ocorrem e podem ocorrer com as políticas públicas, num quadro geral, já explanada acima.

Alves e Soares (2015) afirmam que o Modelo de Coalizões de Defesa se inspira na literatura sobre rede política, tendo em vista que reconhece “a importância das relações interpessoais para explicar o comportamento humano” (Alves e soares, 2015, p. 74), assim Sabatier e Weible (2007 *apud* Alves e Soares, 2015) afirmam que “as crenças e o comportamento das partes interessadas estão embutidos dentro de redes informais e que políticas estão, de certa forma, estruturadas pelas redes entre os participantes políticos importantes” (Idem, 2015, p. 74), integralizando, dessa forma, os diversos âmbitos da política em si.

O que Alves e Soares (2015) destacam como rede política, a partir dos trabalhos de Sabatier, Marques (2006) denomina de redes sociais e aponta como sendo mecanismos que “estruturam os campos de diversas dimensões do social [...] influenciando o fluxo de bens materiais, idéias, informação e poder” (Idem, 2006, p.19) vinculadas a indivíduos, entidades e

organizações. Assim como, as relações que se estabelecem nas redes e o posicionamento dessas redes podem constituir “estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política” (MARQUES, 2006, p.19). São os vínculos estabelecidos entre esses atores que se destacam nas redes sociais, contam, portanto, os elos informais que se dão nas redes, nas quais se apresenta a transmissão de recursos, sejam materiais ou imateriais, em detrimento das formas hierárquicas ou mesmo das características individuais dos atores envolvidos.

O estudo sobre as redes sociais é um campo privilegiado pela sociologia no âmbito das políticas públicas. Numa concepção elisiana, “a sociedade é percebida como uma rede de indivíduos e grupos em constante relação, compreensível em termos de relações recíprocas” (CORTES, 2012 p.39). Entretanto, existem atores em que não se apresentam numa posição nem com o Estado ou tampouco com a sociedade civil ou o mercado, é o que Cortes (2012) destaca como as comunidades de políticas (*policy communities*).

Essas comunidades são atores em rede que não podem ser situadas como societárias ou estatais, pois seus integrantes estão situados no Estado e na sociedade. Elas se constituem a partir das relações de atores individuais e coletivos no interior de redes existentes em áreas específicas de políticas públicas. (CORTES, 2012, p.40)

Essas comunidades de políticas funcionam como uma comunidade que abarca especialistas de uma dada política setorial, mas que não estão visíveis no cenário político. Além disso, há uma mútua formação entre as redes sociais e as normas sociais, pois, “enquanto redes geram hierarquias que colaboram na definição e na eficácia das regras, normas sociais dão forma às estruturas e condicionam comportamentos individuais e grupais”, segundo Cortes (2012, p. 40).

Graça Rua (2009) afirma que as redes são “estruturas policêntricas”, com ênfase no compartilhamento das atuações, especialmente ligadas à gestão. E, ainda, destaca a formulação de redes apresentada por Castells que propõe um estado-rede, referindo-se aos novos formatos das políticas públicas, tendo como principais características “a horizontalidade e a interdependência entre os múltiplos nódulos ou participantes” (RUA, 2009, p.53). Ou seja, apesar da interdependência se apresentar como uma dependência entre as organizações, no entanto, isso não deve gerar, necessariamente, uma subordinação entre elas, mas uma espécie de cooperação, onde haja uma forte interação entre diferentes atores e organizações. Em nossa pesquisa, em particular, destacamos a presença e o trabalho em rede das organizações que pesquisamos, pois grande parte da atuação é feita através de redes

compartilhadas na temática de juventude que no Conselho Municipal de Juventude conforma sua expressão máxima.

O que Silva (2008) critica é o fato de que as redes não abarcam para além das relações entre Estado e sociedade civil, pois deveria se caracterizar por “uma configuração sistemática de rede intergovernamental, intragovernamental e intersetorial” (Idem, 2008, p.92), pois esse esforço interredes poderia ser importante na formação de políticas públicas, uma vez que “isso permitiria construir uma agenda comum que pudesse resultar numa política multisetorial através da colaboração de vários setores públicos” (Idem, 2008, p.92). Para que tudo isso aconteça faz-se necessário que haja uma vontade política da gestão pública em assumir um governo democrático e participativo.

Ainda sobre as redes sociais, Silva (2008) destaca em seu trabalho sobre a intersetorialidade das políticas públicas uma ideia pressuposta de que no Brasil, “a sociedade busca se organizar de um modo cada vez mais horizontal, baseado em redes, e por princípios de democracia participativa” (Idem, 2008, p.84). Esta seria uma tentativa de que se pudesse haver uma interação entre os importantes setores da sociedade, a saber, a própria sociedade civil organizada, a gestão pública e o setor privado. Contudo, a implementação de uma democracia participativa configura-se como um grande desafio do Estado brasileiro nos tempos atuais.

É neste sentido que Junqueira (1999 *apud* Comerlatto *et al.*, 2007), aponta que é preciso que as políticas públicas e a sua gestão, especialmente, apresentem uma “visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território” (JUNQUEIRA, 1999, *apud* Comerlatto *et al.*, 2007, p.267). Enfocamos a política de juventude como uma política intersetorial por se tratar de um grupo que requer uma melhor qualidade de vida em diversos setores e âmbitos da política estatal e de sua trajetória.

Dessa forma, e concordando com Junqueira a política pública de juventude requer um planejamento que favoreça otimizar os recursos de formar e encontrar soluções integradas que dêem conta da complexidade ao qual esta política se direciona e que essa “realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social” (JUNQUEIRA, 1999, *apud* Comerlatto *et al.*, 2007, p.267). Também por se tratar de um público heterogêneo e multifacetado, na perspectiva de que não existe apenas uma juventude, mas várias juventudes é que a política pública precisa ter a intersetorialidade, uma vez que com esta concepção deve haver uma nova possibilidade de planejar, executar e avaliar a política

pública juvenil. “Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 1999, *apud* Comerlatto *et al.*, 2007, p. 267). Ou seja, tanto as articulações do estado quanto das organizações civis precisam possibilitar novas formas do agir político a partir das demandas das diversas juventudes as quais estes são representados nas instituições, tais como o Conselho Municipal de Juventude. Vamos identificar no tópico a seguir alguns importantes direcionamentos quanto ao papel e influência das instituições sobre as ações políticas dos diversos atores sociais.

### **1.1.3 A literatura Neo-institucionalista sobre as políticas públicas**

Dando continuidade à análise conceitual sobre a política pública, este debate é também influenciado por outros pressupostos teóricos, como a literatura neo-institucionalista, desencadeada, segundo Frey (2000), pela abordagem teórica da ‘*policy analysis*’; este estudo “ênfatisa a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas” (SOUZA, 2007, p.81). Contudo, Souza (2003) recomenda cuidado com a utilização desse aporte teórico, uma vez que “a articulação entre a análise da política pública e o papel das instituições, ou das regras do jogo, nem sempre é muito clara” (SOUZA, 2003, p.18). É importante destacar que segundo essa vertente analítica os processos sociais são explicados a partir das instituições.

Segundo Cortes (2013), a perspectiva teórica do neo-institucionalismo se encontra no campo macroestrutural dos sistemas que leva em conta as ações e posições dos diversos atores nas estruturas sociais. E, Cortes, (2013) também destaca como premissa principal sobre as instituições “o de que as regras institucionais, os procedimentos e as convenções moldam as preferências individuais e estimulam ou limitam as opções de comportamento de indivíduos e organizações por meio de certos mecanismos de incentivo ou de sanção” (Idem, 2013, p.56). Além desses caracteres que o neo-institucionalismo leva em consideração, há que ressaltar as relações de poder que se refletem e os efeitos que tudo isso acarreta aos processos políticos existentes.

Todavia, o neo-institucionalismo não serve apenas para sanar as necessidades individuais, mas as instituições “são produto de processos políticos de negociação antecedentes, refletem as relações de poder existentes e podem ter efeitos decisivos para o processo político e seus resultados materiais” (Prittiwitz, 1994 *apud* FREY, 2000, p.232). Como não prevalecem os interesses individuais, a ação política dos atores sociais também não

se restringe a esses aspectos, mas, sobretudo, a afirmação de sua identidade tem forte influência sobre os processos políticos, especialmente sobre as políticas setoriais. E é nesta perspectiva, especialmente, que concentramos nosso estudo, na ideia de que as identidades sociais são também responsáveis pela construção dos processos políticos que giram em torno da implementação de políticas públicas no âmbito institucional.

Na perspectiva analítica do neo-institucionalismo há quatro abordagens diferentes com relação às instituições que são importantes destacar, a saber, (a) a abordagem histórica e estruturalista; (b) a teoria da escolha pública; (c) a teoria da escolha racional; e (d) a teoria neo-institucionalista sociológica; para enfoque de nossa pesquisa aprofundaremos o debate com as últimas duas abordagens, de forma que, apenas apresentaremos a principal premissa das duas primeiras.

(a) *Abordagem histórica e estruturalista* – “As instituições tem forte efeito sobre o comportamento individual e dos grupos” (CORTES, 2012, p.42), enfocando, principalmente as formas de comportamentos e condutas da sociedade e dos indivíduos, em particular, se direcionando tanto formal quanto informalmente. Por isso, “muitas estruturas e resultados de políticas não são planejadas por atores individuais e coletivos, mas sim escolhas realizadas sob o constrangimento, por vezes, abrupto, de instituições” (Scott, 1992 *apud* CORTES, 2012, p.42). Dessa forma, as políticas públicas acabam sendo direcionadas pela instituição que faz parte, passando por cima, muitas vezes, do planejamento elaborado em instâncias de compartilhamento de poder.

(b) *Teoria da escolha pública (public choice)* – Aposta no mercado para regular os processos políticos. “Adota um viés normativamente cético quanto à capacidade do governo de formular políticas públicas [...] defende a superioridade das decisões tomadas pelo mercado vis-à-vis às tomadas pelos políticos e pela burocracia” (CORTES, 2012, p.42).

(c) *Teoria da escolha racional* – Os indivíduos, mesmo coagidos pelas instituições, são ainda capazes de realizar escolhas. Explica “a existência das funções desempenhadas pelas instituições [tomando como referência a acentuada] capacidade de escolha dos atores. Constrangidos por instituições, indivíduos e grupos são vistos como capazes de fazer escolhas racionalmente auto-interessadas, mesmo que essa racionalidade seja admitida como limitada” (Ostrom, 2007; Simon e Marsh, 1967 *apud* CORTES, 2012,

p.43). O principal autor desta visão é Giddens que destaca a intencionalidade dos indivíduos em realizar escolhas, identificando-os como “agentes reflexivos” que podem ser responsabilizados por suas próprias escolhas sem que sejam penalizados pelas circunstâncias em que realizaram a ação. Seus trabalhos serviram de base para formulação de políticas públicas, pois “focalizam a reflexividade humana, em contraste com aquelas que enfatizam estruturas e instituições como explicativas da ação dos indivíduos e grupos” (CORTES, 2012, p.44).

Segundo Cortes (2013), a teoria da escolha pública e a teoria da escolha racional têm a mesma procedência na tradição racional/utilitária da sociologia. Com a primeira influenciou “as reformas dos Estados de bem-estar social de governos da nova direita, conservadores e, em certa medida, da terceira via” (CORTES, 2013, p.67); com a segunda teoria influenciou outras vertentes direcionadas pelo viés de Giddens, sendo reconhecido inclusive pelos neo-institucionalistas, “de que os agentes são reflexivos e capazes de fazer escolhas, [...] e de que as instituições com as quais os agentes operam e o senso comum que informa a ação são culturalmente construídos” (CORTES, 2013, p.67). Ou seja, há um enfoque de que não são apenas as instituições que moldam as ações políticas, mas os indivíduos também contribuem na construção das políticas públicas; sendo esta premissa muito importante para nossa pesquisa, uma vez que defendemos a ação política dos atores dentro das instituições em constante transformação das políticas, especialmente das políticas de juventude no município de João Pessoa.

Quando ainda não era tão influente na sociologia, a tradição racional/utilitária se concentrava em “analisar como um bem maior poderia ser produzido, em ambientes livres de restrições corporativas, institucionais ou legais para o acesso dos indivíduos à possibilidade de produzir e consumir bens” (Collins, 1994 *apud* CORTES, 2013, p.58), sendo que as organizações são introduzidas um pouco mais tarde, uma vez que não é o mercado livre que domina as sociedades contemporâneas, mas as burocracias. Para esta ênfase nos aspectos culturais, Frey (2000) destaca outra vertente analítica que se originou da ‘*policy analysis*’, que além do neo-institucionalismo, contribuiu para o surgimento de uma nova vertente teórica designada de “análise de estilos políticos”, que segundo o mesmo;

[...] vem-se dedicando mais ao aspecto do ‘como’ da política (‘politics’), frisando fatores culturais, padrões de comportamento político e inclusive atitudes de atores políticos singulares como essenciais para compreender melhor o processo político, que, por sua vez, repercute na qualidade dos programas e projetos políticos elaborados e implementados (FREY, 2000, p.235).



É importante ressaltar que Frey (2000) destaca a mudança que ocorre “em relação aos valores sociais, interesses e objetivos de ação” (Idem, 2000, p.236) fazendo com que apareça novos atores, com novos estilos e comportamentos políticos, evidenciando-se em novos arranjos institucionais, principalmente, no que se refere ao surgimento de novos canais de participação, a saber, os Conselhos Setoriais e de Políticas Públicas, o Orçamento Participativo dentre outros canais institucionais. Nestes aspectos, destacamos o Conselho de Juventude da cidade de João Pessoa como essa nova configuração institucional, uma vez que este espaço conforma atores com demandas e reivindicações singulares a este segmento da sociedade.

(d) Teoria neo-institucionalista sociológica – Nesta vertente, há um processo designado de “isomorfismo institucional” que expressa a ideia de que as instituições sociais e estatais buscam certa legitimidade frente às ações políticas e sociais. E quanto a sua ligação com os estudos sobre políticas públicas;

[...] está relacionada à concepção de que as organizações políticas derivam seus modelos de funcionamento dos imperativos culturais provenientes do ambiente societal. [...] os institucionalistas sociológicos concentram-se no exame das redes de políticas públicas, que incluem atores de diversos níveis de governo, de mercado e da sociedade civil. Nesse contexto, focalizam também os atores que se organizam em redes, como as comunidades de políticas. (CORTEZ, 2012, p.46)

Cortes (2012) ressalta que esses estudiosos levam em conta a formação da agenda governamental e por considerarem que os problemas são construídos por demandas dos atores sociais, esses problemas geram soluções que podem ser propostos por esses mesmos atores e uma vez incluídos na agenda de governo, há um empenho para formulação de políticas. Essa proposição de soluções aos problemas encontrados sobre determinada política pode ser apresentada em instituições participativas, como os Conselhos Gestores, onde se apresentam atores sociais e estatais a fim de indicar possíveis caminhos a formulação e execução das políticas públicas.

[...] as políticas públicas são entendidas como construções de matrizes cognitivas que determinam, ao mesmo tempo, as medidas (ações, atividades, programas, por exemplo) passíveis de serem adotadas – porque legítimas – e os espaços de sentido particular, no interior das quais os atores interagem (Muller e Surel, 2002 *apud* CORTEZ, 2012, p.47).

Apesar dessa possível abertura para formulação da agenda incluindo, sobretudo, atores sociais, Cortes (2012) destaca que esses atores e até mesmo os atores estatais que estejam organizados em rede ou não, podem ter “suas possibilidades de reflexão e de ação limitadas por instituições e pela estrutura social que estratifica o acesso a recursos de poder” (Idem,

2012, p.47); recursos esses que podem definir uma agenda governamental, se configurando, muitas vezes como ações políticas que podem definir e redefinir a formulação de uma política. Essa estratificação muitas vezes é direcionada por obstáculos burocráticos e de ordem estrutural, onde atores sociais estejam sendo impedidos de interagir de forma efetiva no direcionamento e redirecionamento de formulação da política pública.

Diante de tudo isso, podemos perceber o quão importante as teorias analíticas do neo-institucionalismo são para pesquisas sobre políticas públicas. Seu enfoque possibilita entender a estrutura institucional visando apreender os processos políticos e sociais da sociedade como um todo. Por isso, Cortes (2012) destaca como premissa principal do neo-intitucionalismo o de que “as regras institucionais, os procedimentos e as convenções moldam as preferências individuais e estimulam ou limitam as opções de comportamento de indivíduos e organizações” (Idem, 2012, p.53) de acordo com formas de estímulo ou punições. Já Frey (2000) corrobora com a premissa de que há uma “institucionalização de padrões de ação e de processos de negociação no contexto de organizações e procedimentos” (Idem, 2000, p.240). Para o neo-institucionalismo, tudo isso é o que tange às formas orientadas de padrão de comportamento nos processos políticos que moldam os diversos atores e organizações.

Uma vez que dialogamos sobre as abordagens analíticas e teóricas das políticas públicas tocamos num ponto importante nestas linhas, a saber, sobre a atuação de atores envolvidos no processo de elaboração dessas políticas. Na seção seguinte vamos explorar abordagens analíticas sobre as ações de atores juvenis imbricados nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, bem como apreender suas facetas em organizações e em mobilizações sociais.

## **1.2 Conversando sobre Juventudes: concepções**

Muitos estudiosos concordam que a juventude é um termo típico da modernidade, suas nuances e especificidades foram enaltecidas a partir do surgimento da modernidade. E é a partir da valorização da juventude em contraste com a contestação do absolutismo dos reis no período da Revolução Francesa que Ribeiro (2004) ressalta o valor da juventude, uma vez que a partir de então, “ser moço passa a ser algo positivo e, mais do que isso, prioritário na agenda” (Idem, 2004, p.23), o termo revolução também adquiriu um olhar positivo, assim compreende-se que “fazer a revolução tenha sido, durante boa parte do século XX, uma das grandes vocações dos jovens” (Idem, 2004, p.24). Contudo, ser jovem ainda nesse tempo se configurava experimentar um estado de profunda vulnerabilidade, “dada situação de conflito

experimentada pelo rapaz ou pela moça ao querer afirmar sua identidade, singularidade, criatividade e vitalidade” (ADORNO, 2001, p.17), tendo em vista padrões estabelecidos pelas gerações anteriores, como nos indica Adorno (2001). Sendo este um processo que se determina a partir dos costumes e conflitos enfrentados em cada época e sociedade onde o jovem esteja inserido.

Assim como outras faixas etárias de idade, a juventude é percebida como “uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres” (GROPPO, 2004, p.11). Contudo, é preciso perceber e ampliar o olhar sobre a definição de juventude. É neste sentido que Abramovay e Esteves (2007, p.23) destacam que “a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens”, levando em conta aspectos presente na sociedade em que esses jovens estão inseridos. É nesta perspectiva que direcionamos o entendimento sobre juventude presente neste trabalho.

Outro aspecto comum a indivíduos de outras faixas de idade, segundo Adorno (2001), diz respeito ao enfrentamento de ambiguidades e contradições nos desejos e expectativas das identificações específicas do grupo social ao qual pertence. Dos jovens espera-se sempre o novo e a originalidade, mas isso contradiz com o enquadramento exigido pelas gerações anteriores no que se refere a comportamentos e identificações de papéis. Ao mesmo tempo em que os jovens se destacam pela busca de novas experiências e vivências, também se exigem certo comportamento responsável frente aos compromissos com a família, a escola, o trabalho e outros espaços institucionais.

Ainda nesses primeiros aspectos destacamos algumas compreensões mais gerais sobre o jovem e a categoria juventude. Primeiramente, seguindo as revisões apresentadas por José Machado Pais (1997 *Apud* Abramovay e Esteves, 2007, p.24) há uma divisão dessa juventude em um “grupo social homogêneo” que se destaca pela vivência em determinada fase etária da vida e o reconhecimento da existência de “múltiplas culturas juvenis” caracterizadas por múltiplos interesses e inserções em vários campos da vida em sociedade. É nestes termos que se enfatiza o termo juventudes, no plural, como forma de abarcar a diversidade que se apresenta nesta categoria. Assim, podemos resumir essa primeira compreensão, no seguinte; “a juventude é um grupo homogêneo quando comparado com outras gerações; e heterogêneo quando analisado como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros” (ABRAMOVAY & ESTEVES, 2004, p.24). É preciso levar em consideração a unidade da juventude enquanto faixa de vida e sua diversidade em suas

especificidades. Acrescentando à ideia de que a juventude é uma construção social, enfatizamos a pluralidade e multiplicidade da juventude referindo-se ao termo no plural, ou seja, *as juventudes*.

Ainda neste diálogo, Abramovay e Esteves (2004) defendem que não há uma cultura juvenil que seja homogênea e fechada, pois há uma vivência diferenciada das diversas juventudes e que devemos levar em consideração importantes aspectos da vida em sociedade, tais como posição de classe, formação, local de moradia e formas de trabalho e emprego. É, dessa forma, que entre os principais aspectos das diversas juventudes se destacam que “[...] não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si” (Idem, 2004, p.27). Ainda ressaltam a juventude como um ser real, mutável e pertencente a uma fase de vida transitória, sem perder sua capacidade de transformar-se.

E é nesta perspectiva que, com relação à juventude, concordamos com a denominação do termo juventude no plural, como *juventudes*, pois assim podemos abarcar as diversas especificidades da multiplicidade juvenil presentes nos mais diversos espaços, por consequência, este jovem apresenta uma diversidade cultural que o possibilita reinventar-se e transformar suas visões de mundo e comportamentos entre seus pares, se caracterizando por aspectos semelhantes que se complementam ou diferenciados entre si.

Uma segunda compreensão diz respeito à relação da juventude com o consumo, Maria Rita Kehl (2004) destaca a juventude como um parâmetro para o consumo estético, o jovem passou a definir padrões de beleza, “ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa” (Idem, 2004, p.91-92). Essa visão consumista destaca dois aspectos importantes, primeiro o fato de essas aspirações suscitarem certa frustração nos jovens que não se identificam com este padrão estético, pois não é possível a realização desses anseios tendo em vista as desigualdades de oportunidades presentes em nossa sociedade; isso nos leva ao segundo aspecto, o fato de que a difusão de um tipo de jovem que precisa e deve ser *imitado* favorece a um acirramento da realização consumista e possibilita um aumento da violência por parte daqueles que são excluídos desse tipo de consumo. Esta é uma visão que precisa ser reformulada, favorecendo uma percepção mais ampliada sobre os jovens, uma vez que essa visão consumista só reproduz as desigualdades e incita a violência e a competição.

Na consideração das juventudes como uma fase em transição sua percepção muitas

vezes é identificada como um aspecto negativo, ora como potencialidade para o futuro, onde seu papel no presente não é privilegiado, ora são vistos como problema fazendo-se sentir nas diversas instâncias sociais (escola, família, etc.); ou em seu aspecto positivo em que se postula a juventude como um ideal social vendido pela publicidade como uma *eterna juventude* focada na boa forma e vitalidade juvenil. A juventude “passa a ser uma possibilidade que reoponta, ao longo da vida. Melhor dizendo, ela pode terminar, mas, também, recomeçar” (RIBEIRO, 2004, p.27); a juventude passa a ser um estado de espírito que direciona novos começos, ainda relacionando-se a estética e ao consumo de manutenção dessa eterna juventude. Essa ideia da eterna juventude ou a chamada *juvenilização* será mais bem discutida nas teorias pós-modernas sobre a juventude, um pouco mais adiante. Ainda, segundo Abramo (1997), a opinião pública aborda a juventude de duas formas, primeiro como alvo das propagandas dos produtos de consumo, principalmente, estéticos e outra em forma de noticiário, muitas vezes com ocorrências ligadas ao crime, à violência, às drogas dentre outras questões problemáticas.

A terceira compreensão sobre os jovens se concentra na ideia de moratória, em que a juventude está em uma fase transitória que não é considerada criança, mas também não se encaixa na vida adulta. Esse momento de transição interfere em outras partes da vida do jovem como sua inserção no mercado de trabalho. Dentre outros aspectos há que considerar que a sociedade como um todo tem certa dificuldade em lidar com as questões ligadas a juventude, uma vez que “a dificuldade em conceber o jovem como sujeito de identidade própria, [sua posição social se modifica] oscilando entre considerá-lo adulto para algumas exigências e infantilizá-lo em outras tantas circunstâncias” (ABRAMOVAY & ESTEVES, 2004, p.28). A partir destes aspectos podemos identificar uma visão contraditória na concepção das juventudes. E esta é uma visão problemática, pois mesmo que a juventude seja considerada uma fase transitória, é nesta fase que eles precisam ser encarados como tal, como sujeitos detentores de direitos e que precisam de um respaldo para que consiga passar por esta fase com a possibilidade de trabalhar suas potencialidades, seus anseios e desafios próprios dessa fase. Estes aspectos da moratória social serão abordados um pouco mais adiante.

Abramo (1997) destaca duas visões importantes sobre os jovens; a primeira vem da visão do campo da academia onde há pouco enfoque dos próprios jovens sobre suas vivências e experiências, o enfoque é sobre “os sistemas e instituições presentes na vida” (ABRAMO, 1997, p.25) dos jovens, tais como a escola, a família ou mesmo as instituições jurídicas e penais; a segunda visão diz respeito à preocupação dos diferentes atores (sindicatos, partidos e

movimentos sociais) sobre os jovens. Esta preocupação refere-se mais “a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles” (Idem, 1997, p.27) e esta ausência apresenta dois fatores importantes “tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas [...] como à baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos” (Idem, 1997, p.27). Particularmente, esta pesquisa à qual estamos elaborando busca apreender estes dois fatores que se sobressaem na ausência de participação política no Conselho de Juventude do município de João Pessoa, buscamos identificar, sobretudo, as vivências desses jovens junto ao órgão público do conselho quanto às organizações e movimentos juvenis no município, sendo estes mesmos jovens os interlocutores de suas próprias experiências.

E mais uma vez os atores políticos não percebem os jovens como sujeitos capazes de elaborar suas próprias demandas, com importantes ações políticas, que direcionam soluções eficazes aos problemas sociais identificados e quando se relaciona os jovens com a questão da cidadania, ressaltam-se os problemas mais do que o protagonismo dos jovens em definir sua própria atuação. Assim, destaca Abramo (1997, p.28), “ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e (quase nunca) [...] como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos”. A preocupação de Abramo (1997) é desconstruir a visão do senso comum sobre a tematização da juventude nos diversos espaços seja na academia, nos meios de comunicação ou por atores políticos, onde se consiga perceber os jovens enquanto sujeitos de direitos, esta também é uma preocupação nossa, definir um novo olhar sobre a juventude, especialmente sobre suas formas participativas e protagonistas, este termo também necessita de uma desconstrução e re-construção de significados, contudo, este é um debate que será abordado mais à frente.

Outras compreensões sobre a juventude, num viés mais tradicional, dizem respeito a considerações demográficas, biológicas e psicológicas; segundo a visão demográfica a juventude é percebida no grupo populacional a partir de uma faixa etária específica, os jovens se identificam como “um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser traçado com começo e fim rígidos” (UNESCO, 2004, p.25). Segundo a visão biológica e psicológica a juventude se define “como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social” (UNESCO, 2004, p.25). Só a partir da visão sociológica sobre a juventude que esta é percebida em suas especificidades, ou seja, percebe-se que a vivência dessas dimensões acontece de forma diferenciada para cada jovem e que cada

processo de construção da identidade juvenil se dá através de construções sociais e históricas ao longo de suas trajetórias e em diferenciados contextos é também nesta premissa sociológica que este trabalho direciona o entendimento sobre as diversas juventudes. Ainda precisamos apreender algumas importantes vertentes e entendimentos que tematizam as juventudes em variadas correntes teóricas, na seção seguinte aprofundaremos as abordagens e teorias analíticas sobre a juventude num olhar mais sociológico, inclusive algumas análises que já foram apontadas neste item introdutório.

### **1.2.1 Concepções Sociológicas sobre a Juventude**

Nesta seção vamos adentrar nas premissas sociológicas sobre a categoria de juventude. Machado Pais (1990) em suas análises sociológicas destaca que quando nos referimos aos jovens enquanto pertencentes a uma fase da vida, devemos encarar que a juventude é uma categoria que está em constante processo de construção social que se formula em contextos particulares e diferenciados nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais e que ao longo dos processos e contextos históricos se modifica e se transforma.

Pais (1990) indica um desafio à sociologia no que diz respeito à desconstrução de alguns aspectos importantes sobre a identificação da juventude. Ou seja, para este intento, o “desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea” (Idem, 1990, p.146) se trata, sobretudo, de uma desconstrução do senso comum daquilo que se configura como sendo aspectos próprios da juventude, mas que na realidade se trata apenas de representação social, muitas vezes apresentada de forma deturpada, como a assimilação da juventude com baderna, delinquência, dentre outros aspectos negativos.

E a juventude só passou a ser efetivamente notada, segundo as ideias de Pais (1990, p.148) “a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes «problemas sociais» daí derivados [...] quando [a juventude] aparece referida a uma *fase de vida*”. Assim, é preciso perceber que foi a partir de um contexto de conflitos que a juventude ganhou uma certa consistência social, não só entre acadêmicos e analistas, mas, sobretudo, entre as instituições sociais que buscavam uma solução para o problema *juventude*.

Dando prosseguimento a nossas análises sociológicas sobre a juventude vamos destacar Antonio Groppo (2004) que aponta que em cada fase histórica houve uma

determinada preocupação com a juventude; a primeira preocupação se apresenta no final do século XVIII e em todo o século XIX com a delinquência juvenil, com enfoque nas classes trabalhadoras, ligados, principalmente com o aprofundamento da industrialização e da urbanização do capitalismo industrial, se acentuava os problemas sociais daí decorrentes. Ele também aponta que nos dias atuais esse quadro se aguça, uma vez que “avança o capitalismo em uma nova modulação, ‘global’, baseado numa ‘acumulação flexível’ geradora de desemprego estrutural, decomposição social e destruição ecológica” (GROPPO, 2004, p.10) somados a tantas outras questões de criminalização, redução de idade penal, dentre outras, cada vez mais as principais questões da juventude acabam sendo desviadas. Contudo, Adorno (2001, p.17) destaca que foi na Europa no século XVIII que surgiu uma das primeiras instituições que reconheceu na juventude uma etapa de transição para o mundo adulto, trata-se, sobretudo, da escola. Foi na escola que os jovens começaram a se identificar com a formação de grupos que possibilitariam agregar elementos para conquistar suas próprias identidades, através de grupos tais como os grêmios estudantis.

Grosso (2004) ainda destaca que um dado objetivo como a idade, pode ser um importante critério para que sejam atribuídos direitos e deveres de determinado grupo etário; já Abramovay e Esteves (2007, p.23) destacam que essa definição etária se caracterizava por sua “transitoriedade” como uma característica passageira e transitória com o passar dos anos. Daí recorre à falta de uma preocupação mais substancial, delineando-se em políticas públicas reais e efetivas. Até porque foi apenas no século XX, que as ideias com relação à juventude ganharam destaque sobre os seus direitos, a promoção da autonomia e proteção social para um grupo ainda vulnerável e especial, neste período, sob tutela de um país autoritário e paternalista como o Brasil.

E assim, os jovens adentraram o século XX com maior visibilidade e “sentindo-se como jovens, com exigências específicas de consumo, identidade e cultura, isto é, um grupo que expressa para a sociedade as suas próprias referências” (ADORNO, 2001, p.19). Em outras palavras, conquistando sua autonomia e identidade, mas ainda em situação vulnerável. A autonomia entendida no sentido apreendido por Adorno (2001, p.21), “como a faculdade ou o direito de governar-se a si mesmo, de estabelecer as próprias normas, de escolher o próprio caminho”, o jovem está vulnerável quando há uma desproporção entre o que ele deseja pra sua vida e as possibilidades que ele tem de concretizá-los, ou seja, sua autonomia, principalmente os jovens das classes trabalhadoras.

No caso das juventudes, no período descrito por Grosso (2004) ainda estava sendo



construído o Estatuto da Juventude – hoje esse marco legal já é realidade – mas, seu destaque gira em torno da ideia de que essa parte legal sobre a juventude, ainda perde muito da complexidade e diversidade das juventudes. Desta forma, ele define a juventude como sendo “uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos ‘estruturante’ das redes de sociabilidade” (GROPPO, 2004, p.11). Sendo uma categoria etária como a juventude a responsável por modificar e transformar o comportamento social como um todo.

A ideia de juventude abordada por Groppo (2004) diferencia-se de outros autores e concepções, pois ele enfatiza que a juventude é uma realidade social historicamente construída. Groppo (2004) propõe um desvencilhamento da perspectiva sociológica sobre a juventude de uma abordagem naturalista da categoria juventude, principalmente as análises da psicologia e da biologia. E faz uma crítica ao pensamento moderno sobre a juventude que universaliza a estrutura das faixas etárias tomando-as como “leis naturais”, gerando mais desigualdade entre as diversidades juvenis.

Por este motivo, Groppo (2004) afirma que “é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos” (Idem, 2004, p.12). E procura demonstrar que existe uma “condição juvenil” que pode se apresentar como geral, no entanto, tem uma relação dialética com a construção e criação de grupos juvenis que se destacam das diversas juventudes, esta condição juvenil será abordada mais profundamente adiante. E a concepção sociológica de juventude defendida por Groppo (2004), “revela a importância da juventude dentro da sociedade moderna como ‘elemento estrutural’, como algo importante, hoje, no mínimo, como herança, caso realmente vivamos a pós-modernidade” (Idem, 2004, p.13). Esta premissa vem da ideia de diferenciações dos indivíduos a partir do gênero, do parentesco e de fases etárias existentes nas sociedades e culturas diversas. Vamos aprofundar a discussão sobre as juventudes numa percepção sociológica seguindo as premissas de Groppo (2004; 2011; 2015).

### **1.2.1.1 As teorias tradicionais, críticas e pós-críticas da juventude**

Baseando-se nas diferenciações de estudos sociológicos de Antonio Groppo (2004; 2011; 2015) sobre as concepções de juventude vamos destacar importantes teorias, desde a concepção mais tradicional do estrutural-funcionalismo, até premissas ditas críticas e pós-críticas ou pós-modernas da juventude. Primeiro vamos iniciar com as teorias ditas mais

tradicionais que foi formulada ao longo da primeira metade do século XX, trata-se da *teoria estrutural-funcionalista* das juventudes, as principais referências desta concepção são Parsons, Coleman e Eisenstadt (*apud* GROPPPO, 2004). Nesta concepção há uma absorção da ideia naturalista com relação à juventude, concebendo esta por meio das visões da psicologia e da medicina, referindo-se “à noção de que existem estados ‘normais’, saudáveis, estabelecidos a partir de ‘leis sociais’ positivamente inteligíveis” (GROPPPO, 2004, p.13). Assim como há normalidade, há também a anormalidade ou anomia, configurando-se como um desvio dos padrões gerais do sistema social.

Este é um modelo sociológico que se preocupa com a análise sobre a rebeldia da juventude, especialmente ligados a formas de delinquência juvenil. Nesta perspectiva, “as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como ‘disfunções’, sendo a rebeldia mais característica da ‘delinquência’” (GROPPPO, 2011, p.11) sua principal preocupação gira em torno da integração do indivíduo ao sistema social vigente. No entanto, Groppo (2004) destaca que esta vertente teórica tem a capacidade de levar em consideração o caráter histórico e social das diversas juventudes e que serviu de base crítica para formulações de outras análises sobre as juventudes; não consideramos esta concepção como norte desta pesquisa, tendo em vista o destaque de que a juventude é percebida como parte de um organismo e as atitudes que não condizem com a sua funcionalidade é um desvio ou rebeldia.

Quanto às *teorias críticas* se destacam as seguintes análises sobre a juventude, as noções de: moratória social; subculturas juvenis e as noções de geração e classe. Iniciemos pela moratória social que já sendo esboçado pelo funcionalismo tradicional se assenta também “em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o ‘radicalismo’”. (GROPPPO, 2011, p.11-12). Há autores que se utilizam da moratória social de forma indireta é o caso de Karl Mannheim, há outros, porém, que se utilizam desse esquema para detectar um dado elemento da realidade, é o caso de Erikson. Ambos contribuem, de qualquer modo, para construir, reconhecer e legitimar estudos nessa área.

Desta discussão Groppo (2015) destaca as ideias do psicólogo Erik Erikson que concebe a noção de moratória psicossocial, onde ele combina aspectos biopsicológicos e sociais na sua concepção do desenvolvimento humano. Sua análise é “terreno intermediário entre o biológico, o psíquico e o social, lugar fecundo para pesquisar, pensar e propor a respeito do curso da vida individual” (GROPPPO, 2015, p.13-14). Baseando seus estudos nos

escritos de Sigmund Freud, Erikson apresenta 08 “idades do homem”, no que ele chama de “carta das idades do homem ou carta epigenética”, onde “cada idade inclui zonas e modos pregenitais e genitais, cada qual com seu próprio conflito, cuja resolução gera uma nova qualidade adquirida pelo Ego na sua relação com a sociedade” (Idem, 2015, p.14). Apesar de considerar um esquema sofisticado, pois “combina a evolução linear com a dialética” (Idem, 2015, p.15), Groppo (2015) afirma que esta concepção tem muito da ideologia norte americana, no que se refere a apresentação dos valores e do lugar e o papel das instituições nesse esquema.

Para Erikson, o principal dilema enfrentado pelos jovens nos tempos de hoje é a questão da identidade, dessa forma, o esquema da moratória biopsicossocial funciona como um período de liminaridade, pois se configuraria como “um lapso de tempo para que os sujeitos em constituição de suas identidades pudessem ensaiar e errar, experimentando diversos papéis” (GROPPO, 2015, p.15); seria este momento de liminaridade marcado pela experimentação e se apresentando por um relaxamento das regras e das exigências impostas à juventude.

Uma das principais críticas a esta ideia de moratória vem de Kruskopf (2004 *apud* Groppo, 2015) que aponta existir nesta premissa uma negação do exercício dos jovens como sujeitos sociais autônomos, sendo esta negação escondida sob uma ideia de cuidado e experimentação, até porque se percebia o jovem como imaturo e toda ação visível deste grupo etário se encaixaria como perturbação da ordem. Dessa forma, “a moratória seria menos uma ‘sabedoria social’ e mais uma ‘postergação das possibilidades de participação’ dos jovens via a estrutura rígida ocupacional e educacional que vigorava”, segundo Kruskopf (2004 *apud* Groppo, 2015, p.17). Ou seja, a moratória social estaria menosprezando a capacidade de a juventude participar dos espaços institucionais que se apresentavam.

Contudo, não há apenas críticas, com base em Margulis e Urresti (1996 *apud* Groppo, 2015) e o próprio Groppo (2011), em um outro trabalho, ressaltam os aspectos positivos da moratória social. Margulis e Urresti reconhecem o papel importante da experiência e acresce a sua concepção sobre a juventude a questão da “moratória vital”, esta noção “advinda de um ‘capital vital’, de uma disponibilidade de energia, de vitalidade e mesmo de tempo de vida maiores, dos jovens, em relação aos adultos e velhos” (GROPPO, 2015, p.18). Um importante destaque desta noção está no fato de que os autores consideram não apenas a situação e realidade das diversas juventudes como algo que é construído socialmente através da moratória social, mas também reconhecem que esta é uma situação vivenciada de forma

desigual pelos jovens.

Tendo em vista que àquela moratória vital é natural, contudo, ela “precisa ser cultural e socialmente significada para se efetivar, a sociedade pode (ou não) acrescentar outra reserva, excedente ou crédito, agora de caráter social: a dita moratória social” (Idem, 2015, p.19). Sendo este um chamado “tempo doado” que é diferenciado para cada sujeito e onde a juventude pode experimentar aspectos da vida adulta com uma certa autonomia na construção de suas próprias trajetórias pessoais.

Já o próprio Groppo (2011) destaca que a noção de moratória juvenil se apresenta naquilo que ele denomina de “concepção dialética da condição juvenil”, sendo que esta concepção “congrega o duplo movimento de integração social e autonomia juvenil” (Idem, 2011, p.14). E sendo a questão central da moratória juvenil, a saber, a experimentação, o ponto positivo desta premissa, uma vez que neste termo se destaca a autonomia como um caminho atrativo para as vivências da juventude.

E tomando como base a dialética definida por Marx, Groppo (2004) apresenta o que ele concebe de “dialética das juventudes e da condição juvenil”

[...] como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral (GROPPO, 2004, p. 14).

Após apresentar na história um pouco do que se pensou sobre a juventude ao longo do tempo, Groppo (2004) enfatiza que “na história das juventudes modernas, [o que se apresenta] é um percurso dialético, entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia (GROPPO, 2004, p. 14). Sendo que esta autonomia pode ser contida pela sociedade ou pela estrutura social operacionalizada pela institucionalização da juventude.

Entre os autores apresentados por Groppo (2004) destacamos John R. Gillis e Karl Mannheim (*apud* Idem, 2004); o primeiro aponta que a dialética da juventude se alterna entre períodos em que a juventude está mais integrada e outro período em que se apresentam mobilizações contestadoras. E o segundo, Mannheim, assinala que a juventude vivencia uma relação de experimentação com valores e estruturas sociais, esta experimentação é entendida no sentido de que o indivíduo é protagonista destes valores. Ou seja, significa dizer que a juventude inova nas relações sociais, prezando pela espontaneidade e ações imediatas (GROPPO, 2004, p.15, 17). E indica uma permanente relação de experimentação com a realidade que se apresenta.

É nesta perspectiva que enfocamos o quadro analítico sobre a juventude pesquisada

neste trabalho, pois na premissa da moratória social evidenciamos a experimentação como algo positivo, que possibilita a juventude conhecer um pouco da realidade social, que já é por si muito complexa, tendo a abertura da criatividade e das vivências sociais de forma protagonista e autônoma, levando em conta a “moratória vital” de Margullis e Urresti na possibilidade de diferenciações nas realidades sociais da juventude.

Seguindo nas noções presentes nas teorias críticas da juventude, está a noção de subculturas juvenis. Sua expressão pode ser percebida por volta da segunda metade do século XX no período forte do Estado de Bem Estar na Europa é quando a juventude irrompia com uma dita cultura juvenil internacional, quando se destacavam a criatividade das formas de estilos juvenis do subúrbio londrino, como exemplo (GROPPO, 2015). Dessa forma, as subculturas juvenis são entendidas como “modos de elaboração e respostas culturais dos jovens que fazem parte de dada classe, portanto, filiam-se à cultura de sua classe e às condições vividas por esta classe” (GROPPO, 2015, p.21). E a cultura juvenil também carrega alguma singularidade por conta de sua posição etária e geracional se configurando como referências positivas, especialmente aos jovens trabalhadores que não tem a referência de classe como direcionamento.

Gropo (2015) destaca que não apenas a estrutura de classes condiciona o surgimento de subculturas juvenis, mas, sobretudo, o gênero, a nacionalidade e a vinculação étnica também contam. No entendimento das subculturas juvenis se destaca mais do que uma contestação ou algum tipo de desvio, para lembrar a noção tradicional de juventude, mas, especialmente, a “construção de identidades e a produção de diversidade sociocultural” (GROPPO, 2011, p.11-14). Pois, a construção dessas identidades ou dessas subculturas expressam a procura por novas formas de valores e sentidos juvenis numa constante negociação e resistência na luta diante da cultura dominante.

A crítica de Gropo (2011) com relação à subcultura juvenil está no fato desta noção enfatizar sobremaneira a premissa da experimentação e também uma constante adequação as mudanças que daí provém. Dessa forma, “a criação sociocultural (como identidades autônomas e subculturas) seria obra quase tão somente de indivíduos e pequenos grupos diferenciais” (GROPPO, 2011, p. 15), sendo a condição juvenil o mote pelo qual se é relevante pensar no tempo presente. Gropo (2011) ainda destaca que há um limite metodológico nestas premissas uma vez que as análises não apresentam abrangência histórica se configurando como uma análise microssociológica que tem seu foco no individual e no particular. Destas premissas das subculturas juvenis o que nos interessa, especialmente, é a

forma de configurar a cultura juvenil como diversa, mas é preciso considerar a contextualização histórica, bem como, perceber que essas culturas também são socialmente construídas e não deve corresponder a toda juventude de forma homogênea.

E, por fim, destacamos a terceira noção presente na teoria crítica sobre a juventude, trata-se da noção de geração e classe, que apresenta como principais expoentes Karl Mannheim (1968) e Machado Pais (1990) que denominou esta vertente de “corrente geracional” e denominada junto a esta tem a “corrente classista” que iremos abordar mais à frente. Além das premissas desses autores, vamos destacar algumas discussões através das ideias de Groppo (2015) e de Souza (2006) que comentam e dialogam com àqueles autores, especialmente com Mannheim. Inicialmente, Souza (2006) aponta que o conceito de juventude é carregado de ambiguidades próprias da condição da geração e que por não absorverem completamente tudo que lhes cabe das gerações que os antecederam, a juventude vive muitos dilemas. Contudo, o lado positivo vem justamente da possibilidade de inovação e criatividade que também são próprias das juventudes. E quanto a essas ambiguidades e sobre a juventude, Souza (2006) ressalta que “é preciso localizar a sua diversidade interna não nela própria, mas nas relações societárias que lhe dão as bases materiais e simbólicas de identificação social” (Idem, 2006, p.10). Uma vez que a própria condição juvenil já se configura como uma vantagem na inovação de formas societárias.

De modo complementar os indivíduos das diferenciadas gerações estão em um processo contínuo de transição, pois continuamente surgem novos indivíduos que ocupam o lugar da geração mais velha, a principal tarefa das gerações é transmitir a herança cultural, sendo este processo um resultado de fatores sociobiológicos como uma constante construção e transformação, sem cair nas noções naturalistas (SOUZA, 2006). Sendo que cada grupo entra de forma diferente na herança cultural da geração anterior e no caso da juventude, esse grupo etário “têm um ‘contato original’ com a vida social, o que vai se constituir em parte importante na sua vida, até quando ele é forçado pelos acontecimentos a abandonar o seu grupo social e a entrar em outro” (Idem, 2006, p.12). Neste contexto entra a ênfase de Mannheim (1968) quanto à experiência, pois ela é um elemento importante presente no processo de socialização dos jovens com a própria sociedade.

Ao considerar a ideia da experimentação na juventude, Mannheim (1982 *apud* Souza, 2006) aponta que esta atitude contribui fortemente na compreensão dos novos valores e conceitos que novas gerações expressam e destacam. Dessa forma, significa dizer que “a experiência dos jovens é tomada, então, como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e

muitas vezes constitui-se no canal de introdução de mudanças” (SOUZA, 2006, p.13) que podemos vislumbrar nas diversas sociedades, pois este grupo etário e mesmo as crianças, estão mais abertos a novos hábitos e atitudes que outros grupos etários. Como aponta o próprio Mannheim (1968) o que é mais significativo da juventude é o fato de que “além do seu maior espírito de aventura, ela ainda não está completamente enredada no *status quo* da ordem social” (Idem, 1968, p.73). Dessa forma, a juventude tem abertura e motivação para construir uma nova realidade.

Um ponto positivo que Souza (2006) ressalta das premissas de Mannheim está na interação entre os jovens e os adultos, pois estes se apresentam numa constante transição de gerações, dessa maneira, “[...] permite que as gerações mais velhas se tornem cada vez mais ‘receptivas às influências das mais novas’, resultante da dialética entre elas a partir do caráter dinâmico, mutável da própria sociedade” (Idem, 2006, p.14). E isto favorece grandemente alguns aspectos ligados a educação, uma vez que haja essa interação geracional, pode-se constituir uma permanente troca de aprendizados, uma vez que ao se indagar “o que deverá ser ensinado à juventude, e como o deverá ser, depende, em grande extensão, da natureza da contribuição para a sociedade que se espera dessa juventude” (MANNHEIM, 1968, p.70). Isso implica dizer que a juventude tem uma potencialidade que está pronta e apta para qualquer nova oportunidade que possa surgir.

Apesar de Groppo (2015) concordar que as premissas de Mannheim se enquadrem na concepção naturalista da noção funcionalista, ele aponta uma distinção dessa última noção no sentido de que Mannheim indica um potencial transformador da juventude, sendo este potencial percebido como algo positivo e por este motivo Groppo (2015) o inclui nas chamadas teorias críticas. E apresenta que para Mannheim “a geração é um tipo de situação ou posição social. A geração não é um grupo social concreto, como é a família, tribo ou seita. É, assim como a classe social, uma situação social” (GROPPO, 2015, p.06). Neste sentido, a juventude tem o potencial de formar grupos, mas não necessariamente isso se realizará; tendo em vista que a juventude é “um agente revitalizador” (MANNHEIM, 1968, p.73). E mesmo a classe e a geração se configurando como situações sociais, no entanto, se diferenciam em seu conteúdo.

A classe social se define pela situação em comum de certos indivíduos no interior das estruturas econômicas de uma sociedade. Já a geração se define pelo fato de que certos indivíduos com idades semelhantes viveram em sua juventude (período crucial no curso da vida pessoal) “uma situação comum no processo histórico e social” (MANNHEIM, 1982, *apud* GROPPPO, 2015, p.06).

Como já mencionado anteriormente, cada geração vivencia os períodos e tempos históricos de forma única e, da mesma forma, a transmissão cultural se dá de maneira diferenciada, sendo esta experiência geracional uma construção social e histórica. E Groppo, (2015) ainda destaca um contraste da juventude com a maturidade, uma vez que com a primeira “há uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais” (Idem, 2015, p.08), com a maturidade há um choque dessas novas experiências com padrões e comportamentos já sedimentados. As características atribuídas por Mannheim às idades da vida correspondem a uma dada vivência dos grupos etários em certas sociedades e em certo tempo histórico. Sendo sua maior contribuição à modernidade o fato de ter defendido o potencial renovador da sociedade que está presente nas diversas juventudes (GROPPO, 2015). E neste aspecto concordamos com a ideia de potencialidade renovadora da juventude, mesmo que não esteja direcionado que a juventude se mobilizará em conjunto, mas sua potencialidade pode ser utilizada para essa integração, é o que se destaca a seguir.

Neste aspecto do potencial renovador da juventude, estes jovens estariam em situação de marginalidade dentro de uma sociedade conflituosa, contudo, os jovens podem ser motivados a “solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes” destaca o próprio Mannheim (1968, p.75) sobre como a juventude encara os costumes e valores da sociedade que agora faz parte. Dessa mesma forma, Mannheim (1982 *apud* GROPPPO, 2015) propõe a constituição de uma “Terceira Via” que se distingue de outros regimes da sociedade, tais como o liberalismo e o totalitarismo, trata-se de um viés reformista que “valoriza a solidariedade e a cooperação, em vez da cega obediência” (GROPPO, 2015, p.12), além de apresentar características ativa e militante no engajamento social.

No entanto, o engajamento juvenil dependerá muito do que Mannheim (1968, p.76) chama de “influências orientadoras e diretoras” para saber “se essa potencialidade será suprimida ou se será mobilizada e integrada num movimento”, no entanto, Mannheim (1968) não deixa claro quem são ou de onde virá essas influências para que direcionem a potencialidade juvenil para a integração com movimentos juvenis. Uma possibilidade de incentivar essa integração pode vir através da própria sociabilidade juvenil e a oportunidade de participação em diversos espaços, seja institucional ou não, e pode iniciar até mesmo de um engajamento na escola, tendo em vista que Mannheim (1968) já aponta que para se privilegiar a noção de juventude e sua potencialidade alguns espaços institucionais precisam ser preparados para que se consiga educar uma geração inteira de jovens para uma realidade



que se apresenta inteiramente nova.

Seguindo na discussão sobre aspectos geracionais da juventude, o autor Machado Pais (1990) indica que não há um conceito único para entender a juventude e que como há diferentes juventudes para diferentes formas de perceber essa juventude, então, também há variados conceitos. Assim, ele destaca duas teorias que ele denomina de “corrente geracional” e “corrente classista”, o termo *corrente* empregado, segundo Pais (1990), se agrega a procedência, no sentido de que toda teoria procede de algo. Sobre a “corrente geracional” em sua premissa “toma como ponto de partida a noção de juventude quando referida a uma *fase de vida*, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude” (PAIS, 1990, p.152). E para esta corrente, a cultura se desenvolve a partir de um “sistema dominante de valores”.

Como em outras premissas já discutidas, Pais (1990) recorda as ideias da teoria funcionalista em sua teoria da socialização e da teoria das gerações que tem como expoente o Karl Mannheim e recorda que as continuidades e descontinuidades intergeracionais, no primeiro caso são percebidos como disfunções e no segundo caso é porque existem as descontinuidades intergeracionais que existe a teoria das gerações. Em sua premissa sobre esses aspectos, Pais (1990, p.152) ressalta que “as *descontinuidades intergeracionais* estariam na base da formação da juventude como uma *geração social*”, pois uma geração não é determinante de outra, uma vez que são distintas.

Ainda de acordo com essa corrente geracional, Pais (1990) indica que existe uma cultura juvenil que se distingue das outras culturas, a saber, da cultura dos adultos. Sendo que essa oposição se diferencia em termos da socialização, ora se caracteriza de forma contínua e em outros momentos através de conflitos, crises e rupturas. Importante destacar que Pais (1990) assim como Groppo (2015) destaca uma relação dialética entre as gerações que indica continuidades e rupturas no processo de socialização e construção da realidade. E a experimentação do mundo pela juventude como “membros de uma geração” e não de uma classe social, como defende a corrente classista. Isto significa dizer, em linhas gerais que segundo “a *corrente geracional*, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares” (PAIS, 1990, p.154). Levando em conta, sobretudo, que há diferentes experiências que são vivenciadas por jovens de uma mesma geração.

Em se tratando das culturas juvenis, Pais (1990, p.156) faz uma crítica as teorias da socialização e geracional e aponta que “os signos de continuidade e descontinuidade

intergeracional” se manifestam de duas formas: num primeiro momento haveria uma assimilação de valores e crenças no processo de socialização que se realizam através da família ou da escola se configurando como “todo um conjunto de signos de *continuidade intergeracional*”; e num segundo momento a interiorização dos signos se daria de forma fracionada, uma vez que esse fracionamento cultural teria muito em comum “com a própria consistência da cultura transmitida pelas instituições sociais dominadas pelas gerações mais velhas” e mesmo com características próprias do mundo adulto como também “com os próprios processos de transformação social e de integração funcional das várias gerações” (PAIS, 1990, p.156). Uma das críticas apontada pelo próprio Pais (1990) com relação a essa ideia da corrente geracional diz respeito em perceber a juventude como um grupo homogêneo, podendo correr o risco de homogeneizar qualquer premissa direcionada a juventude. Contudo, ressalta que só o fato da juventude escolher como “modelo de referência” os seus próprios pares significa dizer que eles não concordarão com todas as normas e padrões indicados pela geração mais velha.

Neste sentido, Souza (2006) concorda com Pais (1990), na ideia de que o jovem não tem uma referência no outro, sendo este outro o indivíduo adulto, sua referência e identificação vêm de seus pares ou da cultura de massa da mídia ou outros meios de difusão. E, percebendo sua trajetória na América Latina, se apreende um profundo distanciamento entre os interesses geracionais que trataram de afastar a juventude do cenário social. E quanto à implementação de políticas públicas direcionadas a juventude, Souza (2006) apresenta uma forte crítica quanto ao discurso e a prática dessas demandas mais específicas.

A juventude tem sido, desde então, objeto (e apenas objeto) de atenção localizada e considerada como um dos segmentos “mais vulneráveis”, nos quais políticas compensatórias são consideradas o recurso para alívio do desconforto causado pela visível contradição entre o discurso teórico e ideológico de “inclusão social” dos jovens e a sua efetivação. (SOUZA, 2006, p.19).

Uma vez que as instituições insistem em perceber a juventude sob um viés “adultocêntrico”, como enfatiza Carvalho (2004 *apud* SOUZA, 2006, p.19), os jovens não são ouvidos, são ignorados em suas inquietações e anseios. De tudo isso resulta em uma ampla contestação juvenil por não se enquadrarem ou se recusarem a definições institucionais que prioriza as políticas sociais restritivas e não apresenta políticas públicas efetivas e específicas que correspondam aos anseios e motivações deste grupo social, podemos enfatizar que alguns desses direcionamentos serviram de mote para reivindicações e mobilizações da juventude no sentido de efetivar uma política específica que desse conta de seus anseios e motivações

distintas.

Na relação do jovem com as instituições, Souza (2006) ressalta que há um distanciamento, não há um envolvimento de nenhuma das partes, pois “as instituições públicas cada vez menos conseguem envolvê-los ou dar-lhes alternativas sociais convincentes ou receber suas expressões autênticas de forma espontânea e continuada” (Idem, 2006, p.17). E um dos principais motivos deste distanciamento está nos limites da socialização dos próprios jovens com as instituições existentes, seja a escola ou outra instituição.

Nas instituições modernas, os jovens adquirem um status de indefinição e de subordinação – ali são preparados, são formados, são castigados, fazem-nos refluir e, poucas vezes, são reconhecidos como outro. Apenas vistos com potencialidades para o futuro e não para o presente, vivem um estranhamento que, num primeiro momento, se configura como uma negação para depois ser ressignificação e reapropriação. (SOUZA, 2006, p.17).

Um ponto importante destacado por Souza (2006) refere-se ao empreendimento protagonista dos movimentos juvenis, podemos dizer assim, pois mesmo em âmbito político ou cultural esses jovens apresentam esta característica, mesmo a apreensão do conflito se configurando como um fator importante da experiência, o que permite Souza (2006) afirmar que o “estar jovem num contexto movimentalista é constituir-se como sujeito favorecendo-se pela forma transitória que potencializa suas possibilidades e, por outro lado, traz para a relação o caráter experimental do “contato original” sob o qual dimensiona o seu aprendizado da vida social” (Idem, 2006, p.15). E também possibilita um rejuvenescimento da sociedade em seus mais variados aspectos, sendo possível através da configuração relacional entre as gerações. Sendo importante destacar que as juventudes vivenciam seus conflitos e socializações de formas diferentes e também em épocas diferentes, por isso é importante que não haja comparações entre juventudes de variadas épocas e contextos históricos.

Para encerrar este debate vamos apresentar algumas ideias quanto à “corrente classista” de Pais (1990). A percepção com relação à reprodução social presente nesta corrente gira em torno da ideia de que “para a *corrente classista*, a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das *classes sociais*” (Idem, 1990, p.157). Segundo esta corrente, as formas de inserção dos jovens no mundo adulto se dariam por meio da reprodução de classes em vários níveis do processo de sociabilidade, inclusive relacionados à cultura juvenil.

Neste sentido, para a corrente classista, as culturas juvenis são resultado da cultura dominante de classe, por isso Pais (1990) destaca que a cultura juvenil é percebida como “cultura de resistência”, se configurando num determinado contexto cultural, pertencente e

sendo compartilhadas por jovens de determinada classe social e das culturas juvenis que não se configurarem dessa forma ficam excluídas dessa corrente. E são as “distinções simbólicas entre os jovens” (Idem, 1990, p.158), a saber, diferenças no vestir, no comportamento, em hábitos linguísticos e de consumo que identificam a resistência da juventude quanto à cultura dominante. Dessa forma, as identificações culturais segundo uma definição de classe apresentam um viés político.

E uma crítica de Pais (1990) a esta caracterização quanto à cultura juvenil se refere à ideia de homogeneidade cultural de jovens pertencentes a uma mesma classe social, podendo ser levado a um profundo determinismo na análise do processo social, esta forma de se destacar acaba se apresentando, segundo Pais (1990) como um “não fazer”, como um direcionamento analítico que não deve ser seguido. Pois, não se pode “pensar-se em classes sociais prescindindo de variáveis como o tempo histórico e as relações (de antagonismo, cooperação, conflito, aliança ou luta...) que se estabelecem entre essas classes” (Idem, 1990, p.159). Sendo possível que, além desses aspectos, é preciso levar em consideração também, os processos que se configuram nos espaços de participação dessa juventude em diferentes níveis institucionais “através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajetórias sociais” (Idem, 1990, p.160). Trajetórias estas que também não estão prescritas em lugar algum, sua imprevisibilidade como de quaisquer outros aspectos da vida está presente num vasto campo de possibilidades, inclusive para os determinismos, aponta Pais (1990).

E para finalizarmos essa parte das teorias críticas sobre a juventude, ressaltamos a importância dessas teorias, conforme nos aponta Groppo (2015), e concordamos com as ideias das teorias críticas para o entendimento, aprimoramento e um novo direcionamento sobre as diversas juventudes. Primeiramente a valorização do potencial contestador da juventude, percebido de forma positiva e não como um desvio ou disfuncionalidade, como retratado na teoria tradicional sobre a juventude. Segundo, a concepção da juventude com ênfase na experimentação de papéis sociais, mesmo em espaços não institucionalizados realizados através da moratória social. Um terceiro destaque está na tentativa das análises sociológica na desnaturalização da categoria juventude evidenciando a construção cultural e social desta categoria. A quarta evidência aponta o reconhecimento das diversas juventudes e suas vivências particulares em suas especificidades. E, por fim, a valorização das subculturas juvenis, principalmente através dos estudos culturais.

Em se tratando das *teorias pós-críticas* ou *pós-modernas* vamos dialogar com algumas premissas que extrapolam as noções já apresentadas até este momento. Groppo (2004) destaca

nestas teorias um importante aspecto que diz respeito à questão da idade cronológica, pois, segundo ele, a idade que se apresenta através do tempo é utilizada como um denominador comum e universal que não leva em conta as especificidades e diferenças sociais que a realidade apresenta dos variados grupos, tanto da juventude como do processo de envelhecimento, por exemplo. Ligados a isso se destaca o que ele chama de “institucionalização do curso da vida” sendo executado pelo Estado em formato das leis e da escolarização.

No inverso deste processo, diversas análises indicam a “desinstitucionalização do curso da vida” que foi engendrado desde os anos de 1970, como “uma sociedade na qual as faixas etárias não seriam mais essenciais para a determinação do curso da vida no aspecto privado” (GROPPO, 2004, p.18). E ele chama a atenção que este processo acaba desencadeando à “reprivatização do curso da vida”, onde os indivíduos são obrigados a encontrar soluções individuais de acordo com suas dificuldades próprias do curso da vida, sendo este processo um indicativo de regressão dos direitos sociais, não apenas da juventude, mas, sobretudo, da infância e da velhice.

Seguindo este processo, Groppo (2004; 2011) ainda destaca que na pretendida sociedade pós-moderna a juventude perde seu sentido e passa a denominar um estado de espírito, um estilo de vida, dando lugar à “juvenilização”, esta “deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista” (GROPPO, 2004, p.18). Como principal característica da juvenilização está o fato de que a juventude é considerada um modo de ser e que todas as pessoas, independente da sua idade, são chamadas a assumir. Esta é uma concepção pós-moderna relativa aos comportamentos sociais, e ela nega, porém, o termo juventude no seu sentido moderno, sendo este entendido “como momento de socialização secundária que antecipa o ingresso na maturidade e [no] mundo público, inclusive como proteção” (Idem, 2004, p.19), negação que se estende também para outros grupos sociais.

Há uma diferenciação no modo de conceber o sentido da modernidade, e isso tem haver, principalmente, com a mudança do modo de acumulação do capital, que passou de fordista a flexível. Sendo assim, as relações também foram se flexibilizando, bem como as vivências foram se apresentando de forma mais urgente e imediata, como esta forma são “tendências marcantes no modo de sentir o tempo e o espaço pelas juventudes modernas” (GROPPO, 2011, p.12), acaba sendo estas as formas “hegemônicas de sensibilidade social” sentida por todos os grupos etários.

Encerramos, assim, esta parte do trabalho enfatizando as teorias críticas como campo que direciona nossa pesquisa e análises a respeito das juventudes que se mobilizam em torno da efetivação das políticas públicas no município de João Pessoa, estejam elas presentes no espaço institucional do Conselho Municipal de Juventude ou fazendo parte de algum dos grupos juvenis dos movimentos sociais. A seguir, faremos uma breve discussão sobre a característica dialética da condição juvenil e as configurações acerca das mobilizações contemporâneas da juventude em âmbito nacional e internacional.

### **1.2.1.2 A condição juvenil e as mobilizações contemporâneas**

Sobre a condição juvenil, destacada um pouco mais acima também foi concebida pelas outras teorias funcionalistas e mesmo na teoria crítica com a noção de moratória social, especialmente “como uma criação das instituições e processos sociais” (GROPPO, 2011, p.19) e o que se destacou dessas noções das relações entre a sociedade e a juventude foi que caberia à sociedade a definição quanto às juventudes, uma alternativa a essa condição seria a inversão dessa relação.

Já nas teorias pós-modernistas a condição juvenil, melhor dizendo, na pós-modernidade considera-se essa condição no plural, sendo as “condições juvenis” constituídas “por si mesmas a partir da livre composição de elementos sociais e culturais disponíveis. A parte forte da relação sociedade-juventude é, aqui, a juventude” (GROPPO, 2011, p.19). Mesmo desta condição Groppo, (2011) indica um outro caminho, que da relação sociedade-juventude se deveria considerar ambos nessa relação e indicar a condição juvenil.

Na proposta de Groppo (2011) a condição da juventude advém de uma relação estabelecida entre a sociedade e os jovens e grupos juvenis, sendo esta uma relação dialética.

Dito de outro modo, a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição se expressa, historicamente, em ações de institucionalização da juventude, seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos indivíduos e grupos, que são considerados ou se assumem como jovens (GROPPO, 2011, p.20).

Nesta concepção dialética estão presentes as trajetórias de indivíduos e grupos juvenis que a partir de uma série de ambiguidades e contradições se destaca pelo seu percurso protagonista, desde o início da modernidade, a partir da concepção de identidades diferenciadas autônomas e de resistência (GROPPO, 2011). E Groppo (2011) aponta que essa identidade juvenil autônoma, a rebeldia e subculturas juvenis é uma realidade que sempre esteve presente na condição juvenil “precedendo necessariamente a intervenção social sobre

as juventudes” (Idem, 2011, p.21), não se apresentando como realidade apenas na pós-modernidade, contudo, suas premissas contribuíram de forma substancial para essa percepção.

É verdade que cada uma das noções analíticas sobre juventude contribuiu de algum modo na composição dos dois movimentos da condição juvenil, assim aponta Groppo (2011), “do modelo funcionalista e da parte segregacionista da tese da moratória juvenil, podemos perceber os contornos do pólo da Integração Social. Da parte relativa à Experimentação na tese da moratória e nos modelos pós-modernos, o pólo da Autonomia Juvenil” (Idem, 2011, p.22). Esta noção da condição juvenil auxilia na compreensão das continuidades e descontinuidades presentes nos movimentos e rebeldias juvenis.

As mobilizações sociais da juventude hoje, destaca Groppo (2004), gira em torno das críticas referentes aos impactos negativos da globalização sobre a violação dos direitos sociais, especialmente ligados à juventude.

Hoje, se trata fundamentalmente do repúdio à regressão dos direitos sociais e a privatização e mercantilização de bens outrora considerados como “públicos”, regressão levada a efeito pelo capitalismo global e neoliberal (Denning, 2002). Entre estes direitos ameaçados, deve estar presente o “direito à juventude”. Entre estes bens mercantilizados, está o próprio curso da vida, que está sendo “reprivatizado”. (GROPPO, 2004, p.20)

Como uma possibilidade de caminho para superação desses fenômenos, Groppo (2004) enfatiza a consideração sobre a autonomia das juventudes, tendo como ponto de partida, sobretudo, através de “sua relação experimental com valores, ideias e instituições durante sua socialização secundária” (Idem, 2004, p.20) e indica que os grupos juvenis, estejam em situação de institucionalização ou não, têm um importante papel na preparação de outros indivíduos ao convívio social. E mesmo a juventude sendo considerada uma categoria social, Groppo (2004) destaca que ela tem sua própria dialética, imersa em suas contradições, esse grupo social abre a possibilidade de desenvolver novas identidades e outros valores que podem se distinguir bastante de seu tempo atual e incitar o surgimento de outras formas de reivindicações, revoltas e mobilizações.

Numa breve análise Souza (2006) destaca o posicionamento da juventude em algumas manifestações que ocorreram aqui, no Brasil, sobre a questão dos transportes públicos em 2003 e 2004 e outras manifestações na França sobre os direitos trabalhistas da juventude e aponta que em “ambas as mobilizações conciliaram adesão, radicalidade e organização política” (Idem, 2006, p.20), afirmando que, além de reivindicarem uma resolução para os problemas que afligem a juventude, ainda contestam e negam as formas pré-concebidas das instituições com suas normas e valores tradicionais. Se utilizando de Mannheim (1982 *apud*

Souza, 2006) enfatizou que estas juventudes vivenciam a modernidade por se colocarem mais próximas aos problemas atuais das sociedades onde estão inseridas. Mesmo que reiviniquem problemas atuais, essa juventude também nega a institucionalização e recusa os valores estabelecidos das gerações mais velhas.

Nestas manifestações, eles estão a indicar que as instituições democráticas não são mais o espaço de participação das pessoas, mas existem para o controle político delas. E denunciam que, juntos, os programas focalizados, que instituem os direitos como benefício público, estão longe de realizar a democracia, porque impõem um limite ao pensamento daqueles que se supõem sejam beneficiários (SOUZA, 2006, p.21).

Segundo Souza (2006), há um forte questionamento dessas juventudes com relação às políticas sociais vigentes nessas sociedades e que lhes dizem respeito diretamente, mas não apenas as reivindicações diretas, pois apresenta contestações que se relacionam com o conjunto da sociedade, como a crítica às instituições de poder que são responsáveis por elaborar as próprias políticas públicas, direcionadas a juventude ou não; denunciam o privilégio do capital sobre as formas de emprego e trabalho não apenas da juventude, questiona-se, sobretudo, a exclusão de muitos e a inclusão de poucos frente ao capital.

Ainda analisando essas manifestações, Souza (2006) destaca a inovação com que esses “jovens souberam fazer a síntese da insatisfação popular e mostraram como uma política social concebida no gabinete ascético da burocracia transmuta-se na crítica de uma manifestação das ruas” (Idem, 2006, p.23). Como resultados acabaram recebendo da sociedade, melhor dizendo, da geração mais velha a reprovação e criminalização do movimento, sendo taxados de delinquentes e desocupados e justamente Souza (2006) chama a atenção para o baixo poder de convocação de uma política que foi herdada das gerações mais velhas, uma vez que essa juventude recusou os pressupostos dessa política anteriormente estabelecida.

Neste sentido, há que perceber uma nova linguagem que essas novas gerações assumiram e que é um elemento importante dessas manifestações. Uma vez que não podemos apreender que essas manifestações se expliquem por si mesmas, devemos considerar uma estreita relação com um potencial transformador da juventude, concordando com a premissa de Mannheim (1968), se configurando como mudanças de base material e histórica presentes nessas sociedades.

Há que considerar ainda que essa juventude apresente um comportamento insubmisso diante de questões pertinentes e importantes para variadas camadas da sociedade e que “os militantes dialogam com as autoridades, mas não coloca este diálogo como o limite de suas



ações e objetivos. Agem a partir da sua pauta política, que tem um sentido emancipatório” (SOUZA, 2006, p.24). O grande foco está no questionamento da forma injusta de distribuição de oportunidades não apenas entre os jovens, mas em todos os âmbitos da sociedade.

E no caso do Brasil, Souza (2006) chama a atenção para forma de articulação da juventude, pois combinam as formas organizativas de contestação, às formas reivindicativas por políticas sociais e distributivas reconhecendo as diversas necessidades da sociedade. Deste modo, “trata-se de entendermos estes movimentos juvenis no quadro de um *gesto revolucionário de uma geração* cujo horizonte não se limita ao das instituições. Esta tem sido a fonte e a novidade do seu poder político” (SOUZA, 2006, p.24). Sendo este o caminho das inovações presentes nessas juventudes.

Esses debates não se esgotam, mas recriam e ganham novo fôlego, com a certeza de que indicamos possíveis possibilidades de análises sobre o termo juventude trataremos, no tópico a seguir, das análises que giram em torno das concepções sobre os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

### **1.3 Concepção e teoria sobre os conselhos**

Neste tópico abordaremos a questão teórica da concepção dos conselhos numa revisão da literatura que abrange, sobretudo, a efetividade das Instituições Participativas no Brasil com ênfase na efetividade institucional, participativa e deliberativa, bem como uma breve discussão sobre o desenho institucional dos conselhos como desafios e direcionamentos possíveis como mote de fortalecimento da democracia participativa. E para finalizar temos a discussão em torno das novas interfaces socioestatais que se configuram espaços de participação e que contemplam outros âmbitos institucionais na literatura de Pires e Vaz (2014).

A princípio, temos observado que desde o final do século XX, um dos acontecimentos mais significativos que tem favorecido ao amadurecimento da democracia no país se refere ao surgimento dos Conselhos Gestores espalhados pelo Brasil e que viabilizam a gestão e implementação das políticas públicas. Este debate sobre participação é debate recorrente desde o processo da redemocratização do país que iniciou na década de 1980 e tem se intensificado nas últimas décadas no país e isso vem modificando as relações entre o Estado e a sociedade civil ao longo dos anos.

As políticas participativas na década de 1990 significaram uma inovação na institucionalidade democrática na América Latina (AVRITZER & NAVARRO, 2003). Desse

período para os dias atuais houve várias fases de leituras e distintas ênfases nos estudos e nas análises realizadas. Segundo Alexander Vaz (2011), os estudiosos que afirmavam a participação política como principal responsável por um amadurecimento da democracia, buscavam analisar quais os impactos que esses espaços têm na qualidade democrática a partir da ótica do aprendizado político, analisado pelo viés das teorias participacionistas (VAZ, 2011, p.93).

Assim como, ressalta Tatagiba (2005, p.209), “os conselhos gestores de políticas públicas constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo”, espaço institucional que já está presente em muitos municípios espalhados pelo Brasil. E conforme nos aponta Tatagiba (2005, p.209), os conselhos “representam uma conquista inegável do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós”, e que permite o constante diálogo entre grupos e movimentos sociais da sociedade civil e o poder público como uma forma mais transparente do uso dos recursos ou de seu acompanhamento. Mesmo se caracterizando como uma rica experiência para o processo democrático do país, contudo, também nos reflete os desafios e contradições próprias das ações políticas a compor este cenário, por este motivo que Tatagiba (2005) nos sugere um constante acompanhamento e avaliação de todo esse processo.

Dessa forma, podemos identificar uma noção de conselhos, de forma bem clara, da seguinte maneira:

Os conselhos gestores são instituições participativas permanentes, definidas legalmente como parte da estrutura do Estado, cuja função é incidir sobre as políticas públicas em áreas específicas, produzindo decisões (que algumas vezes podem assumir a forma de norma estatal), e que contam em sua composição com a participação de representantes do Estado e da sociedade na condição de membros com igual direito á voz e voto. (KAYANO *et al*, 2007, p.62 e 63)

Os conselhos se configuram, neste sentido, como canais de participação que incidem sobre as políticas públicas e que são constituídos por uma articulação entre governo e sociedade civil responsáveis em direcionar ações voltadas à gestão de bens e serviços. E sua constituição se caracteriza como;

[...] órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, criados por lei, regidos por regulamento aprovado por seu plenário, tendo caráter obrigatório uma vez que os repasses de recursos ficam condicionados à sua existência, e que assumem atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle (GOMES, 2003, p.39).

Existe uma variedade de conselhos, que se configuram por ações e demandas específicas e focalizadas, há os *Conselhos de Políticas Governamentais*, como os conselhos

da merenda escolar, do financiamento, dentre outros. Segundo Tatagiba (2002, p. 49), estes conselhos “em geral, articulam ou acumulam funções executivas no âmbito do respectivo programa. Trabalham mais com a noção de clientela específicas, supostamente beneficiárias dos programas” tratando-se de ações focalizadas, estes conselhos respondem a ‘metas incrementais’ e provêm serviços econômicos.

Há, também, os *Conselhos de Políticas Setoriais*, que mediante a definição por leis federais, se expressam a partir das políticas estruturais. Estes conselhos estão vinculados “à elaboração, implantação e controle” (TEIXEIRA, 2000, p. 102) dessas políticas. Integram-se a um sistema e uma legislação nacional e “dizem respeito à dimensão da cidadania, à universalização de direitos sociais e à garantia ao exercício desses direitos” (TATAGIBA, 2002, p. 49). Alguns desses conselhos são de Educação, Saúde, Cultura, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e outros.

Além desses, há os *Conselhos de Temáticas Transversais* que enfatizam direitos e comportamentos específicos dos indivíduos. Os formatos desses conselhos variam, visto que “por força de alguma peculiaridade de perfil político ou social, acolhem ou enfatizam o referido tema em sua agenda” (TATAGIBA, 2002, p. 49), como os conselhos das mulheres, dos idosos e também do nosso foco da pesquisa que são os conselhos de juventude, dentre outros. Para alguns autores os conselhos são “instituições híbridas”, ou seja, “uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre representações estatais e entidades da sociedade civil” (PEREIRA, 2000 *apud* TEIXEIRA, 2000, p. 103). Esses espaços têm como principal característica a autonomia.

### **1.3.1 O desenho institucional dos Conselhos Gestores**

Uma parcela significativa dos estudos acerca desses processos participativos se concentra no desenho institucional dos conselhos, que configuram as regras específicas desses espaços e assinalam o funcionamento e a atuação dos atores dentro da dinâmica dessas instituições. Alguns estudos, como o de Alexander Vaz (2011, p.99) apontam algumas variáveis importantes, a saber, o grau de institucionalização dos conselhos gestores, o potencial inclusivo e democratizante desses espaços e o estudo do processo decisório.

E uma discussão importante que versa sobre os desenhos institucionais que se configuram em instituições políticas do Estado de diferentes formas, Francisco Marques (2010) aponta que os desenhos institucionais das diversas democracias podem se originar de variados processos, como por exemplo, de acordo com a cultura política do lugar e quanto a

formas de enfrentar determinadas dificuldades. E enfatiza o desenho institucional, não apenas o único, mas como ponto fundamental para análises quanto ao engajamento político dos cidadãos.

Aponta como principais limites do desenho institucional, as formas de controle e cooptação exercidas pela burocracia estatal e os quesitos ligados tanto a condições socioeconômicas quanto socioculturais. Um de seus principais argumentos diz respeito à possibilidade de redesenhar as instituições políticas a fim de solucionar entraves que prejudicam os ideais democráticos das sociedades.

Para Francisco Marques (2010),

[...] determinados estorvos típicos das democracias (como apatia, cinismo, baixo sentimento de legitimidade das decisões políticas, dentre outros) têm a ver com o formato do desenho das instituições do Estado e a relação destas com a esfera civil. Ou seja, delinear iniciativas e ferramentas de âmbito institucional a fim de fomentar a participação pode aliviar a ocorrência de um conjunto de problemas que fazem a democracia perder parte de sua consistência prática. (MARQUES, p.145, 2010)

Com isso, Francisco Marques (2010), afirma a importância de perceber a relação entre o desenho institucional e a participação política. E que para acontecer o engajamento político dos diversos atores é preciso fomentar não apenas as oportunidades políticas, mas também motivações e habilidades. A proposta principal dele é de que as formas de se aperfeiçoar as práticas democráticas se dão através do *redesenho institucional*, atentando para os recursos de participação, sobretudo, com a interferência dos cidadãos.

No entanto, além do desenho institucional, é necessário estudar os aspectos externos que se relacionam e até direcionam a dinâmica das instituições participativas, ou seja, o contexto político e cultural de uma determinada localidade, assumindo como hipótese que a variável política pode influenciar até mesmo no próprio desenho institucional dos conselhos. Como afirma o Avritzer (2009, p.131), “[...] as variáveis culturais e políticas importam dados que ‘influenciam a escolha do próprio desenho institucional’”. E, segundo esse mesmo autor, os desenhos institucionais podem expressar “a constelação de forças sociais”. Ou seja, o contexto local pode exercer uma forte influência sobre a efetividade de uma política participativa como um Conselho de Juventude. (AVRITZER, 2009 p.131). Dessa forma, nos propomos a identificar os aspectos especificamente relacionados ao desenho institucional e ao contexto sócio-político que influenciam na dinâmica do Conselho Municipal de Juventude, e mais especificamente, na sua efetividade participativa.

Quando possuem caráter deliberativo, os conselhos apreendem os problemas sociais e

viabilizam novos direcionamentos na agenda, se configurando como espaços de disputas e intensas negociações. Nesse sentido, o grande desafio dessa nova institucionalidade no país é a criação de mecanismos e canais de comunicação entre a sociedade civil e o poder público com vistas a uma ação plural e democrática com garantias de direitos e ao exercício da plena cidadania. Neste parâmetro, nos propomos a analisar um setor que está recentemente presente no debate público da sociedade, trata-se do segmento da juventude.

### **1.3.2 A questão da Efetividade dos Conselhos Gestores e as Interfaces Socioestatais**

O tema da efetividade da participação tem chamado a atenção de estudiosos a partir da disseminação das formas participativas em diversas áreas de políticas públicas, enfocando, principalmente, a efetividade de deliberações desses espaços. Como afirma Vaz (2011), “foca-se a própria dinâmica de funcionamento das instâncias deliberativas e sua capacidade em não apenas incluir os cidadãos nas discussões sobre políticas públicas, mas em produzir resultados efetivos” (Idem, 2011, p.97). E a partir deste caráter deliberativo presente nas instituições tem-se a expectativa de que aconteça uma redistribuição de investimentos de políticas públicas específicas, como é o caso das políticas públicas de juventude.

Uma vez instituindo espaços que se configuram como deliberativos na área de juventude acabam-se potencializando os investimentos específicos para esse público. Assim, espaços deliberativos, tais como os conselhos, se apresentam como objetos de estudos de avaliação da qualidade de processos participativos.

Já numa segunda fase de estudos sobre a questão da efetividade da participação, as pesquisas se concentram “nas reais dificuldades de implementação e funcionamento de políticas participativas” (VAZ, 2011, p.94), enfatizando os fatores que influenciam na eficiência das instituições participativas, configurando a análise sob um viés de teoria deliberativa. Como resultado, as análises que versam sobre a questão da participação política têm assumido contornos mais específicos, passando a incluir outros temas, tais como: a efetividade deliberativa, o desenho institucional e a representação, impulsionados por análises que indiquem as variáveis, institucionais ou não, que podem de alguma maneira influenciar processos participativos, deliberativos e representativos das instituições.

Uma perspectiva empírica trabalhada por Faria & Ribeiro (2011), ressalta, além desses aspectos já mencionados, a questão do fator político que se destaca de forma positiva nessas instituições. Assim, esses autores destacam, que “a variável política ganha destaque não só na

determinação do sucesso dessas instituições, mas também na determinação do próprio desenho institucional que elas assumem” (Faria & Ribeiro, 2011, p.131). E que os desenhos institucionais construídos, muitas vezes, se apresentam como reflexo dessas “forças sociais” que interagem na conformação das instituições participativas, tais como os conselhos.

Segundo Julian Borba (2011), diferentes instituições participativas, as chamadas IPs, produzem uma forma diferenciada de participação política. São construções institucionais que definem formas participativas distintas dependendo de como os atores sociais apreendem e interpretam a participação nessas instituições. Os conselhos apresentam um tipo de participação que se denomina como ‘autônoma’, ou seja, segundo Borba (2011), esse tipo de participação se apresenta como sendo “produto de uma escolha individual, motivada pelo interesse em influenciar as decisões governamentais” (Idem, 2011, p.70). Dessa forma, podemos dizer que instituições como os conselhos apresentam dificuldades de participação de atores envolvidos nos processos deliberativos das políticas públicas. Pois, quando não há motivações, especialmente proporcionadas pelas instituições, para que organizações da sociedade civil participem de forma efetiva e contínua, esses espaços se configuram como instâncias ‘de fachada’, que não respondem às verdadeiras demandas políticas necessárias e comprometem o processo político como um todo.

Uma abordagem importante quanto a outras formas de interação entre Estado e sociedade diz respeito à ideia de “interfaces socioestatais”, um conceito abordado na pesquisa realizada na Diretoria de Estudos e políticas do Estado (Diest), das Instituições e da Democracia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que diz respeito às formas de interação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Na verdade, é uma proposta de Pires e Vaz (2014) de ampliar e substituir o termo de participação social pelo termo de interface socioestatal, pois este apresenta uma capacidade de “abarcando maior complexidade e variabilidade de tipos de canais de interlocução entre Estado e sociedade” (Idem, 2014, p.01). Trata-se, sobretudo, de um alargamento do escopo analítico que versa sobre a “interface socioestatal”, não sendo, portanto, alguma crítica a concepções anteriormente apresentadas e/ou defendidas sobre esse termo, afirma os autores. E que esse alargamento busca dar conta das múltiplas variedades de interação entre Estado e sociedade na produção de políticas públicas.

Dessa forma, a *interface socioestatal*, segundo esses autores, consiste

[...] num espaço de interações de sujeitos individuais ou coletivos intencionados e portadores de projetos sociopolíticos específicos, marcado por relações (comumente) assimétricas de troca, disputa ou conflito em torno de algum tipo específico de bem, e cujos resultados podem gerar tanto

implicações coletivas quanto implicações estritamente individuais. Ao considerarmos esses sujeitos, por um lado, estatais e, por outro, sociais, podemos pensar em arenas políticas cujas dinâmicas se delineiam por temáticas específicas e pelas preferências, narrativas e interesses de cada agente. (PIRES & VAZ, p.65, 2014).

Ainda sobre a interface socioestatal, esta pode apresentar delimitações quanto à “finalidade das formas de interação” que varia desde a “consulta à corresponsabilização ou cogestão de políticas”. Existem dois subgrupos, o primeiro diz respeito a interfaces cognitivas, estas “reclamam um caráter mais comunicacional com o Estado”, o segundo subgrupo, que neste momento interessa-nos para pesquisa em questão, trata-se das “interfaces políticas, mais associadas à condução das políticas” (PIRES & VAZ, p.66, 2014), que por sua vez comporta três interfaces, nossa ênfase é na interface de cogestão, onde se compartilham as tomadas de decisões entre atores estatais e sociais.

#### **1.4 O protagonismo juvenil: as faces jovens**

Neste tópico se concentra o debate em torno dos movimentos sociais, contudo nossa ênfase está na definição e concepção da teoria do protagonismo juvenil, conceito amplamente defendido e utilizado por órgãos institucionais, sobretudo no âmbito internacional, e por movimentos sociais juvenis. Abordaremos a concepção de protagonismo juvenil, a partir de sua inscrição nos debates acadêmicos e científicos. Porém, especialmente, a percepção desta ideia em que a própria noção de juventude se define segundo parâmetros também científicos, com um direcionamento de discurso associado com a participação dos grupos de jovens no interior dos movimentos sociais.

Partindo da premissa sobre juventudes, já problematizada no primeiro capítulo, recordemos que as juventudes se configuram em sua pluralidade por conseguir abarcar as diversas multiplicidades de contextos e trajetórias, procurando atentar para o fato de o termo juventude fazer parte de um processo social e historicamente construído, modificando-se no espaço e no tempo. A partir desta ideia, apontamos neste tópico uma importante noção a compor este debate, estamos falando sobre o *protagonismo juvenil*.

De acordo com Silva (2007), este não é um termo recente, pois se apresenta como enunciado conhecido desde a Grécia antiga, onde os atores principais de peças de teatro eram chamados de *protagonistas*. Vejamos sua nomenclatura: do grego *protagonistes*, de protos que quer dizer o primeiro, o principal, e agon, que significa luta; *agonistes* refere-se à combatente, lutador. (BUENO, 2010). Assim, “ao juntar a personagem principal, com o momento decisivo,

no qual a/o atriz/ator enfrenta o debate e expõe o conflito estabelecido desde o início da peça, nasce o nome protagonista” (SILVA, 2007, p.93). Desta forma, protagonista significa dizer lutador principal, ator principal.

Na premissa sobre protagonismo há alguns conceitos que a circunscreve; um deles gira em torno da ideia de *ator social*. Souza (2006) destaca que o enunciado *protagonismo juvenil* surgiu “graças a uma concepção da sociedade e de espaço público em que indivíduos isolados – *os atores sociais* – encontram-se para negociar interesses” (Idem, 2008, p.62. Grifo nosso). Esta ideia direciona para a *atuação* do indivíduo que deve manter-se em atividade e negociação com outros atores sociais, constituindo-se como a sociedade civil. Sendo a juventude considerada um dos principais atores presentes na sociedade civil que podem atuar no cenário da política, ou seja, no espaço público. Para explicar um pouco o caminho teórico do enunciado de *ator social*, Souza (2006) apresenta primeiramente a interpretação clássica com relação a este termo, partindo de Durkheim, Parsons e Elias para identificar que, além de interiorizar valores e normas, o indivíduo apresenta um papel conferido pela sociedade. Em suma, a ação do ator social se direciona na realização de objetivos pessoais que se configura numa dada conjuntura e que se refere não apenas aos próprios problemas, como também de toda coletividade. E apresenta como noção mais elaborada de ator social, a premissa de Alain Touraine, que assim o define:

Um ator social é o homem ou a mulher que intenta realizar objetivos pessoais em um entorno constituído por outros atores, entorno que constitui uma coletividade à qual ele sente que pertence e cuja cultura e regras de funcionamento institucional faz suas, ainda que apenas em parte. Ou, dito com palavras mais simples, são necessárias três ingredientes para produzir um ator social: objetivos pessoais, capacidade de comunicar-se e consciência de cidadania. (TOURAINÉ, 1998 *apud* SOUZA, 2006, p.64).

Nesta premissa não se concentra um puro individualismo, pois há que considerar outros fatores, como a posição e o interesse dos outros atores, e também a questão da comunicação e da consciência cidadã. Dessa maneira, o ator social é o elo que vincula o indivíduo ao grupo social, pois com sua capacidade de comunicar-se poderá ter possibilidades de negociação, defesa e integração, levando em conta sua trajetória e contexto de realização de seus objetivos e da coletividade. O ator social tem a capacidade de “conseguir alcançar objetivos particulares, [assim como] modifica o ‘entorno social’ negociando com outros atores” (SOUZA, 2006, p.64). E Souza (2006) ainda destaca que é a partir desta ideia sobre o papel do ator social na sociedade e sua capacidade de negociar interesses particulares e coletivos, que surgem três enunciados importantes, aliás, quatro. O primeiro deles é o de



*capital social*, como um dos aspectos deste enunciado a ser desenvolvido; o segundo é o de *empoderamento*; já um terceiro é o de *resiliência*, e, por fim, que advém desse discurso do ator social em constante atividade: o *protagonismo juvenil*.

Ainda nestes termos de discussão sobre o ator social, Abramo (1994 *apud* Souza, 2009) já adotava o termo *atuação social* para designar as formas de participação social de diversos atores, em meados das décadas de 80, 90 e 2000. Sendo a atuação social uma atividade realizada pelo ator social, este se configurando como um indivíduo que persegue interesses individuais e termina por realizar:

Um diagnóstico das possibilidades (ou estabelece projetos realistas); dialoga, negocia, estabelece alianças e defende seus interesses perante outros atores (atos tomados como exemplos de práticas de cidadania, para o que se requer capacidade de comunicação); e *faz* coisas em benefício de si mesmo e de sua localidade ou grupo mais próximo. (SOUZA, 2009, p.09)

Deste modo, esse ator social destacado por Souza (2009) se configura como um indivíduo que realiza uma atividade de negociação com outros atores e modifica seu contexto de acordo com suas possibilidades, a fim de alcançar seus objetivos. Contudo, ela destaca que houve uma interpretação deturpada das premissas de Abramo, que as organizações internacionais incorporaram e disseminaram nos documentos oficiais. E duas são as formas de atuação social do indivíduo, segundo Souza (2009, p.09), a saber: “a atividade (ou o *fazer*) e a negociação/defesa de interesses”, que se expressam como aspectos também presentes na noção de cidadania e participação.

A sociedade civil, no contexto da sociedade contemporânea, se configura como sendo esse aglomerado de atores sociais, que com o propósito de defender seus próprios objetivos e interesses, torna-se o *protagonista*, incorporando a alusão à metáfora teatral, e percebe as novas formas políticas como fazendo parte de uma encenação política. Nestes termos, o *protagonismo juvenil* se configura como um “recorte ou faceta desse discurso mais geral, explicativo do social, que concebe a sociedade como o elenco dos atores sociais atuando num cenário” (Idem, 2009, p. 10). E a participação juvenil se configura como uma importante contribuição ao desenvolvimento individual e coletivo.

O papel do jovem, que se destaca em documentos oficiais e internacionais de uma visão deturpada sobre essa *atuação social juvenil*, se constitui em uma dupla função: ser objeto e agente das intervenções, daí que se apresenta uma noção de participação, sendo equivalentes as noções de atuação social e cidadania, de modo que, segundo Souza (2009), combina passividade e atividade. Tudo isso deve-se ao fato da percepção da juventude se configurar como o “alvo beneficiário” das políticas, assim, uma vez que há investimento no

jovem, este deve oferecer sua contribuição ao país e a sociedade como um todo. De acordo com esta configuração, as políticas direcionadas aos jovens que seriam *para* a juventude modificam-se, e a partir dos anos 2000 as políticas passam a ser referidas como *de/para/com* as juventudes.

Castro (2001) aponta alguns importantes elementos para refletirmos sobre a composição da ideia de protagonismo juvenil, como a auto-estima, a exploração de identidades e a afirmação de cidadania. Ainda de acordo com esta perspectiva, quando este conceito se pretendeu qualificar a democracia, o fez em dois sentidos: primeiro o protagonismo no sentido geracional, que remete a determinado tempo da vida, e no segundo sentido fazendo referência a um contexto histórico delimitado e específico.

Ainda segundo Castro (2001), o protagonismo juvenil favorece a apreensões diferenciadas que se referem “ao equacionamento de relações sociais, como as que se pode desenvolver entre gerações, entre jovens e educadores e entre espaços sociais” (Idem, 2001, p.483). Ou seja, as relações que se estabelecem a partir do protagonismo juvenil favorecem um direcionamento do ator social em constantes relações consigo e com a coletividade, sendo o jovem sua máxima expressão de autonomia e que tem poder de decisão sobre sua vida e seu futuro. Estes aspectos elencados sobre a forma que compõe o termo *protagonismo juvenil* têm seus aspectos positivos quando tomado em sua definição de que o jovem realiza sua atuação de forma autônoma, contudo, podemos perceber que esse discurso acabou sendo incorporado em novas formas de desigualdade que acarretam uma maior vulnerabilidade da juventude.

O protagonismo juvenil é encarado como uma nova forma de atuação, onde a ação política se apresenta mediante esta atuação da juventude. Esse discurso iniciou a despontar a partir dos anos de 1980, mais especificamente em 1985, numa produção da Organização das Nações Unidas (ONU), na ocasião do *Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz*. A partir de então, e durante a década de 1990, se intensificaram as produções, documentos, eventos e seminários acerca do protagonismo juvenil entre os órgãos internacionais, se abrindo um leque de configurações que formaram o preâmbulo das chamadas políticas públicas de juventude.

De forma ainda vaga, o termo *protagonismo juvenil* aparecia, principalmente, no discurso das chamadas organizações do terceiro setor, por volta da década de 1990, até que em março de 2001, entre países da América Latina, foi lançada a publicação *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*, por ocasião do Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos do Cone Sul, que foi promovido pela Comissão Econômica para

América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas, em novembro de 1999. Apesar de ter aparecido o termo no título, no conteúdo do documento apareceu uma única vez; segundo Souza (2009) isso se deve ao fato de que “nos documentos dos organismos internacionais, o enunciado *protagonismo juvenil* não foi capaz de fixar-se como o aglutinador de um discurso já consolidado” (Idem, 2009, p.04). Tendo em vista também que, neste período, há uma certa imprecisão quanto ao termo *protagonismo juvenil*, ora indicando se tratar de um método ou princípio pedagógico, ora como uma capacidade do jovem de ser protagonista no desenvolvimento da realidade individual ou coletiva.

No Brasil, a primeira instituição a fazer uso do enunciado do *protagonismo juvenil*, em seu inteiro teor, foi a Fundação Odebrecht através das ideias do pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, que foi o pioneiro a tratar do termo e o responsável por sua consolidação e disseminação. E aconteceu que em 2000 a Fundação Odebrecht lançou o livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação*, escrito pelo mesmo Antonio Carlos Gomes da Costa, publicação esta que é considerada um marco discursivo, pois assim o enunciado do *protagonismo juvenil* pôde se fixar na identificação do discurso que vinha se produzindo desde meados da década de 1980, tornando o nome do autor referência neste debate. E a partir de então, outras instituições, como o Instituto Ayrton Senna, além do próprio Antonio da Costa, produziram outros trabalhos nesta mesma temática. E ainda de acordo com tal perspectiva, assim define-se o protagonismo juvenil:

[...] modalidade de ação, criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2007, p.10).

Em seus escritos sobre o jovem protagonista, Costa (2001) destaca que a participação se configura a partir da ação individual ou em grupo dos jovens que atuam a fim de buscar alternativas aos problemas reais da sociedade. E nesta perspectiva é preciso favorecer uma participação autêntica e genuína, sendo esta uma “formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social” (COSTA, 2001, p.78). A ênfase de Costa (2001) é direcionada por um viés educacional, onde “educar para a participação é criar espaços para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção de seu ser” (Idem, 2001, p.79). Através do protagonismo juvenil se realiza essa participação, e cabe ao educador o direcionamento político de contribuir progressivamente para que toda a sociedade se configure democraticamente participativa, acreditando e incentivando o potencial transformador dos

jovens.

Costa (2007) ainda ressalta que um ambiente democrático é primordial para uma genuína participação do jovem, pois, se assim não for, pode prejudicar o desenvolvimento e a formação do jovem. Desta maneira, para o jovem a participação deve se configurar como “autêntica”, traduzindo-se em “autonomia, autoconfiança e autodeterminação” (Idem, 2007, p.10) para essa juventude que está em processo de construção de sua identidade pessoal e social. Assim como o país também ganha nessa relação, “a sociedade ganha em democracia e em capacidade de enfrentar e resolver problemas que a desafiam” (COSTA, 2007, p.11), pois o jovem, com sua energia, generosidade e vitalidade, é um potencial imenso para o Brasil.

Estas formulações se disseminaram em outras instituições e ganharam força, especialmente, entre as empresas e nos documentos governamentais, sendo reafirmado e consolidado entre as organizações do terceiro setor, principalmente. Contudo, na academia não houve inserção desse enunciado; apenas a discussão que gira em torno da participação da juventude ganhou espaço nos debates e reflexões teóricas. Souza (2009) aponta que este descrédito quanto às formulações sobre o *protagonismo juvenil* nos escritos acadêmicos se deve ao fato da ênfase teórica na encenação política, presente neste enunciado, que poderia carregar uma certa indefinição, com conteúdo impreciso e com uma carga ideológica.

Nestes termos, a política recebe uma diferenciada conotação, uma vez que o termo *política* não aparece nos documentos sobre juventude, sendo substituído por outros termos, tais como “formas novas de atuação social”, “atuação prática” ou “ações coletivas juvenis”, dentre outras; nos documentos oficiais o termo política dar lugar a expressão *participação da juventude*. É a partir destas transformações que o termo protagonismo juvenil recebeu uma nova configuração e modificou o seu discurso e a percepção das instituições sobre os jovens. Portanto, “o discurso evita apresentar-se como político, muito menos como ideológico, e o próprio fato de não se exibir como tal dá-lhe maior garantia de disseminação e eficácia” (SOUZA, 2009, p.10). Somado a isto, a noção de juventude foi ampliada e reconfigurada por estas novas formas de atuação.

A política é anulada, de um lado, pela prescrição do *fazer* coisas como forma de participação e, de outro, pelo próprio discurso que forja o *consenso* e impede a fala autônoma e transgressora. No lugar da ação política, o discurso instala um simulacro ou encenação. O discurso não oculta a encenação, mas esse é também o seu limite: ele não pode afirmar a encenação até as últimas consequências sob pena de exibir-se como discurso e, então, tornar-se objeto de discussão e refutação por parte de outros discursos (SOUZA, 2009, p.10. Segundo grifo nosso).

Dessa maneira, podemos identificar duas premissas que redirecionam o discurso que

cerca o termo protagonismo juvenil, e que anula, conforme prescreve acima, o discurso e a ação que versa sobre e em torno do âmbito da política, que são o *consenso* e o *fazer*. Quanto ao *consenso*, Souza (2009) aponta que, mediante a construção do discurso em torno da juventude e sua atuação, se forjou um consenso que não permite que o jovem se posicione e realize a ação política. Primeiramente, com relação aos termos atribuídos às recomendações de participação da juventude, destacadas nos documentos oficiais pelos órgãos internacionais, onde o jovem pode participar dos processos de *formulação* das políticas e na *adoção* de decisões, estes termos, segundo Souza (2009, p.12), “supõem a aceitação das mesmas preconcebidas e preexistentes medidas, decisões e políticas”, ou seja, o jovem não poderá realizar nenhuma mudança mais substancial de forma criativa e original naquelas premissas que já existem, assim como outros dois termos também tem esse mesmo direcionamento, tratando-se de *planificação* e *desenho*, sem, contudo, perder a eficácia do discurso de uma genuína *participação*, de acordo com as palavras abaixo:

O discurso, portanto, é explícito ao restringir a participação prescrita à juventude aos atos de *formulação*, *adoção*, *planificação* e *desenho* das políticas, medidas e decisões, negando a possibilidade de criação, concepção, originalidade e inovação. [...] o próprio apelo à participação, em algo anunciado como políticas, medidas e decisões, evoca a *participação no poder*, tal como concebida em outros momentos históricos ou em outros quadros explicativos, o que confunde a interpretação e garante a receptividade e a eficácia do discurso (SOUZA, 2009, p.12-13).

Além destas referências, nos anos 2000 um outro termo veio se incorporar ao debate, trata-se de *elaboração*, que numa mudança discursiva apontava a realização de um trabalho mais criativo e autônomo dos aspectos formais das relações políticas. Entretanto, uma outra expressão para elaboração, “formatação de políticas”, configura-se como uma “expressão inequívoca de que a participação juvenil deve ocorrer no âmbito da configuração exterior ou do formato das políticas” (SOUZA, 2009, p.13). Dessa forma, podemos perceber que o discurso que se constrói em torno da participação e do protagonismo juvenil, ganha evidência a partir de sua restrição a aspectos puramente técnicos, que se relacionam a operacionalização das políticas, e longe de um discurso político, nos termos de ação política, de tal forma que:

[...] o que está sendo ressaltado aqui, além da natureza administrativa da participação (nem sempre nítida e facilmente distinguível da discussão de assuntos públicos que demandam deliberações políticas), é a eficácia de um discurso que se apropria de noções construídas em momentos históricos diversos, confunde o debate e forja o *consenso*, anulando, com isso, a própria possibilidade de política (SOUZA, 2009, p.13 Grifo nosso).

Neste sentido, se estabelece o *consenso*, que nada mais é do que um discurso que forja o poder e com explicações veladas ressignifica elementos presentes em outros contextos, de

forma a não permitir que haja o debate ou alguma contrariedade sobre o que se apresenta, conforme afirma Souza (2009). O consenso explica como funciona a sociedade através de discursos que se consolidam e se arregimentam a partir de argumentos que se inscrevem na realidade de forma fixa e definida. Pois, “o consenso anula a política e dissimula a dominação” (Idem, 2009, p.15). Um contra-argumento ou contra-discurso, como nos indica Souza (2009), só será possível através da construção de discursos contrários advindo de práticas e atuações políticas também contrárias às vigentes, esta prática precisa se configurar como uma ação política e não apenas a formal atuação política.

Neste ponto, Souza (2009) chega numa resolução muito importante para nossa pesquisa, pois ela afirma que “na medida em que jovens (e não-jovens) não comparecem às instâncias de proposição de políticas como portadores de uma fala autônoma, eles não têm como se constituir em sujeitos que devem ser ouvidos em suas demandas legítimas” (Idem, 2009, p.15). Dessa forma, é importante destacar a presença dos jovens, nos espaços em que se discutem resoluções e direcionamentos da política pública deste segmento; no nosso caso estamos nos referindo ao espaço do Conselho Municipal de Juventude. Uma vez que não há a participação da juventude nesses espaços, eles não são os sujeitos autônomos do próprio discurso, mas se configuram como objetos de um discurso pronto e que não condiz com a realidade do sujeito, mas que parece dele emanar. É neste sentido que Souza (2009) indica que o discurso do *protagonismo juvenil* passa a ser o discurso da própria juventude, todavia, o discurso do “*protagonismo juvenil* é também o discurso da juventude *sem voz*, dada a ausência da palavra autônoma que lhe permitiria a sua constituição como sujeito” (Idem, 2009, p.16), já que não é a própria juventude quem tem a palavra, mas os espaços institucionais, públicos e privados, que lhe empresta o discurso.

Quanto à segunda premissa do discurso, o *fazer*, este passa a ser um sinônimo do termo participação. Trata-se da substituição da ação política pela execução de procedimentos. Tendo em vista que “o *fazer* é apresentado como a alternativa à chamada tradicional participação política” (SOUZA, 2009, p.17); por esse discurso indicar uma previsibilidade, empresta uma falsa preleção de que o indivíduo tem a previsão sobre as ações da política, o que não acontece na realidade, mas atribui ao indivíduo uma ideia ilusória de poder. Ainda de acordo com este discurso, se sobressai a ideia de voluntariado, que seria a prestação de serviços de forma gratuita e voluntária. Uma vez que esse discurso se assenta na premissa de que este serviço não tem propósitos de caridade, mas é um objetivo da ação política, este discurso se apresenta como um mecanismo de participação, logo uma forma de *protagonismo*

*juvenil*. Podemos perceber que muitos espaços, inclusive o terceiro setor, se utilizaram deste discurso para que, especialmente, as juventudes realizassem o trabalho voluntário sobre a forma de “ações comunitárias” ou “trabalhos sociais”, como mencionados por Souza (2009).

Nestes termos, o jovem aparece não apenas como um beneficiário deste discurso, mas também um agente realizador de mudanças sociais. Pois, “o *fazer* coisas – em benefício próprio e no da coletividade, inclusive quando nomeado ‘trabalho voluntário’ ou ‘participação ativa’ – confunde-se, no discurso em questão [...]” (SOUZA, 2009, p.19) com a própria noção de protagonismo, mas também com as noções de cidadania, atuação social e voluntariado, mesmo porque o benefício é recíproco, não apenas do indivíduo, mas de toda a coletividade. Contudo, este jovem não percebe esse “jogo”, pois ele encarna a regra e executa a atividade, legitimando o poder do discurso e comprovando sua eficácia. Como afirma Souza (2009, p.20): “o próprio *indivíduo em atividade* mantém o poder e seu discurso em operação, e, portanto, ‘contribui’ [...] para sua própria dominação”, ou seja, o indivíduo está tão integrado a esta regra, seguindo este discurso, que o próprio indivíduo confirma essa atividade.

Somado a esse *fazer* como nova forma de ação política, há uma última premissa de Souza (2009) que torna-se central para o melhor entendimento do nosso debate, trata-se da contraposição deste termo, a *reivindicação política*. Antes desse discurso do *fazer* coisas, os indivíduos reivindicavam por seus direitos, hoje, sobretudo, que há uma emergência pela realização de atividades e por uma gama de serviços que precisa e deve ser realizado de forma voluntária, sem aspectos de uma ação política. Isso se deve ao fato de uma mudança discursiva que ocorreu entre os anos de 1990 e 2000, onde “o discurso do poder transformou a noção de direitos em serviços, aboliu os termos ‘reivindicação’ e ‘garantia’ e, sob os termos ‘assegurar’ e ‘defender’ [...], enfatizou a atividade do indivíduo na satisfação das suas necessidades” (Idem, 2009, p.20). Mesmo caracterizando o indivíduo como “sujeito de direitos”, com a mudança que se realizava na ideia sobre os direitos, este sujeito direciona sua atuação para uma realização mais técnica e procedimental e sua principal atividade gira em torno de assegurar os serviços, como uma responsabilidade individual, e não mais a garantia de direitos.

Nesta discussão, um outro termo ao qual foi atribuído um novo significado se traduz na ideia de *autonomia*. Partindo de sua premissa original, a saber, àquele ou àquela que tem condições de decidir por si mesmo (BUENO, 2010), o termo autonomia foi ressignificado como “a não-filiação do indivíduo a partidos e correntes ideológicas e a capacidade desse indivíduo [...] de *fazer* coisas, defender e negociar *interesses* para *assegurar* o *acesso* a

*serviços*” (SOUZA, 2009, p.22). Sendo este indivíduo aquele que realiza as atividades que beneficie a si e aos outros, mas que cada um deve fazer a sua parte:

Seja como for, hoje em dia, o ator social por excelência é a ONG, que se tornou, por isso mesmo, o principal (re)produtor do discurso do *protagonismo juvenil*. [e esse] *protagonismo juvenil*, frequentemente definido como “método de educação para a cidadania”, é, pois, um discurso que prescreve ao jovem indivíduo um modelo de participação baseado na negociação de medidas que atendam a interesses parciais e na atividade que beneficia a si próprio e aos outros. [...] O indivíduo/voluntário/participante ativo/cidadão/ator social/*protagonista* é efeito do discurso, mas também é seu *portador ativo*, na medida em que incorpora, materializa e coloca em funcionamento esse mesmo discurso que o domina e controla (SOUZA, 2009, p.23).

Desta maneira, concordamos com Souza (2009) quando nos chama atenção, em se referindo tanto os espaços institucionais quanto às organizações não governamentais, as chamadas ONGs, no processo de reafirmação da centralidade do discurso do *protagonismo juvenil*, muitas vezes legitimam um discurso conservador que não leva em consideração o “sujeito de direitos” como indivíduos capazes de participar e incidir diretamente sobre a definição e negociação de seus direitos, tornando este sujeito passivo no discursos vigente, uma vez que sua atuação é forjada pelo *fazer* coisas, sob um viés da atuação social que mascara a ação política e que não supõe poder de decisão ou de criação, convergindo, assim, no sentido da reprodução das formas hegemônicas e de dominação, visando apenas interesses individuais e localizados.

Numa recente entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, a autora Regina Magalhães de Souza confirmou muitas das suas premissas defendidas por ocasião da sua tese, no ano de 2006, e discutidas até aqui, como também apresentou importantes falas a respeito desta temática. A primeira delas refere-se à afirmação de que o discurso que se destaca sobre o nome de *protagonismo juvenil* é uma noção dos adultos sobre as juventudes, isso porque “não é um discurso transformador, mas integrador” (SOUZA, 2017, p.03), tendo em vista que ele “prescreve, ou impõe, um modelo determinado de ‘participação’. Embora não transpareça de imediato, porém, não são os jovens que têm o efetivo poder de decisão e deliberação sobre suas ações” (Idem, 2017, p.03), mas, contraditoriamente, são os espaços institucionais, direcionados muitas vezes por adultos e outros atores, não sendo nunca, ou quase nunca, os próprios jovens.

Desta maneira, quando a autora se refere a participação da juventude, ela aponta que “a chamada ‘participação’ na ‘formulação’ das políticas é apenas oportunidade de reafirmação de decisões que já foram concebidas em outras instâncias” (SOUZA, 2017, p.04), de tal forma



que o discurso sobre a participação confirma e reafirma o *consenso*, não dá espaço para deliberação, apenas para a reprodução dos discursos hegemônicos.

Com relação ao discurso do *protagonismo*, ela orientou que este não deve ser uma noção que qualquer indivíduo deva se preocupar, porque “mesmo tentando ressignificá-lo, procurando um ‘verdadeiro’ protagonismo, já é validar esse discurso autoritário e manipulador” (SOUZA, 2017, p.04), e que as juventudes devem procurar ações autônomas que visem uma efetiva participação coletiva, sem a busca por padrões ou modelos. Ainda ressalta como uma verdadeira ação política da juventude as manifestações de 2013 e as ocupações das escolas de 2016, acreditando que essa juventude não foi integrada por esta noção hegemônica de *protagonismo juvenil*. Sugerindo que:

[...] os adultos não devem ensinar os jovens a participarem, mas, sim, lhes fornecer elementos – teorias, conceitos, métodos de pensamento, oportunidades de discussão e livre manifestação de ideias e experiências – para que os próprios jovens tomem suas decisões e escolham seus caminhos, na política e na vida, mais conscientes do sentido de suas ações. (SOUZA, 2017)

Apesar de Souza (2017) não concordar de que o adulto não deve ensinar a juventude a participar, é preciso destacar o papel importante da escola na formação da juventude, sendo esta a primeira instituição de socialização desses jovens. É preciso favorecer uma educação cidadã e emancipada de formas hegemônicas de dominação; muitas disciplinas incorporadas no currículo escolar favorecem ao jovem uma visão mais realista e verdadeira da realidade social, e assim, articulados a esses caminhos alternativos, é possível garantir a reivindicação dos jovens enquanto protagonistas, no sentido de ter a capacidade de realizar ações autônomas e responsáveis, novas formas de ação e de mobilização política.

Em síntese, a ideia em torno do que entendemos ser o *protagonismo juvenil* se configura como um discurso conservador e hegemônico, que tem o objetivo de fazer com que a legitimidade da reprodução das formas dominantes de poder esteja colocada. Não há espaço e nem possibilidades de realização de uma ação política autônoma e independente, uma vez que o *consenso* e o *fazer* coisas está presente no horizonte institucional ou não, mesmo em se tratando do terceiro setor. A sugestão de Souza (2017) é urgente e desafiadora, ou seja, é preciso *dar voz* aos indivíduos dos diversos espaços, especialmente, à juventude, para que de fato possam construir, através da reivindicação e contestação política, por meio de uma efetiva ação política, a garantia de políticas públicas que atuem no sentido da promoção dos direitos da juventude. Para vislumbrarmos um pouco dessas noções de ações políticas e como os jovens atores se posicionam nesse debate, vamos adentrar nas histórias e trajetórias de

atuações em dois movimentos sociais juvenis, a saber, a Pastoral da juventude do Meio Popular – PJMP e a Juventude Operária Católica – JOC, destacadas no terceiro capítulo.

## 2. HISTÓRIA E CONTEXTO: DIALOGANDO SITUAÇÕES

Até aqui discutimos as formas analíticas de conceber as políticas públicas, a categoria juventude, as concepções sobre conselhos e a teoria do protagonismo presente nos discursos dos movimentos sociais. Este capítulo tem como enfoques a trajetória das políticas públicas de juventude no Brasil, na Paraíba e no município de João Pessoa. Bem, como a trajetória de lutas, organizações e embates dos movimentos sociais ao longo dos tempos.

É importante frisar que este capítulo tem o objetivo de apresentar um debate de caráter mais histórico e contextual. Vamos conhecer a trajetória das políticas públicas no Brasil, como se configuraram o debate sobre as políticas públicas a partir de uma reivindicação por políticas sociais desde meados do século XX até o período mais contemporâneo. Tendo como norte a percepção do estado a respeito da implementação de políticas públicas para toda a parcela da sociedade, especialmente de grupos mais vulneráveis e porque não dizer, mais numerosos também.

Vamos perceber também como surgiram os primeiros debates sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, a partir de quais eventos e acontecimentos impulsionaram para que a temática juvenil adentrasse na agenda política do Estado Brasileiro. Uma vez que a atuação e visibilidade da juventude oscilaram bastante neste último século para os dias de hoje. Tendo em vista nosso campo de pesquisa, também iremos conhecer essa mesma trajetória das políticas públicas de juventude em nosso estado, na Paraíba, e no município de João Pessoa. Enfatizando, sobretudo, que as juventudes são percebidas de diferentes formas em diferentes épocas e contextos. Dessa forma, a juventude que se destaca em nível nacional não se configura da mesma forma que em outros lugares do país, assim como o poder público do estado e do município podem apresentar diferenciadas atuações direcionadas à juventude e com a juventude. Considerando, principalmente, a participação das juventudes em diversos espaços, precisamos identificar como essa juventude é percebida pelas instituições e como a sociedade percebe os seus anseios e desejos.

Neste debate seguimos neste capítulo com uma apreensão sobre o jovem e a juventude por outros atores, institucionais ou não, sobre esse grupo etário. Com enfoque em importantes abordagens que procuram apresentar historicamente sobre a trajetória das diversas juventudes também na Paraíba e em João Pessoa com alguns destaques de dados de importantes órgãos institucionais que apontam informações importantes sobre as diversas juventudes.

Vamos identificar, ainda, a trajetória dos Conselhos de Juventude no Brasil. Primeiramente vamos apontar a ideia concebida sobre Conselhos Gestores no Brasil e depois

adentraremos no enfoque dos Conselhos de Juventude, desde a criação do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE até as configurações conselhistas da juventude que existem espalhadas pelo país. E, por fim, adentraremos no debate sobre as trajetórias dos movimentos sociais no Brasil enfatizando a organização juvenil ao longo dos anos. Segue assim, o desenvolvimento do capítulo.

## **2.1 Um pouco do processo histórico das políticas públicas no Brasil**

Nesta seção vamos nos dedicar as políticas públicas em geral que compõem o cenário brasileiro. Um primeiro aspecto quanto à discussão de cunho mais histórico das políticas públicas no Brasil, diz respeito à caracterização do Estado brasileiro no período de 1920-1980, tratando-se de um Estado “desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário” (BACELAR, 2003, p.01). Apesar de promover um amplo desenvolvimento, principalmente no que se refere ao processo de industrialização, não havia por parte do Estado brasileiro um enfoque na transformação da sociedade e em suas relações.

Caracterizando-se por um Estado conservador que promovia importantes transformações econômicas, a estrutura das relações sociais, entretanto, não se alterava nem um pouco, e o resultado de tudo isso se apresentava no desenho das políticas públicas; “o essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira”, afirma Bacelar (2003, p.02) em seu estudo sobre as heranças e tendências das políticas públicas no Brasil que discute um panorama sobre essas políticas no período aqui retratado.

Como característica centralizadora, o Estado brasileiro, nas palavras de Bacelar (2003), se apresentava como o “Estado fazedor”, ou seja, tinha sua centralidade e se detinha em ações no âmbito do crescimento econômico mais do que em políticas sociais. E isso se somava ao seu caráter autoritário, como exemplo disto, pode-se identificar o período da ditadura na era Vargas e a ditadura político-militar de 1964. Contudo, estes aspectos se sobressaem nas políticas públicas deste período no país.

[...] as políticas públicas eram muito mais políticas econômicas. Se olharmos a história recente, as políticas sociais e as políticas regionais são meros apêndices, não são o centro das preocupações das políticas públicas. Nelas, o corte era predominantemente compensatório, porque o central era a política econômica, já que a política industrial era hegemônica, porque o projeto central era a industrialização (BACELAR, 2003, p.02).

Essas características incidiam sobre a estruturação de como se pensavam as políticas

sociais deste período. Neste sentido, as elites políticas pensavam o país como uma média que não corrobora com a realidade heterogênea presente no Brasil. A sua política centralizadora homogeneizava as propostas de políticas sociais que se apresentassem para a sociedade. E Bacelar (2003) ressalta que o Estado enquanto uma instituição realizadora ou o “Estado regulador” apenas realizava esse papel quando lhe interessava diretamente; um exemplo disto foi à regulação capital-trabalho no período Vargas, expressa na legislação trabalhista, regulação esta exigida pelo enorme contingente de operários das indústrias naquele período. É a partir deste panorama que Bacelar (2003) destaca nossa herança de um Estado rico e economicamente desenvolvido à custa de uma população pobre e decadente com uma enorme desigualdade social.

Outro momento que a Bacelar (2003) destaca é o grande movimento da globalização, tratando-se de um processo de inserção internacional do mercado e das grandes economias. No caso do Brasil, reorganiza o processo produtivo e movimenta as relações sociais como um todo, especialmente no âmbito da natureza político-ideológica que trata sobre a “hegemonia da visão neoliberal” (BACELAR, 2003, p.05) visão esta que se sobressai como um Estado que se retrai e um mercado que se amplifica através da individualidade e do controle favorecendo ao projeto neoliberal. É evidente que esse projeto se manifesta também nas demandas de políticas públicas que encolhe suas ações e se apresenta em oferecer mercadorias e serviços; um exemplo deste aspecto é a política de educação, cada vez mais expressa como uma mercadoria, um serviço que poucos podem comprar e usufruir dentro do mercado educacional.

Contudo, a autora ainda ressalta a importância de um projeto descentralizador proposto pelo movimento popular que precisa existir e ganhar corpo, buscando considerar a heterogeneidade do país e quebrando com a tradição de que ‘o que é público é governamental’, as políticas públicas precisam dar conta de algo que transcende a governabilidade e se expande na sociedade. É preciso “reformular aquele Estado desenvolvimentista, que só patrocinava o crescimento da economia, e abrir espaço para um Estado que patrocine saúde, patrocine educação, patrocine segurança” (BACELAR, 2003, p.07). Nesse cenário de possibilidades de avanços para um Estado regulador se enfatiza a importância de um forte diálogo entre sociedade civil e governo, através da existência de Conselhos Institucionais, como um espaço que favorece a participação e a partilha de poder; aspecto que incide diretamente no nosso objeto de pesquisa e trabalho, como cenário bastante presente na última década.

A partir deste cenário sociopolítico apresentado até aqui, vamos, agora, nos direcionar as pesquisas sobre políticas públicas a partir do período de 1980 no Brasil. Há dois aspectos a se considerar, segundo Souza (2003; 2007); primeiro, no que diz respeito aos fatores que contribuíram para a abertura de estudos da área de políticas públicas e, segundo, os principais problemas que gira em torno de pesquisas com enfoque nas políticas públicas no Brasil.

O primeiro aspecto se refere a alguns fatores que foram importantes para dar maior destaque à área de políticas públicas em meados da década de 1980. Trata-se, sobretudo, do regulamento das políticas públicas segundo o “cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário entre receita e despesa” (SOUZA, 2007, p.65). Essa ação fez com que se reduzisse a interferência do Estado na economia e modificou o enfoque das políticas sociais, passando de universais para focalizadas. Ainda quanto aos fatores, Souza (2007) ressalta que em países como na América Latina, não há uma base política forte que seja capaz de estimular o desenvolvimento econômico e também favorecer a inclusão social de grupos mais pobres da população.

O segundo aspecto diz respeito aos problemas enfrentados em pesquisas em políticas públicas no Brasil, Souza (2003) destaca quatro principais problemas. O primeiro deles gira em torno da falta de conhecimento na área e de diálogo sobre as pesquisas entre pesquisadores. Outro problema é a ampliação de estudo em torno da área temática de políticas públicas mais do que em grupos de pesquisa. Há, também, certa proximidade da área de estudo com órgãos governamentais, podendo servir para pesquisas de cunho teórico ou terem suas agendas pautadas por esses órgãos. E, por fim, há trabalhos que não se apresentam numa perspectiva acadêmica, aumenta o número de trabalhos na área, no entanto, acabam por prejudicar o diálogo com a área de conhecimento das políticas públicas.

Já no período da Constituição de 1988, o Brasil passou por pouco investimento nas políticas públicas, acontecendo um aumento na dependência internacional, bem como da desigualdade social, da pobreza e da exclusão. Contudo, a Carta Magna possibilitou a abertura democrática e viabilizou a descentralização apostando fortemente nos direitos sociais e na ampliação da participação institucional no processo decisório.

Por ter um caráter mais distributivo, a Constituição instigou o Governo a priorizar as necessidades sociais e a implementação de políticas públicas mais eficazes. Já na década de 1990 foi quando houve um período em que o Governo contou com a parceria de entidades sociais para prover alguns dos serviços à sociedade, espalhando projetos e programas pelos municípios e estados da federação. Nas últimas décadas o país tem priorizado uma forte

articulação e engajamento junto à sociedade, numa importante gama de participações para debater as propostas de políticas públicas, a população precisa cobrar do estado para que haja um desenvolvimento social e estrutural no país.

Durante o governo Lula (2003-2010) as mudanças se apresentaram por dois caminhos; a distribuição de renda e o relativo peso das classes sociais, segundo Couto (2011). A política pública realizada por Lula teve um efeito diretamente redistributivo, favorecido não apenas pela transferência de renda via programas do governo federal, mas, sobretudo, pela elevação real do salário mínimo e do aumento dos empregos informais. O que ocorreu foi de fato muito significativo, tendo em vista que a partir dessas ações uma parcela considerável da população pobre ascendeu economicamente. Assim como, houve uma ampliação considerável de participação em instâncias institucionais em diversos fatores.

Num diagnóstico mais analítico sobre a “Era de Lula”, André Singer (2012) faz uma reflexão n’*Os sentidos do lulismo* apresentando relevantes contribuições no entendimento de algumas importantes transformações ocorridas no período entre 2000-2012 nos cenários políticos, econômicos e sociais do país. Em linhas gerais, Singer (2012) considera que o período de Lula no governo se configurou no que ele denominou de *lulismo*, esta denominação se refere ao “encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005” (2012, p.10). Neste encontro se destacam as políticas sociais massificadas que são as políticas de transferência de renda, especialmente o programa majoritário do *Bolsa Família*.

Singer (2012) destaca três aspectos de direções igualitárias no governo Lula; primeiro, quanto aos direcionamentos do governo Lula no que se refere à desigualdade no Brasil, que ainda está com um quadro bastante ruim; segundo, “o fator fundamental na redução da desigualdade durante o governo Lula foi o expressivo aumento do emprego e da renda” (2012, p.108), tendo como ponto forte o salário mínimo porque houve um aumento e uma valorização do mesmo; e, terceiro, quanto aos dados de redução da desigualdade não ter sido suficiente para que o país se posicionasse de forma mais positiva no ranking das nações mais desiguais do mundo.

Contudo, Singer (2012) apresenta uma crítica ao período do *lulismo*, uma vez que o “suposto” equilíbrio percebido entre a relação capital e trabalho ter-se apresentado como uma forma de manutenção da ordem, o que evitou uma radicalização e/ou possíveis contestações reivindicatórias, por ter realizado um considerável aumento no poder aquisitivo da grande população. Este equilíbrio que Singer (2012) destaca constitui-se, dessa forma, como um

“reformismo fraco”, uma vez que “levando-se em consideração que a pobreza e a desigualdade eram e continuam sendo imensas no Brasil” (2012, p.114). E apesar de destacar esse reformismo fraco, Singer (2012) afirma que “o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo. Cria-se a ilusão de ótica da estagnação para, na realidade, promover modificações em silencioso curso” (2012, p.25). São transformações estruturais no estado que evidenciam que uma nova fração de classe emergiu e que houve uma considerável diminuição da pobreza, sem, no entanto, significar uma redução da desigualdade.

Uma vez encerrando esse panorama de visão mais histórica sobre o desenvolvimento da área de políticas públicas, assim como sobre as pesquisas no campo de estudo das políticas públicas no Brasil. Vamos nos deter um pouco mais na trajetória das políticas públicas, agora específicas do segmento juvenil.

### **2.1.1 A trajetória das políticas públicas de/para/com as juventudes no Brasil**

No Brasil, até a década de 1990, ainda não se tinha uma percepção da juventude como sujeito de direito ao ponto de relevar uma categoria importante de uma significância jurídica. Contudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990 pôde se inaugurar no país um início de marco legal para o público jovem, embora os jovens a partir dos 18 anos permanecessem inacessíveis a uma lei específica.

Ainda nessa década aparecem algumas movimentações de organizações e movimentos juvenis que mobilizam a sociedade, especialmente os poderes Executivos e Legislativos direcionados para temática juvenil, assim como se percebe na academia um enfoque dos estudos sobre a juventude e sua pluralidade nas políticas públicas específicas. Podemos citar o trabalho de Graça Rua (1998, p.02) que enfatiza a concepção de políticas públicas como a um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas”, em outras palavras, uma vez que uma sucessão de acontecimentos passa a se tornar problemas políticos e sociais é que se direciona a composição de uma agenda pública em possíveis discussões políticas que possibilitem a construção de políticas públicas, este debate já foi apreendido no capítulo anterior. Contudo, no direcionamento das políticas públicas de juventude Sposito (2003) destaca que a categoria juventude não se apresentava como um ‘problema político’, mas, sobretudo, como um ‘problema social’ que é marcado por várias formas de exclusão e desigualdades.

Apesar da promulgação da Constituição de 1988 que foi uma grande conquista na luta por direitos, especialmente para crianças e adolescentes e mesmo depois da criação do ECA,



que sendo municipalizado com o “intuito de estimular a participação cidadã no trato com a coisa pública” (BRENNER et al, 2005, p.04), o jovem não era percebido em sua especificidade sendo muitas vezes associados à violência e a delinquência juvenil. Um caso bastante repercutido e que corroborava para esta visão foi à morte violenta do índio Galdino<sup>2</sup>, em abril de 1997 e algumas rebeliões de presos em instituições juvenis. E, assim, tanto os organismos internacionais e nacionais e, sobretudo, o Estado brasileiro passaram a dar visibilidade à temática juvenil e a priorizar as discussões no âmbito de políticas públicas específicas.

E, ainda, no governo de Fernando Henrique Cardoso sobreveio a ideia do programa Agente Jovem, tratando-se de um programa com duração de 12 meses com o intuito de possibilitar formas de participação comunitária protagonizada pelos próprios jovens. Desenhava-se o início de amplos debates sobre a política pública juvenil no país, pesquisas destacam que “no período de 1994 a 2002, no âmbito federal, foram lançados 33 programas focados nos jovens, dando a conotação de uma nova trajetória na formulação de políticas de juventude” (MOTA, 2010, p. 05). E, assim, iniciou-se um processo de institucionalização de políticas específicas ao segmento juvenil destacando-se a criação de Coordenadorias, Secretarias e Conselhos de Juventude pelos municípios e estados brasileiros.

No ano de 2003 foi criada a Comissão Especial de Juventude (CEJUVENT) da Câmara dos Deputados, instituída em 07 de maio de 2003, a partir desta instância organizaram-se audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais, conferências regionais e, em 2004, aconteceu a Conferência Nacional de Juventude, entre os dias 16 a 18 de junho, em Brasília no Distrito Federal convocada pela Câmara dos Deputados a fim de elaborar leis dirigidas ao público jovem.

Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas 03 propostas: **1)** a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 138-A/2005) que inclui a expressão “jovem” na denominação do Capítulo VII e dá nova redação ao Art. 227 da Constituição; **2)** o Estatuto dos Direitos da Juventude (PL 27/2007); e **3)** o Plano Nacional de Juventude (PL

---

<sup>2</sup> No dia 20 de abril de 1997 cinco jovens de classe média em Brasília escolheram uma forma inusitada e cruel de se divertir durante a madrugada, depois de uma festa com os amigos. Compraram gasolina e uma caixa de fósforos, atearam fogo em um índio que dormia em uma parada de ônibus na W3 Sul, avenida de um bairro nobre da capital federal, e fugiram. O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, que estava na cidade para comemorar o Dia do Índio, acordou em chamas e horas depois morreu no hospital com 95% do corpo queimado. Os rapazes foram reconhecidos, presos e condenados a 14 anos de prisão, mas a lei brasileira garantiu que ficassem apenas oito anos na cadeia. Para justificar o crime bárbaro, os rapazes alegaram que acreditavam ser um mendigo e resolveram “brincar” com ele. (Fonte: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/tragedia-de-indio-galdino-queimado-vivo-em-brasilia-completa-15-anos-20120420.html>).

4530/2004), que estabelecem objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos/as jovens brasileiros (ASTEIAS, 2009, p. 07).

E o grande marco da Política Nacional de Juventude no Brasil foi em 2005 com a criação e institucionalização, pelo governo federal, da Secretaria, do Conselho e do PROJOVEM (Programa de Inclusão de Jovens – Lei nº 11.129/2005) depois essa lei foi alterada pelo PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011). A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, hoje não tem mais status de ministério, mas tem a responsabilidade de articular os diversos programas e projetos direcionados à juventude entre 15 e 29 anos, configurando-se os seus principais objetivos, quanto à política de juventude, em “fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil; interagir com os poderes Judiciários e Legislativos na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas” (BRASIL, 2006, p. 09); com uma ação intersetorial, sua principal atividade é articular a política de juventude nos diversos ministérios.

Assim como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que foi criado em fevereiro de 2005, consistindo de um espaço colegiado de diálogo entre o poder público e a sociedade civil com caráter consultivo. Pois, além de assessorar a SNJ, o CONJUVE, também é responsável por “promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã” (BRASIL, 2006, p. 09). Constituindo-se como um importante espaço na construção e elaboração de políticas públicas de juventude que possa se configurar como uma política de estado garantindo direitos e uma vida melhor para milhões de jovens em todo o país.

É muito importante pensar a viabilização de uma efetiva política de juventude concatenada, sobretudo, com ações efetivas do Estado de acordo com cada realidade juvenil, num debate político democrático e plural, pois é preciso ampliar as questões de juventude para além do seu eixo principal, é preciso fomentar o debate e ampliar o leque de possibilidades sejam analíticas em torno de uma gama de conceitos e noções como também ações práticas e efetivas. Vejamos um pouco do histórico do processo de discussão e elaboração das políticas públicas de juventude nas principais esferas públicas do país.

### QUADRO I – LINHA DO TEMPO<sup>3</sup>

\* **1965:** Aprovada pela ONU a “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mutuo e compreensão entre os povos”.

\* **1985:** Ano Internacional da Juventude - ONU.

\* **1990:** “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA).

\* **1995:** Programa de Ação Mundial para Jovens (PAMJ)-ONU.

\* **1997:** Seminário “O jovem nas trilhas das políticas públicas”, iniciativa da CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento). Primeiras experiências de implantação de secretarias e coordenadorias de juventude em prefeituras municipais brasileiras.

\* **1998:** Plano de Ação de Braga e Declaração de Lisboa, elaborados, respectivamente, na Conferência Mundial de Ministros de Juventude e no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas.

\* **2001:** Elaborada a “Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude”, em evento no Senegal.

\* **2002:** Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, iniciativa da Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert. E instituído o dia 12 de agosto como Dia Nacional da Juventude, pois marca o início dos debates que deram origem à Política Nacional de Juventude.

\* **2003:** Início do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania. Criada a “Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude” e realizada a “Semana Nacional de Juventude”, na Câmara dos Deputados. Realizado o 1º Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente e criada a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA).

\* **2004:** Criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, no Poder Executivo.

Realizada a “Conferência Nacional de Juventude” pela Câmara dos Deputados. Lançado o Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ) pela UNESCO. Realizado o “VOZES JOVENS” pelo Banco Mundial e o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis promovido pela UNE. Criados o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e a Rede Nacional de Juventude (RENAJU). Apresentados na Câmara os projetos de lei do Plano Nacional de Juventude e Estatuto dos Direitos da Juventude e a Proposta de Emenda Constitucional que propõe a inclusão do termo “juventude” na Constituição.

\* **2005:** Lançada pelo Governo Federal a Política Nacional de Juventude e criados a Secretaria, o Conselho e o PROJOVEM – Programa de Inclusão de Jovens (Lei nº 11.129/2005). Finalizado o texto da “Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens”.

<sup>3</sup> ‘Linha do tempo’ apresenta o processo de discussão e implementação da política de juventude; retirada da Cartilha do curso de capacitação sobre conselhos municipais de juventude – Juventude Paraibana: construindo mecanismo de participação e controle social das políticas públicas de juventude. João Pessoa/ PB, 2009, produzida pela ASTEIAS.

E o grande destaque com relação à participação da juventude na elaboração da política nacional de juventude foi à realização da I Conferência Nacional de Juventude em 2008, que unida às conferências livres, mobilizaram mais de 400 mil pessoas em todo o país. Foi um marco no processo histórico das políticas públicas de juventude no país, pois em meio a tantas diferenças e muito diálogo, os jovens construíram consensos e definiram o norte que orientou as políticas que se sucederam a partir de então, foi elaborado um documento com 70 resoluções e 22 prioridades de ações voltadas ao público jovem do país.

Neste período o Brasil passava por eleições municipais e ao perceber que poderíamos fortalecer institucionalmente as políticas de juventude, como ação efetiva da conferência, que teve como lema “Levante sua Bandeira”; foi criado o **Pacto pela Juventude**, um pacto que se realizou entre os três entes da federação, onde os representantes do poder público, juntamente com a sociedade civil, comprometiam-se com as resoluções aprovadas na Conferência de Juventude e com as diretrizes do CONJUVE. Aconteceu uma 2ª edição, em 2010, e teve como principal objetivo criar uma agenda pública comum da juventude com o propósito de garantir os direitos efetivos da juventude, além de consolidar a política pública juvenil em todo o país. E foi importante o impacto dessas edições sobre as conquistas legais das políticas de juventude, pois, colaboraram

[...] para a inclusão da juventude brasileira na Constituição Federal, com a Emenda 65, a institucionalização da Política Nacional de Juventude, através da criação de órgãos e conselhos, a aprovação de planos estaduais e municipais, além da tramitação dos marcos legal, tais como o Estatuto e o Plano Nacional de Juventude (BRASIL, 2008, p. 02).

Após esta 2ª edição do pacto, com o lema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil” aconteceu, em 2011, a 2ª Conferência Nacional de Juventude que mobilizou cerca de 500 mil jovens nas etapas preparatórias à etapa nacional. Finalizada com 44 objetivos e cinco eixos norteadores: desenvolvimento integral, direito ao território, direito à experimentação e à qualidade de vida, direito à diversidade e a vida segura, e, por fim, a descriminalização e a legalização do aborto.

Sobre o Pacto pela Juventude, houve outras edições nos anos seguintes 2012, 2014 e hoje, o pacto está em sua 5ª edição/2016 e seu principal compromisso é relacionar pautas juvenis globais e nacionais com as políticas em cada contexto e realidade dos municípios, orientando suas demandas em defesa da democracia, pela radicalização dos espaços de participação e pela garantia de mais direitos para a juventude. Assim como, também, em consonância com as propostas prioritárias da 3ª Conferência Nacional de Juventude que foi realizada em 2015, com uma grande participação da juventude dos territórios; juventudes dos

campos e das cidades, das florestas e das águas. Com o tema “As várias formas de mudar o Brasil” mobilizou cerca de 600 mil jovens em todo o país; todo o processo da 3ª Conferência de Juventude contou com as etapas livres, municipais, estaduais e a grande novidade desta conferência foi à etapa dos povos e comunidades tradicionais e uma plataforma digital. As propostas aprovadas nesta 3ª Conferência se transformaram em subsídios para elaboração do Plano Nacional de Juventude, com foco em três eixos principais: participação, território e segurança.

Quanto ao marco legal da política de juventude, destacamos a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 138-A/2005, que insere na Constituição o termo Juventude e trata dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais das juventudes brasileiras e também transforma a política de juventude em política de Estado e não apenas como programas e projetos de um determinado governo.

Pela emenda, será "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação" e a outros direitos, além de serem os jovens salvos de "toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Na prática, a proposta amplia a possibilidade de o poder público estabelecer políticas públicas destinadas diretamente aos jovens. (BRASIL, 2010).

A PEC (Emenda Constitucional nº65) da Juventude foi promulgada em 13 de julho de 2010, um marco histórico na inauguração dos direitos da juventude em nível federal, e orienta aos entes da federação o compromisso e a responsabilidade em adotar leis específicas que direcionem as políticas de juventude nos estados e municípios. Importante frisar que para fins desta lei, consideram-se jovens as pessoas entre 15 e 29 anos.

Outro marco legal é o Plano Nacional de Juventude (PNJ – Projeto de Lei nº 4530/2004) que foi elaborado por uma Comissão Especial da Juventude e depois de muitas audiências públicas espalhadas em encontros regionais, o documento apresenta 12 (doze) temas que buscam contemplar as várias realidades juvenis do Brasil, com metas a serem atingidas em relação aos jovens e cria responsabilidades pelo poder público. Este documento ainda está em construção, recentemente houve uma reunião da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para elaboração do Plano até o final deste ano. Além de uma chamada pública lançada pela Secretaria Nacional de Juventude a fim de contratar empresas de consultoria na área das políticas públicas de juventude para elaborar um novo projeto do Plano Nacional de Juventude. O texto original deverá ter validade de dez anos e terá como

foco a criação de metas a serem alcançadas, nesse período de tempo, em relação aos diretos dos/das jovens, responsabilizando o poder público. Um destaque para a ação da Secretaria Nacional de Juventude quanto a esta chamada pública se refere ao questionamento de não terem solicitado a própria juventude para elaborar o documento do PNJ para que os próprios jovens direcionem suas necessidades e anseios.

Ainda tem o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) que propõe uma articulação entre os governos federal, estaduais e municipais com o propósito de garantir ações e práticas a fim de viabilizar melhores condições de vida da pluralidade de juventudes do país. Em 05 de agosto de 2013 foi aprovado o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, assim como, apresenta os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

O Sistema Nacional de Juventude é composto por Órgãos de Juventude (Secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do Governo, com dotação orçamentária específica; Conselhos de Juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas de projetos de Juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema (ASTEIAS, 2009, p. 23).

Essas vias legais asseguram à política de juventude uma conformidade de direitos que direcionam a responsabilidade dos poderes públicos das três esferas da federação a assegurar os direitos da juventude em todos os âmbitos. Para mostrar os avanços da agenda juvenil, no Brasil e no mundo, relacionamos alguns fatos que marcaram a Política Nacional de Juventude desde a sua criação, em 2005.

#### **QUADRO II – LINHA DO TEMPO (Cont.)**

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2005 – Lançamento do PROJOVEM.</li> <li>▪ 2007 – Brasil sedia 1ª Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL no Rio de Janeiro.</li> <li>▪ 2008 – 1ª Conferência Nacional de Juventude.</li> <li>▪ 2008 – 1º Pacto pela Juventude.</li> <li>▪ 2007 – Lançamento do PROJOVEM Integrado.</li> <li>▪ 2008 – Brasil sedia 4ª Sessão da Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL.</li> <li>▪ 2009 – Brasil sedia 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude.</li> <li>▪ 2010 – Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do</li> </ul> |
|---|

## MERCOSUL – REJ

- 2010 – 2º Pacto pela Juventude.
- 2010 – Aprovada a PEC da Juventude.
- 2010 – Ano Internacional da Juventude.
- 2010 – Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe.
- 2010 – 1ª Conferência Mundial de Juventude realizada no México.
- 2010 – 1ª Mostra do PROJovem Urbano.
- 2010 – Brasil passa a integrar a OIJ.
- 2010 – Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude.
- 2011 – Encontro de Alto Nível da ONU sobre a Juventude em Nova Iorque.
- 2011 – Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal.
- 2011 – 2ª Conferência Nacional de Juventude.
- 2012 – Lançamento do Plano Juventude Viva.
- 2012 – Institui o Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente, composto pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- 2013 – Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal.
- 2013 – Sancionado o Estatuto da Juventude pela Presidente Dilma Roussef.
- 2013 – Instituição da plataforma virtual Participatório Observatório Participativo da Juventude.
- 2013 – Criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude (COIJUV).
- 2013 – Institui o Comitê Gestor Federal da Juventude Viva – CGJuv, instância gerencial de caráter deliberativo, com o objetivo de acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva, e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva – FOMPI, instância de participação e controle social, de caráter consultivo, do Plano Juventude Viva.
- 2014 – Criação da Revista Eletrônica Juventude e Políticas Públicas.
- 2016 – Lançamento do Programa Identidade Jovem.

Tudo isso foi resultado de muito esforço e muita luta de movimentos e organizações juvenis espalhados por todo o país que buscam uma melhor qualidade de vida. E mesmo com todas essas conquistas ainda são muitos os desafios para uma efetiva implementação das políticas de juventude no Brasil, a juventude ainda precisa estabelecer espaços que favoreçam o diálogo e viabilizem a garantia de seus direitos, com enfoque principalmente na participação política no direcionamento de suas políticas. Daí a importância dos conselhos e outros espaços institucionais que estejam poder público e sociedade civil a fim de elaborar diretrizes e propostas na construção, implementação e fiscalização das políticas públicas de juventude. No próximo tópico vamos conhecer um pouco da trajetória das políticas de juventude no estado da Paraíba e em João Pessoa.

### **2.1.2 O percurso das políticas públicas de juventude na Paraíba e em João Pessoa: debates e embates**

Nesta seção apresentaremos o processo de formação das políticas de juventude na Paraíba. Todo esse processo teve início entre os anos de 2000 a 2003, neste período aconteceram importantes iniciativas do Setor de Juventude da Arquidiocese da Paraíba, com vários outros grupos juvenis, como a PJ (Pastoral da Juventude) e a PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular). Neste mesmo período aconteceu a Semana de Cidadania<sup>4</sup>, tratando-se de um intercâmbio com jovens do campo e da cidade.

Após a institucionalização do Conselho e da Secretaria Nacional de Juventude, no período entre outubro-2007 e março-2008 acontecem as etapas de Conferências de Juventude em todo o país. Na Paraíba, 16 municípios realizaram conferências, contudo, apenas 05 apresentavam estrutura adequada para viabilização e implementação de políticas públicas de juventude, a saber, alguma Secretaria ou Coordenadoria. (ASTEIAS, 2009). E o processo de elaboração e implementação das políticas públicas de juventudes no município se deu de forma gradativa.

Em 2005, foi criada uma Assessoria Especial de Políticas Públicas de Juventude e os Centros de Referência da Juventude que existem até hoje. Uma vez impulsionados pelos

---

<sup>4</sup> A Semana da Cidadania, marcada por atividades que defendem a vida dos/as adolescentes e jovens, nasceu em 1995 e é coordenada pelas Pastorais da Juventude do Brasil. Esse é um evento que nos convida ao exercício da mística cristã, ou seja, dar sentido a nossa existência construindo uma sociedade com os sinais do Reino, participando e intervindo na formação das dimensões espiritual e política da juventude. A Semana da Cidadania é um evento que mobiliza vários jovens ao exercício do seu protagonismo, promovendo junto aos outros/as jovens, atividades de formação e de mobilização em torno do tema a cada ano. Esse tema tem sempre um vínculo com a Campanha da Fraternidade de cada ano. Também, é parte de um plano comum do ano. É um espaço para a convocação de novos grupos de jovens e para despertar para a vida comunitária. (Fonte: Casa da Juventude: <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1347>).



direcionamentos federais, processos do marco legal elencados acima; na Paraíba, em 2005, foi criada a Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), enquanto que em 2007 foi criada a Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER) do município de João Pessoa com uma Coordenação de Juventude, sendo esta responsável por elaborar e articular os programas, projetos e ações voltados para as diversas juventudes do município.

Também em 2005, foi iniciado o processo de criação do Conselho Estadual de Juventude – CEJUP, com a Lei nº 7.801 de 13 de setembro. Contudo, a lei não foi muito bem compreendida pelo poder Executivo no que se referia à eleição dos representantes por segmentos da sociedade civil. Após a mediação do Ministério Público, por meio da Curadoria da Infância e Juventude, o processo de diálogo e decisões pôde ser realizado, culminando, sobretudo, com plenárias nos dias 14, 15 e 16 de março de 2006, no Espaço Cultural com a presença de mais de 100 jovens, para viabilizar as demandas que passaria a constituir o Plano Estadual de Políticas Públicas de Juventude. (ASTEIAS, 2009). Assim, o CEJUP foi instituído em 13 de junho de 2006 pela Lei nº 8.025, na gestão do então governador Cássio Cunha Lima. E o Conselho Municipal de Juventude foi instituído pela Lei nº 11.820, de 11 de dezembro de 2009, maiores detalhes sobre a institucionalização do conselho municipal será apresentado um pouco mais à frente.

Dando continuidade quanto à elaboração de políticas públicas de juventude na Paraíba destacamos algumas importantes ações e atividades realizadas pelo Governo do Estado. Primeiramente, em 2009, foi instituído a Semana Estadual da Juventude na quarta semana de outubro, esta data foi escolhida devido à comemoração do Dia Nacional de Juventude que acontece sempre no quarto domingo do mês de outubro. No município de João Pessoa também foi instituído a Semana Municipal da Juventude através da Lei Municipal nº 11.739, de 27 de julho de 2009, sendo que esta comemoração acontece em agosto em comemoração ao Dia do Estudante e Dia da Juventude (11 e 12, respectivamente).

Depois a data comemorativa da juventude no Estado foi modificada para o dia 12 de agosto, instituído em 2015, como o Dia Estadual da Juventude, em consonância com o calendário internacional que se comemora nesse dia o Dia Internacional da Juventude e com o calendário nacional e municipal da cidade de João Pessoa. E, por fim, para compor as comemorações desta data foi instituído, também em 2015, o Mês da Juventude, sendo comemorado entre os dias 05 e 29 de agosto. Nestas datas acontecem programações culturais, políticas e esportivas, como apresentações teatrais, musicais, danças e festas; debates, palestras, conferências e gincanas.

Em junho de 2010, na cidade de Campina Grande, aconteceu um Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude com o tema geral “Iguais na diferença: um olhar do Governo voltado para a Juventude”, teve o objetivo de discutir as políticas de juventude considerando suas peculiaridades, questões de oportunidades e direitos; esse encontro reuniu jovens, lideranças sociais e organizações da sociedade civil juntamente com representantes do Governo do Estado.

Um marco legal das políticas de juventude no estado da Paraíba foi à promulgação do Estatuto Estadual da Juventude (Lei nº 9.230, de 21 de setembro de 2010), considerando jovens pessoas com idade entre 18 e 29 anos, essa redação que versa sobre a idade foi alterada em 2011 quando passou a considerar jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Um importante espaço de integração, gestão e monitoramento das políticas públicas no Estado da Paraíba foi à instituição do Comitê Intersectorial da Política de Juventude – COIJUV que foi criado em 2011. Contudo, só aconteceram reuniões do comitê a partir de março de 2015, onde foram discutidas as novas diretrizes do comitê e uma reformulação do decreto de 2011, sendo revogado pelo Decreto Nº 35.743 de 04 de Março de 2015. O COIJUV tem a responsabilidade de promover o diálogo e a cooperação entre os órgãos do Governo Estadual, visando, sobretudo, as seguintes diretrizes.

Além de formular, gerir, monitorar e avaliar a execução das políticas públicas de juventude no território paraibano, de acordo com o Estatuto da Juventude, as deliberações das Conferências de Juventude, as demandas provenientes das audiências do Orçamento Democrático Estadual, os planos plurianuais e outras diretrizes do Governo do Estado, o COIJUV ficará responsável por publicar relatório com balanço anual sobre programas e ações do Governo para a juventude, construindo através dos relatórios das reuniões do Pleno Executivo, Núcleos Temáticos e Grupos de Trabalho instituídos em reunião. (Site do Governo do Estado – <http://paraiba.pb.gov.br/juventude-esporte-e-lazer/>)

O enfoque do comitê se direciona a questão da intersetorialidade entre as secretarias, órgãos e serviços ligados à juventude. O COIJUV tem três eixos de trabalho, são eles: Desenvolvimento Integral, Qualidade de Vida e Direitos Humanos. Compõe o comitê pessoas representantes da administração direta e indireta, além dos projetos PROCASE (Programa de Desenvolvimento do Cariri e Seridó) e Cooperar. O órgão que está à frente da organização do COIJUV, assim como é responsável pela reorganização do Conselho Estadual da Juventude é a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) através da Secretaria Executiva da Juventude, criada em 2015, pela Medida Provisória nº 230/2015 com o objetivo de compreender as singularidades e especificidades das juventudes paraibanas no processo de elaboração e implementação das políticas públicas de juventude no estado da Paraíba.

No site do Governo do Estado foi criado o Portal Juventudes Paraíba, sendo um espaço de diálogos, dados e informações sobre as ações do poder público e também da sociedade civil direcionada à juventude paraibana. Existe no portal o acesso a publicações, legislações, editais e programas ofertados pelo governo, além de abas com fóruns de discussões onde os jovens podem ter acesso participando com suas opiniões, sugestões e reclamações das demandas cotidianas da juventude. Também há informações sobre eventos, projetos e conferências direcionadas à juventude paraibana.

Já em se tratando das conferências de juventude, a Paraíba não ficou de fora de suas etapas em suas três edições, inclusive a 1ª Conferência de Juventude que foi convocada pela Câmara Federal. Esta que aconteceu em 2004 foi a 1ª Conferência de Juventude, primeiramente organizada pelo representante da Câmara Federal no estado, não sendo esta reconhecida pelas organizações de juventude do estado da Paraíba. Por isso, foi organizada outra conferência convocada pelas organizações juvenis e pela Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude – CEPPJ, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a fim de contribuir com a 1ª Conferência Nacional de Juventude, que teve como tema “Juventudes que pensam, se organizam e agem”. Assim, realizou-se em junho de 2004 e contou com 177 participantes; desta conferência saiu uma “Carta das Juventudes da Paraíba” com propostas para construção das políticas públicas de juventude no estado e no Brasil.

E a Conferência de Juventude convocada pelo poder executivo federal aconteceu em 2008, antecedida pelas conferências municipais, estaduais e regionais. Aqui na Paraíba primeiro aconteceram as etapas municipais; em João Pessoa aconteceu em dezembro de 2007 na UFPB com o objetivo de promover a participação e o fortalecimento institucional que se relacionem com as questões de juventude identificando desafios e prioridades na atuação do poder público local.

A 1ª Conferência Estadual de Juventude aconteceu em março de 2008 e contou com a participação de 300 jovens de toda a Paraíba, delegadas e delegados eleitos em conferências livres, municipais e regionais que aconteceram por todo o estado. Os jovens discutiram várias questões importantes de interesse da juventude, também aprovaram várias moções de aplausos e de repúdio sobre temas políticos importantes, tais como a moção contra a Transposição do Rio São Francisco. Ao final da conferência foram eleitos 25 (vinte e cinco) delegados/as; 20 (vinte) da sociedade civil, dois do poder público estadual e três do municipal representantes eleitos para participarem da 1ª Conferência Nacional de Juventude que ocorreu em abril de 2008.

Já a 2ª Conferência de Juventude no município de João Pessoa aconteceu em setembro de 2011, na UFPB com a abertura no Espaço Cultural. E a 2ª Conferência Estadual de Juventude aconteceu no mês de outubro de 2011, no auditório da Federação Espírita Paraibana, foram escolhidos 36 representantes, contaram delegados eleitos da etapa estadual e membros indicados pelo Conselho Estadual e dos conselhos municipais do estado.

E, por fim, a 3ª Conferência de Juventude de João Pessoa que aconteceu em agosto de 2015, na UFPB; nesse ano para participar da conferência os jovens precisaram realizar a inscrição na SEJER para participarem da etapa municipal. No período das etapas de conferências, que antecedem a etapa nacional, na Paraíba, aconteceu algo inédito em todo o país; realizaram-se 15 etapas territoriais com as juventudes rurais em todo o estado, contemplando grupos juvenis indígenas, quilombolas e de regiões rurais do campo. O Estado da Paraíba foi o único a realizar as etapas em todos os territórios que contaram com a participação de cerca de 1500 jovens, desses foram eleitos 104 delegados/as para representar essas juventudes na conferência estadual favorecendo, assim, a oportunidade de contemplar as demandas advindas dos territórios garantindo a participação das diversas juventudes do meio rural, além de ampliar e fomentar a discussão sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, lançado em 2016, através do Decreto nº 8.736, de 03 de maio de 2016.

Antes da etapa estadual da conferência de juventude o Governo do Estado realizou uma reunião com 50 gestores, em julho, com o propósito de discutir o processo das etapas municipais das conferências, além de focar a questão do acompanhamento dos conselhos municipais e de favorecer um panorama das juventudes no estado. E em outubro de 2015 aconteceu à etapa estadual da Conferência de Juventude da Paraíba, aconteceu na Escola Técnica Estadual em Mangabeira e contou com a participação de mais de 500 jovens entre observadores, convidados e delegados.

Na 3ª Conferência Estadual de Juventude se apresentaram duas mil propostas, subsídio contemplado em 11 grupos temáticos de acordo com os eixos de direitos da juventude que foram previsto no Estatuto da Juventude, essas propostas vieram das conferências municipais, territoriais e livres, destas as conferências que ocorreram no sistema prisional e sócio educativo, totalizando 52 conferências que se realizaram em todo o estado da Paraíba com a participação de cerca de 6 (seis) mil jovens. Na conferência aconteceram debates e painéis temáticos que destacaram o Conselho Estadual de Juventude e o Plano Estadual de Juventude.

Com relação às edições do Pacto pela Juventude, desde sua 1ª edição que a Paraíba está presente em sua adesão. No 1º pacto a Câmara Municipal de João Pessoa realizou uma

sessão especial para lançar o Pacto pela Juventude com o objetivo de tornar efetivas as diretrizes da 1ª Conferência de Juventude, tendo como compromisso a efetivação dos marcos legais da política de juventude no município. E, também, em agosto de 2010, a Câmara Municipal assinou o 2ª Pacto pela Juventude com o compromisso de priorizar as definições das políticas públicas de juventude a partir das conferências realizadas por este segmento.

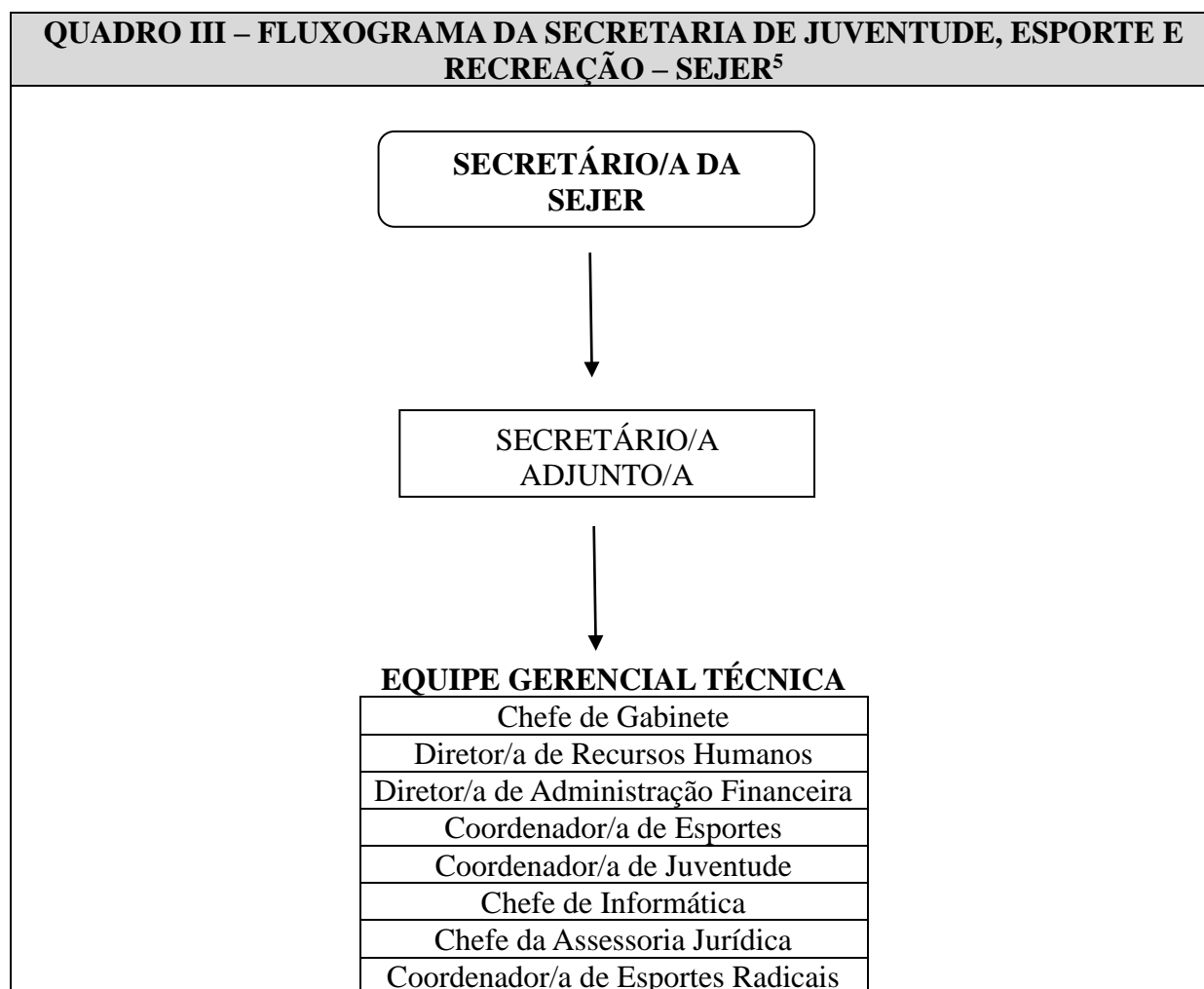
O 3º Pacto pela Juventude, em 2012, foi assinado pelo então candidato a prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo. Na ocasião o termo assinado indicava a criação de um órgão específico responsável pela gestão das políticas de juventude e a rearticulação do Conselho Municipal de Juventude. Também em 2010 o então candidato a governador Ricardo Coutinho foi o único candidato da Paraíba a assinar o Pacto pela Juventude se comprometendo a realizar ações voltadas às políticas públicas de juventude no estado. E, mais recentemente, em 2015, o governador Ricardo Coutinho assinou o Pacto Social pela Juventude Paraibana na abertura do Mês da Juventude se comprometendo com as questões de juventude e incorporando em suas ações as demandas voltadas à juventude.

No Governo do Estado na Paraíba instituiu o Pacto Social pela Juventude, a fim de as instâncias públicas e a sociedade civil se comprometam com as questões das juventudes paraibanas, incorporando em suas demandas e ações as efetivas políticas de estado do segmento juvenil. A responsabilidade é da Secretaria Executiva de Juventude, vinculada à Secretaria Estadual da Juventude (SEJEL), este pacto tem como principal objetivo fomentar o debate em torno da efetivação dos parâmetros presentes no Estatuto da Juventude, “abrindo caminhos para a efetivação e democratização dos direitos e das oportunidades aos/às jovens por meio da formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas socialmente referenciadas que ocupem um lugar de destaque no processo do desenvolvimento do nosso Estado”. Assim como, o pacto se realiza em conjunto com o Mapa Estratégico do Governo da Paraíba, “que tem a Juventude como eixo primordial e intersetorial para a construção de uma sociedade saudável e segura, com um desenvolvimento sustentável e uma gestão pública eficiente” (Site do Governo do Estado).

Sobre o Pacto da Juventude é importante destacar que não se trata de um espaço físico que possibilite encontros e debates acerca da política pública de juventude, seja no âmbito nacional, estadual e/ou municipal, mas, é um conjunto de compromissos, onde a sociedade civil ou algum órgão de juventude apresenta aos líderes políticos a fim de que estes se comprometam com a efetivação de políticas e ações voltadas ao público jovem. Como, por exemplo, os primeiros pactos foram assinados mediante sessões especiais na Câmara

provocadas pelas organizações e movimentos juvenis já existentes no município que elaboraram um documento e solicitaram a responsabilização do poder público quanto às demandas das juventudes.

Tendo apresentado este panorama da Paraíba e do município de João Pessoa com relação à trajetória das políticas públicas de juventude, podemos perceber algumas importantes ações que se direcionam a política de juventude na Paraíba e, especialmente, em João Pessoa. O nosso objeto de pesquisa se concentra em João Pessoa e em um órgão colegiado da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER), a saber, o Conselho Municipal de Juventude e suas relações com a política de juventude no município. Dessa forma, vamos apresentar um fluxograma de composição da secretaria e destacar algumas ações do governo municipal direcionada à juventude.



<sup>5</sup> Fluxograma apresentado a partir do Site da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação – SEJER: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sejer/>

Das atividades que se realizam na SEJER podemos destacar, além das ações da Semana Municipal de Juventude, como já citada acima, temos o “Abril pra Juventude”, um evento criado em 2012, que surgiu para comemorar o Dia dos Jovens (13 de abril), como também dar continuidade aos eventos que se relacionem com as políticas de juventude da capital. A cidade de João Pessoa foi contemplada com o Programa Estação Juventude, um programa que viabiliza o acesso a vários serviços que promovem a inclusão e emancipação dos jovens, este programa se concentra no Centro de Referência da Juventude no Alto do Mateus.

Outra ação importante da SEJER está ligada ao Comitê Gestor Municipal do Plano Juventude Viva que realiza oficinas com outras secretarias visando o fortalecimento da intersetorialidade e aperfeiçoamento das ações, concepções e diálogos sobre a prevenção e o enfrentamento da violência que incide contra a juventude negra reunindo órgãos e os diversos atores e segmentos que atuam com o público jovem a fim de reduzir os fatores que são causadores da violência. As ações nesta temática tem o objetivo de elaborar maneiras de enfrentamento desta problemática e estimular gestores e os diversos atores na elaboração do Plano Municipal/Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Juventude Negra. Atualmente este comitê está desativado, não houve mais reuniões ou ações direcionadas a este público e temática no município.

Existem, ainda, os Centros de Referência da Juventude – CRJ que estão espalhados pelo município de João Pessoa, que se configuram como “locais de convivência social, mobilizações, participação e apoio para os diversos segmentos de jovens, oferecendo oportunidades e garantindo direitos” (Site da SEJER) aos jovens do município.

Algumas atividades que se realizam nos CRJ's.

- PROJOVEM Urbano e PROJOVEM Adolescente;
- Protagonismo Juvenil – SEDEC e Empreender Jovem;
- Fazendo Arte com Saúde e Janelas Abertas para Educação;
- Capacitação profissional para os CRJ e Qualifica-JP / PRONATEC;
- Rede de saberes e Estação Digital;
- Inclusão Radical e Segundo Tempo;
- Festival de Teatro Amador (CRJ Mangabeira);
- Seminário Artístico Cultural do Alto do Mateus e Dia Mundial do Rock;
- Encontro Comunitário de Hip Hop (CRJ Valentina);
- Festival de Vídeos Alternativos (CRJ Funcionários I);

- Comemoração do Dia Internacional da Consciência Negra (CRJ Rangel).

E, por fim, tem o Conselho Municipal de Juventude como um “órgão autônomo, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento da Prefeitura de João Pessoa no tocante às questões relacionadas às políticas públicas destinadas à juventude pessoense” (Site da SEJER). Enfim, estes são os órgãos e as ações voltadas à juventude no estado da Paraíba e no município de João Pessoa. No próximo capítulo analisaremos as formas organizativas e de participação da juventude pessoense.

## **2.2 O contexto histórico-analítico da juventude no Brasil e na Paraíba**

Nesta seção é importante perceber a trajetória de visão sobre a juventude no decorrer da história, destacamos alguns períodos inspirados nas considerações de Abramo (1997) e de Sofiati (2008; 2013) sobre a trajetória da juventude ao longo do tempo. Sofiati (2008) destaca a movimentação juvenil desde a década de 1920, com o Movimento da Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Movimento político-partidário que originou a criação do PCB, protagonizando, segundo ele, novas ideias e concepções acerca da sociedade e do Estado.

Nos anos de 1950, segundo Abramo (1997), no Brasil o jovem é percebido a partir de uma predisposição à delinquência, sendo esta fase cunhada como “uma fase da vida turbulenta e difícil, inerentemente perturbadora” (Idem, 1997, p.30), onde se acentuava, especialmente, entre os jovens das classes trabalhadoras. E, por isso mesmo, a solução para esta transgressão estava na determinação de que o jovem devia ser enquadrado numa “série de medidas educativas e de controle para assegurar a contenção dessas delinquência” (Idem, 1997, p.30). Mais na frente esse comportamento foi entendido como um processo que faz parte da inserção do jovem no mundo adulto. Mas, também nesse período Sofiati (2008) destaca os movimentos classistas e nacionalistas, como a juventude integralista, o surgimento do movimento estudantil com a fundação da UNE e alguns movimentos religiosos que se destacavam a partir da Ação Católica, essas juventudes eram de diversos espaços, como da área agrária, estudantil, jovens mulheres e universitários, e destaque para o nosso grupo pesquisado, a Juventude Operária Católica.

Já nos anos seguintes, 1960 e 1970, se destaca a contestação juvenil nos diversos âmbitos da sociedade, na política, na cultura e moralidade social tudo isso a fim de obter transformações na ordem social vigente. E é neste período que a questão da juventude ganha



grande visibilidade, tendo em vista os inúmeros movimentos e mobilizações espalhadas por todo o país, e esses jovens, muitas vezes, foram perseguidos e até mortos por seu comportamento, ideias e ações políticas. E neste período, “a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social” (ABRAMO, 1997, p.31) sendo esta visão difundida desde então como o período de ouro da juventude contestadora e ativa. Isso pode se dar ao fato de que neste período a juventude era hegemônica na participação e influência no movimento estudantil e aglomerava boa parte dos grupos e movimentos juvenis. E as juventudes da década de 1970 resistiam com uma atuação clandestina de luta armada e guerrilha.

Em contraste à juventude dessas décadas acima destacadas, especialmente o jovem da década de 1960, a juventude dos anos de 1980, nos termos de Abramo (1997, p.31) vai aparecer como “individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática”. É como se a juventude negasse seu papel transformador dos rumos da história, uma vez que essa juventude se mostra incapaz de apresentar soluções e caminhos para a sociedade como um todo. Sofiati (2008) apresenta a afirmação de Cardoso para destacar que esta visão apresentada acima vem de um enfraquecimento do movimento estudantil, tendo em vista que a “identidade estudantil não passa mais pela política, como ocorreu nos anos 60 e 70” (CARDOSO, 1995 *apud* Sofiati, 2008, p.02-03), e com o movimento juvenil, especialmente estudantil, ocorre uma despolitização, e as práticas participacionistas se concentram em outros lugares e espaços, como no ambiente religioso.

Sobre os anos de 1990, Sofiati (2008, p.03) afirma que esta década “comprova a tese de que a juventude não é necessariamente portadora de utopias e projetos de transformação” e que as juventudes desse período têm “as subjetividades e as condições sociais [...] marcadas por condições diversas e distanciadas dos métodos de realização das utopias revolucionárias”. E corrobora com Abramo (1997) de que a juventude segue sendo individualista também durante a década de 1990, Contudo, ele destaca algumas ações dos jovens, como o movimento dos “Caras Pintadas” por ocasião do impeachment de Collor e a juventude do MST que neste período se sobressaía como resistência ao neoliberalismo e como diferenciações nas expressões culturais e artísticas. Nestes termos, concordamos com a colocação de Cardoso (*apud* SOFIATI, 2008) de que não podemos e nem devemos comparar as juventudes das décadas de 1960-170 com os jovens das décadas de 1980-1990. “Isso porque ambas as juventudes possuem modos diferentes de participação nos espaços de

sociabilidade” (Idem, 2008, p.04), enfocando que a juventude contribui para mudança de variadas maneiras e não apenas no formato reivindicativo e de mobilização pública.

Nos anos de 1990, Abramo (1997) destaca que o jovem se sobressai um pouco com relação ao jovem dos anos 80, neste cenário nos deparamos com “a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas” (ABRAMO, 1997, p.31). Contudo, essa presença juvenil nas ruas se apresenta a partir das formas de delinquência e violência, ligadas, sobretudo, ao uso de drogas e de integração na criminalidade. Isso denota uma visão pessimista da juventude, pois a sociedade vê o jovem “como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado” (ABRAMO, 1997, p.32). Esta compreensão impede que o jovem seja percebido como sujeito detentor de direitos que precisa ter suas demandas sentidas e atendidas, também como sujeitos capazes de propor ações de suas próprias demandas, de forma que possibilite uma vivência mais digna e saudável para todos os jovens.

Sobre esse mesmo entendimento das juventudes ao longo das décadas, Sofiati (2008) enfatiza que “para entender as mudanças ocorridas no perfil da juventude nos últimos anos, é necessário compreender as mudanças da própria sociedade brasileira, principalmente no que tange a questão educacional, trabalhista e política” (Idem, 2008, p.03). Essas transformações societárias também são responsáveis pela forma como a juventude apresentará suas demandas e como se apresentará sua participação, mudam de acordo com o momento histórico.

[...] sendo que nos anos 1960 e 1970 havia o predomínio do sindicato e movimento estudantil, nos anos 1980 nos movimentos sociais e nos anos 1990 os jovens atuam de forma diluída e fragmentada nos movimentos culturais e lúdicos. Os jovens dos anos 2000 são socializados principalmente nos movimentos religiosos (SOFIATI, 2008, p.04).

No Brasil, segundo Abramovay e Esteves (2007), a condição juvenil está sendo prolongada seja porque há uma permanência em longo prazo de moradia na casa dos pais em condição de estudante ou mesmo se apresente dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Muitas dessas dificuldades têm mobilizado a juventude para reivindicações de ordem pública e civil pelas cidades do país.

O que implica, segundo Ribeiro (2004, p.28), um sangue novo na política advém de duas frentes “uma são os movimentos sociais e a outra é a indignação ética”. Esta última fonte é destacada por Ribeiro (2004) como uma inserção de novos valores na política, trata-se, sobretudo, deste sangue novo que adentra a política, onde a partir de uma revolta de algo que aconteceu a algum parente ou conhecido, os jovens protestam e reivindicam uma nova posição; assim assinala Ribeiro (2004, p.29) “[...] mas, o que devemos observar é que, sem

essa revolta que vem de uma profunda convicção ética, a política pode sucumbir ao tédio, à especialização, à abstenção”. E nessa empreitada ele ressalta a política ecológica como um dos exemplos dessa indignação ética.

Em um outro trabalho Sofiati (2013), relaciona o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do governo Lula quanto as políticas públicas e ações voltadas ao segmento juvenil. Num primeiro momento, apresenta que durante o governo de FHC (1995-2002) não houve significativas ações direcionadas à juventude, se apresentando como pontuais e de curta duração, assim, as políticas deste governo continham o seguinte objetivo: “há problemas sociais que precisam ser combatidos, no caso o enfrentamento dos “problemas da juventude”, a ser feito com o controle social do tempo livre e prevenção” (Idem, 2013, p.04). Esta foi a máxima que seguiram as políticas (quase inexistentes) das juventudes neste período. Como afirma Sposito (2003) de que a maior parte das realizações se configurava por “oficinas de capacitação”.

Durante o período de FHC no governo houve, Sofiati (2013) destaca que aconteceu um boom temático em relação a juventude e isso resultou na criação de 18 programas de juventude, contudo, havia uma falta de acúmulo teórica e técnica (não havia dados consistentes) sobre a juventude, isso implicava numa confusão quanto ao entendimento de quem era o público jovem, “eles confundiam criança, adolescente e jovem e seus programas muitas vezes eram voltados para os três públicos em uma única versão” (Idem, 2013, p.04). Em alguns dos programas o jovem era percebido como problema e não havia qualquer critério técnico ou científico que dissesse qual faixa etária deveria ter determinado direcionamento de quaisquer programas. E, além disso, destaca-se a não participação da juventude na elaboração e construção dessas políticas.

Um dos avanços desse período foi o *Programa Comunidade Solidária* (1995), sendo criado e elaborado por Ruth Cardoso, então primeira dama nesse período, priorizava através deste programa a geração de renda, o ensino básico e a promoção social. No entanto, havia uma confusão no que se referia ao que se destinava responsabilidade do governo ou da sociedade civil, colaboradora nos projetos destinados à juventude. E o saldo enquanto efetivação de política de juventude nesse período não foi positivo, conforme nos aponta Sofiati (2013, p.06):

A inexistência de canais democráticos impossibilitou a formulação, o acompanhamento e a produção de avaliações mais precisas acerca dos programas e projetos destinados ao público jovem brasileiro. E principalmente por isso, as iniciativas do Governo FHC na área da juventude não produziram mudanças significativas na vida dos indivíduos pertencentes

a esse segmento social.

Dessa forma, podemos perceber que apesar da existência de programas destinados à juventude não se afirma que uma política que garanta direitos, nem tampouco participação da juventude nas tomadas de decisão quanto à implementação dessas ações.

Já no período de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a proposta do governo girava em torno da ideia de construir uma outra visão da juventude no direcionamento do “jovem cidadão” e o próprio presidente assume o compromisso e a responsabilidade de fazer com que a juventude participe ativamente nessa construção, como nos afirma Novaes (2007, p.02);

No governo atual [referindo-se ao Governo LULA], anuncia-se uma política que tem tanto o objetivo de garantir aos jovens o exercício de direitos universais da cidadania quanto atender demandas específicas dessa geração, considerada em suas desigualdades e diversidades [...] Ou seja, além de reafirmar direitos universais, pela criação social de direitos da juventude, trata-se de multiplicar oportunidades de inserção social dos jovens.

E é durante o governo de Lula que a juventude e os grupos juvenis mobilizados, em conjunto com o estado, iniciam à construção da Política Nacional de Juventude (PNJ) já exposta seu histórico e trajetória no tópico acima. Essa política deveria ter como principais objetivos, segundo Sofiati (2013, p.06), “a garantia da cidadania por meio do atendimento das demandas específicas, com a erradicação da desigualdade e respeito à diversidade juvenil”. Como já foi exposta toda sua trajetória, vamos destacar as três principais estruturas dessa política, como nos aponta Novaes (2007, p.02);

Todos os jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, são potencialmente beneficiários da Política Nacional de Juventude. A Lei 11.129, vigente desde 30.6.2005, cria: a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJUV), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho.

E no início de sua atuação a PNJ destaca três ações em três espaços diferentes: a) no âmbito da sociedade civil desenvolveu-se a Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, coordenada pela Fundação Perseu Abramo; b) o Poder Legislativo criou uma Comissão Especial para assuntos juvenis, no sentido de encaminhar um conjunto de leis de garantia do direito da juventude, principalmente o Estatuto da Juventude; c) o Poder Executivo criou um Grupo Interministerial no sentido de articular os projetos e programas já existentes e criar novos em busca da capilarização do tema no interior do Estado nacional (SOFIATI, 2013).

Uma importante diferenciação da trajetória da política de juventude no país se refere às pesquisas e estudos direcionados a juventude e que poderiam orientar uma política nacional mais efetiva e com uma maior eficácia. Seguindo nas ações do governo, mediante as informações de dados e pesquisas, criou-se a Secretaria Nacional de Juventude (SNJUV), Novaes (2007, p.18) destaca suas principais atribuições:

1. ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade;
2. erradicar o analfabetismo entre jovens;
3. preparar para o mundo do trabalho;
4. gerar trabalho e renda;
5. promover vida segura e saudável;
6. democratizar acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação;
7. melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e nas comunidades tradicionais;
8. promover direitos humanos e políticas afirmativas;
9. estimular a cidadania e participação social.

Além disso, aconteceu à criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em colaboração entre governo e sociedade civil organizada, tema que será abordado no próximo tópico. Como também a criação do Programa de Inclusão de Jovens, o ProJovem, que tinha o objetivo de articular a questão do trabalho e da escola na realidade da juventude. Uma das principais contribuições deste período está na possibilidade ampliada de participação das diversas juventudes, sem esquecer-se das organizações e movimentos juvenis que construíram muitas ações voltadas à juventude em âmbito federal, através do CONJUVE. A grande novidade deste período que merece ser debatida foi que o governo soube elevar a temática da juventude para âmbitos institucionais importantes, como o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, sem deixar de lado ao papel e a contribuição da sociedade civil.

Sobre a temática juventude em âmbito institucional, Novaes (2007) destaca um avanço nesse sentido, tendo em vista que a visão até aqui preponderante de uma juventude “problema” foi desnaturalizado e isso é muito importante para a ampliação das ações voltadas à juventude advindas do sistema burocrático do estado. Novaes (2007) aponta que se processa hoje construções acerca das concepções em torno dos “sujeitos jovens”, pois

[...] disputar concepções de juventude é também disputar caminhos de intervenção social na realidade juvenil [e] neste momento, que já existe um aparato legal e institucional, disseminar palavras e concepções é fundamental para negociar entendimentos e construir a legitimidade da atual

política nacional de juventude (NOVAES, 2007, p. 20).

É preciso que a juventude tenha o objetivo de apostar nas formas de participação que se apresentam a fim de dar continuidade a esse processo de consolidação de uma política de estado que corresponda aos anseios das diversas juventudes. Contudo, apenas força de vontade das juventudes não basta, o governo precisa fazer desse segmento juvenil prioridade na implementação de políticas intersetoriais a fim de garantir uma efetiva política com participação e oportunidades. A seguir, vamos identificar dados importantes a respeito do desenho da juventude pessoense.

### **2.2.1 O retrato sócio-econômico da Juventude Pessoense**

Nesta seção vamos apresentar alguns aspectos sociais, de desenvolvimento humano, os aspectos educacionais e de renda, bem como os níveis de violência que acomete a juventude paraibana e pessoense. Dessa forma, iniciemos com uma apresentação mais detalhada da cidade de João Pessoa, sendo esta a Capital do Estado da Paraíba, que se localiza na região Nordeste. Com clima quente, está localizada na Mesorregião da Mata Paraibana, a microrregião de João Pessoa, tem área territorial de 210 Km<sup>2</sup>; seus Limites estão assim configurados: Bayeux (6 km), Alhandra (36 km), Conde (16 km), Cabedelo (18 km) e Santa Rita (12 km). E está a uma altitude de 47,5 metros acima do nível do mar (Oceano Atlântico).

A cidade de João Pessoa/PB de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, possui uma população de cerca de 723.515 mil/hab. Desses 723.515 mil/hab, 203.361 são jovens entre 15 e 29 anos, que representa 28,10% da população do município. Segundo esse mesmo censo demográfico (IBGE), desses jovens entre 15 e 29 anos o município de João Pessoa/PB apresenta 48,10% de jovens do sexo masculino e 51,89% são jovens do sexo feminino; em todas as faixas etárias, entre 15 e 29 anos, o número de jovens do sexo feminino excede o número de jovens do sexo masculino.

A fim de compreender a realidade juvenil do município de João Pessoa/PB vamos dialogar com o Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007. Estes dados fazem parte de um conjunto de estudos que tem o objetivo de analisar a situação social e econômica dos jovens do Brasil, com o propósito de constituir um indicador do nível de vulnerabilidade juvenil que se denomina Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ). Para construção deste indicador foi utilizado alguns critérios e dimensões que se assemelham aos propostos para construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Contudo, não foi uma simples adaptação de critérios, mas uma reestruturação de critérios que condiz com a realidade das principais questões e situações que são especificamente da juventude, correspondendo à faixa etária de 15 a 24 anos, a partir dos seguintes critérios: educação, saúde, renda e ocupação. Sua avaliação assemelha-se ao IDH se destacando na escala de 0 a 1, dessa forma, quanto mais próximo de 1 mais desenvolvimento humano terá no país ou região.

Dentre os resultados apresentados a região nordeste se destaca como a pior região onde a juventude possa viver, pois apresentou os piores índices em todas as áreas estudadas. Assim se apresenta o IDJ das regiões brasileiras: Sul 0,597; Sudeste 0,592; Centro-oeste 0,563; Norte 0,462 e Nordeste 0,443. A Paraíba, particularmente, apresenta IDJ 0,455 e está na 22ª posição no ordenamento do índice por estados. Destaque para verificar que no relatório de 2003, a Paraíba estava na 24ª posição, apresentou um melhor desempenho no ano de 2005, ocupando a 17ª posição e voltou a apresentar índice desfavorável em 2007.

Tomando como indicadores da educação, os seguintes critérios: analfabetismo na população jovem de 15 a 24 anos, escolarização adequada e qualidade do ensino a Paraíba apresentou IDJ 0,476; no indicador da saúde, os critérios: mortalidade por causas externas e mortalidade por causas violentas a Paraíba ficou com IDJ 0,675; no indicador da renda familiar *per capita* a Paraíba apresentou IDJ 0,213. Esses indicadores combinados estruturam os parâmetros que configuram o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), neste caso, refere-se ao estado da Paraíba que apresenta IDJ 0,455, como destacado acima.

Por esses resultados podemos identificar com relação ao indicador da educação, o índice mais significativo ficou no analfabetismo, significa dizer que dentre a população jovem na Paraíba há uma diminuição no número de analfabetos, contudo, os outros dois índices não são nada favoráveis à qualidade da educação no estado. Quanto ao indicador da saúde, a Paraíba apresentou um índice favorável no que se refere às questões de mortalidades. No que diz respeito ao indicador da renda familiar, a Paraíba, apresenta o menor índice dentre os três indicadores, ou seja, a juventude não tem possibilidades favoráveis de apresentarem rendas suficientemente propícias as suas necessidades.

Outros dados desses indicadores por outras fontes destacam que sobre os dados de educação e renda dos jovens pessoense, segundo o IBGE 2010, 34% da população de 18 anos ou mais são economicamente não-ativos e 66,03% são ativos, com uma taxa de desocupação desses ativos de 9,57% e grau de formalização dos ocupados gira em torno de 63,26%. Desse número de ocupados, 26% não têm o fundamental completo e estão em ocupação informal;

10,66% são pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza; 8,09% de mulheres entre 15 e 17 anos já tiveram filhos; e, 30,30% são vulneráveis à pobreza.

Ainda com enfoque em dados sobre educação, 72,78% dos jovens ocupados tem o fundamental completo e 58,19% desses mesmos ocupados tem o ensino médio completo. Na faixa entre 15 e 17 anos 57,48% tem o fundamental completo e dos jovens entre 18 e 20 anos 47,88% tem o ensino médio completo. A taxa de analfabetismo diminuiu no município entre a população de 18 anos ou mais, ficando em 9,62%. Outros dados se referem aos jovens entre 15 e 17 anos que estão cursando o ensino médio regular sem atraso, que é de 32,76% e dos jovens entre 18 e 24 anos que estão no ensino superior é de 23%; podemos identificar que houve significativos aumentos desses dados em comparação com anos anteriores, esses dados aqui apresentados refere-se ao ano de 2010.

A renda média *per capita* (em R\$) do município de João Pessoa, em 2010, foi de 964,82. E o rendimento médio dos ocupados com até 1 (um) salário mínimo é de 17,56% e de até 2 (dois) salários mínimos, 67,74%. A renda do pessoense é maior que a renda do estado que gira em torno de R\$776,00 em 2015, sendo o 19º no ranking nacional e o 4º do Nordeste; ficando atrás de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O argumento é de que a Paraíba se encontra em desvantagem no que se diz respeito a postos de trabalho em setores como a indústria, já o comércio se destaca em torno de negócios de família, segundo dados do Jornal da Paraíba (2016), um jornal de abrangência local.

Um item importante para renda familiar *per capita* é o Índice de Gini que mede a desigualdade entre os mais ricos e o mais pobres, na Paraíba equivale a 0,62, em 2010. No Índice de Gini quanto mais próximo de zero melhor é a distribuição de renda do estado ou do país; esse resultado indica que a Paraíba ainda apresenta um patamar bastante desigual no estado. Em dados mais recentes, em 2013, a Paraíba apresentou um índice um pouco mais favorável, com 0,508, segundo o PNAD, ainda assim, ocupou a posição de 5º estado mais desigual do Nordeste.

O município de João Pessoa apresenta um alto índice de casos de mortalidade juvenil por armas de fogo, segundo o Mapa da Violência Juvenil (2016). Este mapa revela que o número de Homicídios por Armas de Fogo (HAF) no município, em 2010, atingiu a marca de 515; em 2014, esse número diminuiu para 464, onde João Pessoa ficou na posição de 10º lugar com uma taxa de 31,8 de HAF e em 2014 ocupou a posição de 4º lugar com uma taxa de 60,2 HAF, ficando em situação pior que do Estado que ocupou a posição de 6ª lugar em 2014.



Neste estudo foi feita uma análise com 5.565 municípios brasileiros com as maiores taxas médias de HAF, entre os anos de 2012 e 2014, para fins de apresentação foram selecionados 150 municípios para ilustrar a publicação do estudo. Da Paraíba se destacaram 09 municípios, correspondendo a 4% do total de municípios do Estado, a saber, 223 municípios. Esses estavam dentro dos critérios avaliados: de novos pólos de crescimento, municípios de fronteira, do arco do desmatamento Amazônico, de turismo predatório e municípios de violência tradicional. A maioria da região metropolitana e outros do sertão; João Pessoa ficou na 44ª posição com uma taxa média de 62,9 HAF.

De 36.792 pessoas mortas por homicídios por armas de fogo na Paraíba, 59,36% eram jovens entre 15 e 29 anos, em 2010. Em 2014, esse número aumentou foram 25.255 jovens, correspondendo a 59,7% das pessoas mortas em HAF. Desse número, 64 eram jovens brancos e 1.075 eram jovens negros. Desses valores Waiselfisz (2016) estabelece a taxa de vitimização negra que fica em torno de 868,3. A *vitimização negra*, segundo Waiselfisz (2016, p.59), é “[...] a relação entre as taxas de HAF de brancos e as taxas de HAF de negros, cujo índice positivo indica o percentual (%) a mais de mortes negras sobre as brancas; ou o percentual (%) a mais de mortes de brancos, quando o índice é negativo”; seguindo um esquema semelhante está o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2015).

O documento que vamos apresentar alguns importantes dados sobre a juventude é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial<sup>6</sup>, também dito como IVJ – Violência e Desigualdade Racial (BRASIL, 2015), sendo este um indicador que serve de base para o Plano Juventude Viva. Este plano visa ampliar os direitos e prevenir a violência que atinge a população jovem brasileira, especialmente à juventude negra.

Segundo este índice a Paraíba é o segundo estado com maior valor na escala, com 0,517, isso significa que a Paraíba apresenta situação de alta vulnerabilidade juvenil à violência em quase todos os indicadores analisados, com destaque para uma maior vulnerabilidade com risco de mortalidade por homicídios entre os jovens negros; na Paraíba o risco de um jovem negro ser morto é de 13,40 vezes, ou seja, o jovem negro corre 13 vezes maior risco de ser morto vítima de homicídio do que um jovem branco. A taxa de homicídios

---

<sup>6</sup> Uma explanação sobre o Índice: [...] o IVJ – Violência e Desigualdade Racial classifica as 27 unidades da federação segundo a vulnerabilidade à violência dos jovens e incorpora na dimensão violência entre jovens um indicador de desigualdade racial. Esse indicador é expresso pela razão entre a taxa de mortalidade violenta de jovens negros e a taxa de mortalidade violenta de jovens brancos (risco relativo), em que valores mais próximos a 1 indicam maior proximidade na prevalência dessa mortalidade entre esses dois segmentos, independentemente da cor. Desse modo, quanto maior o valor, maior a proporção de jovens negros mortos em relação a jovens brancos. Para a análise do indicador sintético IVJ – Violência e Desigualdade Racial, deve-se considerar que os valores podem ir de 0,0 até 1,0, sendo que quanto maior o valor, maior o contexto de vulnerabilidade dos jovens daquele território. (BRASIL, 2015, p.17)

entre jovens negros na Paraíba é de 115,4. A Paraíba está entre os quatro estados que apresentam maior IVJ – Violência e Desigualdade Racial do país, na ordem: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará. O município de João Pessoa apresenta uma alta vulnerabilidade juvenil e está na posição 43º do ranking nacional de municípios e com IVJ de 0,490.

Enfim, estes dados apresentados demonstram que há importantes fatores sociais, culturais, educacionais e econômicos que podem vulnerabilizar a população jovem brasileira, assim sendo, é preciso viabilizar soluções por meio das políticas públicas específicas da juventude desde políticas preventivas à melhoria das condições de vida da população jovem. Por isso, a importância de fomentar espaços institucionais que considerem a juventude um segmento prioritário e que perceba o jovem em suas especificidades e em sua autonomia.

### **2.3 A trajetória dos conselhos e o debate com as políticas públicas**

Neste tópico vamos apresentar de forma sucinta a trajetória dos conselhos no país e mais especificamente a criação do CONJUVE, seus desafios e demandas referentes à juventude brasileira. A ideia de conselhos, não é uma novidade do país, temos notícias de que já no período entre os séculos XII e XV havia os “concelhos” advindos de Portugal que eram escritos com ‘c’, tinha a responsabilidade de organizar político-administrativamente o Brasil no período das colônias. A primeira forma de conselho gestor no Brasil foi à constituição do Conselho de Saúde.

No século XX no Brasil se apresentava três tipos de conselhos, que eram os conselhos comunitários, presentes entre as décadas de 1970-1980 ligados à administração pública, tinham uma prática clientelista e de subordinação ao Estado; os conselhos populares eram espaços criados pela sociedade civil com o propósito de fomentar o diálogo entre movimentos e organizações sociais; e os conselhos institucionalizados se tratando como possibilidades de participação na gestão de políticas junto ao Estado, sua configuração se apresenta através de lei e está presente desde a redemocratização do país ocorrida em 1988 com a elaboração da Constituinte; esta forma de conselho é o nosso objeto de estudo nesta pesquisa (OLIVEIRA, 2013).

A novidade dos conselhos gestores está em seu caráter deliberativo e assume um compromisso mais prático e efetivo sobre a elaboração e construção da política pública numa dimensão político-institucional bem mais ampla, estas características têm incomodado bastante o Estado. Isto ocorre porque além de sua constituição em lei, os conselhos favorecem que “os procedimentos muitas vezes [se tornem] [...] mais demorados e abertos ao debate e

conflito de posições por terem que passar pela aprovação dos conselhos” (RAICHELIS, 2000, p. 43). Neste sentido, a institucionalização da participação, através dos conselhos se caracteriza como uma forma de fiscalização, avaliação e acompanhamento sobre as ações e políticas advindas do poder público, como sendo o espaço onde a sociedade civil exerce primordialmente o controle social e político sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado.

A partir da Constituição de 1988, se proliferaram as formas conselhistas espalhadas pelo Brasil, e mais recentemente houve uma ampliação dos conselhos ligados a temática de juventude, onde se destaca a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005. Segundo Sofiati (2013), o CONJUVE destaca os objetivos de: “emancipação, participação, ampliação dos canais de diálogo e intercâmbio entre as diversas gerações e juventudes presentes no país” (Idem, 2013, p.07). O Conselho tem como direcionamento aperfeiçoar e desenvolver políticas públicas de juventude e se caracteriza como um espaço participativo da sociedade civil em parceria com o poder público.

Apesar de seu caráter consultivo, tendo a responsabilidade de elaborar estudos para contribuir com as ações do governo, o CONJUVE apresenta aspectos muito positivos, como por exemplo, “a colaboração inter-geracional; e o reconhecimento da diversidade juvenil (os jovens se articulam em grupos e tribos urbanas)” (Idem, 2013, p.08) e contempla uma gama de diferentes tipos de organizações e movimentos. Contudo, seu aspecto negativo está justamente na definição dos representantes que compõem o conselho, sendo o conselho composto por 60 membros, 20 do poder público e 40 da sociedade civil, indicados e nomeados pelo Governo Federal, respectivamente. Nesta caracterização o CONJUVE tem seu peso minimizado, tendo em vista que não se efetivou seu papel de formulador, analítico e propositivo até o presente momento (SOFIATI, 2013). Nesse sentido, o grande desafio dessa nova institucionalidade no país é a criação de mecanismos e canais de comunicação entre a sociedade civil e o poder público com vistas a uma ação plural e democrática com garantias de direitos e ao exercício da plena cidadania.

A constituição do CONJUVE ainda é marcada por comissões, que se apresentam de forma mais permanente, e grupos de trabalho, de caráter de demandas específicas e tempo determinado. Além disso, se destaca duas instâncias de decisões, que são a Reunião dos Coordenadores de Comissões e da Mesa Diretora, que é composta por presidente, vice-presidente e secretário executivo.

Como uma de suas atribuições o CONJUVE tem a competência de fomentar a criação

de conselhos de juventude nos três âmbitos da esfera federal, neste sentido, o CONJUVE viabilizou a realização do Encontro Nacional de Conselhos de Juventude. Trata-se de um evento nacional, precedido de Encontros Regionais, com o objetivo de socializar as experiências em torno da temática da Política Pública de Juventude (PPJ) e também se configura como um espaço formativo aos conselheiros e às conselheiras de juventude das esferas nacional, estaduais e municipais.

Além de estimular o debate acerca da política de juventude, os Encontros Regionais visam o fortalecimento da Rede Nacional de Conselhos de Juventude, criada durante o 2º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, essa Rede se configura com a proposta de “motivar a articulação de conselheiros/as das cinco regiões do país, possibilitando o diálogo e a troca de experiências, incentivando e qualificando a formação entre os/as envolvidos/as, buscando consolidar as políticas de juventude” (Portal da Juventude, 2014). A última edição das duas etapas, regionais e nacional, aconteceu em 2013.

Ainda sobre a Rede Nacional de Conselhos de Juventude, possui um espaço de diálogo na internet, onde cada conselho de juventude existente no país pode publicar documentos, fotos, eventos e notícias, sem a necessidade de um mediador, viabilizando uma gestão compartilhada de informações, favorecendo a realização conjunta de formações, mobilização social e fortalecimento da Rede.

Em 2010, o CONJUVE mapeou, em nível local, a existência de 105 conselhos municipais e estaduais de juventude. Estes foram alguns dos dados destacados:

Pouco mais da metade deles possui entre um e cinco anos de existência e 47% estão localizados na região Sudeste; 58% têm composição paritária e 53% têm caráter deliberativo. O maior desafio apontado foi a falta de orçamento (49%), seguido da pouca disposição dos conselheiros em participar das atividades (26%). Sobre a percepção do principal impacto decorrente de sua atuação, 47% apontaram a melhoria das políticas públicas e 36%, a mobilização da sociedade civil e dos movimentos juvenis (CONJUVE, 2010, p. 14).

É neste sentido, que percebemos alguns dos entraves que os diversos conselhos enfrentam na priorização e viabilização das Políticas Públicas de Juventude (PPJ). No próximo capítulo vamos adentrar nos entraves e desafios que se destacam no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa/PB. No tópico a seguir, vamos focar a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, com um breve histórico sobre o caminho de luta e resistência por melhores condições de vida. Assim como, destacaremos alguns momentos significativos da trajetória dos movimentos sociais juvenis no país.

## 2.4 A trajetória dos movimentos sociais no Brasil

Nesta seção apresentaremos um breve histórico dos movimentos sociais no país, buscando perceber as trajetórias de luta e reivindicações dos movimentos sociais em nível de Brasil. Vamos enfatizar a questão da organização social, especialmente juvenil, frente às demandas desafiadoras que aparecem no cotidiano de suas atividades, como também em sua relação com o poder público e as formas de reivindicar seus direitos em âmbito institucional.

A história e trajetória dos movimentos sociais no Brasil são marcadas por muitas lutas e reivindicações desde o século XVI, com a Insurreição Pernambucana (1645), a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), a Cabanagem (1833) e a Balaiada (1838), a Revolta da Vacina (1904) e a Revolução Constitucionalista (1932), além do impeachment de Fernando Collor em 1992. Sem esquecer as manifestações que marcaram o Brasil na segunda metade do século XX, nas quais nos deteremos mais adiante. Contudo, é importante perceber o quanto a história do Brasil é marcada por grandes lutas e reivindicações, de cunho político e social, ao longo de sua trajetória na busca por um país com mais liberdade e dignidade para todos.

Em se tratando das manifestações juvenis, há um maior destaque de mobilizações estudantis ocorridas no Brasil e que se apresentam desde o período colonial, mesmo que com pouca frequência, os jovens se posicionavam diante de importantes acontecimentos políticos e sociais, segundo Nascimento (2002 *apud* DUARTE, 2016). E o maior destaque neste campo é a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) ocorrida em 11 de agosto de 1937 – dia em que se comemora o Dia Nacional do Estudante – criada ainda no início da ditadura do governo Vargas, esta organização se caracterizou por uma classe média urbana emergente com uma “outra perspectiva de desenvolvimento e de consumo, em contraposição aos modelos rurais que caracterizavam hegemonicamente o Brasil até a década de 1930” (DUARTE, 2016, p. 886). E quando teve fim o Estado Novo, em 1945, os estudantes se destacaram na defesa e consolidação de um forte sentimento nacionalista brasileiro, se inserindo em importantes eventos como a campanha do *petróleo é nosso*, que culminou com a criação da Petrobrás, em 1953.

Uma instituição que se destacou, desde 1920, na organização da juventude, segundo Duarte (2016), foi a Igreja Católica, nas atividades da Ação Católica, muitas foram as atuações da juventude em várias frentes; como: “a Juventude Agrária (JAC), a Juventude Operária (JOC), e, com maior incidência, nos movimentos estudantis, [...] a Juventude Estudantil Católica (JEC), composta por estudantes secundaristas, e a Juventude Universitária

Católica (JUC)” (Idem, 2016, p. 887). O movimento estudantil passou por recuos e avanços nesse período; entre os anos de 1950 e 1955, destaca Duarte (2016), esse movimento, especialmente a UNE se aliaram a setores da direita brasileira como a União Democrática Nacional (UDN) “o que proporcionou um retrocesso na participação política desse segmento juvenil junto à sociedade” (Idem, 2016, p. 887). Contudo, alguns grupos de estudantes, bem como esses citados acima e outros ligados ao Partido Comunista Brasileiro, derrotaram estes que dirigiam a UNE, e com um discurso mais de esquerda, assumiram a UNE em 1962.

A intensificação de manifestação dos movimentos sociais no Brasil ocorreu a partir da década de 1970, quando o país enfrentava o autoritarismo do regime militar. Nesse período, os movimentos sociais estamparam uma forte resistência com as lutas sociais, como nos indica Ilse Scherer-Warren: “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal” (2008, p. 09). Este foi um período de intensos movimentos que se colocavam contrários à ditadura militar, dentre estes estavam o movimento estudantil, da classe operária, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de muitas pastorais, inclusive as pastorais de juventude, pois eram muitos os sofrimentos infligidos contra a sociedade vigentes nesta forma de governo.

Muitos estudantes e intelectuais indignados com a situação política daquele período formavam grupos organizados que estavam prontos para o embate com as forças autoritárias, inclusive com força armada. Nesta perspectiva, Gohn (2011) aponta a importância dos movimentos e organizações sociais que se destacam neste período histórico no país, dessa forma, “o fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (Idem, 2011, p.342). A contestação realizada pelos movimentos sociais tinha objetivos claros e definidos: viabilizar a defesa dos direitos de todo e qualquer cidadão a partir dos valores do Estado Democrático de Direito e da oposição a todo e qualquer modelo de regime autoritário. Em contrapartida, o governo militar repreendia severamente as manifestações e organizações sociais através do seu aparato militar, tendo sua culminância com o violento AI-5 (Ato Institucional nº05), que ainda durou entre 1968-1979.

Durante este período podemos perceber que houve uma forte radicalização dos jovens na ação política do país, a exemplo da organização do movimento social estudantil, que ganhou grande repercussão em todo o país. E que, segundo Duarte (2016, p. 887), produziu uma gama de movimentos de contracultura, a exemplo do “movimento tropicalista, os

movimentos camponeses e feministas”. Durante a trajetória de lutas dos movimentos sociais, cada grupo foi delimitando sua identidade e seus valores, com discussões, pautas e opiniões próprias que os diferenciavam. E através de seus grupos e movimentos, esses indivíduos ampliaram o leque de participação e influência, tanto no processo de construção da Constituinte de 1988 quanto nas formas políticas que se desenvolveriam a partir de então, sendo que, a partir da Carta Magna, houve uma maior abertura para a participação política nas áreas de políticas públicas do país, inicialmente, com as políticas de saúde, assistência e previdência, posteriormente, outras políticas foram se alargando a fim de contemplar as mais diversas formas identitárias presentes na sociedade brasileira (MEDEIROS, 2015).

Sobre esse alargamento das novas formas identitárias, Ilse Scherer-Warren (2008) destaca que, após a promulgação da Constituinte, “os movimentos se mobilizaram para a ampliação de direitos ou a criação de direitos de uma nova geração” (2008, p.11) e foi neste momento que aconteceu um grande aumento no número de ONGs e organizações do terceiro setor. Aconteceu, sobretudo, neste período, dois grandes movimentos também destacados por Scherer-Warren (2008, p.12), trata-se do Movimento das Diretas Já (1983-1984) e da “mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de ‘Constituição Cidadã’”, e nestas mobilizações se destacaram alguns importantes setores que despontavam como organizações e movimentos sociais, tais como o movimento ligado ao meio ambiente, movimento de mulheres, movimento LGBT, movimentos indígenas e rurais, dentre outros. E, sobretudo, o movimento juvenil presente nas mobilizações estudantis, como dos “Carapintadas” em 1992 que reivindicava por uma nova ética na política e pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo.

Muitos autores, a exemplo de Maria da Glória Gohn (2011), destacaram que neste período surgiram os novos movimentos sociais e novos sujeitos e atores sociais a compor a cena política. Com a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952, liderada pelo arcebispo Dom Helder Câmara, se organizaram muitas lideranças populares através da ampliação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) incentivando a atuação militante e ativista de muitos cristãos por todo o país, sendo um movimento que se estendeu até a década de 1990. Durante esta mesma década se formaram outros movimentos sociais, referentes a debates do meio ambiente e outros destacados acima, mas, sobretudo, de movimentos ligados a questões rurais e agrárias, como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Dessa forma, os movimentos sociais que surgiram no período entre o século XX e século XXI tiveram o objetivo bem definido, no sentido de fortalecer os valores democráticos e de defender a autonomia dos movimentos sociais perante o poder público e outras instituições, se configurando como uma forma organizada de articulação e ação política. Neste debate, se destaca a proliferação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, lugar onde os movimentos sociais podem atuar e reivindicar por verdadeiros direitos. Com relação aos conselhos, Gohn (2006) aponta que:

Numa sociedade marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política do conjunto da população, os conselhos assinalam para possibilidades concretas de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal. (GOHN, 2006, p.07)

É neste debate que situamos nossa pesquisa, que enfatiza a presença de conselhos de políticas públicas como mecanismo participativo, onde os indivíduos podem direcionar suas necessidades e construir políticas públicas que atendam aos mais diversificados grupos e movimentos, especialmente os grupos juvenis, enfoque de nossa pesquisa, fortalecendo, sobretudo, a participação social de toda a população. E cada vez mais essas atuações se aglutinam e se espalham em redes e parcerias que transcendem as fronteiras nacionais. Há muitos estudos que apontam a verdadeira importância dos movimentos sociais para consolidação e o aprofundamento da democracia, e o quanto uma efetiva educação para cidadania se faz urgente e primordial, contribuindo, no seu sentido pleno, para uma efetiva participação nos direcionamentos das decisões e construções das políticas públicas. Vamos conhecer no capítulo a seguir algumas das trajetórias de dois movimentos sociais juvenis presentes e atuantes no território da cidade de João Pessoa/PB em consonância com a participação da juventude nos espaços institucionais, a saber, no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa/PB.



### **3. O CONSELHO E A JUVENTUDE: ENTRE A PARTICIPAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO**

Neste capítulo vamos adentrar no histórico de formação e na construção do Conselho Municipal de Juventude, além de analisarmos as nuances e configurações que se apresentaram na formação e criação do Conselho Municipal de Juventude. Contudo, não vamos nos aprofundar nessas questões, pois este já foi um item alvo de contribuições analíticas que compuseram a elaboração do trabalho de Oliveira (2013), referências ao final deste trabalho.

Num segundo momento, vamos adentrar no histórico e nas trajetórias das juventudes, em dois grupos juvenis, a saber, a Juventude Operária Católica – JOC e a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP; a fim de perceber a visão que as juventudes apresentam sobre si mesmas e sobre os outros atores sociais, especialmente sobre o poder público, as políticas públicas e os espaços institucionais de participação.

E, por fim, vamos identificar as conformações do Conselho a partir da participação da juventude, levando em consideração aspectos sobre o contexto sociopolítico local e do desenho institucional que incide sobre o Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa. Assim como, perceber aspectos da participação juvenil frente a outras interfaces socioestatais e como são desenvolvidas as reivindicações da juventude para além do espaço do Conselho na cidade.

#### **3.1 As juventudes e a relação com o conselho: entre a participação e a organização**

O processo de formação das políticas de juventude na Paraíba já foi explanado (Capítulo 2) neste momento vamos destacar o processo de formação e criação do Conselho Municipal de Juventude.

Apenas depois da criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJUV) e depois da realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude foi que se espalharam pelo país as formas institucionalizadas das políticas de juventude, tais como secretarias e coordenadorias de juventude, além da implementação de vários conselhos direcionados à juventude. E em João Pessoa não foi diferente, antes mesmo da realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, criou-se no âmbito do município a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação (SEJER), através da Lei nº 11.003, de 17 de abril de 2007.

Inicialmente, houve uma incompreensão da lei para criação do Conselho Municipal de

Juventude, houve um entendimento equivocado quanto à observância da Lei nº 1.652, promulgada em 06 de fevereiro de 2007. Outro motivo de destaque esteve no fato da não participação da juventude no processo de construção dessa lei. A partir disso houve uma concordância na reformulação da lei e, desta vez, esse momento contou com uma intensa participação da juventude com muito diálogo entre os atores do poder público e da sociedade civil, esta representada nos grupos e organizações juvenis do município. E, assim, o Conselho Municipal de Juventude foi instituído pela Lei nº 11.820, de 11 de dezembro de 2009, revogando a lei anterior.

Esta nova lei de formatação do Conselho de Juventude se caracterizou como um importante instrumento de fortalecimento da política de juventude na cidade. (OLIVEIRA, 2013). Contudo, a mobilização presenciada e confirmada pelas organizações na plenária de construção da nova lei, não se repetiu durante o processo de implementação do Conselho, pois a juventude retraiu sua participação.

Diante disso, deram-se início as plenárias para composição dos representantes da sociedade civil realizadas pela Secretaria Municipal de Juventude (SEJER). E, assim, em 2010 aconteceu o I Seminário Municipal de Juventude com o propósito de construir o Conselho e de apresentar a função da secretaria e da prefeitura nesse processo. Seguindo os trâmites legais, o Governo Municipal, através de suas secretarias, apresentaram os representantes indicados a compor o Conselho. Neste evento ainda não havia sido o momento de eleição dos representantes da sociedade civil e aconteceu que em abril de 2011 no auditório do Centro Administrativo Municipal (CAM) realizou-se o primeiro encontro com entidades e movimentos sociais juvenis e com o poder público a fim de preparar esta plenária de eleição para escolher as juventudes dos segmentos a representar no Conselho. Nesta reunião foi instituída uma Comissão de Trabalho Pró-conselho, contemplando sociedade civil e pessoas do poder público, com o objetivo de preparar o regulamento e a metodologia da plenária, assim como ficou responsável pela articulação de entidades, grupos e movimentos sociais juvenis do município convidando-os a participar da plenária (OLIVEIRA, 2013).

E aconteceu que no dia 04 de junho de 2011, no auditório do Centro de Tecnologia da UFPB, realizou-se a Plenária de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil. Nesta plenária seriam escolhidos 09 (nove) representantes dos segmentos organizados da juventude no município. Pela composição paritária, também foram indicados 09 (nove) representantes do poder público, a fim de compor o número de 18 (dezoito) integrantes e participantes do Conselho, cada um com seu respectivo suplente. Entretanto, as vagas referentes à sociedade

civil não foram preenchidas, ainda assim, aconteceu em 22 de julho desse mesmo ano a solenidade de posse dos representantes do Conselho Municipal de Juventude, no Centro Administrativo Municipal (CAM).

Não sabemos informar quantos representantes e/ou segmentos de juventude ficaram sem representação após essa plenária, contudo, a plenária de recomposição do Conselho que aconteceu no dia 28 de abril de 2012, no auditório da Escola Estadual do Lyceu Paraibano, contava com a vacância de 08 (oito) dos nove segmentos que compõem o conselho entre titulares e suplentes, num total de 13 (treze) vagas. Desses, apenas 08 (oito) jovens foram eleitos às vagas disponíveis.

A primeira gestão do Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa concluiu suas atividades no ano de 2013. Após esses encontros e desencontros da sociedade civil e do governo municipal na formulação e implementação do conselho e com a primeira gestão concluída, houve novamente um tempo congelado de ações do conselho.

Em 2013 deveria se iniciar uma nova gestão municipal e o então secretário da SEJER assumiu em julho/2014, até então o conselho estava desativado, sendo reestruturado entre o segundo semestre de 2014 e início de 2015. A atual gestão do Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa concluiu seu mandato no ano de 2016 e em 2017 deverá ter novas plenárias para a escolha dos membros da sociedade civil. O Conselho Municipal de Juventude ainda enfrenta muitos encontros e desencontros entre o poder público e a sociedade civil, mas esses meandros serão analisados um pouco mais à frente. A seguir, vamos destacar alguns aspectos pertinentes quanto ao desenho do conselho instituído na Lei e no Regimento Interno do Conselho.

Pelo prisma institucional, o Conselho Municipal de Juventude – CMJ é “órgão autônomo, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento da Prefeitura Municipal de João Pessoa no tocante às questões relacionadas às políticas públicas destinadas à juventude pessoense” (JOÃO PESSOA, 2009). Estando este mesmo entendimento e explanação presentes no Regimento Interno do Conselho, onde cada item – deliberativo, consultivo e fiscalizador – é explicado sobre seu objetivo, além desses termos, há um outro denominando o conselho como normativo.

Consideram-se juventude, seguindo a lei federal, a população na faixa de 15 a 29 anos, e assim compõe-se o Conselho Municipal de Juventude.

<b>QUADRO IV – Composição do Conselho Municipal de Juventude</b>
<b>I – 09 (nove) representantes do Poder Público Municipal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representante da Secretaria de Juventude Esporte Recreação SEJER;</li> <li>• Representante da Secretaria de Educação e Cultura SEDEC;</li> <li>• Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social SEDES;</li> <li>• Representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Produção SEDESP;</li> <li>• Representante da Secretaria de Transparência Pública SETRANSP;</li> <li>• Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia SECITEC;</li> <li>• Representante da Secretaria Municipal de Saúde SMS;</li> <li>• Representante da Fundação Cultural de João Pessoa;</li> <li>• Representante da Câmara Municipal de Vereadores.</li> </ul>
<b>II – 09 (nove) representantes da Sociedade Civil Organizada</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representante do Segmento Meio Ambiente e Moradia;</li> <li>• Representante do Segmento Cultural;</li> <li>• Representante do Segmento Religioso;</li> <li>• Representante do Segmento Estudantil;</li> <li>• Representante do Segmento de Saúde e Pessoas com Deficiência;</li> <li>• Representante do Segmento Social e Trabalho;</li> <li>• Representante do Segmento Étnico/Racial;</li> <li>• Representante do Segmento da Diversidade Humana e Gênero;</li> <li>• Representante do Segmento Esportivo.</li> </ul>

O Conselho Municipal de Juventude deveria se reunir na Casa dos Conselhos, contudo, as reuniões acontecem na sala da Coordenação de Juventude na SEJER. As reuniões devem acontecer de formas ordinárias (até duas vezes no mês), extraordinárias e solenes. Durante o processo de pesquisa, tanto do período da monografia (2011-2013) quanto da dissertação (2015-2016) não pudemos participar de nenhuma reunião, pois não foi nos informado quanto a sua realização.

Internamente, o Conselho se subdivide em Comissão Executiva de composição paritária – 02 representantes do poder público e 02 representantes da sociedade civil; Comissões Especiais compostas por um presidente, um relator e um especialista na área de atuação, nomeados pelo presidente do Conselho; e um secretário geral responsável pelo registro documental e de entidades no Conselho. Além da figura do presidente que é alternado entre um representante do poder público e outro da sociedade civil.

Assim como, se apresenta órgão do conselho o plenário que é composto pelos conselheiros em reunião. O plenário só acontece com um quórum mínimo de um terço dos conselheiros, uma participação de seis representantes e as decisões deverá ser tomada por maioria simples, sendo a metade mais um dos representantes. E em toda reunião deverá ser lavrada uma ata pelo secretário geral. Solicitamos as atas do conselho, esta solicitação foi

negada sob a justificativa de que as reuniões não estavam acontecendo, por conta do quórum que não estava sendo cumprido, bem como por conta da mudança de gestão e, sobretudo, pela mudança que a secretaria estava para realizar e todo o material do conselho estava espalhado em caixas.

Neste tópico foi descrito o histórico do Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa, bem como foi apresentado o desenho do Conselho de acordo com as legislações que o regem, a saber, a lei de criação do Conselho e o seu Regimento Interno. No próximo tópico vamos esboçar as trajetórias de dois grupos juvenis do município de João Pessoa/PB e, em seguida, uma reflexão analítica sobre as nuances do conselho e a participação da juventude nesse espaço.

### 3.2 As trajetórias e mobilizações da Juventude Pessoaense

Nesta seção destacaremos a trajetória dos movimentos sociais juvenis que se localizam no estado da Paraíba, mais especificamente no município de João Pessoa. Boa parte dos movimentos sociais juvenis atuantes em João Pessoa foi responsável pela demanda de reivindicação de políticas públicas de juventude que culminaram em marcos legais e conferências ocorridas na região, histórico destacado no segundo capítulo deste trabalho. O percurso de apresentação dessas trajetórias se localiza anteriormente à criação dos espaços institucionais federais, além de contar com o apoio das diversas juventudes do estado, se apresentando como relatos e trabalhos que destacam as ações protagonistas de jovens e organizações juvenis que lutam pela defesa dos direitos da juventude. A trajetória se concentrará em apenas dois movimentos sociais juvenis, a saber, a **Juventude Operária Católica – JOC** e a **Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP**, a fim de percebermos como essas juventudes formulam as ideias sobre as noções de juventude, políticas públicas e conselhos. Estas premissas serão contrastadas com as falas dos atores envolvidos nestes movimentos.

**QUADRO V – Perfil dos entrevistados dos Movimentos Sociais Juvenis**

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	CARGO/ ATRIBUIÇÕES	REPRESENTAÇÃO
Entrevista 14	31 anos	Ensino Médio completo	Secretária da Bamidelê	Juventude Operária Católica – JOC
Entrevista 15	27 anos	Cursando Superior (Serviço Social)	Educadora Social – Com. do Timbó	Associação Juventude em Ação – AJA
Entrevista 16	23 anos	Cursando Superior	Coordenação do	Pastoral da Juventude

		(Serviço Social)	Núcleo da PAMEN	do Meio Popular – PJMP Pastoral do Menor – PAMEN
--	--	------------------	-----------------	---

➤ **Juventude Operária Católica – JOC**<sup>7</sup>

Este é um movimento que surgiu no Brasil desde 1937, que tinha como objetivos formar e organizar a juventude trabalhadora, guiando-se por princípios de que essa juventude trabalhadora descubra seu potencial e consiga descobrir um sentido coerente para suas vidas, sem deixar que sua dignidade pessoal e coletiva seja violada, com o comprometimento e a responsabilidade de encontrar caminhos e soluções para problemas e situações presentes em nível local e nacional.

A missão da Juventude Operária Católica é formar jovens que pertencem à classe trabalhadora, a partir de ações e organizações de base. A atuação deste movimento se baseia no método VER, JULGAR e AGIR, que consiste em analisar a realidade à luz da doutrina e dos escritos da Igreja Católica, para em seguida traçar linhas e formas de atuação social. Além de destacar as mensagens cristãs que devem estar presentes nas ações, referem-se à libertação, amor, fé cristã e esperança. Estas mensagens devem ser compartilhadas durante a realização das ações, bem como os jovens devem buscar a construção de uma nova sociedade em que prevaleça a justiça, a solidariedade e o amor nas relações entre os indivíduos.

A JOC Brasileira foi um dos movimentos que estiveram presentes na atuação contra o governo ditatorial vigente no Brasil a partir da década de 1960. Além disso, muito contribuiu com e para a juventude trabalhadora, atuando na clandestinidade, com muitos militantes que foram mortos e torturados nesta empreitada. Eis algumas das contribuições da JOC Brasileira:

[...] na organização operária através de constituição dos sindicatos, especialmente dos metalúrgicos e em muitas cidades dos comerciários; na conquista dos direitos trabalhistas como o primeiro emprego; no processo de redemocratização do país, atuando na formação militante desde os locais de trabalho, nos bairros e na participação política.

Hoje a JOC Brasileira está presente em três regiões do Brasil, a saber, Nordeste, Sudeste e Sul e em treze cidades. Estes são alguns dos espaços onde a JOC se concentra:

Em sua maioria nos espaços de trabalho (em maior número nos call centers, serviços públicos terceirizados, construção civil, vigilância, comércio, educação e organizações não governamentais) em bairros e comunidades

<sup>7</sup> O histórico aqui apresentado foi enviado pela militante da JOC entrevistada.

Para maiores estudos e aprofundamentos sobre a Juventude Operária Católica, ver o trabalho de ESTEVEZ, 2008 (Referências ao final do trabalho).

periféricas das grandes cidades.

A JOC Brasileira tem sua centralidade no *trabalho*, sendo através deste que a juventude retira seu sustento, e seguindo as definições do movimento, é também através do trabalho que a juventude “[...] *constrói sua dignidade e identidade, bem como realiza suas aspirações e sonhos [...]*”, pois a juventude vivencia precárias condições de estudo, trabalho e emprego. A JOC destaca a juventude como “sujeitos de direitos” que, apesar disto, “[...] *continua sendo desrespeitada e vítima desse sistema opressor e explorador em que vivemos [...]*”.

A ideia de atuação da JOC é através da *formação militante e da transformação da realidade*, e no contexto atual tem a pretensão de ampliar para outros segmentos da juventude trabalhadora, para além daqueles grupos com quem já se organiza. E tem como principais direcionamentos:

[...] construir um projeto político da classe trabalhadora, baseado nos princípios de justiça, solidariedade, libertação, generosidade, sinceridade, fé cristã e respeito às pessoas e a natureza. Além disso, atuar em defesa e garantia dos direitos, especialmente da juventude trabalhadora.

O trabalho realizado pela JOC se dá junto às organizações de base, nas periferias, de forma a analisar a realidade, realizar os planejamentos e revisões de vida, numa ação coletiva. Suas atividades se dão a partir de oficinas, intercâmbios de experiências, seminários de formação, saraus culturais, atividades de esporte e lazer, programas para a rádio web, além de estudos e comemorações em torno da Semana Internacional da Juventude Trabalhadora, que acontece entre os dias 24 de abril a 1º de maio, como forma de fortalecimento no processo de organização do movimento.

As bandeiras de luta do movimento da JOC Brasileira giram em torno do *trabalho digno, proteção social, educação de qualidade com respeito às diferenças de gênero e etnia*. As atividades que se realizam em torno dessas temáticas reúnem grupos distribuídos a nível local, regional, nacional e internacional; encontramos ainda outros parceiros, tais como: outros movimentos sociais, pastorais sociais, a exemplo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e da Pastoral Operária.

A organização da JOC se apresenta da seguinte forma: em cada regional existe um coordenador; são cinco regionais: Nordeste, Sudeste e Sul. Da região nordeste (das cidades de João Pessoa, São Luís, Fortaleza e Recife), tem um coordenador; como também da região sudeste e sul, existe um coordenador de cada. Vejamos a identificação da JOC no município de João Pessoa/PB e sua atuação com a juventude local, no tópico a seguir.

### **A JOC em João Pessoa/PB**

No transcorrer da pesquisa nos deparamos com a necessidade de efetuar algumas mudanças no roteiro original do estudo, resolvemos direcioná-la também para os grupos juvenis que não estão no Conselho Municipal de Juventude, de tal modo que, a princípio, a idéia era conversarmos com uma integrante do grupo Bamidelê (um grupo do movimento negro de mulheres), no entanto, ao entrar em contato com a jovem militante, ora entrevistada, esta assinalou que o grupo Bamidelê, se tratava de uma ONG que se volta à temática de fomentar debates e lutas das mulheres negras na Paraíba e que não contempla apenas a juventude, mas um público de todas as faixas de idade. , especificamente, pois suas atuações são direcionadas ao público em geral, em especial as mulheres, num segundo momento, tivemos a oportunidade de realizar a entrevista. Assim, ao conversar com ela pelas redes sociais descobrimos que, na verdade, ela era integrante da JOC e que apenas trabalhava nas dependências da Bamidelê. Então, esta mesma jovem se colocou à disposição para que nossa entrevista fosse realizada com a mesma, representando a JOC, e mais uma integrante de outro grupo juvenil, assim, diante do julgamento da pertinência da sugestão, nos predispomos a aceitá-la. Procuramos contornar as dificuldades para fazermos se adequar uma afinidade em termos de agendas e realizamos a entrevista no espaço da ONG Bamidelê, onde a mesma trabalhava, em novembro de 2016. A seguir, elencamos alguns pontos que consideramos importantes na entrevista.

A Juventude Operária Católica na Paraíba, melhor dizendo, a JOC em João Pessoa, participa de importantes eventos na cidade, como as mobilizações e atividades que se referem a todas as juventudes do município. Não tivemos como saber exatamente o surgimento da JOC em João Pessoa, mas a militante entrevistada afirmou que já participa do grupo há 14 anos.

No que se refere à bandeira de luta, a JOC em João Pessoa partilha dos mesmos princípios que a JOC Nacional e realiza as atividades com as mesmas temáticas, entretanto, podemos perceber uma adaptação de ações, conforme as demandas de direcionamento mais local. Atualmente, o grupo se encontra com projetos na área de gênero e violência, evidenciando a importância deste último item para bandeira de luta nacional, tratando-se da Luta Contra o Extermínio da Juventude Negra, além das outras temáticas de educação e trabalho digno.

Enquanto estrutura interna, a JOC na Paraíba se organiza em torno de um coordenador que acompanha os grupos do nordeste, como destacado acima, e a entrevistada, juntamente



com mais outros quatro jovens, integram o conjunto de militantes da base de referência na cidade. Ela atua como coordenadora no projeto direcionado à temática de gênero no município e como militante atuante no bairro do Timbó e Ilha do Bispo, em João Pessoa. Esse grupo de militantes está realizando atualmente uma pesquisa, centrada na busca de dados e informações acerca dos jovens residentes no bairro do Timbó, a fim de poder contribuir de forma mais efetiva perante os anseios e desejos da juventude daquele bairro.

A JOC atua em parceria com outras organizações do município, como a Casa Pequeno Davi, que trabalha com ações e atividades voltadas a crianças, adolescentes e Jovens; a organização da Bamidelê, um movimento de mulheres que atua em ações voltadas às mulheres negras na Paraíba; além do Fórum de Juventude Negra de João Pessoa. Participa como integrante na organização de eventos e formações, a exemplo do Curso de Lideranças de Jovens, promovido pela AMAZONAS (Associação de Prevenção à AIDS) e pela RECID (Rede de Educação Cidadã), participando inicialmente como convidados e, no segundo módulo do curso, já estavam construindo a formação juntamente com as outras organizações. Além disso, assumiram o compromisso de integrar um projeto aprovado em conjunto com a RECID.

Das atividades mais recentes em que esteve presente, destaca:

Em 2014, realizamos oficinas locais e seminários regionais referentes à temática de gênero. Em outubro de 2015, participamos do Encontro Continental da JOC América, em Lima (Peru), com os objetivos de analisar a realidade da juventude trabalhadora, revisar e projetar nossas ações comuns. O encontro teve a participação de jovens de 14 países.

Neste evento, realizado no Peru, uma das integrantes da JOC em João Pessoa que participou representando a juventude do estado, ainda destaca a participação em eventos também de envergadura, tais como a Marcha das Mulheres Negras. E dos direcionamentos do movimento, pontua:

Dessa maneira, fortalecemos a formação e organização da juventude trabalhadora, com apoio da Coordenação Nacional da JOCB e de assessores/as (antigos jocistas). Além de nossos esforços, queremos construir outras possibilidades de parcerias, no sentido de complementar nosso trabalho de formação, uma vez que entendemos ser contínuo e progressivo.

A JOC ajudou a formar e acompanha a Associação Juventude em Ação (AJA), associação localizada na Comunidade do São Rafael. Uma das integrantes da JOC também participa dessa associação como militante referência, a outra jovem militante destaca que conheceu a JOC através da associação e afirma a importância de participar num movimento

social voltado à temática de juventude:

[...] se não fosse a AJA o meu destino hoje seria outro, por morar em periferia; acho que não tão grave, mas, eu sempre digo isso, mas acho que eu já estaria casada, com filho sem nenhuma estrutura e nem perspectiva de futuro, acho que nem faculdade estaria fazendo, eu sempre digo que a AJA foi um ponta-pé pra minha vida, pra abrir os olhos. Foi a partir daí que comecei a participar da JOC, conheci a JOC que o pessoal trabalha muito em conjunto e me apaixonei pela forma da JOC também trabalhar, como eu já tinha falado, da gente se conhecer, se colocar e assim na AJA, na JOC, nesses espaços eu me sinto bem à vontade. Mas, a AJA tem um ponto muito importante na minha vida, eu vou levar sempre, por mais que a gente esteja passando um processo meio de dificuldade.

Outro traço expressivo, que encontramos na fala da entrevistada, consiste na ênfase endereçada à importância do movimento juvenil na sua contribuição para que essa jovem pudesse efetivamente renovar seu olhar acerca do seu território e sobre as demandas da juventude:

A AJA começou um trabalho... fez um trabalho na comunidade com jovens, adolescentes, nesse momento, mas antes era com jovens no geral com oficinas temáticas e eu participava, mudou muito minha visão depois da AJA, depois que eu comecei a participar das ações da AJA; comecei a participar mais da comunidade, que antes era só casa e escola, casa e escola. Não conhecia a comunidade que eu morava já há um bom tempo.

Com a inserção na JOC não foi diferente, a primeira militante entrevistada ressalta a singularidade do grupo e porque se interessou em participar:

A JOC me encantou desde o início, porque é um movimento que não trabalha só o aspecto subjetivo, na questão dos direitos trabalhistas, mas também você, tem a questão de vida e ação operária, que é você revisar sua vida para a partir disso, então, é uma partilha que você consegue fazer nesse movimento. Então, pra falar de você, falar de como você está, e falar dos seus projetos pessoais e coletivos, então, é um movimento muito bom e muito tranquilo de estar discutindo essas questões que muitos não conseguem fazer esse processo, não cuida um do outro e da outra, que é importante. Que acaba que o movimento não tem esse cuidado, só acha que é necessário discutir questões mais políticas, mas não é isso. Se a gente não consegue refletir nossa vida, nossa realidade, a gente não consegue refletir o coletivo, e é por esses aspectos também de aprendizado, em busca de refletir nossa vida e de buscar melhorias pras pessoas que participa, por exemplo. É multiplicar também o nosso conhecimento.

Ressaltamos, ainda, o lugar de destaque atribuído à percepção que a JOC apresenta sobre os movimentos sociais da cidade, destacando a competitividade e a falta de parceria:

Eu acho que tá muito fragilizado. E aí essa questão da própria bandeira de luta, tá muito individualista, entendeu? Porque eu defendo essa e os outros é que se vire, então, como é que eu posso dizer, está muito assim, sabe? É isso e pronto! Acho que não está tendo muito unidade, união entre os movimentos e, por isso, mostra a fragilidade, né? Uma realidade bem crítica, mas que infelizmente é isso assim. Antes os movimentos trabalhavam muito

de forma parceira e hoje tá muito separado, assim cada um trabalha no seu mundinho, também não se preocupa com essa questão da própria parceria. A gente percebe isso nas mobilizações, por exemplo, mesmo ali muita gente lutando pelo mesmo objetivo, mas a gente vê os olhares, algumas falas também, que é de detonar o outro ou a outra; tanto é que eu tenho ido menos... vai contra tudo que eu acredito, entende?

Em se tratando dos movimentos juvenis, propriamente ditos, acreditamos encontrar na fala da entrevistada a reafirmação da percepção geral, apresentada mais acima, contudo, apostando na ressalva de que as organizações juvenis não estão mais na base, pois se concentram mais na universidade:

[...] os movimentos de juventude são muito poucos, né? [...] Mas, é a mesma coisa, aquele que trabalha mais na universidade esquece a base, que é a comunidade. Eu percebi que os movimentos, as organizações esqueceu muito a base com esse foco de agir mais na universidade, mas é isso, os jovens não estão lá, principalmente os negros e as negras, né? A juventude não está lá, tem hoje um número consideravelmente bom, mas não são a maioria, estão na comunidade, aí eles acabam se esquecendo, entendeu?

Sobre a relação da JOC com o Conselho Municipal de Juventude, a militante afirma desconhecimento sobre qualquer processo. “[...] eu não tenho conhecimento que existia ainda o conselho de juventude”. Como também afirma certa dificuldade em conseguir participar desse espaço. “[...] Porque sempre é no horário de expediente normal, pra quem trabalha ou quem estuda”. E baseando-se em outras experiências, a militante afirma não acreditar que haja colaboração entre os membros na viabilização das políticas públicas:

E aí o conselho em si, voltando essa questão do próprio conselho, eu nunca participei, mas eu conheci pessoas que já participaram de conselho de juventude, não daqui de João Pessoa, mas de Bayeux, por exemplo. E assim, pela partilha, não era um espaço muito bom, de conviver em grupo, por exemplo, então, é um espaço de muita disputa, na minha visão, né? Porque é a sociedade... porque existe essa questão da divisão, né? Participação da sociedade civil e de gestores, enfim... então, não há uma sensibilização, entre os gestores, principalmente, com a sociedade civil... Muitas das vezes não tem voz, diz que tá lá representando a sociedade civil, mas na prática não existe.

A respeito do Conselho Municipal de Juventude, ficaram sabendo do processo, porém, não participaram e também o grupo não foi convidado a participar. Houve participação da construção do conselho da cidade de Bayeux, mesmo assim foi outro integrante do grupo quem acompanhou todo o processo. Além disso, ressalta, ainda, que acredita não haver interesse da parte dos gestores quanto às ações voltadas à juventude, convergindo, dessa maneira, para uma completa invisibilidade da atuação do conselho na cidade, de acordo com sua percepção. Em outro momento da fala da entrevistada encontramos:

E muitas das vezes não é a realidade da juventude, por exemplo. Ou porque diz que não tem recurso pra isso ou aquilo, mas também porque o conselho é um meio de conseguir, né? Alguns recursos pra garantir algumas ações pra juventude, por exemplo. Mas, não consegue porque de fato não tem recurso também, e os gestores também não se importam de fato com a qualidade de vida da juventude, em nível geral porque dar pra vê pela realidade que vivemos agora, né? Esse descaso que tá, principalmente com a juventude. Por exemplo, foi feito um Plano da Juventude Viva, então chegou aí em João Pessoa, mas não teve de fato nas comunidades, entende? Não chega nas comunidades que é o essencial, então é espaço que não me motiva a participar, digo por conta dessa conjuntura toda. Lógico que eu acredito que a gente só faz a diferença estando lá participando, mas com todas essas coisas que eu já ouvi falar eu não me motivo mais.

Como não participaram do processo de construção e formação do conselho, nem tampouco do cotidiano das reuniões, a entrevistada não consegue perceber as dificuldades que se apresentam no conselho. Como lugares de participação, afirma que não há participação da juventude na Assembleia Legislativa, por exemplo, chamando atenção para o fato de que a presença dos jovens está apartada da linguagem institucional. Em outro momento ressalta:

E assim, de outro lado da participação de juventude, eu percebo que é na igreja. Eu percebo que essa participação da juventude, talvez nesse espaço, pela questão da busca da espiritualidade, de trabalhar mais os aspectos espirituais mesmo, de cuidado. Porque, por exemplo, sei que discute muito questões da vida, falo da igreja católica, falo o que eu vejo. Por exemplo, do lado da minha casa tem uma igreja evangélica que eu vejo os jovens passando, entendeu? Percebo que essa juventude também tá participando, não é de grupo de formação como a gente de movimento, de associação, mas estão participando de outra forma, a gente não tá lá dentro, mas eles estão participando da forma deles. Que inclusive tem alguns grupos de crisma, então eu percebo que... e lá também discute alguns temas, tema da cidadania, enfim.

No que se refere à inserção do grupo no interior de outros movimentos e entidades organizadas, além daqueles já citados acima, a entrevistada destaca espaços não institucionais de participação da juventude, e mesmo a JOC sendo um grupo criado no âmbito religioso, o que evidencia sua parceria com a igreja, por fim constata-se sua ausência até mesmo neste espaço:

A JOC foi criada na igreja, mas hoje não estamos nesse espaço, por exemplo, lá na Ilha (Ilha do Bispo, bairro) a gente tem um padre, que é o padre Alexandre, ele é um padre muito aberto, muito dinâmico também e alguns momentos já realizamos juntos lá, a igreja... nos espaços da igreja com alguns jovens da comunidade, mas hoje estamos sem esse contato. Mas, eu percebo que há essa abertura, sabe? Mas, hoje é isso assim, no momento aqui em João Pessoa só tem mais esses espaços mesmo.

Questionada sobre a importância de existência do conselho na cidade, enfocou na

gerência dos recursos destinados pelo poder público às políticas juvenis. Contudo, quando foi informada do limite de representantes no conselho, demonstrou enorme surpresa:

Na minha opinião, eu acho que é pra facilitar a vida da juventude. Pra gente mudar o olhar... eu acho assim, criar algo pra juventude e tudo que vem de lá da gestão... a gestão é pedir verba pra juventude. Aí assim, como é que a gente vai saber que existe essa verba? A partir de um conselho, e saber o que fazer com ela. Para tomar algumas decisões para juventude, por isso que eu acho importante ter representantes de todos os movimentos que trabalha com a juventude, entendeu? Para que faça uma ponte, sei lá. Porque tem um limite de participantes? É!

Então, sempre vai ficar de fora, algumas. [...] Vê alguns meios de colocar em prática a questão da própria política de juventude, né? Políticas públicas para a juventude... é vê um meio, as estratégias... é estar junto e realizar assim... Na prática realmente não é, não chega na minha comunidade, eu falo de acordo com a realidade que eu vivo assim. Mas, penso que é pra isso, ter um olhar focado para juventude, (...) apresente as necessidades básicas e vida de qualidade, educação de qualidade, trabalho, não só isso, mas a questão da cultura, do lazer, até as informações que não chega. Penso que é pra pensar a vida mesmo, de direitos da juventude.

Ainda assim, mesmo expressando seu desconhecimento perante o conselho, de não atuar e participar junto a ele, a militante ainda afirma a importância do conselho como lugar onde está presente a pauta e reivindicações das diversas juventudes:

No próprio conselho, embora não ande, mas penso que a juventude que está lá deve levar as reivindicações da juventude; como também nas mobilizações é muito perceptível visualizar por conta das bandeiras de luta que tem lá reivindicando por uma educação de qualidade seja o que for, mas eu vejo de fato nesse espaço mesmo; nas próprias organizações também algumas, específicas de juventude eu não conheço, talvez tenha, mas que trabalhe um ou outro momento com a juventude, tem que ter esse olhar especial, né?

Ainda encontramos, de acordo com a fala da entrevistada, a crítica direta à ausência de materialidade prática na atuação do poder público em ações voltadas à juventude, “[...] *Eu não vejo uma responsabilidade do governo, do poder público com a juventude, eu não vejo isso. Infelizmente eu não consigo visualizar nada*”. Além do mais, na fala emerge uma leitura que procura reafirmar um distanciamento do estado com os movimentos juvenis, pois as organizações sociais têm o receio de perder a autonomia em ações junto ao estado, de modo que:

Eu não vejo essa relação do poder público com os movimentos de juventude, sabe? Essa dificuldade, esse medo, esse receio da gente sempre é que... de perder a autonomia porque muitas das vezes eles querem fazer o que não está de acordo com a nossa realidade, que não [está] de acordo com o projeto político, só pra mostrar o que está fazendo, entendeu? Então, acho que uma

das dificuldades, inclusive, de ter essa relação mais próxima é isso. Eles querem mostrar que eles fizeram, que na prática acaba que não foi, mesmo que seja da responsabilidade deles, por exemplo. De garantir alguma política de juventude, e é isso pra mostrar que tá fazendo.

Outra referência importante reside na ênfase, atribuída pela entrevistada, no que diz respeito a uma leitura marcada pela sugestão de que a JOC pauta as políticas de juventude, realiza formações e discussões a respeito das políticas públicas de juventude, inclusive sobre o Estatuto da Juventude, e que tem conhecimento sobre o Plano de Juventude, mas ainda não aprofundou o estudo. A compreensão do sentido positivo inscrito na participação da juventude nos movimentos sociais juvenis, no município, dá o tom da fala da entrevistada, conforme podemos observar a seguir:

Avalio muito positiva, sei que tem algumas coisas ainda pra se acertar mesmo na organização da própria juventude, na organização juvenil. Mas, eu percebo que tá bem participativa, por exemplo, nas ocupações do IF é uma forma da juventude está participando, seja na escola, porque tem também, né?

Incorporando uma leitura atualizada das grandes questões que abrangem os desafios políticos e sociais enfrentados pela juventude contemporânea, finalizamos com o destaque atribuído pela entrevistada a essa juventude que ocupou as escolas no ano de 2015, chamando atenção para o fato de a mídia desacreditar na juventude, muitas vezes distorcendo a visão sobre a juventude, entretanto, reafirmando, apesar de tudo, que ela está aí, muito atuante.

### ➤ **Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP<sup>8</sup>**

Este movimento juvenil surgiu em 1978 no Recife (PE), sendo uma “semente” da Juventude Operária Católica que foi destituída no período da ditadura militar. O que marcou o surgimento da PJMP foi um encontro que se realizou em 09 de julho de 1978, onde se reuniram animadores de grupos de jovens do meio popular de Recife, sendo estes remanescentes da JOC. Neste período prevalecia à busca por desejos e formas populares de atuação, tendo em vista que o país passava por uma efervescência dos movimentos sociais, principalmente entre as classes populares.

---

<sup>8</sup> O histórico aqui apresentado foi retirado do site oficial da PJMP – <http://www.pjmp.org/historia>.

Para maiores estudos e aprofundamentos sobre a Pastoral da Juventude do Meio Popular, ver o trabalho de SILVA, 2010 (Referências ao final do trabalho).

Como já destacado no histórico dos movimentos sociais, em âmbito eclesial, durante este período a Igreja Católica assumia *a defesa dos direitos humanos e tornou-se uma voz profética contra a ditadura e o sistema capitalista*. E para este segmento da igreja se deu a realização da Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla, em janeiro de 1979, de onde saiu um documento com esses direcionamentos. Foi ainda durante esta conferência que o então bispo Dom Hélder Câmara propôs a criação de uma pastoral da juventude do meio social. *“Além dessa proposição de Dom Hélder, Puebla recomenda ainda que a Pastoral da Juventude atenda o aprofundamento e crescimento dos jovens na fé; possua uma metodologia transformadora e oriente a opção vocacional” (Puebla 1187)*.

E alguns dos direcionamentos da pastoral, foram:

[...] por um lado, a realidade concreta dos jovens e o ressurgimento das lutas sociais e políticas que acontecia no Brasil, e, por outro, o contexto eclesial da Igreja Latino-Americana e do Regional NE II, que sob a orientação e o pastoreio de Dom Hélder Câmara, construía um modelo de organização pastoral no qual o pobre era sujeito histórico de libertação.

E foi nestes princípios que a PJMP nasceu e assume a responsabilidade de transformar a realidade, sendo que esta missão cabe aos oprimidos realizar, por meio das lutas de libertação. E o jovem não é tratado genericamente, este se apresenta em um espaço onde os jovens *“[...] tomam consciência da sua realidade e nela atuam para transformá-la”*. E assim, a pastoral interpreta sua atuação ao longo do tempo:

Estas idéias, que são o fundamento da proposta de pastoral da juventude da PJMP, têm sido ao longo da sua história uma ousadia e um atrevimento evangélico, à medida que traz para dentro da Igreja uma discussão que, se hoje já não assusta e até pode ser tratada sem tabu, na década de 70 era inconcebível: uma pastoral por classe social. Por isso, sua relação com alguns setores da comunidade eclesial, às vezes, foi marcada pelo conflito.

E como principal objetivo se destaca *“[...] suscitar entre os jovens do meio popular, uma vivência da fé a partir da sua condição social e de classe [...]”*, defendendo que os jovens são “sujeitos de direitos” de sua própria história. E logo esse movimento se espalhou em todo o nordeste e pelo país afora, já em 1979 acontecendo o primeiro encontro nacional da PJMP.

A organização da PJMP se apresenta da seguinte forma: há Regionais Extremo-Oeste, Leste II, Sul IV e Nordeste I, II e III. Existe uma Comissão Nacional da PJMP que se responsabiliza por ser uma referência nacional em todos os âmbitos de articulação, encaminhamento, proporcionando cursos, eventos e encontros, dentre outras atribuições;

também existe uma Comissão Nacional de Assessores da PJMP trata-se de pessoas que contribuíram quando jovens na pastoral e que continuam contribuindo nos momentos formativos e de vivências dos princípios da pastoral. Também há um secretário nacional que deve ser um jovem militante responsável pela articulação nacional das pastorais espalhadas pelo país. Assim como em cada regional existe também uma Comissão Regional de jovens e uma Comissão Regional de Assessores.

No regional do Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco), há destaque para alguns eventos:

A PJMP passou por alguns momentos que fortaleceram os núcleos regionais, como:

- ✓ *a festa dos 10 anos em julho de 1988;*
- ✓ *a Romaria dos 15 anos no Recife-PE em 30 de outubro de 1993;*
- ✓ *o Congresso dos 20 anos em João Pessoa – PB no período de 14 a 17 de janeiro de 1999;*
- ✓ *o Congresso dos 25 anos em Parnamirim – RN.*

Vejamos a seguir, a organização e características da PJMP na Paraíba, mais especificamente no município de João Pessoa/PB.

### **A PJMP em João Pessoa**

A PJMP também foi um grupo que já tínhamos conhecimento, e nesse sentido, optamos pela realização da entrevista, tendo em vista que nosso foco se concentrava em grupos que não faziam parte do conselho. Entramos em contato com uma jovem que também já tínhamos conhecimento de sua atuação nos movimentos juvenis. Contudo, ela nos informou que estava afastada do processo e indicou outra jovem para que pudéssemos proceder a realização da entrevista. Não houve maiores dificuldades quanto ao contato, e enquanto participávamos de um evento na UFPB, aproveitamos um momento e pudemos realizar a entrevista sem interrupções de qualquer ordem. A seguir iremos explorar alguns apontamentos da entrevista.

A PJMP Paraibana, melhor dizendo, a PJMP em João Pessoa, também partilha dos mesmos princípios que a PJMP Nacional e realiza as atividades com as mesmas temáticas, entretanto, contudo, estamos diante de uma adaptação das ações conforme as demandas de direcionamento mais local, da mesma forma que a JOC. Não tivemos como saber exatamente o surgimento da PJMP em João Pessoa, mas a militante entrevistada afirmou que se encontrava participando do grupo há 10 anos e atualmente faz parte da Comissão Regional de



Jovens, como secretária, representando a Arquidiocese da Paraíba.

A militante iniciou sua participação em movimentos juvenis através da Pastoral do Menor (PAMEN) e só depois quando foi convidada a participar de uma reunião na PJMP foi que começou a se engajar no grupo, e afirma que “[...] como eu fui sempre inserida na igreja católica, então me envolvi bastante com a PJMP e fui me envolvendo no processo, conhecendo um pouquinho no dia a dia”. Contudo, afirma que sua participação vem de antes da PAMEN, pois ela foi inserida na Pastoral da Criança, através de sua mãe e com 07 anos iniciou na PAMEN, com 17 anos assumiu um trabalho voluntário na biblioteca do centro, apesar de depois ter-se afastado por questões de estudo e trabalho, de tal modo que, segundo a entrevistada, ela afirma que sentia muita falta de viver o dia a dia da comunidade. Até que foi convidada a atuar como educadora no centro e hoje é secretária do núcleo. Ressalta a importância de sua inserção e conhecimento dos anseios da comunidade onde, hoje, vive e trabalha, e afirma que vem daí seu interesse em participar de movimentos sociais e pela temática ligada à juventude:

Surgiu pelo fato de eu estar inserida também no dia a dia da comunidade em si e ver o quanto a juventude sofre vários tipos de violência e por ser na fase de jovem também surgiu muito essa proposta de dar uma contribuição enquanto jovem, mais nesse processo assim do dia a dia. E hoje é tanto que meu projeto de pesquisa é sobre o Estatuto da Juventude Negra aqui na comunidade onde eu to morando, que eu moro hoje e aí vem muito de como é essa juventude, quais são as perspectivas de vida que muitos não têm por estarem inseridos na comunidade, de não se acharem capazes de alcançarem outros espaços, por ser morador de uma comunidade. Então, assim eu posso até servir de espelho pra muitos que estão inseridos lá, porque assim hoje eu to fazendo uma faculdade da vida, então se você olhar o histórico da comunidade Cítex, quando perguntarem se tem algum jovem em ensino superior não teria e hoje já tem, eu [e outros jovens] que passaram pela Pastoral do Menor e que também não passaram, mas que estão se inserindo na vida acadêmica. Então, assim, é um interesse muito grande em mostrar pra juventude que podem alcançar uma coisa a mais.

Atualmente, vem atuando como educadora social no núcleo da Pastoral do Menor, em atividade voluntária, mas trabalha no Centro Comunitário Bom José, na Comunidade Cítex, no bairro do Geisel, em João Pessoa. Como tem convênio com a prefeitura, ela trabalha neste centro e é coordenadora deste núcleo.

Quanto à organização da PJMP na Paraíba, eles estão apenas com um grupo que se reúne no Rangel, além de contar com participantes do município de João Pessoa e de Sapé nas reuniões diocesanas. Existem as reuniões em nível regional e ela é a responsável pela diocese de João Pessoa, além de um rapaz da diocese de Guarabira, e contempla jovens de Recife/PE, Natal/RN e, por fim, as reuniões nacionais, onde cada estado tem um representante, e ainda

conta com um morador da cidade de Sapé que a integra.

Quanto à atuação da PJMP, segundo a entrevistada, nos deparamos com a afirmação de que é um trabalho muito voltado para temática juvenil, com as juventudes das periferias, que ela denomina de “juventude de base”, sendo que ela se reconhece como uma jovem de base e que necessita dessa base para reconhecer-se enquanto tal. Destaca o não reconhecimento da juventude neste sentido. *“A juventude hoje, infelizmente, que está nas comunidades, não se reconhecem como uma classe trabalhadora”*. E para inserir-se em grupos, a juventude acaba visando muitas coisas materiais: carro, celular ou tênis e roupa “de marca”. Nesse sentido, *“[...] a PJMP vem pra trabalhar isso, nessa perspectiva de fazer com que essa juventude se reconheça trabalhadora também e que ela pode alcançar outros processos”*. E propõe que para se trabalhar com a juventude é preciso ter uma nova metodologia de atuação junto a essa juventude. De acordo com as palavras a seguir, a militante destaca:

Então, tem que ser trabalhado uma metodologia, a gente tem que se reinventar enquanto PJMP e acho que enquanto movimento social também, pra vê outras maneiras de estar alcançando crianças, adolescentes e juventude, pra vê com que eles se reconheçam nesse movimento social e se reconheça enquanto uma pessoa do proletariado.

Tendo em vista a inserção dela e de outros membros em outros movimentos juvenis, esses acabam fazendo parte dos parceiros de atuação, como a Pastoral do Menor, a AMAZONA, RECID e outras instituições; participam, igualmente, de instituições maiores e fora do âmbito regional e repassa o que está acontecendo, o que está se passando em outros espaços:

Até porque a gente não tem tantas pessoas na PJMP hoje. A gente tá muito, digamos que fragilizados em relação a pessoas, então, a gente tem que se fortalecer primeiro, então a gente estava se dividindo no dia a dia dessa maneira. Vai uma e representa uma, duas, três... movimentos e vai trazendo depois a maneira como é que se organiza, né? E aí vai se criando essas parcerias, né? No dia a dia... aí a gente vê como a PJMP pode ajudar, como pode contribuir.

No que diz respeito à parceria com o poder público, enfatiza que não há parcerias neste sentido, mas há o interesse. Porém, é necessário fortalecer o grupo e individualmente *“se fortalecer enquanto pessoas, enquanto participantes pra poder alcançar outros espaços”*. Contudo, há o interesse em fazer e realizar projetos, como já destacado. Como não há essa parceria, eles precisam *“[...] se organizar e vê como arrecadar fundos, até pra poder participar de outras atividades. Mas, não temos nenhum projeto em si para manter as atividades”*.

Referindo-se a atuação dos movimentos sociais na cidade de João Pessoa, a percepção é muito positiva, apesar das fragilidades:

Dificuldades existem, obstáculos existem, mas a gente precisa continuar, porque se a gente não continuar quem vai continuar nesse trabalho, na luta por direitos de crianças, adolescentes, LGBT, jovens e tantos outros. Quem é que vai continuar? Então, assim, eu percebo muito positivamente, lógico que tem toda essa conjuntura política, tenta enfraquecer cada dia mais, a gente enquanto movimento social, retirando nossos direitos, mas a gente vem pra isso, pra conquistar nessa caminhada pra tentar ficar nessa luta e não desanimar.

E com relação à atuação dos movimentos juvenis, especificamente, a leitura da entrevistada converge no sentido de uma movimentação muito fraca, referindo-se ao seu grupo em especial, chamando a atenção para o fato de, por terem que trabalhar muitas vezes em empresas privadas, além do fato de alguns dos jovens não residirem na capital, então, “[...] *acaba o grupo em si, não tendo condições de alcançar outros espaços de luta [...]*”, e daí vem à questão do tempo, da falta de pessoas para participar enquanto juventude em outros espaços.

Ainda nos deparamos com a ênfase na importância em participar de outros espaços, inclusive institucionais, em que outras pessoas conquistaram e garantiram os espaços para que a juventude pudesse participar, porém, ainda fortemente marcado pela dificuldade para que isso aconteça, de modo que *“nas reuniões a gente percebe que quem precisa está ocupando os espaços, mas a gente também vê o quanto não consegue ocupar esses espaços de política enquanto juventude, mas a gente pauta como uma coisa que é bem importante”*.

No que se refere ao acompanhamento de institucionalização do conselho, a entrevistada não teve oportunidade de acompanhar, entretanto, alguns jovens antes dela, que faziam parte da PJMP, tiveram a oportunidade de participar e acompanhar todo esse processo. Desde que a mesma encontra-se na PJMP, não se sabe informações de que em algum momento foram convidados a participar de alguma reunião referente ao conselho. E ela apresenta quatro percepções importantes com relação a tal fato: em primeiro lugar, quando a entrevistada iniciou no grupo os jovens eram muito novos, ou seja, eles estavam saindo da adolescência e entrando na fase de juventude, daí não tinha como indicar esse jovem a participar de um processo como um conselho, sem que ele tivesse entendimento do que estava se passando:

Então assim, a gente tem que ser trabalhado todo um processo, não tem como a gente pegar uma juventude em si e jogar e daí pronto, você vai representar aquilo... que ele vai ficar perdido lá, a gente não trabalha dessa maneira. Primeiro a gente tem que formar, pra dizer como é que ele tá acompanhando.

Em segundo lugar, nos deparamos com uma percepção que se refere à falta de comunicação das pessoas que estão nesses espaços com outros jovens que estão fora do conselho, por exemplo, o que irá desaguar numa certa fragilidade do movimento de juventude, *“porque às vezes as pessoas que estão lá não repassam como estão as coisas ou porque... ah o movimento que tá não foi, mas eu tenho uma pessoa que está no espaço e às vezes não multiplica aquilo, existe muito problema de comunicação também”*.

Uma terceira percepção diz respeito a outro aspecto que fragilizou o movimento de juventude nos últimos anos, trata-se da inserção da juventude na prefeitura por meio de cargos contratados, uma vez que a juventude foi em busca de emprego, vislumbrando sua inserção no mercado de trabalho a partir de espaços como a Prefeitura ou do Estado:

Muitas pessoas que estavam no movimento social e acompanhava essa discussão de juventude se inseriram dentro da prefeitura e aí como é que você, enquanto movimento social, vai questionar alguma coisa do município se você trabalha pro município? E aí é muito complicado com relação a isso. [...] eu entendo que a gente precisa correr atrás de um emprego, porque é a lei de sobrevivência, a gente necessita disso, isso aí não tem nem como tirar, mas que fragmentou, sim, fragmentou demais o movimento de juventude.

E, por fim, uma quarta leitura converge no sentido de um questionamento que ganha projeção, pois se percebe que tais indivíduos, que se encontram agora desvinculados dos movimentos por conta de exigências práticas do mercado de trabalho, não prepararam outros quadros que pudessem lhe substituir no movimento. De tal modo que *“acabam que as pessoas saem do movimento e não formam novas lideranças, que é uma preocupação também enquanto juventude”*.

Ficou claro, para nós, no decorrer da pesquisa, o desconhecimento da entrevistada em se tratando de alguma ação do conselho ou mesmo no sentido do reconhecimento da familiaridade de suas dificuldades, visto sua ausência do cotidiano das discussões, portanto, tornando-se impossível se posicionar com conhecimento de causa a esse respeito. Também não conseguimos vislumbrar nenhuma informação sobre o conselho ou a respeito de sua composição, por parte da entrevistada, ficando evidente na negativa a respeito de seu conhecimento em torno da acessibilidade do conselho, tendo em vista desconhecer qualquer informação referente ao conselho. Ainda sugere, visando uma participação mais substancial da juventude no conselho, que seja revista a questão da representatividade, de quais as lideranças que compõem o conselho, além de uma melhor leitura a respeito da representatividade das diversas bandeiras dos movimentos de juventude que estão contemplados nesse espaço:

De alguma maneira, precisa rever a lista de quem são as lideranças da juventude hoje no nosso estado em si. Vê quem é que tá como liderança, acho que fazer aquele mapeamento, quais são as lideranças que a gente tem em João Pessoa e fazer esse contato, falta isso também. [...] precisa ser feito uma comunicação, que necessita ser feita uma comunicação trazendo pra juventude o que é que se tem, é importante, mas que não se tem, não se faz isso.

Mesmo desconhecendo o conselho e suas nuances, a entrevistada destaca que um conselho de juventude é importante, pois serve para “[...] trazer essa história da garantia, das políticas públicas pra juventude, como deve ser”. E destaca que as reivindicações das juventudes estão sendo pautadas na PJMP, nas discussões, nas ações que realizam não apenas no estado da Paraíba, mas em outros estados onde a PJMP atua; além da participação em espaços importantes, como as conferências e em parcerias com outros movimentos e instituições:

[...] trazendo muito a história da conferência, de como a gente pode está garantindo essas bandeiras de luta na conferência, se organizando com outros movimentos, com outras instituições. [...] A gente vai partilhando muito dessa maneira com outros movimentos e tentando resolver essas discussões partilhando, né?

No que diz respeito às políticas de juventude implementadas no município pelo poder público, afirma que existe, mas que muitas vezes não condiz na prática com o que é decidido na teoria. Até existe o reconhecimento da existência de algumas ações, de algumas políticas em si que dizem que são para o movimento, “[...] mas quando a gente vai pra ponta e vê, de fato não é viabilizado, é aquilo que o pessoal costuma muito dizer... no papel é uma coisa, quando vai pra teoria é outra”. O foco da PJMP hoje se concentra na questão de conhecer e formar os grupos de base. Ainda ganha destaque a preocupação quanto à inserção de jovens em grupos de igreja e que não passam por essa formação:

E aí a gente acaba sendo focado muito pela igreja em si. Que é uma preocupação também, porque aí muitas pessoas que estão dentro da igreja não param pra discutir questões políticas, não param pra vê que a igreja pode ter um trabalho fora das quatro paredes, então isso é uma avaliação também a se fazer enquanto movimento de juventude, em todos os movimentos em si, que é de sair das quatro paredes e aí acaba acontecendo de não conhecer as políticas no dia a dia.

Na relação do poder público com os movimentos juvenis, a leitura que ressalta, a partir da fala de nossa entrevistada, é que o período que teve de campanha foi um momento importante para que os movimentos apresentassem suas propostas e pontuassem a importância das políticas de juventude no município. Contudo, alguns jovens também são

cooptados, uma vez que são “alienados” e que não conhecem a política:

Então assim acaba pegando meio que essa juventude que não tá no movimento e às vezes aqueles que estavam inseridos no movimento social vão junto na perspectiva de propostas, porque precisam de um emprego. Então, tem muito isso também. Eu percebo muito dessa maneira, surgem propostas boas surgem, mas como fazer com que elas saem para além do papel e vá para de fato ter uma atuação, né?

Quanto à participação em instâncias institucionais, insiste em dizer que a PJMP não está participando desses espaços, com as ações se concentrando no grupo regional também:

Existem instâncias de juventude institucionais, mas a PJMP não tá na participação, enquanto movimento igreja em si, nós enquanto PJMP a gente não tá inserido nessa participação... por falta de tempo, pessoas, porque a gente tá num grupo muito pequeno, então assim cada um que tem que trabalhar, então não dar conta de ocupar outros espaços, que aí é uma perda muito grande pra gente enquanto movimento de igreja. Que a PJMP vem com um projeto tão bonito de perspectiva de mostrar que essa juventude é capaz, é uma juventude que vem da base, mas que pode alcançar outros espaços, de reconhecer-se nisso. E hoje, infelizmente, a gente tá com tão poucas pessoas e quem dá uma contribuição muito boa às vezes por ter sido cooptado pela gestão em si, não só aqui, mas em outros estados, acaba que não pode mais somar diretamente como somava e aí fragmenta demais o grupo.

Mesmo a PJMP estando bastante fragilizada devido aos motivos elencados acima, ainda assim, reconhecem a tentativa de se inserir em outros espaços de discussão, tais como o Fórum DCA, que mesmo numa discussão mais voltada à política da criança e do adolescente, o grupo conta com a presença de jovens adolescentes participando. Também estão presentes em movimentos parceiros, na Pastoral do Menor (PAMEN), AMAZONA, RECID. Além disso, a PJMP sempre realiza oficinas sobre temas importantes ligados à juventude, como as políticas públicas de juventude, como também sobre aspectos políticos e sociais da conjuntura atual.

Neste tópico, apresentamos a trajetória dos movimentos sociais juvenis que não fazem parte do Conselho Municipal de João Pessoa, como panorama das práticas participativas e de atuação da juventude na cidade de João Pessoa, a fim de perceber como estão se estabelecendo as reivindicações por direitos nestes espaços, quanto às políticas públicas direcionadas à juventude. No tópico a seguir vamos perceber como se configuram as demandas participativas da juventude pessoense, tanto a partir de uma linguagem institucional quanto junto aos movimentos sociais juvenis. Pretendemos, igualmente, problematizar a dinâmica de tais participações, dentro e fora do âmbito institucional do Conselho Municipal

de Juventude, percebendo como a juventude está reivindicando seus direitos e elencando sua participação.

### **3.4 Os conselhos como mecanismos de participação: os desafios do Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa/PB**

Nesta seção vamos destacar a relação da juventude, dentro e fora do conselho, com o processo de institucionalização do conselho; este debate será feito a partir das falas, dos contextos, das noções sobre políticas públicas, juventude e conselho. As análises serão feitas a partir do contraste das falas dos jovens entrevistados com a configuração do desenho do conselho em sua viabilidade política e participativa apresentando os meandros dessa relação com suas possibilidades e desafios. Ainda identificaremos quais outras formas de participação e mobilização das juventudes em outros espaços, institucionais ou não. Bem como, perceber a interpretação e apreensão que essas juventudes apresentam das noções até aqui constituídas.

Iniciemos por uma descrição de como aconteceram às entrevistas. Meu campo teve início quando me dirigi à Secretaria Municipal de Juventude a fim de solicitar a lista dos representantes do conselho de ambos os atores: institucionais e da sociedade civil. Apesar de já conhecer meu campo, pois venho trabalhando com a temática das relações do conselho desde a graduação, os funcionários da secretaria atualmente são outros, tendo em vista que a cada nova eleição novos funcionários são inseridos nos espaços institucionais. No entanto, não foi difícil conseguir a lista e com ela em mãos iniciei o contato pela coordenadora de juventude (pelo grupo do poder público) e com o então presidente do Conselho (pelo grupo da sociedade civil). O intuito de iniciar por eles primeiramente foi porque gostaria de confirmar os contatos restantes e para que eles me favorecessem certo respaldo para fazer o contato com os demais membros, explicando, junto aos mesmos, sobre minha pesquisa, se fosse necessário.

Como o presidente do conselho estava adoentado, iniciei minhas entrevistas com os membros do poder público, foram entrevistadas 05 (cinco) pessoas, sendo 04 (quatro) representantes do Conselho e o Secretário da SEJER. Depois realizei as entrevistas com os jovens dos segmentos da sociedade civil, foram 08 (oito) entrevistados, pois havia um segmento que estava em vacância. Ao todo foram realizadas 13 (treze) entrevistas. Como já destacado são 09 (nove) segmentos que existem no Conselho de Juventude, contudo, são 08 (oito) jovens que representam a juventude do município no Conselho de Juventude; são 07 (sete) homens e 01 (uma) mulher, numa média de 25,5 anos.

A princípio seriam entrevistadas apenas essas pessoas, porém após o contato com o campo de pesquisa percebi que seria necessário ampliar o foco dos entrevistados a fim de perceber as formas participativas da juventude fora do espaço do Conselho Municipal de Juventude, daí foram escolhidos dois grupos que não tiveram nenhum tipo de contato com o Conselho no município, grupos destacados no tópico anterior.

Na análise discursiva a seguir vamos subdividir as reflexões em quatro blocos, primeiramente vamos focar os perfis e trajetórias das juventudes presentes nos conselhos enfatizando a noção de juventude que esses jovens apresentam, bem como, identificar a percepção de juventude dos representantes do poder público entrevistados.

No segundo bloco, identificaremos a noção de políticas públicas que se destaca nas falas das juventudes e dos representantes do poder público. No terceiro bloco, terá como ênfase a discussão sobre participação no Conselho Municipal de Juventude, com enfoque para noção sobre os conselhos. E, por fim, no quarto bloco temos a pretensão de perceber quais as outras formas de participação da juventude e, sobretudo, como a juventude que não atua no conselho percebe suas ações e este espaço institucional.

### **Bloco 1. Perfil e trajetória – noção de juventude**

Para início de conversa, vamos identificar como os grupos identificam a noção de juventude em suas práticas e atuações. Temos como definição das juventudes, além de sua pluralidade, enfatizando suas multiplicidades e diferenciações a ideia de que ela se trata de uma construção social que apresenta múltiplas culturas juvenis.

Identificamos algumas importantes visões sobre o jovem que advém dos próprios jovens participantes do conselho de juventude, há destaque para uma juventude dispersa, que é capaz de romper normas e padrões consolidados, o jovem também é criatividade, energia, mas que está se tornando apática. Contudo, eles precisam ser “provocados”.

*Entrevistado 5.* A gente nota que a juventude é um pouco dispersa e a gente procura trazer a juventude para dentro para que ela possa somar e multiplicar mais ainda, [...] juntar a juventude e fazer aquela coisa grande ainda não se tem a totalidade [...] uma juventude que passa por preconceito e intolerância.  
*Entrevistado 10.* A juventude [...] está mais organizada, pelo que todos os segmentos estão organizados.

Dessa forma, podemos perceber que o enfoque da caracterização da juventude a partir da moratória juvenil nos permite entender que o jovem se utiliza da experimentação para conhecer a realidade social que está em constante construção, pois há uma abertura quanto à



criatividade e vivências, levando em conta a “moratória vital” de Margullis e Urresti (GROPPO, 2015) na possibilidade de diferenciações nas realidades sociais da juventude. (Capítulo 1).

*Entrevistado 11.* A juventude é peça fundamental para que a gente possa ter uma nação realmente entendedoras das coisas [...] essa dificuldade da juventude não quer participar dessas coisas, porque botam logo a questão política no meio.

Assim como, o jovem é sempre capaz de contestar os padrões e normas das gerações anteriores, tendo em vista as ideias de Groppo (2015) quando destaca como positiva essas diferenciações geracionais, onde se destaca o potencial renovador na juventude.

*Entrevistado 9.* Hoje cada dia mais os jovens já completam, já chegam na adolescência já cientes da sua sexualidade, antigamente não, eles ficavam meios que confusos porque eles eram oprimidos a isso, eles eram forçados a não pensar nisso ou eram forçados a adotar um quadro, uma normatividade, uma heteronormatividade que nem sempre pertencia a eles.

Outra característica da juventude diz respeito à ideia de Mannheim (1968) sobre a questão das “influências orientadoras do saber” para direcionar a juventude em suas ações e mobilizações. Como destaca o jovem entrevistado.

*Entrevistado 11.* Hoje, eu costumo dizer que a religião é um ponto muito forte. Nós temos aqui, independentemente, da questão da denominação religiosa, [...] são muitos unidos e falta justamente provocar esse povo, como eu fui provocado um dia, não só para a política de juventude, mas em outras políticas sociais da nossa cidade. [...] eu acho que tem que ter uma provocação, porque tem os grupos organizados, porém, eles têm que ser provocados para que eles se sintam valorizados.

Aqui destacamos como possibilidade desse incentivo de integração da juventude, a partir da fala do jovem acima, a instituição religiosa como influência que potencializa a ação da juventude. Destacam-se nessas percepções alguns aspectos com relação aos estudos críticos sobre juventude como “a valorização do potencial contestador da juventude, a ênfase na experimentação de papéis sociais e a desnaturalização da categoria juventude, mesmo quando se enfatiza primeiramente a sua criatividade e depois se destaca em contraste uma possível perda de mobilização.

*Entrevistado 9.* [...] sempre que tem qualquer tipo de evento ou de acontecimento em que os jovens estão inseridos a gente sabe que vai ter criatividade, e que vai ter força, grito, vai ter voz, então essa é a principal marca dos jovens, da juventude, [...] é a imaginação mesmo naquilo que se faz, a gente vê muito isso aqui né, e isso não está acontecendo, tem diminuído estrondosamente, essa mobilização que havia no passado [...] a

juventude que fez tanto efeito lá no passado não conseguiu fazer efeito agora, não conseguiu fôlego e isso está piorando a cada ano.

Além das interpretações sobre juventude advindas dos movimentos juvenis; em que a *entrevistada 14* acredita na potencialidade do jovem, apesar da mídia distorcer a visão sobre a mesma, como destacado no tópico anterior. E a *entrevistada 16* afirma que a juventude não se reconhece enquanto uma classe trabalhadora, pois acaba se rendendo ao apelo do consumista. A potencialidade juvenil que destaca a entrevistada é referente às manifestações ocorridas em 2015, e quanto a isso já foi destaque nesse trabalho que se caracteriza como uma nova linguagem da juventude como mote de mudanças e transformações históricas ao longo do tempo. (Capítulo 1).

Neste sentido, identificamos as visões dos jovens sobre a juventude, enfatizando que apesar de possíveis distorções da mídia ou uma aparente apatia, a juventude é percebida por sua ação e criatividade. Vamos ver como os representantes dos órgãos públicos percebem essa juventude.

*Entrevistado 1.* [...] quer dizer toda uma política onde a juventude ela vai ser assistida até pra que o Estado também desenvolva essa política de prevenção, né? [...] todo trabalho, todo trabalho... todo serviço prestado pra juventude também está sendo uma política de prevenção à segurança.

*Entrevistada 6.* [...] e a gente precisa chegar mais precisamente nessa juventude, nessa juventude que precisa do amparo de uma política pública.

Essas duas falas acima correspondem a ideia de Groppo (2015) quanto à teoria tradicional de que percebe a juventude como um desvio na funcionalidade, devido a isso, a juventude precisa ser “assistida” e “amparada” (Capítulo 1).

E como já debatido antes, há quem perceba a juventude como uma potencialidade para o futuro, tanto o debate acima quanto este se configuraram também ao longo da história com relação à juventude (Capítulo 1 e 2).

*Entrevistado 3.* Porque juventude é o futuro da nação, tem que ter uma preparação em todos os aspectos.

Contudo, ainda percebemos que mesmo num discurso institucional ainda tem espaço para que a juventude seja percebida por sua atuação autônoma, capaz de explicar àquilo que anseia. Sem deixar de notar que o mesmo entrevistado que percebe a juventude como desvio, ressalta sua autonomia, destacamos, dessa forma, uma confusão de entendimentos sobre a juventude.

*Entrevistado 1.* A própria juventude é que tem que indicar que tem que apontar quais as diretrizes para o poder público investir naquela área para

que possa sanar as demandas que a juventude tem, que a sociedade tem como política de juventude.

*Entrevistada 2.* Porque quando a gente fala movimento de juventude à gente fala das juventudes, porque as juventudes em si ela não se organiza só no movimento estudantil, ela se organiza na música, no teatro, no esporte, no movimento religioso. [...] a gente precisa considerar e ouvir a nossa juventude, o quê que ela anseia, o quê que ela espera construir e, de fato, fazer parte do desenvolver da nossa cidade.

Diante dessas falas, tanto dos gestores quanto dos próprios jovens, aparentemente, podemos observar que há certa confusão no que se refere ao entendimento sobre juventude. Pois ela é percebida ora como criatividade e potencialidade ora como um sujeito que necessita de auxílio e amparo, contudo, também se destaca uma visão tradicional e com pouca amplitude.

## **Bloco 2. Movimento social e Institucionalidade – noção de políticas públicas**

Em se tratando da noção de políticas públicas, precisamos inicialmente identificar nossa proposta de definição deste termo. A política de juventude direciona-se a um grupo específico da população que se caracteriza por idade, sendo assim faz parte das políticas segmentais. E para inserir a juventude em pauta pública é sempre necessário “disputar” espaços de direcionamentos das questões pertinentes das diversas juventudes (Capítulo 1).

*Entrevistado 5.* Eu acho que as políticas públicas de juventude do Estado são políticas meio paradas. Mais uma questão de status, a gente sabe que precisa de atuação. [...] E também os jovens que não estão preparados, tem que ter essa questão de preparar os jovens para construção das políticas públicas.

*Entrevistado 9.* [...] infelizmente as políticas públicas para a juventude em João Pessoa está parada! Parada, parada, parada, infelizmente, a gestão atual ela só tem feito atividades pontuais, coisas que não geram custo, que não exigem planejamento, não existe hoje em João Pessoa. [...] A gente não vê hoje, e se há, no mínimo, não há divulgação, a gente não está tendo conhecimento. Mas, hoje a implementação de políticas públicas para a população de juventude tem sido escassas, não está acontecendo.

*Entrevistado 10.* De forma favorável. Atualmente, nós tivemos centros de juventudes reformados e agora o novo parque da Lagoa que dar mais essa ajuda aos jovens.

*Entrevistado 11.* E, outra coisa é que pouco se divulga na própria imprensa. Eu acho que esses CRJ's deveriam ser mais divulgados e mapeados para que a juventude soubesse onde recorrer referente a determinados temas e políticas públicas que interessam a elas.

*Entrevistado 13.* O que a gente pode sugerir como políticas públicas para esse melhoramento?

Destas premissas podemos identificar duas importantes denúncias, se assim dizer, em se tratando da política de juventude está muito parada, ou seja, há uma percepção de que ela não está sendo implementada e outra que não é divulgada, inclusive essa denúncia foi recorrente em uma das entrevistadas dos movimentos juvenis (Capítulo 3). Contudo, também foi muito ressaltado a questão do aprendizado sobre as políticas públicas, partindo da premissa de que a política pública é construída socialmente, na perspectiva neo-institucionalista de que as identidades sociais constroem e re-constroem os processos políticos (Capítulo 1).

Além disso, ressaltamos uma fala que destaca a importância da política de juventude se configurar como uma política intersetorial, por se tratar de um grupo heterogêneo, a juventude precisa contar com uma gama de ações distribuídas em diversos setores institucionais.

*Entrevistado 6. [...] a política de juventude não é uma política fim a gente precisa atuar junto com essa intersetorialidade pra poder realmente a política de fato, de direito ela acontecer na ponta, dentro dos centros de juventude, acontece nas praças, nos centros de cidadania, enfim, nos mais diversos setores dessa sociedade.*

Neste sentido, resta-nos destacar que na transformação das sociedades se processa a presença e participação de diversos atores, sendo novos atores com diferenciadas percepções acerca de como fazer política e se apresenta muito a partir de espaços institucionais como o Conselho Municipal de Juventude. Sendo que tudo isso contribui para que a questão da participação se processe de forma mais eficaz e que garanta a possibilidade desses atores de integrar-se e influir na dinâmica e desenho de uma política pública.

### **Bloco 3. Conselho Municipal de Juventude – Relação sociedade-estado**

Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, temos algumas chaves de leitura e direcionamentos quanto ao que se propõe neste trabalho. Primeiramente identificar como se apresenta a participação da juventude no conselho; em segundo lugar identificar quais as questões do contexto sociopolítico ou do desenho do conselho que incide dificuldades de participação; e, por fim, identificar a relação do conselho na cidade com outros movimentos sociais juvenis que não fazem parte do conselho.

Como dito anteriormente, em se tratando da participação no conselho, em sua composição existem 09 (nove) segmentos que comportam as juventudes, atualmente 08 (oito) estão ocupadas. Contudo, não se tem notícias de que aconteçam reuniões periódicas,

ocorreram antes da realização da Conferência, no início de 2015 e depois não mais.

*Entrevistado 5.* Todas as reuniões... Como ano passado foi ano de conferência, tratava-se das organizações das “conferências”, o “abril para a juventude” que era uma atividade cultural muito importante que a gente tinha e nesse período estava se criando a Praça da Juventude ia lá no bairro da Indústria que também é aparelho muito importante para a juventude para esportivo... muito importante, espaço cultural para a capoeira e outros tipos de esportes e apresentações culturais.

Podemos perceber que além da conferência, as reuniões se concentram para realizar atividades que a secretaria já realizava antes da implementação do conselho.

*Entrevistado 5.* É... acontece com a participação de alguns segmentos da Juventude. [...] Sim, eles participam, só esse momento agora, como eu falei com a questão de pessoas trabalharem, pessoas estudam e tentam conciliar e aí a gente, tá tentando ver um horário possível no horário melhor para que a gente possa fazer esses jovens, de novo... para estar junto conosco.

Este quesito com relação ao horário faz parte do desenho do conselho que poderia não favorecer a outras juventudes e que, de fato, impede que outros jovens possam estar presentes, pois as reuniões acontecem em horário comercial de trabalho. Para boa parte da juventude, como enfatizado com as representações de movimentos sociais juvenis que não conseguem realizar atividades do próprio grupo por conta do horário ou falta de tempo e de pessoas se direcionando também a participação em reuniões do conselho (Capítulo 3). E boa parte dos que hoje fazem parte do conselho foi convidada a apresentar determinado segmento que estava em vacância.

Também destacamos a respeito da importância que a juventude percebe diante do conselho.

*Entrevistado 8.* Na minha opinião, seria um ferramenta para estar aliado junto com a prefeitura para a gente lutar pelo segmento que cada um representa, por exemplo, o movimento LGBT, segmento Étnico Racial, na área Desportiva, a gente sempre tenta buscar o interesse em si daquela área. Por isso fazíamos reunião, para fazer reunião para organizar e fazer e mostrar que a população realmente tem interesse, em querer colocar a coisa para frente, né?

*Entrevistado 9.* Olhe, o Conselho de Juventude no Município de João Pessoa, por exemplo, é primordial, é importantíssimo, a gente poder garantir que está sendo feito algo pela população de juventude, pelos jovens de João Pessoa, apesar de no momento não estar acontecendo quase nada. Mas, isso não tem preço, é importantíssimo, a gente precisa correr atrás, a gente precisa garantir pra população de juventude emprego, renda, habitação, a gente precisa produzir tudo isso e garantir, [...] A gente está buscando isso também, lutar por isso, a garantia de emprego, a garantia de esporte, a garantia de cultura para a população jovem e isso só acontece graças a um conselho,

porque se não existir o conselho a gestão ela vai fazer aquilo que ela acha que é melhor fazer, aquilo que é mais barato, aquilo que é mais rápido, aquilo que vai dá visibilidade para a Prefeitura, e o conselho, ele está ali pra barrar isso, o conselho ele ta ali pra fazer o que realmente de fato vai promover a cidadania da população jovem, essa é a importância do conselho.

*Entrevistado 10.* Para direcionar e administrar o que é feito para a juventude. Não adianta vim algo que a juventude não vivencia. O conselho municipal está para isso, para dizer que nossa juventude é essa, o que a nossa juventude reivindica é isso, a gestão municipal tem que estar mais perto dos jovens, saber o que os jovens necessitam para que seja investido naquilo que realmente necessário e não que acha que é necessário. É isso que o conselho municipal de juventude estar para direcionar e administrar as políticas, os investimentos que veem para a juventude.

*Entrevistado 11.* Eu acho o seguinte: o Conselho Municipal de Juventude existe para poder fazer a cobrança do poder público. Eu sempre tenho dito que os conselhos, independentemente, de ser da Assistência Social, da Juventude e do Idoso tem que está empoderado para fiscalizar e cobrar as ações da parte pública. Por isso que existe essa paridade de público com a sociedade civil. Para que existe um diálogo, um acordo, para que as políticas sejam realmente exercidas.

#### **Bloco 4. Outros espaços de participação**

No que se refere a outros espaços de participação, destacamos a ideia deste trabalho sobre as interfaces socioestatais, tratando-se de um espaço institucional, tal como o Conselho Municipal de Juventude, que possibilita as interações entre diferentes atores em um intenso diálogo que pode resultar em ações políticas coletivas ou individuais (Capítulo 1). Houve a indicação de participação em variados conselhos – Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho de Segurança Alimentar, Conselho do Idoso, Conselho da Saúde, Conselho da Assistência Social; em audiências na Assembleia e na Câmara Municipal; em debates das conferências. Assim como, dos espaços indicados pelos entrevistados alguns são espaços não-institucionais. Mas, também estão sendo reivindicadas as pautas da juventude em outros movimentos sociais (de mulheres, dos negros, estudantil, LGBT, sindical), associações civis e partidos políticos.

*Entrevistado 5.* Assim como o movimento LGBT a gente procura sempre várias outras cadeiras, vai a outros conselhos não só conselhos, mas também outros movimentos. [...] na Assembleia, na Câmara Municipal que estamos discutindo, para que estão discutindo.

*Entrevistado 9.* Sim, ele faz parte do conselho municipal de João pessoa de LGBT, ele faz parte do Conselho de Segurança Alimentar, por enquanto só. [...] Através dos grupos de movimento estudantil, acho que eles são as

grandes colunas do movimento de juventude hoje é o movimento estudantil, porque a gente busca as mesmas coisas. [...] Que se você vai no movimento sindical você vai encontrar a juventude lá, se você vai num partido político você vai encontrar a Secretaria de Juventude lá, se você vai no movimento LGBT tem a juventude lá também.

*Entrevistado 10.* Escolas. Através de programas sociais que as escolas aderem e, também associações comunitárias, ONG's que procuram fazer parceria com o conselho municipal de juventude. [...] Sim. Se faz presente, sim. Sessões ordinárias da Câmara de João Pessoa, em eventos de outros municípios, de outros estados e congressos nacionais.

*Entrevistado 11.* Ela tem participado. A gente tem visto dentro de alguns espaços, em alguns conselhos, de algumas redes de Assistência Social, da Saúde e da Educação. A participação da juventude. [...] Mas temos representação no Conselho de Assistência Social, no Conselho do Idoso, como no da Criança e do Adolescente. São os conselhos que a gente participa e, também o Conselho de Saúde.

*Entrevistado 13.* No nosso caso, a gente não limita única e exclusivamente aos conselhos e as reuniões dos conselhos e as práticas do conselho. Movimentos sociais, caminhadas, projetos sociais, entre vários outros. A gente tenta está ali... Audiências públicas. A gente tenta se fazer presente.

Diante disto, podemos perceber que a participação da juventude pode acontecer de diversas maneiras e, sobretudo, em âmbitos diferenciados, seja institucionais ou sociais. Contudo, enfatizamos que é necessário que a juventude esteja presente em instâncias institucionais a fim de pautar suas demandas e anseios e para que sejam transformadas em ações políticas. Quanto ao poder público, seus representantes destacaram como instâncias em que a juventude está participando; outros conselhos, nas Assembleias e Câmaras Municipais, no Orçamento Público. Em espaços que já são da política de juventude como nos Centros de Referência da Juventude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar aspectos sobre a participação no Conselho Municipal de Juventude da cidade de João Pessoa com o objetivo de perceber a influência do contexto sociopolítico local e do desenho institucional que estrutura esse espaço visando um ordenamento social e político das práticas do conselho buscando se apresentar como um espaço participativo e democrático, assim como, se buscou analisar o papel do conselho frente a outros espaços de participação, nos termos de Pires e Vaz (2014), esses espaços denominam-se como interfaces socioestatais, percebendo as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais juvenis em suas trajetórias participacionistas na cidade, tomando como referência o Conselho Municipal de Juventude.

A definição de políticas públicas que adotamos neste trabalho se refere às políticas de juventude como políticas segmentais, pois se trata de um segmento da sociedade aqui destacando este grupo pela idade, a saber, a juventude. Ainda concordamos que para se garantir que a pauta juvenil chegue aos espaços institucionais é preciso participar de espaços de disputa que tratam da política das diversas juventudes, esses espaços se referem à agenda política, tendo em vista se destacar como lugar privilegiado de disputas entre atores políticos e sociais para elencar suas demandas e direcionar as principais questões pertinentes de atuação.

Das análises elencadas situamos o debate das políticas públicas de juventude em alguns modelos discutidos no capítulo 1 deste trabalho. Como o modelo de arenas políticas que seguiu o mesmo processo como a divulgação de indicadores sociais, culturais e políticos que serviu de motivação e arcabouço para formulação das políticas públicas antes da constituição da política em si. O segundo processo diz respeito a eventos que se destacaram como a morte do índio Galdino (Capítulo 2) que incitou o interesse e a preocupação com o segmento juvenil. Dentro do estudo realizado sobre a juventude brasileira se percebeu importantes informações do quanto o estado precisa ainda viabilizar de políticas para a juventude, configurando como o terceiro processo do modelo de arenas políticas.

Houve muitos eventos que fizeram com que a pauta juvenil fosse levada em consideração pelo poder público em sua agenda governamental, sendo necessárias muitas reivindicações e lutas políticas no âmbito governamental, tendo como ator principal os jovens dos diversos movimentos de juventude.

Na noção de políticas públicas, sobretudo, relacionada à juventude, destaca-se que não está sendo implementada, pois a juventude não percebe suas ações. Contudo, há uma



preocupação na efetividade desta política, tendo em vista que se caracteriza como ferramenta fundamental de diminuir as desigualdades e as formas hegemônicas de políticas públicas calcada numa ideia distorcida de que a juventude é um “problema” que precisa ser contido. E isto resulta num afastamento da juventude do âmbito institucional e uma procura por espaços não-institucionais e, sobretudo, espaços de cunho religioso a fim de encontrar um espaço onde essa juventude seja acolhida em seus anseios e demandas

Neste cenário contemporâneo vislumbramos novos atores sociais que se apresentam com novos estilos e comportamentos, a juventude em sua expressão nos movimentos sociais tem essa singularidade, pois ela potencializa as ações e suas confrontações evidenciam a construção de novos arranjos institucionais, referindo-se principalmente aos Conselhos Gestores direcionados ao público jovem. Contudo, o ator social que é o jovem pertencente aos movimentos sociais não identifica no Conselho de Juventude um espaço que o motive a participação, pois apresenta uma institucionalidade arcaica e que não condiz com o dinamismo das práticas da juventude, dessa forma, esse jovem não se interessa por este modelo de institucionalidade e por esse motivo não prioriza sua participação neste espaço.

No que se refere à ideia sobre juventude destacamos a percepção da juventude como um construto social e político que é entendida em sua multiplicidade e constituições diferenciadas enfatizando-as em sua pluralidade nas diversas juventudes. Assim como, não há uma única cultura juvenil, pois a juventude apresenta variadas vivências ou conformam aspectos sociais e culturais, podendo transformar não só a si, mas toda uma sociedade. Concordamos com Abramo (1997) quando sugere uma desconstrução da percepção da juventude que está presente na sociedade e nas instituições, pois o jovem deve ser percebido como *sujeitos de direitos* para que se processem suas potencialidades, inclusive políticas, através da participação e da autonomia.

De modo geral, ressaltamos a importância das teorias críticas para o estudo das juventudes, tal qual nos aponta Groppo (2015), pois elas contribuem para um novo entendimento sobre as diversas juventudes. Alguns dos direcionamentos valorizam a capacidade contestatória da juventude, bem como ressaltam a experimentação como algo positivo a compor sua singularidade nos diversos espaços da sociedade. A evidenciação da construção social, política e histórica da categoria juventude, se distanciando de uma vertente naturalista e tradicional sobre os aspectos que permeiam a juventude, além de considerar suas especificidades, sobretudo, nos aspectos culturais.

Este novo olhar sobre a juventude possibilita perceber uma nova configuração de

linguagem inaugurada e que se apresentam em novas formas contestatórias, como as manifestações ocorridas em 2013 e as ocupações em 2015. Ressaltamos, assim, uma estreita ligação das ideias de Mannheim (1968) quando considera essas ações a um potencial transformador da juventude, pois se apresentam como novas configurações e políticas ascendendo em nossa sociedade.

No que se refere à noção de juventude, nas falas dos entrevistados percebemos variadas identificações, tanto da própria juventude quanto do poder público, por um lado a juventude é criativa e cheia de energia capaz de questionar os padrões e normas consolidados no intuito de novas formas societárias, por outro, é indiferente e necessita de auxílio e direcionamento. Há destaque, sobretudo, para a ideia educacional e de desenvolvimento de aprendizagens a fim de fortalecer o potencial renovador e transformador da juventude. Precisamos questionar quanto às instituições que podem se responsabilizar por essa aprendizagem, se destaca direcionamentos para instituições políticas, educacionais e, sobretudo, religiosas

Ainda na discussão sobre juventude destacamos uma nova interpretação do protagonismo juvenil sugerida por Souza (2006) quando ressalta o “jogo” de palavras e interpretações de termos que cercam a juventude em instâncias participativas e institucionais. Partindo da ideia de ator social como um indivíduo que pertence a um grupo social e tem sua capacidade de comunicação e negociação em contextos e situações que objetivem alcançar seus propósitos e da coletividade, ela destaca que esse termo acompanha as práticas protagonistas da juventude com poder de decisão sobre os direcionamentos individuais e coletivos. E o artifício linguístico se processa quando não definem o protagonismo juvenil como uma forma de atuação positiva e autônoma, ao contrário disso, utiliza o discurso em volta deste termo para processar novas formas de desigualdade e injustiça, gerando situações e condições de maior vulnerabilidade da juventude.

Nesta discussão sobre a questão do *protagonismo juvenil* podemos identificar uma concordância com a visão que Souza (2006) destaca sobre o *protagonismo juvenil*, uma vez que os jovens se apresentam no Conselho Municipal de Juventude apenas como formalidade de execução da política no município, é com caráter instrumental que essa juventude se apresenta para preencher uma vaga no conselho e participa de suas demandas, que já delineadas por todo o ano, estejam à juventude presente ou não. Dessa forma, essa juventude não está na reconfiguração protagonista proposta pela própria Souza (2006), quando esta enfatiza que é preciso que haja uma reformulação deste termo para que a juventude seja

percebida e de fato se identifique enquanto *sujeitos de direitos*.

Os termos se misturam e se entrelaçam num emaranhado de discursos e noções, mas carregam consigo o poder de realizar profundas transformações sociais, contudo, é preciso escapar das formas hegemônicas que buscam apenas a manutenção do *status quo* e ir além do que o discurso quer demonstrar. Concordamos com a visão de que através do *protagonismo juvenil* haja possibilidades de que a juventude atue de forma autônoma e independente, contudo, é preciso ressignificar as formas participativas no sentido de que é ocupando os espaços institucionais que a juventude poderá ter *voz* para que seus anseios e desejos se transformem em efetivas e verdadeiras políticas públicas, sem esquecer-se da ação política e da contestação e mobilização social.

E é neste sentido que essa juventude, uma vez estando nesse espaço institucional do Conselho de Juventude perceba a participação como uma farsa, um ajuste procedimental, onde esses jovens, de fato, não conseguem deliberar e/ou normatizar sobre a política de juventude e, diante disto, não considere importante ou relevante sua participação nesse espaço, já que todos os “eventos” de juventude acontecem com ou sem sua participação.

É neste debate que chegamos até os Conselhos Gestores, que se configuram como espaços importantes que se constituem por atores da sociedade civil e do poder público a fim de atuar sobre a construção e formação de políticas públicas, em nossa pesquisa há destaque para o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Juventude. O conselho de juventude de João Pessoa é um órgão autônomo que ordena a política do município, configura-se por atores da gestão municipal e de movimentos sociais juvenis que atuam na cidade.

No que se refere ao Conselho Municipal de Juventude destacamos que a juventude afirma participar e colaborar, especialmente aqueles e aquelas que dele fazem parte. Contudo, não identificamos reuniões periódicas ou regulares que se instituem os direcionamentos da política de juventude. Há uma percepção equivocada do que seja o conselho e qual seu verdadeiro objetivo, como se o conselho ganhasse forma e conseguisse realizar as ações de forma autônoma. O que percebemos é que há uma repetição de eventos e acontecimentos que se realizam todos os anos, tendo sujeitos a compor o conselho ou não. Esta forma de conceber o Conselho de Juventude também caba por reforçar a ideia de participação formalizada e pouco autônoma da juventude, tendo em vista que seu escopo deliberativo é mínimo e um exemplo disto está na realização dos eventos que se repetem anualmente.

Ainda analisando os aspectos pertinentes do conselho destacamos algumas questões sobre o desenho do Conselho de Juventude que pode incidir sobre a participação da juventude

neste espaço. Um primeiro aspecto diz respeito à entrada das organizações neste espaço, um dos critérios, segundo o Regulamento do mesmo, é que as organizações precisam ter 03 (três) anos de atuação sistemática para que pudesse ocupar algum assento no Conselho. Dessa forma, podemos perceber que não é qualquer organização de juventude que pode participar do conselho, tem que apresentar atuações permanentes no município e demonstrar que representa àquele seguimento de organização. Disto posto, percebemos que o Conselho apresenta importante entraves em sua composição do desenho que impede uma efetiva participação e, conseqüentemente, impacta nas deliberações que o Conselho precisa encaminhar.

Um fato importante sobre a participação da juventude, identificada durante a pesquisa, foi à preocupação das organizações juvenis em estarem ocupando lugares de representatividade, sobretudo, conselhos para viabilizar demandas políticas. Contudo, identificando as interfaces socioestatais destacadas por Pires e Vaz (2014) percebemos que além dos conselhos, como já apresentado acima, a saber, o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho de Segurança Alimentar, o Conselho do Idoso, o Conselho da Saúde, o Conselho da Assistência Social; também em audiências na Assembleia e na Câmara Municipal e em debates das conferências.

A preocupação que se coloca sobre a participação social da juventude diz respeito ao questionamento quanto ao futuro da democracia e do desenvolvimento pleno das sociedades em toda América Latina. Entretanto, todo este debate suscita alguns questionamentos, como onde estão ocorrendo às novas formas participativas da juventude? E este debate não se encerra neste trabalho é preciso buscar identificar as novas formas participativas da juventude, tendo em vista o problema da representatividade, pois os canais de participação política da juventude e destaca por um novo prisma. Isso se deve ao fato de que será essa juventude que definirá os rumos de possíveis mudanças ou continuidades das sociedades, bem como a juventude será o mote de realização de transformações e rupturas com formas tradicionais presentes nas instituições, destacamos neste debate o grande problema de renovação de quadros de liderança que perpassa a questão da juventude. Dessa forma, percebemos o quão é importante essa reflexão e esse diálogo tendo em vista que é a partir desses debates, que suscitam a provocação e o embate positivo entre o que experimentamos do que conhecemos do passado e as novas formas organizativas dos novos sujeitos e novas formas institucionais que se destacam no presente e que cabe a esta juventude a construção, re-construção ou manutenção desses canais participativos e deliberativos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Nº05. 1997.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventude, juventudes**: pelos outros e por elas mesmas. In. ABRAMOVAY, Miriam (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. 1ª. Ed. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

ALVES, Renan do Prado; SOARES, Alessandra Guimarães. **Considerações acerca das análises de políticas públicas**: o modelo de coalizões de defesa. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas – RP3. Edição nº 06 – 1º Semestre de 2015.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; CALMON, Paulo Carlos do Pin; CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana. **Coalizões de Advocacia**: levantamento das teses e dissertações nacionais. Série Textos de Discussão CEAG/UnB. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública – CEAG. Brasília, 2014.

ASTEIAS – Associação de trabalho em educação, intervenções e ações solidárias. **Cartilha do curso de capacitação sobre conselhos municipais de juventude** – Juventude Paraíba: construindo mecanismo de participação e controle social das políticas públicas de juventude. João Pessoa/ PB, 2009.

AVRITZER, Leonardo. NAVARRO, Zander. (Orgs). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Participatory Institutions in Democratic Brazil**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.

BACELAR, Tânia. **As políticas públicas no Brasil**: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). *Políticas Públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BORBA, Julian. **Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação**. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Conferência Nacional de Juventude**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. – Brasília: SNJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. **Conselhos de Juventude: Fortalecendo diálogos, promovendo direitos**. Brasília, CONJUVE, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Juventude. **Pacto pela Juventude**. A cidade que a juventude quer: com desenvolvimentos, direitos e participação/ Conselho Nacional de Juventude. – Brasília: CONJUVE, 2008

\_\_\_\_\_. **Congresso promulga a PEC da juventude**. Congresso Federal, Brasília, 2010. Disponível em <<https://primeira-edicao.jusbrasil.com.br/politica/5251001/congresso-promulga-pec-da-juventude>> Acesso em: 08 de mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude. **Cartilha Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude: **Balanco da gestão 2011-2014**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRENNER, Ana K.; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo C. R. **A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil**: Processos sociais e propostas políticas. In: *Revista de Estudos sobre Juventud - JOVENES*. 9ª Ed. n. 22. México, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

\_\_\_\_\_. BRASIL, Felipe Gonçalves. **Análise de políticas públicas**. Novos Estudos. Março/2005.

CASTRO, Mary Garcia. **Vocábulos – Protagonismo Juvenil**. In. \_\_\_\_\_. [et al] *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecon, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

COMERLATTO, Dunia. *Et al.* **Gestão de Políticas Públicas e Intersetorialidade**: diálogo e construções essenciais para os Conselhos Municipais. *Revista Katálysis*. Florianópolis, jul./dez. 2007.

CORTES, Soraya Vargas. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. São Paulo: Lua Nova, 2012.

\_\_\_\_\_. Sociologia e Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (Orgs) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O Adolescente como protagonista** (Texto 3). In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Protagonismo juvenil: caderno de atividades**. – Brasília:

Ministério da Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo**, 2007. Disponível em: [http://www.institutoalianca.org.br/Protagonismo\\_Juvenil.pdf](http://www.institutoalianca.org.br/Protagonismo_Juvenil.pdf)

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940- 1980)**. Dissertação (Mestrado em História Social) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.18. Nº51. 2003.

FARIA, Cláudia Feres & RIBEIRO, Uriella Coelho. **Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo**. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Nº21. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. Revista Ciências Sociais Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan/abr. 2006. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/6008](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008).

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 110 p.

GROPPO, Luís Antônio. **Dialética das Juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do Cogeime. Ano 13. nº 25, dez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes**. In: GROPPPO, Luis Antonio, SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo. (Orgs.) Florianópolis: UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis**. Revista Em Tese, Florianópolis: v.12. nº 01, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil do Município de João Pessoa/PB**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Acesso feito em 19 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013\\_perfil\\_joao-pessoa\\_pb.pdf](http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf)

JESUS, Neusa Francisca; SOUZA NETO, João Clemente de. **Protagonismo Juvenil e as Novas Formas de Socialização** (Aula 4). UNESCO, Prefeitura de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://dialogossocioeducativos.files.wordpress.com/2017/05/aula-4-participac3a7c3a3o-e-protagonismo-do-adolescente1.pdf>

JOÃO PESSOA. **Lei nº 11.820**, de 11 de Dezembro de 2009. Cria o Conselho Municipal de Juventude – CMJ. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2009/1182/11820/lei-ordinaria-n-11820-2009-cria-o-conselho-municipal-de-juventude-cmj-revoga-a-lei-n-1652-de-06-de-fevereiro-de-2007-e-da-outras-providencias>

KAYANO, Jorge; TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; **Saúde: controle social e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 120p. – (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; Caderno 29)

KEHL, Maria Rita. **A juventude como sintoma da cultura**. In. NOVAES, Renata; VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: Sulamita Britto (org.). *Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-94, 1968.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro Aprendizados a partir das políticas urbanas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e desenho institucional: uma proposta para a concepção de mecanismos participativos**. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, n. 2, mai/ago 2010.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Breve História dos Movimentos Sociais no Brasil**. *Consciência Política – dedicado à informação e estudos políticos*. Jacareacanga, Parintins-AM, 2015. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/movimentos-sociais/>

MORAES, Renildo Lúcio. **Participação Juvenil na construção das políticas públicas de juventude em Santa Rita**. Goiânia, 2009.

MOTA, Gláucio Luiz. **Políticas de Juventude – Contexto e gestão pública**. Anais do II Seminário de Ciências Sociais Aplicadas [recurso eletrônico]: desenvolvimento rural e urbano em suas diversas perspectivas, 15 a 17 de maio de 2010. – Criciúma, SC: Ed. UNESC, 2010.

NOVAES, Regina. **Políticas de Juventude no Brasil: continuidades de rupturas**. Registro Juventude Wordpress, 2005. Disponível em: <https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/2005-polc3adticas-de-juventude-no-brasil-continuidades-e-rupturas.pdf>

OLIVEIRA, Geziane do Nascimento. **Participação e Juventude: Um estudo sobre o Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa/ PB**. Graduação (Monografia em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. *Rev. Análise Social*. Vol. XXV, 1990.

PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011.



\_\_\_\_\_. VAZ, Alexander. **Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal**. Lua Nova, São Paulo, 93: 61-91, 2014.

REIS, Elisa P. **Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.18. Nº51. 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. **Política e Juventude: o que fica da energia**. In. NOVAES, Renata; VANNUCHI, Paulo (Orgs). Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.02, 1998.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Sistematização: os conselhos de gestão no contexto internacional**. In: CARVALHO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. (orgs) Conselhos gestores de políticas públicas. São Paulo: Pólis, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. História: Debates e Tendências, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/2947>

SILVA, Gustavo Tavares da. **Políticas Públicas e Intersetorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado**. Cadernos Metrópole 19. 1ºsem, 2008.

SILVA, Rosemary Marinho da. **Juventudes e ações protagonistas**. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. Tecendo a Cidadania e construindo a Cultura de Paz: Juventude GerAção da Paz. João Pessoa: Ideia, 2007.

SILVA, Isaac Alexandre da. **Juventude e Cidadania na perspectiva da educação popular: contribuições e limites da PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil: história e organização**. APEB-FR - Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França, 2008. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofciati.pdf>

\_\_\_\_\_. **Juventude e Políticas Públicas: os governos de FHC e LULA Sistematização de processo de investigação GT 22 “Sociologia da Infância e da Juventude”**. Acta Científica XXIX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2013. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT22/GT22\\_MunhozSofciati.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT22/GT22_MunhozSofciati.pdf)

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.18. nº 51, 2003.

\_\_\_\_\_. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto.

(Org.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. **Apresentação do dossiê – A sociedade vista pelas gerações**. Revista Política e Sociedade. nº 08, 2006.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Comentando as classificações de políticas públicas**. Revista Cronos, Natal-RN, v.11, nº 01, jul/ago, 2010.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo juvenil**: o discurso da juventude sem voz. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 1-28, 2009.

\_\_\_\_\_. **O fim do protagonismo juvenil e o retorno à ação política**. Entrevista especial. Por: Patrícia Fachin. Instituto Humanitas Unisinos – IHU: São Leopoldo/RS, 31 Maio 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/568183-o-fim-do-protagonismo-juvenil-e-o-retorno-a-acao-politica-entrevista-especial-com-regina-magalhaes-de-souza>

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa**: Aprofundando o Debate. Revista Sociologia Política, Curitiba, 25, p. 209-213, nov. 2005.

TAVARES, Alexsandra. **Pesquisa do IBGE mostra que renda média da Paraíba ficou abaixo do mínimo**. João Pessoa: Jornal da Paraíba, 2016. Acesso feito em 19 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/noticia/166928\\_pesquisa-do-ibge-mostra-que-renda-media-da-paraiba-ficou-abaixo-do-minimo](http://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/noticia/166928_pesquisa-do-ibge-mostra-que-renda-media-da-paraiba-ficou-abaixo-do-minimo)

TEIXEIRA Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade**. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf), 2002

UNESCO, **Políticas Públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VAZ, Alexander Cambraia N. **Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos**: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil*: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

VIANA, Ana Luiza. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. RAP Rio de Janeiro, 1996.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa. **A Análise de Políticas Públicas na Perspectiva do Modelo de Coalizões de Defesa**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 19, n. 1, p. 77-90, jan./jun. 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007**. Rede de

Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Brasília, 2007.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência**: homicídios por armas de fogo, 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); FLACSO Brasil, 2016.

## **ENTREVISTAS**

Entrevista 01.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, junho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 02.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, junho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 03.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, junho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 04.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, junho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 05.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 06.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 07.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 08.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 09.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 10.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 11.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 12.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 13.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, julho. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

### **Retorno ao campo**

Entrevista 14.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, novembro. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 15.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, novembro. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

Entrevista 16.2016. Entrevistada por Geziane do Nascimento Oliveira, novembro. João Pessoa, arquivos da pesquisadora.

### **LEIS**

LEI Nº 11.129, de 30 de Junho de 2005 que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.

PEC Nº 65, de 13 de julho de 2010 – Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

LEI Nº 11.692, de 10 de Junho de 2008. – Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Integrado.

Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

LEI Nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013 – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

LEI Nº 9.230, de 21 de setembro de 2010 – Institui o Estatuto Estadual de Juventude no âmbito do Estado da Paraíba.

DECRETO Nº 32.302, de 29 de julho de 2011 sendo revogado pelo DECRETO Nº 35.743 de 04 de Março de 2015. Institui o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Juventude no âmbito do Estado da Paraíba.

LEI Nº 11.003, de 17 de Abril de 2007 – Cria a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação – SEJER.

LEI Nº 11.820, de 11 de Dezembro de 2009. – Cria o Conselho Municipal de Juventude – CMJ.

### **SITES**

- Página oficial da Juventude do Governo Federal – <http://www.juventude.gov.br/>
- Portal da Juventude – <https://www.juventude.gov.pt/Paginas/default.aspx>

- Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) –  
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/secretaria-nacional-de-juventude>
- *Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)* – [www.juventude.gov.br/conjuve/](http://www.juventude.gov.br/conjuve/)
- Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba (SEJEL) –  
<http://paraiba.pb.gov.br/juventude-esporte-e-lazer/>
- Portal Juventudes Paraíba –  
<https://zeoserver.pb.gov.br/portaljuventudepb/juventudespb/juventudespb>
- Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação de João Pessoa/ PB (SEJER) –  
<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sejer/>
- Pacto pela Juventude – <https://pactopelajuventude.wordpress.com/>

## APÊNDICE

### 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO

#### **Bloco 1. Perfil/ trajetória**

- 1.1. Nome/ idade/ sexo/ escolaridade/ profissão
- 1.2. História de atuação.
  - 1.2.1. Como você se interessou pela temática das políticas públicas de juventude?
  - 1.2.2. Desde quando atua nesse campo de (temática de juventude)?
  - 1.2.3. Como conheceu esse grupo?
  - 1.2.4. O que levou você a se aproximar desse grupo?
  - 1.2.5. Como entrou no grupo?
  - 1.2.6. Quais funções que você já exerceu no grupo?
  - 1.2.7. E hoje, o que você faz no grupo?

#### **Bloco 2. Movimento/ entidade**

- 2.1. Qual a história de formação do grupo?
  - 2.1.1. Há quanto tempo estão atuando?
  - 2.1.2. Como foi a criação do grupo?
  - 2.1.3. Em que contexto o grupo foi criado?
  - 2.1.4. Quais as bandeiras de luta quando surgiu o grupo?
  - 2.1.5. Modificaram-se com o tempo?
  - 2.1.6. Quais as bandeiras de luta hoje?
- 2.2. Qual a organização interna do grupo?
  - 2.2.1. Quem são os coordenadores/ diretores do grupo?
  - 2.2.2. Como é feita a escolha dos diretores?
  - 2.2.3. Quanto tempo é o mandato?
  - 2.2.4. Como você foi escolhido para representar o grupo no conselho?
  - 2.2.5. Houve votação ou foi indicação?
- 2.3. Quais ações o grupo já realizou que você considera mais significativas?
- 2.4. Como tem sido a parceria do grupo, com:
  - 2.4.1. ONGs;
  - 2.4.2. Movimentos Sociais;
  - 2.4.3. Poder Público;
  - 2.4.4. Empresas.
- 2.5. Quais são os grupos que trabalham em temáticas parecidas, àqueles que você identifica como parceiros, que são companheiros frequentes de bandeiras de luta?
- 2.6. Como o grupo sente o movimento de juventude na cidade?
  - 2.6.1. Com o grupo sente a situação atual em relação a sua história recente?
  - 2.6.2. Como o grupo pauta a participação de representantes em espaços do poder público, tais como o conselho?

#### **Bloco 3. Conselho Municipal de Juventude**

- 3.1. Seu grupo acompanhou o processo de formação e implementação do conselho?
- 3.2. Se sim;
  - 3.2.1. Como o grupo ficou sabendo do processo de formação do conselho?
  - 3.2.2. Como foi a participação do grupo nas plenárias para formação do conselho?
  - 3.2.3. Como foram as plenárias de escolha dos representantes da sociedade civil?
  - 3.2.4. Como se deu o processo de implementação do conselho?
  - 3.2.5. Quais as dificuldades e os impasses desse processo?

- 3.3. **(Pergunta específica)** *Porque no segmento ao qual seu grupo faz parte, ficou a suplência em vacância? Saberá dizer algo a respeito?*
- 3.4. Se não;
  - 3.4.1. Como seu grupo ficou sabendo do processo de participação no conselho?
- 3.5. Quando acontecem as reuniões do conselho?
- 3.6. Qual a frequência dos representantes por segmentos?
- 3.7. O que se discute nessas reuniões?
- 3.8. Como se organiza as demais reuniões?
- 3.9. Como se organiza o conselho atualmente?
- 3.10. Como era a organização do conselho na gestão municipal anterior?
- 3.11. O que mudou com a nova gestão municipal?
- 3.12. Em sua opinião, pra quê existe um conselho de juventude no município?
- 3.13. Em sua opinião, onde têm sido pautadas as reivindicações da juventude no município? E por quê?

#### **Bloco 4. Relação: Sociedade civil e Estado**

- 4.1. Como o grupo percebe a atuação do Estado na implementação das políticas de juventude?
- 4.2. Como o grupo percebe a relação do poder público com a sociedade civil no município?
- 4.3. Como você avalia os espaços de participação da sociedade civil nas esferas públicas municipais?
- 4.4. Quais outros espaços você identifica que a juventude pode ter um contato com o poder público, além do conselho?
- 4.5. Que outros espaços institucionais o grupo também faz parte? E por quê?

#### **Bloco 5: Encerrando a entrevista**

- 5.1. Quem você acharia interessante para eu conversar mais sobre o conselho, que possa me dar mais informações à respeito?
- 5.2. Gostaria de saber se posso voltar a lhe procurar novamente para esclarecer mais algumas informações quanto à entrevista?
- 5.3. Provavelmente irei precisar lhe procurar novamente. Como podemos fazer?

## **2. ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PODER PÚBLICO**

### **Bloco 1. Perfil/ Trajetória**

- 1.1. Nome/ idade/ sexo/ escolaridade/ profissão
- 1.2. História de atuação.
  - 1.2.1. Como você se interessou pela temática das políticas públicas de juventude?
  - 1.2.2. Desde quando atua nesse campo (Temática de Juventude)?
  - 1.2.3. Como iniciou suas funções no Estado?
  - 1.2.4. Quais funções você já realizou?
  - 1.2.5. Como você chegou ao seu cargo atual?

### **Bloco 2. Secretaria/ Coordenadoria**

- 2.1. Quais as atribuições do seu cargo?
- 2.2. Como funciona a Secretaria de juventude?
  - 2.2.1. Qual o papel da secretaria de juventude?
  - 2.2.2. **(Pergunta Específica)** *Qual o papel da coordenadoria de juventude?*
  - 2.2.3. Qual o papel dos Centros de Referência?
  - 2.2.4. Quais os eventos realizados pela Secretaria?
  - 2.2.5. Quais as funções ligadas ao Conselho?
- 2.3. Qual a importância da secretaria na implementação de políticas de juventude no município?
- 2.4. Qual a sua relação com o conselho?

**Bloco 3. Conselho Municipal de Juventude**

- 3.1. Como foi o processo de formação do conselho?
- 3.2. Como foi feita a divulgação, mobilização e organização das plenárias de formação do conselho?
- 3.3. Como foi o processo de implementação do conselho?
  - 3.3.1. Quais as dificuldades e os impasses desse processo?
- 3.4. Qual o papel dos outros representantes do Estado no conselho?
- 3.5. Quais as ações que já foram desenvolvidas?
- 3.6. Como tem sido as reuniões do conselho?
- 3.7. O que se discute nessas reuniões?
- 3.8. Qual a frequência dos membros do conselho?
- 3.9. Como se organiza o conselho atualmente?
- 3.10. Como era a organização do conselho na gestão municipal anterior?
- 3.11. O que mudou com a nova gestão municipal?
- 3.12. Qual a importância de implementação do conselho?
  - 3.12.1. Para a sociedade civil?
  - 3.12.2. Para a gestão municipal?

**Bloco 4. Relação: Sociedade civil e Estado**

- 4.1. Como você percebe a participação da sociedade civil nas instâncias do Estado?
- 4.2. Como você percebe a relação entre o poder público e a sociedade civil no município?
- 4.3. Como você avalia a implementação das políticas públicas de juventude no município?
- 4.4. Quais outros espaços institucionais você indica que a juventude também possa participar? Por quê?

**Bloco 5: Encerrando a entrevista**

- 5.1. Quem você acharia interessante eu conversar sobre o conselho, que possa me dar mais informações a respeito?
- 5.2. Gostaria de saber se posso voltar a lhe procurar novamente para esclarecer mais algumas informações quanto à entrevista?
- 5.3. Provavelmente irei precisar lhe procurar novamente. Como podemos fazer?

**3. ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE****Bloco 1. Perfil/ trajetória**

- 1.3. Nome/ idade/ sexo/ escolaridade/ profissão
- 1.4. História de atuação.
  - 1.4.1. Como iniciou o interesse em participar de movimentos sociais?
  - 1.4.2. Como veio a identificação e o interesse de participar do grupo em que você está?
  - 1.4.3. Como conheceu esse grupo?
  - 1.4.4. O que levou você a se aproximar desse grupo?
  - 1.4.5. Como entrou no grupo?
  - 1.4.6. Quais funções que você já exerceu no grupo?
  - 1.4.7. E hoje, o que você faz no grupo?
  - 1.4.8. Como surgiu o interesse pela temática das políticas públicas de juventude?

**Bloco 2. Movimento/ entidade**

- 2.7. Qual a história de formação do grupo?
  - 2.7.1. Há quanto tempo estão atuando?
  - 2.7.2. Como foi a criação do grupo?
  - 2.7.3. Em que contexto o grupo foi criado?
  - 2.7.4. Quais as bandeiras de luta quando surgiu o grupo?
  - 2.7.5. Modificaram-se com o tempo?
  - 2.7.6. Quais as bandeiras de luta hoje?



- 2.8. Qual a organização interna do grupo?
- 2.8.1. Quem são os coordenadores/ diretores do grupo?
- 2.8.2. Como é feita a escolha dos diretores?
- 2.8.3. Quanto tempo é o mandato?
- 2.9. *Quais ações o grupo já realizou que você considera mais significativas?*
- 2.9.1. *Como tem sido a parceria do grupo, com:*
- 2.9.2. *ONGs;*
- 2.9.3. *Movimentos Sociais;*
- 2.9.4. *Poder Público;*
- 2.9.5. *Empresas.*
- 2.10. *Quais são os grupos que trabalham em temáticas parecidas, àqueles que você identifica como parceiros, que são companheiros frequentes de bandeiras de luta?*
- 2.11. *Como o grupo percebe a atuação dos movimentos sociais na cidade, de modo geral?*
- 2.11.1. *Como o grupo percebe o movimento de juventude na cidade?*
- 2.11.2. *Na sua opinião, o que os movimentos têm feito de ações para juventude no município?*
- 2.11.3. *Como o grupo pauta a participação de representantes em espaços do poder público, tais como o conselho?*

### **Bloco 3. Conselho Municipal de Juventude**

- 3.14. Seu grupo acompanhou o processo de formação e implementação do conselho?
- 3.15. Seu grupo foi convidado a participar das plenárias de escolha dos representantes da sociedade civil no conselho?
- 3.16. Seu grupo já fez parte do conselho? Se não, por quê?
- 3.17. Como acontece a atuação do Conselho dentro da cidade de João Pessoa?
- 3.17.1. Quais as maiores dificuldades de atuação do conselho na cidade?
- 3.17.2. Quais as ações do conselho que podem ser percebidas pelo grupo na cidade de João Pessoa?
- 3.17.3. Como acontece a participação da juventude dentro do conselho?
- 3.17.4. E em outros lugares, como as juventudes têm participado?
- 3.18. Em sua opinião, pra quê existe um conselho de juventude no município?
- 3.19. Em sua opinião, onde têm sido pautadas as reivindicações da juventude no município? E por quê?

### **Bloco 4. Relação: Sociedade civil e Estado**

- 4.6. Como o grupo percebe a atuação do Estado na implementação das políticas de juventude?
- 4.7. Como o grupo percebe a relação do poder público com os movimentos juvenis no município de João Pessoa?
- 4.8. Como você avalia os espaços de participação da sociedade civil nas esferas públicas municipais?
- 4.9. Quais outros espaços você identifica que a juventude pode ter um contato com o poder público, além do conselho?
- 4.10. Que espaços institucionais o grupo também faz parte? E por quê?

### **Bloco 5: Encerrando a entrevista**

- 5.4. Quem você acharia interessante para eu conversar mais sobre esse assunto, que possa me dar mais informações a respeito?
- 5.5. Gostaria de saber se posso voltar a lhe procurar novamente para esclarecer mais algumas informações quanto à entrevista?
- 5.6. Provavelmente irei precisar lhe procurar novamente. Como podemos fazer?

**4. PERFIL DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO  
NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB**

<b>QUADRO VI – PERFIL DOS ENTREVISTADOS DO PODER PÚBLICO</b>				
<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>CARGO/ ATRIBUIÇÕES</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Entrevista 01	47 anos	Superior Completo (Gestão Pública)	Secretário da SEJER	Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação – SEJER
Entrevista 02	27 anos	Cursando Superior (Gestão Pública)	Coordenadora de Juventude	Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação – SEJER
Entrevista 03	45 anos	Superior Completo (Pedagogo)	Professor de Matemática e Xadrez e Coordenador do Projeto Xadrez Escolar	Secretaria de Desporto, Educação e Cultura – SEDEC
Entrevista 04	35 anos	Superior Completo (Psicólogo)	Servidor do Hospital Universitário de Campina Grande/ UFCG	Câmara Municipal
Entrevista 06	30 anos	Superior Completo (Psicopedagogia)	Assessora de Controle Social	Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES

<b>QUADRO VII – PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA SOCIEDADE CIVIL</b>				
<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Entrevista 05	20 anos	Superior Completo (Design)	Design – Trabalha com acessórios de criação e design de interior	Babalorixá de Casa de Candomblé [Segmento Religioso]
Entrevista 07	30 anos	Superior Completo (Design)	Capoeirista – Instrutora	Grupo Capoeira Angola de Palmares [Segmento Cultural]
Entrevista 08	26 anos	Cursando Superior (Engenharia de Materiais)	Estudante	Federação Paraibana de Stante [Segmento de Esporte]
Entrevista 09	29 anos	Superior Completo (Letras)	Estudante	Movimento MOVIBI [Segmento Diversidade Sexual e Gênero]
Entrevista 10	20 anos	Cursando Médio Técnico (Informática)	Estudante	Grêmio Estudantil da Escola João Goulart [Segmento Estudantil]
Entrevista 11	26 anos	Cursando Superior (Matemática/Lic.)	Professor	Associação Santo Dias e do 13 de Maio [Segmento Social e Trabalho]
Entrevista 12	28 anos	Cursando Técnico (Design Gráfico)	Estudante	ASDEF [Segmento Pessoa com

				Deficiência]
Entrevista 13	25 anos	Superior Completo (Geografia) Cursando licenciatura em Geografia	Estudante	Casa de Cultura [Segmento Étnico racial]
Entrevista 05	20 anos	Superior Completo (Design)	Design – Trabalha com acessórios de criação e design de interior	Babalorixá de Casa de Candomblé [Segmento Religioso]
Entrevista 07	30 anos	Superior Completo (Design)	Capoeirista – Instrutora	Grupo Capoeira Angola de Palmares [Segmento Cultural]

## ANEXOS

### **1. LEI Nº 11.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Cria o Conselho Municipal de Juventude – CMJ Revoga A Lei Nº 1.652, de 06 de Fevereiro De 2007, e dá Outras Providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

#### **CAPÍTULO I – DO CONSELHO**

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de João Pessoa, o **CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – CMJ**, vinculado à Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

**Art. 2º** O **CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – CMJ** é órgão autônomo, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento da Prefeitura Municipal de João Pessoa no tocante às questões relacionadas às políticas públicas destinadas à juventude pessoense.

**Parágrafo único.** Considera-se juventude, para efeito desta Lei, a população situada na faixa etária de 15 (quinze) aos 29 (vinte e nove) anos de idade.

#### **CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal de Juventude:

- I** - estudar, analisar, elaborar, discutir, propor e aprovar planos, programas e projetos relativos à juventude no âmbito do Município;
- II** - participar da elaboração e da execução de políticas públicas de Juventude, em colaboração com os órgãos públicos municipais, além de colaborar com a administração municipal na implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades da juventude;
- III** - acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações governamentais e não governamentais financiadas com recursos públicos, que causem impacto na juventude pessoense;
- IV** - fiscalizar, propor e encaminhar sugestões para elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento por Programas, que deverão obedecer a critérios participativos no que concerne à alocação de recursos destinados à juventude do Município de João Pessoa;
- V** - desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no Município;
- VI** - estudar, analisar, elaborar, discutir, propor e aprovar a celebração de convênios e contratos com outros organismos públicos e privados, visando à elaboração de programas e projetos voltados para a juventude;
- VII** - promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade;
- VIII** - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos dos jovens;
- IX** - propor a criação de canais de participação dos jovens junto aos órgãos municipais;
- X** - fomentar o associativismo juvenil, prestando apoio e assistência quando solicitados, além de estimular sua participação nos organismos públicos e movimentos sociais;
- XI** - acompanhar, propor e fiscalizar o Ciclo do Orçamento Democrático;
- XII** - examinar propostas, denúncias e queixas relacionadas a ações voltadas à área da Juventude,

encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder;

**XIII** - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento.

**XIV** - articular-se com os Conselhos Estadual e Nacional de Juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude ;

**XV** - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

**Parágrafo único.** As deliberações do Conselho Municipal de Juventude serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil, para a elaboração da proposta de Orçamento de Governo.

### **CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** No desenvolvimento de suas ações, discussões e na definição de suas resoluções, o Conselho Municipal de Juventude – CMJ observará:

**I** - o respeito à organização autônoma da sociedade civil;

**II** - o caráter público das discussões, processos e resoluções;

**III** - o respeito à identidade e à diversidade da juventude;

**IV** - a pluralidade da participação juvenil, por meio de suas representações; e

**V** - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromissos, finalidades e resultados das políticas públicas de juventude.

### **CAPÍTULO IV – DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Juventude – CMJ será integrado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude.

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Juventude – CMJ será composto por 18 (dezoito) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo:

**I**- 09 (nove) representantes do Poder Público Municipal, da seguinte forma:

a) 08 (oito) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo 01 (um) por cada Secretaria relacionada abaixo:

1. Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação – SEJER;
2. Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC;
3. Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES;
4. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção – SEDESP;
5. Secretaria de Transparência Pública – SETRANSP;
6. Secretaria de Ciências e Tecnologia – SECITEC;
7. Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
8. Fundação de Cultura de João Pessoa – FUNJOPE.

b) 01 (um) Vereador representante da Câmara Municipal de João Pessoa.

**II** - 09 (nove) representantes da sociedade civil organizada, da seguinte forma:

**a)** Membros de organizações, movimentos, associações ou entidades juvenis, com sede no município de João Pessoa, que possuam, no mínimo, 03 (três) anos de atuação sistemática e pública com a juventude do município, devidamente comprovada com projetos e ações direcionados para o público jovem.

**§ 1º** Para os fins desta Lei, entende-se como organizações, movimentos, associações ou entidades juvenis, todo e qualquer grupo de jovens, voltado para melhoria à qualidade de vida dos (as) jovens,

que atuem em torno das seguintes temáticas políticas: sociais, culturais, religiosas, esportivas, estudantil, saúde, étnico/racial, meio ambiente, pessoas com deficiência, diversidade sexual, gênero, trabalho e moradia.

§ 2º Não poderá haver mais de duas organizações ou entidades juvenis, da mesma área de atuação, eleitas como representantes da sociedade civil.

§ 3º Os representantes da sociedade civil organizada serão eleitos, pelo voto direto, nos Encontros Municipais de organizações e movimentos de juventude, a ser regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 7º** Os representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, indicados (as) ou candidatas (as) ao Conselho Municipal de Juventude, deverão preencher os seguintes requisitos:

**I-** ser eleitor;

**II-** residir no município de João Pessoa;

**III-**ter, preferencialmente, idade igual ou inferior a 29 (vinte e nove) anos, no momento da postulação ao cargo.

**Parágrafo único.** No caso dos candidatos (as) da sociedade civil, estarão impedidos de concorrer os(as) jovens que estiverem ocupando cargo eletivo ou comissionado em qualquer das três esferas de Poder.

**Art. 8º** Para cada Conselheiro representante titular corresponderá um suplente, que será, por parte do poder público, indicado e, por parte da sociedade civil, eleito.

**Art. 9º** O Regimento Interno do Conselho regulará os casos de substituição dos membros efetivos pelos suplentes, bem como os casos de impedimentos, perda do mandato e vacância.

**Art. 10.** Os conselheiros do Conselho Municipal de Juventude – CMJ poderão perder o mandato, antes do prazo de 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

**I** - por renúncia;

**II** - pela ausência imotivada em 02 (duas) reuniões consecutivas do CMJ;

**III** - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do CMJ; ou

**IV-** por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

## **CAPÍTULO V – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 11.** O Conselho Municipal de Juventude – CMJ será presidido, alternadamente, por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, e contará com a seguinte estrutura organizacional:

**I** - Plenário, Assembleias e Reuniões, composto por todos (as) o (a)s conselheiro (a)s:

**II** - Comissão Executiva, com composição mista e paritária formada por 02 (dois) membros da sociedade civil e 02 (dois) membros do poder público municipal, totalizando 04 (quatro) membros na Comissão Executiva;

**III** - Comissões Especiais.

§ 1º As funções do (a)s conselheiro (a)s serão distribuídas de forma descentralizada e equiparada, no cuidado constante de divisão de tarefas com o (a)s demais conselheiro (a)s, durante o período do mandato.

§ 2º Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

**Art. 12.** As funções dos membros do Conselho Municipal de Juventude não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço relevante à população.

**Art. 13.** O Conselho Municipal de Juventude reunir-se-á, ordinariamente, de forma mensal, podendo

ser convocado, extraordinariamente, por solicitação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros ou pela Comissão Executiva.

§ 1º As Plenárias do Conselho serão ampla e previamente divulgadas, com participação livre a todo (a)s os interessado (a)s, que terão direito a voz.

§ 2º As deliberações e os comunicados de interesse do Conselho deverão ser publicados no Semanário Oficial da Cidade de João Pessoa.

**Art. 14.** O Poder Executivo Municipal proporcionará ao Conselho Municipal de Juventude o suporte técnico, administrativo e financeiro necessários, garantindo-lhe condições para o seu pleno e regular funcionamento.

**Art. 15.** As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, exigida a presença de metade mais um de seus membros para deliberar.

**Art. 16.** O Conselho Municipal de Juventude elaborará e aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua instalação.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno disporá sobre as funções, frequência, data e local das Assembleias do Conselho, critérios de votação, *quorum* de deliberação, grupos de trabalho, eleições dos conselheiros e dos presidentes, bem como todas as demais normas necessárias ao seu funcionamento.

## **CAPÍTULO VI – DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE**

**Art. 17.** O Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto, convocará a Conferência Municipal de Juventude.

**Art. 18.** Deverá ser realizada, com periodicidade bienal, a Conferência Municipal de Juventude, com representação dos diversos setores da sociedade, com a finalidade de avaliar a situação da população jovem no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para este segmento.

§ 1º A Conferência Municipal de Juventude terá plena autonomia para praticar todo os seus atos.

§ 2º A Conferência Municipal de Juventude terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude.

§ 3º O Poder Executivo Municipal deverá prover os recursos humanos, financeiros e materiais para realização da Conferência Municipal de Juventude.

## **CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 19.** As dúvidas e os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Presidente do Conselho, *ad referendum* do plenário.

**Art. 20.** A execução da presente lei contará com recursos orçamentários próprios, suplementados se necessários.

**Art. 21.** Fica revogada a Lei Municipal nº 1.652, de 06 de fevereiro de 2007.

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**Ricardo Vieira Coutinho**  
**Prefeito**

## **2. REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE**

### **Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O presente regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude de João Pessoa - **CMJ-JP**, criado pela lei Nº 11.820 de 11 de Dezembro de 2009, com a finalidade de fomentar políticas públicas de juventude.

Art. 2º - O CMJ-JP será regido por este Regimento Interno, pelas disposições previstas na Lei Nº 11.820 de 11 de Dezembro de 2009, pelas resoluções que expedir e pelas demais normas legais aplicáveis às Políticas Públicas de Juventude e funcionará no prédio e instalações fornecidos pela Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação - SEJER - na Casa dos Conselhos - Avenida Dom Pedro I, nº 692, Centro.

Art. 3º - O CMJ-JP realizará reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes por convocação da presidência ou por requerimento firmado pela maioria simples de seus membros.

### **CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS**

Art. 4º - No desenvolvimento de suas ações, discussões e na definição de suas resoluções, o Conselho Municipal de Juventude – CMJ observará:

**I** - o respeito à organização autônoma da sociedade civil;

**II** - o caráter público das discussões, processos e resoluções;

**III** - o respeito à identidade e à diversidade da juventude;

**IV** - a pluralidade da participação juvenil, por meio de suas representações; e

**V** - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromissos, finalidades e resultados das políticas públicas de juventude.

### **Capítulo III – DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO**

Art. 5º - O CMJ-JP é, por sua natureza, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador das Políticas Públicas de Juventude.

§ 1º - Como órgão normativo, deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política de promoção, atendimento e defesa dos/das jovens.

§ 2º - Como órgão consultivo, emitirá parecer através de comissões especiais sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após a aprovação do plenário.

§ 3º - Como órgão deliberativo, reunir-se-á em reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes, decididas após discussão, por maioria simples de votos, todas as matérias de sua competência.

§ 4º - Como órgão fiscalizador, visitará e supervisionará as entidades governamentais, não governamentais, delegacias e unidades de aplicação de medidas sócio-educativas. Além disso, receberão comunicações oficiais de representações de governo ou reclamações de qualquer cidadão sobre violação e/ou ameaça de violação de direitos, deliberando em plenário e dando solução adequada.

§ 5º - O Conselho é composto por 18 (dezoito) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo:

**I** – 09 (nove) representantes do Poder Público Municipal:

- Representante da Secretaria de Juventude Esporte Recreação SEJER;
- Representante da Secretaria de Educação e Cultura SEDEC;
- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social SEDES;
- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Produção SEDESP;
- Representante da Secretaria de Transparência Pública SETRANSP;
- Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia SECITEC;
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde SMS;
- Representante da Fundação Cultural de João Pessoa;



- Representante da Câmara Municipal de Vereadores.

II – 09 (nove) representantes da Sociedade Civil Organizada da seguinte forma:

- Representante do Segmento Meio Ambiente e Moradia;
- Representante do Segmento Cultural;
- Representante do Segmento Religioso;
- Representante do Segmento Estudantil;
- Representante do Segmento de Saúde e Pessoas com Deficiência;
- Representante do Segmento Social e Trabalho;
- Representante do Segmento Étnico/Racial;
- Representante do Segmento da Diversidade Humana e Gênero;
- Representante do Segmento Esportivo.

Parágrafo único: Os suplentes assumirão automaticamente nas situações de ausência ou impedimentos de presença dos conselheiros titulares, sendo recomendadas suas presenças em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidas, votando apenas quando substituindo os titulares.

#### **Capítulo IV – DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL**

Art. 6º - são órgãos do conselho:

- a) Plenário, Assembleias e Reuniões;
- b) Comissão Executiva;
- c) Comissões Especiais

#### **Capítulo V – DO PLENÁRIO E SESSÕES**

Art. 7º - O Plenário compõe-se dos conselheiros em exercício pleno de seus mandatos e é órgão soberano das deliberações do Conselho.

Art. 8º - O Plenário só poderá funcionar com a presença do quórum mínimo de um terço dos conselheiros (seis representantes).

Art. 9º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, exigida a presença de metade mais um de seus membros para deliberar.

Art. 10º - As sessões plenárias serão: ordinárias, extraordinárias ou solenes.

Parágrafo único: As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior que, uma vez aprovada, será assinada por todos os presentes. Em seguida, se fará a nomeação e distribuição das demandas às comissões e só então terão início as deliberações.

Art. 11º - As sessões ordinárias serão realizadas com periodicidade de até duas vezes ao mês, a fim de deliberar sobre as demandas do Conselho.

Art. 12º - De cada sessão plenária do CMJ-JP será lavrada uma ata pelo (a) secretário (a), que deverá ser assinada pelo presidente e demais conselheiros (as) presentes, contendo em resumo os assuntos tratados e as deliberações que forem tomadas.

Art. 13º - As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo presidente com base nos votos da maioria e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, se for o caso.

#### **Capítulo VI – DA COMISSÃO EXECUTIVA**

Art. 14º - A Conselho Municipal de Juventude será presidido, alternadamente, por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil.

Art. 15º - A Comissão Executiva terá composição mista e paritária formada por 02 (dois) membros representantes do poder público e 02 (dois) membros representante da sociedade civil, totalizando 04 (quatro) membros na Comissão Executiva.

§ 1º - A Comissão Executiva será composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 2º - A Comissão Executiva cuida dos processos de administração do CMJ-JP e é reguladora de seus trabalhos, bem como fiscal de sua rotina; tudo em conformidade com o presente regimento. A Comissão Executiva será eleita pelo Plenário do Conselho, por maioria simples de votos.

§ 3º - A Presidência será exercida pelo presidente do CMJ-JP e, em sua ausência ou impedimento, pelo vice-presidente.

§ 4º - Ocorrendo a ausência do vice-presidente, a Presidência será exercida pelo 1º Secretário, e na sua ausência pelo 2º Secretário.

§ 5º - Nos casos de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente completará o mandato.

§ 6º - O mandato da Diretoria coincidirá com o mandato dos conselheiros.

Art. 16º - São atribuições do presidente:

- I – presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;
- II – decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações e solicitações em plenário;
- III – convocar sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;
- IV – proferir voto de desempate nas sessões plenárias;
- V – distribuir as matérias às comissões especiais;
- VI – nomear membros das comissões especiais e eventuais relatores substitutos;
- VII – assinar a correspondência oficial do Conselho;
- VIII – representar o conselho nas solenidades e zelar pelo seu prestígio;
- IX – providenciar, junto ao Poder Público Municipal, a designação de funcionários, alocação de bens e liberação de recursos necessários ao funcionamento do Conselho;

Art. 17º - compete ao vice-presidente:

- I – substituir o presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- II – participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- III – participar das comissões especiais quando indicado pelo presidente.

Art. 18º - compete ao 1º e 2º Secretários:

- I – substituir o vice-presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- II – participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- III – participar das comissões especiais quando indicado pelo presidente;
- IV – acompanhar o trabalho das Comissões Especiais.

## **Capítulo VII – DA SECRETARIA**

Art. 19º - A Secretaria do conselho será exercida pelo Secretário (a) Geral, que será um funcionário (a) da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação a qual está vinculado o Conselho.

**Parágrafo Único:** nas ausências ou impedimentos do secretário geral, o presidente indicará um substituto para o exercício de suas funções.

Art. 20º - A Secretaria manterá:

- I – registro de correspondência recebida e remetida com os nomes dos remetentes e destinatários e respectivas datas;
- II – Livro de ata das sessões plenárias;

**III** - Livro de Registro da Posse dos Membros do Conselho;

**IV** – cadastros das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência e atendimento a jovens, contendo a denominação, localização, regime de atendimento, número de jovens atendidos, diretoria, relação dos nomes das pessoas, com número de suas cédulas de identidade, contatos (e-mail, telefone(s), representantes);

**V** – cadastro dos membros do Conselho, com anotação quanto à posse, exercício, férias, licenças, afastamento, vacância e demais circunstâncias pertinentes à vida funcional, com arquivo em pasta individual e cópia dos documentos apresentados.

Art. 21º - Ao Secretário Geral compete:

**I** – secretariar as sessões do Conselho;

**II** – manter sob sua supervisão livros, fichas, documentos, papéis do Conselho;

**III** – prestar as informações que forem requisitadas e expedir certidões;

**IV** – propor ao presidente a requisição de funcionários dos órgãos governamentais que compõem o Conselho, para execução dos serviços da Secretaria;

**V** – orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;

**VI** – remeter à aprovação do Plenário os pedidos de registros das entidades governamentais e não governamentais que prestam ou pretendem prestar atendimento à juventude;

**VII** – orientar a atualização cadastral das entidades governamentais e não governamentais que prestem assistência e atendimento aos jovens.

## **Capítulo VIII – DAS COMISSÕES ESPECIAIS**

Art. 22º - As Comissões Especiais são órgãos delegados e auxiliares do plenário, a que compete verificar, vistoriar, fiscalizar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que lhes forem atribuídas.

Art. 23º - As Comissões Especiais serão compostas de um presidente, um relator e especialistas na sua área de atuação, que emitirão parecer sobre todas as matérias que forem distribuídas.

§ 1º - Os componentes das Comissões serão nomeados pelo presidente do Conselho.

§ 2º - Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão plenária.

§ 3º - No caso de rejeição do parecer, será nomeado um novo relator, que emitirá o parecer, retratando a opinião dominante do Plenário.

§ 4º - Os pareceres aprovados pelo Conselho poderão ser transformados em resoluções.

## **Capítulo IX – DA VACÂNCIA**

Art. 24º – Os Conselheiros do Conselho Municipal de Juventude – CMJ poderão perder o mandato, antes do prazo de 02 (dois) anos nos seguintes casos:

**I** – Falecimento

**II** – Perda do mandato

**III** – Renúncia

Art. 25º – A vaga ocorrerá na data do falecimento, na data estabelecida na renúncia ou na publicação da sentença irrecorrível que gera a perda do mandato.

Art.26º – O falecimento do Conselheiro deverá ser comunicado aos demais Conselheiros e a Diretoria dentro de 10 (dez) dias a partir da data do falecimento.

Art. 27º – O pedido de renúncia será encaminhado pelo próprio interessado ao CMJ-JP através de sua Diretoria.

Art. 28º – Perderá o mandato o Conselheiro que:

**I** – não comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativa devidamente documentada e aceita pelo Plenário.

- II** – for condenado por sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal;
- III** – deixar de cumprir as suas obrigações previstas no regimento interno;
- IV** – deixar de residir no município;
- V** – candidatar-se a qualquer cargo eletivo;
- VI** – for substituído por requerimento da entidade da sociedade civil que representa.

Art. 29º - O Conselho poderá realizar plenárias para recomposição do Conselho nos casos de vacância de um ou mais conselheiros da Sociedade Civil, desde que essas plenárias sejam devidamente divulgadas com os movimentos e entidades representativas da juventude.

## **Capítulo X – DAS ALTERAÇÕES**

Art. 30º - O regimento poderá ser modificado a partir de propostas de alteração encaminhadas pelo CMJ-JP, ou por qualquer organização governamental, ou da Sociedade Civil do Município bem como por iniciativa popular acompanhada por 50 (cinquenta) assinaturas de eleitores.

**Parágrafo único** – A diretoria do conselho convocará Assembléia Geral, garantindo a participação dos interessados, com direito a voz, onde a alteração será acatada por maioria simples dos votos dos Conselheiros de Juventude.

Art. 31º - As Assembléias Gerais convocadas com o objetivo específico de decidir sobre propostas de alterações no Regimento Interno ocorrerão somente em prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 32º - O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de dois terços de seus membros, no mínimo (12 membros).

Art. 33º - Este regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

João Pessoa 12 de dezembro de 2011.

Diante do referido regimento, está aprovado nesta data pela maioria simples do Conselho Municipal de Juventude, passando assim a entrar em vigor na data de hoje.